



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO

APOIO TÉCNICO E LOGÍSTICO AO PLANEJAMENTO
E GOVERNANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CADERNO DE SUSTENTAÇÃO AO PROJETO DE LEI:
MÉTODO E PROCESSO PARTICIPATIVO
P15

SÃO PAULO
JUNHO 2022



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
PARTE I. METODOLOGIA DO TRABALHO	5
1. CRITÉRIOS GERAIS QUE ESTRUTURAM A METODOLOGIA ADOTADA	6
1.1. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO E PROCEDIMENTOS GERAIS	7
2. REPOSITÓRIO DE DADOS	10
3. ORDENAMENTO TERRITORIAL	14
3.1. DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DO ORDENAMENTO TERRITORIAL	16
3.2. ETAPAS DO ESTUDO RELATIVO AO ORDENAMENTO TERRITORIAL	16
3.3. PERCURSO METODOLÓGICO E PROCEDIMENTOS ADOTADOS	17
3.4. CRITÉRIOS GERAIS PARA OS MAPEAMENTOS.....	19
3.5. CRITÉRIOS PARA O MAPEAMENTO DAS LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS.....	20
3.6. SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS	21
3.7. CONSTRUÇÃO DO MACROZONEAMENTO REGIONAL	21
3.8. MAPA DO MACROZONEAMENTO REGIONAL PRELIMINAR DE CADA UR.....	22
3.8.1. ETAPA DE LEVANTAMENTO	22
3.8.2. ETAPA DE ANÁLISE - LEITURA UNIFICADA DOS MACROZONEAMENTOS MUNICIPAIS.....	23
3.8.3. ETAPA DE PROPOSIÇÃO	25
3.8.4. MAPA DE MACROZONEAMENTO REGIONAL PRELIMINAR DE CADA UR.....	27
3.8.5. MAPA FINAL DO MACROZONEAMENTO REGIONAL.....	29
4. PANORAMA REGIONAL	31
4.1. FPICS E ÁREAS TEMÁTICAS ESTRATÉGICAS.....	32
4.1.1. ESTRUTURAÇÃO URBANA, PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E REDE DE CENTRALIDADES.....	32
4.1.2. VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL, POLÍTICA HABITACIONAL E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS.....	34
4.1.3. MOBILIDADE, TRANSPORTE E LOGÍSTICA	35
4.1.4. DINÂMICA ECONÔMICA.....	35
4.1.5. PATRIMÔNIO AMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS.....	36
4.1.6. INFRAESTRUTURA URBANA	37
4.1.7. GESTÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA REGIONAL.....	37
5. DIAGNÓSTICO	39
5.1. OBJETIVOS DO DIAGNÓSTICO.....	39
5.2. ESTRUTURA DA ANÁLISE	40
5.2.1. ÁREAS TRANSVERSAIS	40
5.3. MAPAS-SÍNTESE E QUESTÕES ORIENTADORAS.....	42
6. CADERNO DE PROPOSTAS	47
6.1. CADERNO PRELIMINAR DE PROPOSTAS	47
6.2. CADERNO FINAL DE PROPOSTAS	48
6.2.1. METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO E INCORPORAÇÃO DE PROPOSTAS ORIUNDAS DO PROCESSO PARTICIPATIVO.....	48

PARTE II. PROCESSO PARTICIPATIVO	52
1. MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E PACTUAÇÃO PARA VIABILIZAR O PDUI	53
2. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO PARTICIPATIVO	54
2.1. PLATAFORMA DIGITAL.....	54
2.2. OFICINAS REGIONAIS.....	55
2.2.1. BALANÇO DA PARTICIPAÇÃO NAS OFICINAS REGIONAIS	56
2.2.2. ROTEIRO E PAUTA TEMÁTICA DAS OFICINAS REGIONAIS	56
2.2.3. PAUTA TEMÁTICA PARA APRESENTAÇÃO DO PANORAMA REGIONAL NAS OFICINAS REGIONAIS	57
2.2.4. ORGANIZAÇÃO DAS OFICINAS REGIONAIS	57
2.2.5. DOCUMENTOS PRODUZIDOS NESTA ETAPA DO PROCESSO PARTICIPATIVO:	59
2.2.6. RESULTADOS ALCANÇADOS.....	59
2.2.7. CALENDÁRIO DAS OFICINAS REGIONAIS.....	60
2.3. GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS – PRIMEIRA RODADA DE DISCUSSÕES	61
2.3.1. DOCUMENTO PRODUZIDO NESTA ETAPA DO PROCESSO PARTICIPATIVO	63
2.3.2. CALENDÁRIO DOS GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS	63
2.3.3. GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS – PRESENCAS NA 1ª RODADA DE DEBATES.....	64
2.4. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	65
2.4.1. CALENDÁRIO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	66
2.4.2. RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PRESENCIAIS E VIRTUAIS POR UNIDADE REGIONAL	67
2.4.3. DOCUMENTOS PRODUZIDOS NESTA ETAPA DO PROCESSO PARTICIPATIVO	69
2.5. CÂMARAS TEMÁTICAS.....	69
2.5.1. DOCUMENTOS PRODUZIDOS NESTA ETAPA DO PROCESSO PARTICIPATIVO	70
2.5.2. CALENDÁRIO DAS REUNIÕES DAS CÂMARAS TEMÁTICAS.....	71
2.5.3. BALANÇO DE PRESENCAS NAS CÂMARAS TEMÁTICAS	72
2.6. GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS – 2ª RODADA DE DISCUSSÕES	72
2.6.1. BALANÇO DE PROPOSTAS RECEBIDAS – PODER PÚBLICO E SOCIEDADE CIVIL.....	72
2.6.2. CALENDÁRIO DAS REUNIÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO TEMÁTICOS – 2ª RODADA	73
2.6.3. CONVIDADOS DO GESP PARA A SEGUNDA RODADA DOS GRUPOS TEMÁTICOS	73
2.6.4. PARTICIPANTES DO GESP NA SEGUNDA RODADA DOS GRUPOS TEMÁTICOS	75
2.7. RESULTADOS ALCANÇADOS.....	76
2.8. DOCUMENTOS PRODUZIDOS DURANTE O PROCESSO PARTICIPATIVO	77
ANEXOS	78
ANEXO 1. PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO, SEGUNDO O ESTATUTO DA METRÓPOLE	78
ANEXO 2. CORRESPONDÊNCIA DO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL PARA OS PREFEITOS.....	80
ANEXO 3. CORRESPONDÊNCIA DO COORDENADOR GERAL DO PROJETO FIPE/SDR PARA OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS	81
ANEXO 4. MEMÓRIAS DAS CÂMARAS TEMÁTICAS DO PDUI E DOS GRUPOS DE TRABALHO SETORIAIS (2ª RODADA)	82
EQUIPE TÉCNICA.....	240

APRESENTAÇÃO

Após 12 meses de trabalho, a construção compartilhada, de forma democrática, dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) das regiões metropolitanas de Jundiaí, Piracicaba, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba e Litoral Norte e da Aglomeração Urbana de Franca chega ao final com a entrega deste **Produto 15 – Caderno de Sustentação ao Projeto de Lei: Método e Processo Participativo**.

Ao longo desse tempo, a equipe técnica da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), composta por pesquisadores e consultores, se dedicou exaustivamente ao levantamento de dados e informações provenientes de diversas fontes, seguido de análises e leituras minuciosas sobre as Unidades Regionais em estudo.

Dessa forma, foram concluídos os cinco PDUIs contratados pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR), cumprindo todas as exigências estabelecidas pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015), assim como as previstas no plano de trabalho apresentado pela Fipe à SDR, decorrente do termo de referência derivado do contrato SDR/Fipe.

Sendo o PDUI o principal instrumento para a construção da governança interfederativa, abre-se, enfim, uma nova perspectiva para os planejamentos regional e metropolitano, possibilitando o desenvolvimento com sustentabilidade e o bem-estar das pessoas que vivem em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

Importante ressaltar que, na estruturação da política de desenvolvimento regional, a governança interfederativa apresenta-se como um eixo central do Estatuto da Metrópole, na medida em que estabelece princípios e instrumentos visando ao compartilhamento de responsabilidades e à interação entre União, Estados e Municípios (artigo 2º, inciso IV).

Nesse contexto, este Caderno de Sustentação apresenta, na primeira parte, a metodologia utilizada no processo de trabalho para a elaboração dos cinco Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado, enfatizando, na segunda parte, as diferentes etapas do processo participativo, que envolveu, em diversos momentos, os poderes públicos estadual e municipais e a sociedade civil, além de membros do Ministério Público.

Assim, a sistematização do método recupera, nos diferentes documentos produzidos ao longo do trabalho, a metodologia definida para cada etapa no conjunto dos cinco PDUIs, que contaram com o apoio técnico e logístico da Fipe em sua elaboração: da montagem do repositório de dados, passando pelo ordenamento territorial, pelo panorama regional e diagnóstico, até a estruturação do Caderno Final de Propostas.

A segunda parte deste Caderno relata as etapas do processo participativo e de análise das propostas recebidas tanto do poder público como da sociedade civil. Apresenta os mecanismos de participação, negociação e pactuação para viabilizar o PDUI; descreve a organização do processo participativo, com os instrumentos e documentos produzidos e disponibilizados para facilitar e ampliar a participação; os diferentes segmentos mobilizados; e os resultados alcançados.

Em suma, aqui estão consolidados os conteúdos metodológicos e etapas do processo participativo produzidos no âmbito do projeto, destacando a linha de trabalho adotada pela equipe técnica e o

teor das contribuições e propostas recebidas ao longo da consulta popular, considerando a construção democrática do PDUI.

A etapa final do processo de construção do PDUI é a elaboração da minuta do projeto de lei – com o macrozoneamento e as propostas estruturadas relativas às funções públicas de interesse comum – acompanhada de dois cadernos de subsídios: o Caderno de Diagnóstico e o Caderno de Método e Processo Participativo. Estes, juntamente com o Caderno Final de Propostas, constituem as bases técnicas que devem fundamentar a lei do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado.

PARTE I.
METODOLOGIA DO TRABALHO

1. CRITÉRIOS GERAIS QUE ESTRUTURAM A METODOLOGIA ADOTADA

A metodologia adotada considerou o PDUI um instrumento de planejamento e gestão nos termos expressos no Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015). A organização do modelo federativo, baseada na divisão dos três entes – União, Estado e Município –, se impõe para garantir o desenvolvimento com formas cooperativas na implementação dos serviços e ações de interesse comum e para viabilizar recursos financeiros para implementação das proposições do PDUI.

Como método geral de trabalho, buscou-se: a articulação de temas, questões e encaminhamentos; a correspondência entre concepção e implementação; a relação entre as instâncias dos governos estadual e municipais e seus respectivos papéis; além da inserção das contribuições e dos resultados do processo de participação social na formulação das diretrizes e propostas do PDUI.

A metodologia de trabalho foi aplicada no estudo das cinco Unidades Regionais: Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Região Metropolitana de Ribeirão Preto, Região Metropolitana de Piracicaba, Região Metropolitana de Jundiaí e Aglomeração Urbana de Franca, que contam com o apoio técnico e logístico da Fipe na elaboração dos respectivos PDUIs.

Para enfrentar a complexidade e a diversidade de conteúdos e tarefas pertinentes à formulação dos planos, foram definidas distintas categorias de estudos: **estudos analíticos, relatórios descritivos e documentos orientadores e propositivos**, que dão sustentação ao projeto de lei do PDUI.

Os **estudos analíticos**, no caso do *Ordenamento Territorial* e do *Panorama Regional*, propiciaram abordagens integradas e articularam, na sua elaboração, diferentes **áreas temáticas**, contemplando as dimensões físico-territoriais, socioeconômicas e os condicionantes legais. O *Diagnóstico Metropolitano*, por sua vez, foi uma etapa instrumental e analítica, simultaneamente, e reuniu em um documento-síntese os elementos necessários para o reconhecimento qualificado de cada Unidade Regional. Foi elaborado a partir da **análise transversal** das questões que emergiram no processo de leitura do ordenamento do território, este dedicado ao mapeamento e à interpretação das macrozonas, zonas e instrumentos urbanísticos municipais – e das temáticas observadas no panorama regional.

Para atingir seu objetivo, a elaboração do diagnóstico teve um direcionamento metodológico que derivou da própria natureza dos PDUIs, em razão da forma como esses planos foram equacionados no sistema de planejamento metropolitano e como dialogam com os conceitos fundamentais do Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015).

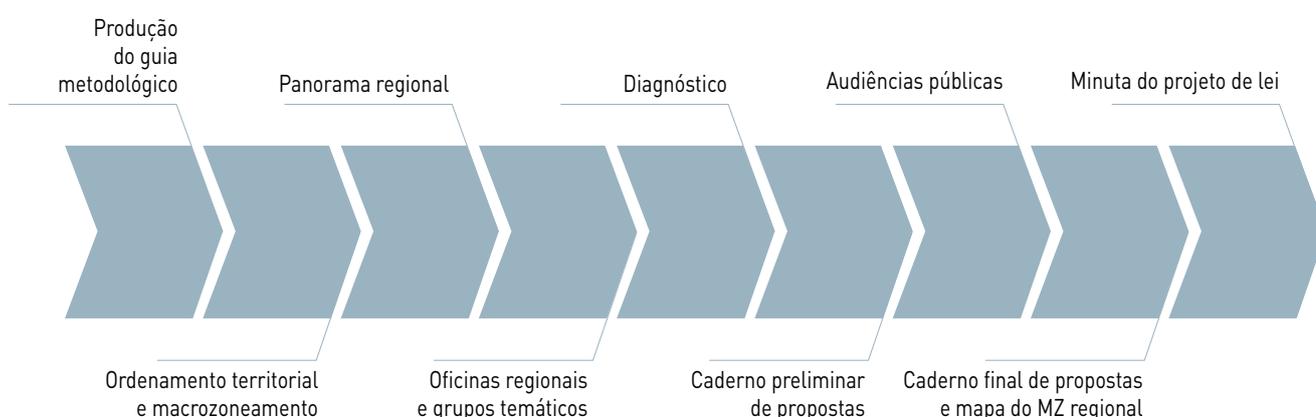
O **Prognóstico Metropolitano** foi a etapa subsequente, relacionada já com o processo participativo, quando se compartilharam e ampliaram os estudos técnicos com sugestões e consensos advindos dos interesses de diferentes agentes e da sociedade. Os resultados, compilados nos **Relatórios Descritivos (P6 P8 P9 P11 e P12)**¹ do referido processo, sistematizaram e consolidaram as contribuições recebidas por ocasião das oficinas regionais, das audiências públicas e dos grupos de trabalho junto às secretarias estaduais.

¹ P6 Sistematização dos resultados das oficinas regionais; P8 Sistematização dos resultados dos grupos de trabalho (GTs); P9 Relatório do encaminhamento e aproveitamento das propostas; P11 Sistematização dos resultados das audiências públicas e P12 Relatório de encaminhamento e aproveitamento das contribuições.

O processo de construção do PDUI tem como etapa final a elaboração da *minuta do Projeto de lei do PDUI* – com o macrozoneamento e as propostas estruturadas relativas às funções públicas de interesse comum – acompanhada de dois cadernos de subsídios: o *Caderno de Diagnóstico* e o presente *Caderno de Método e Processo Participativo*, lembrando que os dois cadernos mencionados, juntamente com Caderno Final de Propostas (P13), constituem as bases técnicas que devem fundamentar a lei do PDUI.

A sequência da produção técnica em suas diferentes etapas pode ser observada na **Figura 1**, a seguir:

FIGURA 1. PRODUÇÃO TÉCNICA PASSO A PASSO



1.1. Organização do processo de trabalho e procedimentos gerais

O processo de trabalho começou com a estruturação das informações e do extenso conjunto de dados que subsidiaram a prospecção e as análises sobre os territórios em um repositório de dados do projeto, orientado para dar suporte à construção dos PDUIs e seus 15 produtos. Essa base de dados estruturou-se em Áreas Temáticas e Áreas Transversais, cuja definição buscou abranger a totalidade das diferentes vertentes analíticas necessárias, em suas dimensões físico-territorial, socioeconômica e os condicionantes legais. A construção e a organização dos dados evoluíram ao longo das diversas fases do processo de trabalho, e sua versão consolidada configura parte do conjunto de entregas do PDUI, na forma de um **repositório de dados do projeto**².

A organização inicial se divide em dois momentos. Primeiro, foram estruturadas as *Áreas Temáticas*, responsáveis por organizar o levantamento e a prospecção de dados, bem como por sistematizar as leituras do ordenamento do território e do panorama regional.

Na sequência, a interpretação e a análise cruzada dessas *Áreas Temáticas* deram origem às *Áreas Transversais*, com caráter transdisciplinar, que buscam uma integração entre as temáticas setoriais tradicionais. Elas reúnem temas considerados centrais no processo de urbanização e desenvolvimento metropolitano das Unidades Regionais – em suma, são responsáveis por nortear a identificação de problemas, potencialidades e seus desdobramentos em aspectos físico-territoriais nos PDUIs.

² Ver Estrutura do Repositório de Dados do PDUI no Produto 13, Parte III, item 7.3.

Tanto as áreas temáticas quanto as áreas transversais constituíram estratégias instrumentais e analíticas para reconhecimento do território da UR objeto de estudo para formulação do PDUI.

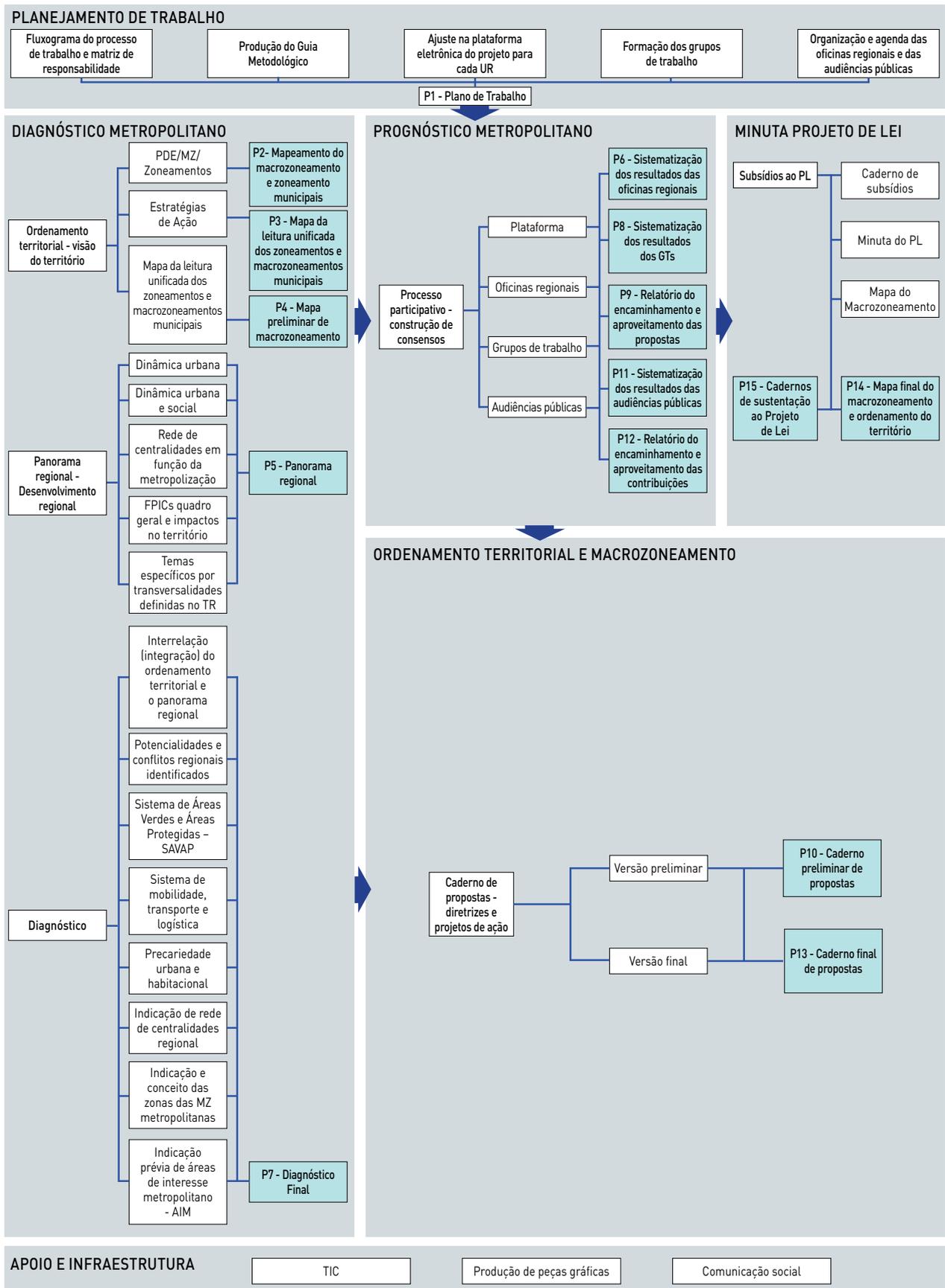
O elenco de sete **Áreas Temáticas** organizou a prospecção de dados, os levantamentos e mapas temáticos correspondentes, imprescindíveis para o reconhecimento dos territórios de cada UR, assim como para a adequação de sua plataforma digital, disponibilizada para consulta da sociedade. Estas áreas foram definidas a partir de aspectos essenciais que informaram o ordenamento e a visão territorial com compromisso de desenvolvimento regional: *estruturação urbana, processo de urbanização e rede de centralidades; vulnerabilidade socioterritorial, política habitacional, equipamentos públicos; mobilidade, transporte e logística; estrutura produtiva urbana e rural, conhecimento e tecnologia; patrimônio ambiental e recursos hídricos; infraestrutura urbana; gestão pública e governança regional.*

As cinco **Áreas Transversais**, por sua vez, são orientadoras das análises e decorrem da interpretação e de cruzamentos diversos entre duas ou mais áreas temáticas, resultando em uma cartografia analítica que equaciona questões tratadas nos PDUIs. Elas são resultantes da leitura das dinâmicas regionais sobre as quais se identificam os principais problemas, as potencialidades e questões compartilhadas regionalmente. É por meio dessas áreas transversais que se consolida o ordenamento territorial propriamente dito, que abrange o Macrozoneamento (MZ), as Estratégias para Ação Metropolitana (EAMs) e as Áreas de Interesse Metropolitano (AIMs), sendo elas assim definidas: *sustentabilidade e processo de urbanização; desigualdade socioterritorial; inovação; hub de infraestrutura; articulação interfederativa e setorial.*

As áreas transversais estruturam o Diagnóstico da UR, que consiste em importante **produto-síntese** do estudo para elaboração do PDUI, sendo elemento analítico de subsídio e respaldo à montagem tanto do Caderno Preliminar de Propostas (P10) quanto do Caderno Final de Propostas (P13). O diagnóstico foi estruturado a partir das áreas transversais acima mencionadas.

A **Figura 2**, a seguir, permite uma visão geral do desenvolvimento do trabalho, identificando as etapas mencionadas anteriormente, com as questões objeto de análise e os 15 produtos resultantes.

FIGURA 2. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO E PRODUTOS



2. REPOSITÓRIO DE DADOS

O **repositório de dados do projeto**³ foi organizado para dar suporte na etapa de construção dos PDUIs, conforme dito, mas constitui também uma base de informações que possibilitará, em etapas subsequentes, desenvolver subsistemas de informação (SIM |PDUI-UR) e de gestão que possam apoiar e complementar as atividades da Câmara Temática de Gestão do PDUI, no acompanhamento dos sistemas de monitoramento – bem como das futuras contratações necessárias –, segundo as prioridades **deliberadas pelos respectivos Conselhos de Desenvolvimento**. Isso possibilita o armazenamento das informações com série histórica, a seleção de dados, análises e emissão de relatórios.

As **Áreas Temáticas**, que são instrumentais de todo o processo, contemplam os dados levantados no reconhecimento dos territórios e os aspectos essenciais das Unidades Regionais. Buscam, portanto, dar conta da caracterização do território das URs, valendo ressaltar, entretanto, que sua completude foi condicionada pela disponibilidade e pelo acesso aos dados e informações, e que, em alguns municípios, o levantamento foi feito por aproximações decorrentes de análises complementares.

As sete Áreas Temáticas são as seguintes:

AT-1. Estruturação urbana, processo de urbanização e rede de centralidades:

- Dados de uso e ocupação do solo, com predominância de usos e tipologias.
- Dados de inserção da Unidade Regional na rede urbana paulista.
- Dados da área urbanizada que permitem identificar padrões de parcelamento do solo, descontinuidades, vetores de crescimento e caracterização da expansão imobiliária (polos de produção imobiliária, a partir das bases de licenciamento estadual e municipais).
- Dados demográficos: população total (urbana e rural), densidade demográfica, TGCA total (urbana e rural), taxa anual de migração, saldo migratório anual – migração pendular.
- Dados relativos à regulação urbanística municipal: planos diretores, macrozoneamento, zonas especiais, perímetro urbano, instrumentos urbanísticos, etc.
- Dados referentes à agenda de projetos estruturantes em âmbitos municipal e regional. Dados sobre a rede de centralidades: identificadas a partir da análise da convergência de polos de usos comerciais e serviços, concentração de equipamentos urbanos, alta oferta de empregos e atratividade de viagens.

AT-2. Vulnerabilidade socioterritorial, política habitacional e equipamentos públicos:

- Indicadores de vulnerabilidade socioterritorial: IDH-M, IPVS, IPRS (Grupos, Municípios Geral, Riqueza, Longevidade, Escolaridade), indicadores de educação (INEP).
- Dados demográficos relacionados à renda, escolaridade, mortalidade infantil, expectativa de vida, razão de dependência e pirâmide etária.
- Dados sobre assentamentos precários e panorama do déficit habitacional, informados a partir do IBGE, e complementados com informações municipais, quando existentes.
- Dados referentes à política habitacional: regulação, sistema de planejamento e financiamento.

³ Ver Estrutura do Repositório de Dados do PDUI, no Produto 13, Parte III, item 7.3.

- Dados da produção habitacional, ações de regularização (diversos níveis) e intervenções específicas.
- Dados sobre distribuição e acesso a serviços e equipamentos públicos: polos de cultura, educação, esporte, rede de saúde e acesso à banda larga.
- Dados sobre segurança alimentar: condições de acesso, produção agroalimentar e abastecimento.

AT-3. Mobilidade, transporte e logística:

- Dados sobre a oferta das infraestruturas de mobilidade que informam acerca da conectividade intermunicipal e da abrangência regional.
- Dados sobre os deslocamentos: intermodalidade, volume de viagens (em estudos estaduais ou disponibilização de dados municipais) e movimentos pendulares regionais.
- Dados do sistema viário de abrangência regional.
- Dados sobre o transporte de cargas e os polos logísticos.
- Dados sobre os planos, programas e projetos de abrangência regional.
- Identificação da estrutura de gestão e integração dos sistemas de mobilidade.

AT-4. Estrutura produtiva urbana e rural, conhecimento e tecnologia:

- Dados do PIB, inserção e peso do município na dinâmica econômica regional, traçando o perfil econômico dos municípios e da Unidade Regional.
- Dados da cadeia produtiva da UR: comércio, serviços, complexo da saúde, logística, base industrial e suas transformações.
- Dados sobre o valor adicionado bruto por atividade econômica (PIB Setorial).
- Índice de localização do valor adicionado (indústria, serviços e agropecuária).
- Evolução do número de estabelecimentos, evidenciando o perfil na Unidade Regional.
- Dados relacionados a comércio exterior – exportação e importação – e identificação dos principais produtos da Unidade Regional.
- Caracterização dos ativos urbanos e econômicos (equipamentos públicos de inserção regional – aeroportos, polos de mobilidade, complexos de saúde, polos de ensino superior e pesquisa – complexos tecnológicos e industriais, incubadoras, grandes centros comerciais), identificando eventuais desequilíbrios na distribuição.
- Dados demográficos relativos à população ocupada e à população economicamente ativa (PEA). Dados de empregos formais e sua distribuição regional, rendimentos médios, índice de localização dos empregos de alta e média-alta intensidades tecnológicas da indústria. Identificação de políticas voltadas à geração de emprego e renda, quando existentes. Dados sobre investimento e intenções de investimento na Unidade Regional e em seus municípios.
- Dados sobre a existência de políticas, programas e equipamentos (Etec, Fatec, Senai, etc.) voltados à qualificação da mão de obra.

- Dados sobre políticas e programas, e identificação de núcleos voltados à inovação e à economia criativa.
- Identificação do potencial turístico da região, quando for o caso.
- Dados da produção agrícola rural e da agricultura urbana, valor da produção rural, área colhida de cana-de-açúcar e laranja, quando pertinente.

AT-5. Patrimônio ambiental e recursos hídricos:

- Dados do sistema de áreas verdes e áreas protegidas.
- Dados sobre as áreas de risco ambiental e fragilidades ambientais.
- Dados de recursos hídricos: hidrografia, sistema de bacias, aspectos físicos, quantitativos e qualitativos das águas.
- Dados relativos aos níveis de reconhecimento, mapeamento e monitoramento do patrimônio ambiental
- Dados relacionados às políticas e instrumentos de proteção de áreas de interesse ambiental.
- Dados que informam sobre os conjuntos paisagísticos, unidades ambientais e complexos culturais e ambientais identificados em âmbitos estadual ou municipal.
- Identificação da presença de políticas voltadas ao tema das mudanças climáticas: perspectivas de mitigação em relação a eventos extremos; e informações analíticas sobre resiliência urbana.

AT-6. Infraestrutura urbana:

- Dados sobre o panorama das políticas municipal e regional do saneamento – estrutura institucional, planejamento e integração de sistemas.
- Dados relativos ao abastecimento e à segurança hídrica – caracterização, desafios e planos de expansão.
- Dados de esgotamento sanitário – abrangência, níveis de coleta e tratamento e planos de expansão.
- Dados sobre drenagem e manejo das águas pluviais – macrodrenagem, fragilidades locais e planos de expansão.
- Dados sobre gestão dos resíduos sólidos – cobertura da coleta e processamento.

AT-7. Gestão pública e governança regional:

- Dados relativos à estrutura de articulação regional: conselhos, consórcios, integração regional e atores estratégicos.
- Dados informativos da transparência na gestão pública na Unidade Regional.
- Quadro fiscal dos municípios: arrecadação, capacidade de investimento e endividamento.
- Informações sobre os órgãos, instrumentos e sistemas integrados de planejamento, gestão e monitoramento das ações públicas na Unidade Regional e seus municípios.

- Os dados que compõem cada uma dessas áreas temáticas estão armazenados em bases geográficas em *shapefiles*, ou outros formatos, e em tabelas, assim referidos no repositório de dados.

As **Áreas Transversais** propiciaram um documento-síntese, em que o diagnóstico informa os principais desafios que o Caderno de Propostas, contemplando diretrizes e ações, deve abordar. Além disso, organizam, de forma integrada, as FPICs, enquanto elementos estruturadores do PDUI.

Sustentabilidade e processo de urbanização – Nesta área transversal estão correlacionados o patrimônio ambiental e os recursos hídricos com as condições de desenvolvimento econômico e social na Unidade Regional. Informa sobre os seguintes aspectos: a dispersão e a fragmentação da área urbanizada; os desequilíbrios na distribuição e acesso ao emprego e ativos urbanos potenciais; as condições de acesso a serviços urbanos; a presença de políticas de geração de emprego e renda.

Desigualdade socioterritorial – Contempla as vulnerabilidades social e territorial e a forma de inserção dos municípios nas dinâmicas regionais. Apresenta: a política habitacional – assentamentos precários e déficit habitacional; informações sobre as condições de oferta de infraestrutura urbana, sobretudo de mobilidade; os níveis de centralidade existentes na Unidade Regional dados pela dimensão funcional; analisa o perfil econômico dos municípios e o papel que cumprem na UR.

Inovação – Identifica e analisa as condições de promoção de um ambiente inovativo na Unidade Regional, seja mediante políticas específicas ou pela sinergia de agentes econômicos existentes. Para tanto, avalia a diversidade de atividades econômicas, o grau de tecnologia incorporada às atividades econômicas urbanas e rurais, os programas e parcerias voltados à promoção da responsabilidade social, o potencial de atuação do poder público como indutor de transformação no território. Nesse âmbito, avalia programas do governo nas três instâncias voltados à CT&I.

Hub de infraestrutura – Identifica as potencialidades e condições de distribuição e funcionamento das redes de infraestrutura fundamentais para a qualificação da urbanização regional. Para isso, aponta as limitações e os planos de extensão da rede básica de saneamento, relaciona as implicações ambientais no cenário existente; identifica potencialidades para a ampliação da conectividade urbana, por meio da promoção da acessibilidade de pessoas e da melhoria dos fluxos de atividade logística.

Articulação interfederativa e setorial – Refere-se aos órgãos e instrumentos de gestão e monitoramento das ações públicas municipais e regionais e aos níveis de articulação e interação entre entes federativos e entre as políticas públicas setoriais. Desse modo, traça um panorama da gestão pública; relaciona ferramentas e sistemas de monitoramento do planejamento urbano e identifica as lacunas existentes, no sentido da construção e condução das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

Em termos do armazenamento físico dos dados, o repositório de dados segue a divisão em áreas temáticas e áreas transversais, contendo uma pasta geral comum a todas as URs, e contempla os dados no limite do Estado de São Paulo e outros recortes comparativos. Nessa pasta, ainda estão guardados materiais de apoio, o andamento dos produtos e os *templates* adotados para a elaboração da cartografia.

As cinco Unidades Regionais para as quais se construiu o PDUI possuem, cada uma, pastas específicas nos recortes regionais, contendo as áreas temáticas nas quais se encontram informações secundárias disponíveis sobre os diferentes temas abordados, as áreas transversais com as particularidades das Unidades Regionais e os cruzamentos e análises depreendidos, e uma área onde estão armazenados os *shapefiles* dos macrozoneamentos preliminar e final.

Os dados mencionados acima estão listados em um quadro com a relação dos arquivos em *shapefile* e em tabelas, relativos a cada área temática (AT), oferecendo uma visão geral da base de dados das cinco Unidades Regionais⁴.

Importante enfatizar que se adotou como orientação para a construção do repositório de dados o uso de séries temporais – de 2010 até o último ano disponível na data de início dos trabalhos –, e que, no caso de dados anuais decorrentes de séries mensais, o mês de referência é dezembro do ano em questão.

Além disso, a escala dos mapeamentos está compatível com o planejamento metropolitano, adotando uma escala também adequada às apresentações e à produção dos cartogramas.

3. ORDENAMENTO TERRITORIAL

O padrão da urbanização contemporânea – observável em diferentes graus e características em cada uma das metrópoles paulistas – deve ser examinado a partir dos traços específicos de cada uma delas. O primeiro, por óbvio, é a indiscutível tendência a produzir organizações multiescalares e policêntricas, isto é, de promover redes. Essa observação se traduziu em importante linha metodológica para conduzir as análises apresentadas neste documento, além de propostas conclusivas representadas cartograficamente no macrozoneamento e no ordenamento territorial, para o qual se apresentam propostas de diretrizes em três vertentes: o macrozoneamento (MZ), as estratégias para ação metropolitana (EAMs) e as áreas de interesse metropolitano (AIMs)⁵, tríade que estruturou o ordenamento territorial da Unidade Regional.

Com a identificação desses componentes territoriais, relativos a três escalas, busca-se uma visão territorial o mais acurada possível, considerando análises comprometidas com as questões e os problemas que impactam a região para então gerar diretrizes consistentes para o PDUI, confirmando seu caráter propositivo.

Ganharam relevância na análise as dinâmicas urbanas e regionais que impactam o ente metropolitano. A partir desse princípio, foram identificados e estudados para além dos planos diretores, quando existentes, a regulação urbanística municipal e os planos setoriais, além de outros aspectos, como os demográficos, os físico-espaciais, os socioeconômicos e os ambientais de cada município da Unidade Regional, considerados pela importância de se identificar as dinâmicas urbano-regionais que impactam o território a partir de uma visão integradora.

O diagnóstico decorrente se voltou para a identificação e a caracterização dessas dinâmicas e, para tanto, foram consideradas múltiplas questões, recorrendo ao mapeamento de cada uma delas, sempre que possível, tendo em vista a relevância para o estudo dos aspectos físico-territoriais, entre os quais pode-se destacar: os impactos da expansão urbana e ambiental; a dispersão da área

⁴ Ver Produto 13, item 7.3.

⁵ Ver P13 Caderno Final de Propostas item 1.1. Padrão de urbanização contemporâneo e seus desdobramentos nas metrópoles paulistas.

urbanizada; as características da desigualdade socioterritorial; a presença da inovação no uso e ocupação do solo; os pontos de articulação dos transportes local e regional. A leitura de fontes secundárias permitiu identificar outros aspectos, como as precariedades apontadas nos Planos Diretores, especialmente no que se refere ao saneamento básico, abastecimento e destino de resíduos; presença de consórcios e planos de ações integradas existentes; projetos estruturantes de âmbitos municipal e regional. Especial atenção foi dada aos aspectos relacionados às precariedades urbana e habitacional, para equacionar as disfunções resultantes do processo de crescimento urbano.

Esse reconhecimento do território – seu **diagnóstico e o panorama regional**⁶ – pautou a elaboração do **MZ Regional**, compatibilizando, inicialmente, os conceitos que ampararam os distintos macrozoneamentos municipais como insumos. Na sequência, foram conceituadas e compostas as **macrozonas regionais**, resultando no mapa do **macrozoneamento regional** que acompanha o projeto de lei do PDUI.

A abordagem territorial descrita permitiu, também, a definição das **Estratégias para Ação Metropolitana**, orientadas pela análise das funções públicas de interesse comum – as FPICs – com o objetivo de promover a integração e minimizar desequilíbrios, tendo em vista os desenvolvimentos urbanos metropolitano e regional.

O entendimento das questões elencadas a seguir se somaram às mencionadas anteriormente, completando, assim, o quadro analítico do ordenamento territorial:

- Aspectos da formação e estruturação urbana recente dos municípios pertencentes à UR e sua relação funcional.
- As dinâmicas contemporâneas e disfuncionalidades geradas.
- Configuração da UR a partir da compreensão dos municípios que a compõem, considerando as obras estruturais que permitiram sua configuração.
- O papel central da mobilidade e da acessibilidade para o desenvolvimento socioeconômico, entendido como fator fundamental da inserção regional dos municípios.
- A importância dos “nós de mobilidade” como agentes estimuladores da atividade econômica no interior do território regional.
- A relevância de certas atividades econômicas em áreas urbanas para o contexto regional reconhecidas como centralidades.
- Crescimento urbano ilegal em áreas de proteção ambiental que comprometem o desenvolvimento sustentável.
- Instrumentos específicos dos PDEs voltados à reorganização das atividades econômicas.
- Instrumentos e ações de regularização fundiária nos municípios, com foco nos territórios onde predominam precariedades habitacionais e urbanas, visando à inclusão socioambiental.

O Macrozoneamento foi elaborado em dois tempos. O *mapa preliminar do macrozoneamento*, que apresentou uma primeira versão, instrumento guia das discussões no GT de Macrozoneamento e nas oficinas regionais, e sua versão final contendo as contribuições do processo de participação social (P12), cujo resultado está consolidado no Caderno de Propostas (P13).

6 Ver também os seguintes documentos: P5 Panorama Regional; P7 Diagnóstico e P13 Caderno Final de Propostas.

3.1. Definições e objetivos do ordenamento territorial

A caracterização do ordenamento territorial de cada uma das Unidades Regionais metropolitanas, como mencionado anteriormente, resulta de análises realizadas em três escalas distintas, porém articuladas: o macrozoneamento regional (MZ Regional); as estratégias para ação metropolitana (EAMs) e as áreas de interesse metropolitano (AIMs). As suas definições pressupõem a observação de relações territoriais indicativas de funções específicas, cuja necessidade de melhores articulações intergovernamentais demandam o aprimoramento dos instrumentos de governança para ações integradas no território metropolitano.

A primeira é o **macrozoneamento regional (MZ Regional)**, cujo foco são as condições predominantes no processo e nas dinâmicas de urbanização regional, assim como os regramentos normativos urbanísticos e ambientais existentes.

O **macrozoneamento metropolitano ou regional (MZ Regional)** é um instrumento urbanístico da política metropolitana, estabelecido pelo Estatuto da Metrópole. O disposto na elaboração do macrozoneamento visa ao **ordenamento territorial das Unidades Regionais associadamente**. Por definição legal, tem caráter orientador para os municípios que integram a região, em função de diretrizes comuns. Tal postura torna possível um diálogo entre as distintas políticas de âmbito territorial, conciliando, assim, interesses e demandas entre os entes situados na **escala regional**, indicando a presença de um macrozoneamento regional mais eficiente.

O **macrozoneamento regional (MZ Regional)** é uma figura jurídica central nesse processo – e é abordado em detalhes –, pois orienta o padrão para o uso e ocupação do solo no território regional, vencendo interesses específicos e exclusivos de um ou mais municípios. Agindo de forma integrada e abrangente, o MZ Regional é uma referência para a localização e a natureza de futuros investimentos públicos e privados, servindo também de diretriz para a revisão, ou para a elaboração, de planos diretores municipais, no caso de inexistência.

As **estratégias para ação metropolitana** (ou regional, no caso das aglomerações urbanas) são estruturadoras da ação pública, dirigidas aos sistemas relacionados às funções públicas de interesse comum (FPICs) que se articulam no território. Sua função básica, portanto, é promover, no âmbito regional, a articulação setorial das diversas políticas que coincidem com funções, serviços e programas de natureza sistêmica e de interesse comum dos municípios e demais entes federativos.

As **áreas de interesse metropolitano** abordam as possibilidades e as questões localizadas em recortes territoriais específicos, que podem resultar ou não em perímetros que permitam a articulação de ações interfederativas e intersetoriais. Sua efetivação está condicionada às regulações especiais, assim como à utilização de instrumentos urbanísticos previstos nos Estatutos da Cidade e da Metrópole, devidamente compatibilizados.

3.2. Etapas do estudo relativo ao ordenamento territorial

O estudo visando ao ordenamento territorial das Unidades Regionais compreende três etapas. A **primeira**⁷ tem como meta a elaboração dos mapeamentos das macrozonas e zoneamentos municipais das Unidades Regionais, a partir da compreensão da regulação urbanística e ambiental incidente nos municípios, de modo a compatibilizar as nomenclaturas e conceitos. Foi concluída

⁷ Ver produtos P2 Mapeamento do macrozoneamento e zoneamento municipais; P3 Mapa da Leitura unificada dos zoneamentos e macrozoneamento municipais.

com uma proposta preliminar de MZ Regional expressa no **P4 – Mapa Preliminar de Macrozoneamento Regional (MZ Regional)** elaborado para cada uma das URs.

A **segunda etapa** tem como objetivo rever o **Mapa Preliminar do Macrozoneamento Regional**, buscando refinar os conceitos de MZ e incorporar os demais documentos analíticos: o Panorama Regional (P5) e o Diagnóstico (P7), que apresentam aspectos relativos à sua inserção regional e ao processo de urbanização, à dimensão socioeconômica e ao suporte da infraestrutura.

Para essa tarefa, duas atividades se destacam:

- a. Cotejar as análises e interpretações dos produtos P2, P3 e P4 com o P5 – Panorama Regional e o P7 – Diagnóstico, de modo a calibrar as Macrozonas Regionais elaboradas para cada UR. Importante frisar que são consideradas as especificidades de cada um dos territórios em pauta, a partir do reconhecimento das principais dinâmicas urbanas e econômicas presentes em cada um deles.
- b. Rever e adequar os produtos para disponibilizá-los nas plataformas digitais do PDUI de cada UR, visando a facilitar a participação social nas audiências públicas, realizadas em janeiro de 2022. Nelas, são apresentadas as versões preliminares de MZ Regional, acompanhadas de seus respectivos conceitos e diretrizes. Essa versão é passível de ajustes, após as contribuições recebidas da sociedade civil e de instâncias públicas das respectivas URs pelas plataformas digitais.

A **terceira etapa** – pós-audiências públicas – tem como meta avaliar a pertinência das contribuições resultantes da consulta pública⁸ e incorporar as contribuições que abram perspectivas de aperfeiçoamento da proposta preliminar de MZ Regional.

A partir dessa avaliação e incorporação, é produzido o Mapa de Macrozoneamento Final, a ser adotado no projeto de lei. E, concomitantemente, são avaliadas as **estratégias para ação metropolitana**, com foco nos sistemas relacionados às funções públicas de interesse comum que estruturam o território e garantem a qualificação da urbanização, além de abordar oportunidades e problemas específicos e localizados, que podem ser identificados como **áreas de interesse metropolitano** para cada uma das URs. Estas constituem etapas de avaliação e análise relevantes para a elaboração do Caderno Final de Propostas.

Na sequência, são detalhados os procedimentos adotados nas etapas mencionadas e os critérios que amparam os mapeamentos.

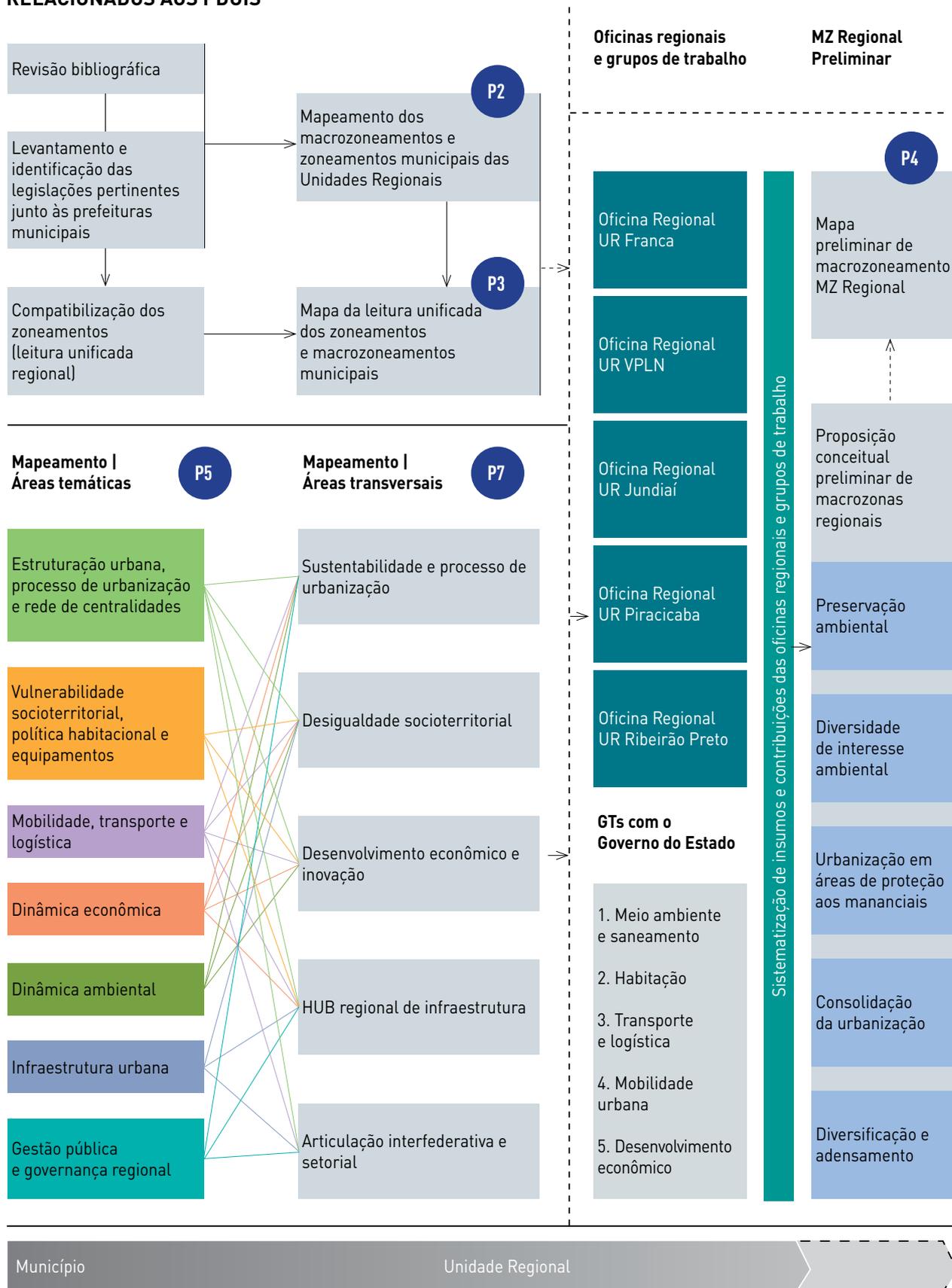
3.3. Percurso metodológico e procedimentos adotados

A primeira etapa do ordenamento territorial resulta nos seguintes produtos para cada uma das URs: 1) Revisão bibliográfica e contato concomitante com as prefeituras municipais para levantamento e identificação das legislações pertinentes, resultando no Produto 2; 2) Leitura analítica das leis urbanísticas municipais e compatibilização dos zoneamentos (leitura unificada regional), resultando no Produto 3; 3) Elaboração preliminar do macrozoneamento regional, resultando no Produto 4.

Os três produtos mencionados abordam a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, a Região Metropolitana de Piracicaba, a Região Metropolitana de Jundiaí e a Aglomeração Urbana de Franca.

⁸ Ver os produtos: P6 Sistematização dos resultados das oficinas regionais; P8 Sistematização dos resultados dos GTs; P9 Relatório de encaminhamento e aproveitamento das propostas e P11 Sistematização dos resultados das audiências públicas.

FIGURA 3. PERCURSO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS RELACIONADOS AOS PDUIS



Os produtos são descritos a seguir:

- **P2 – Levantamentos:** Mapeamento dos Macrozoneamentos e Zoneamentos Municipais das Unidades Regionais. Este produto resulta dos levantamentos das legislações de cada município: leis municipais referentes ao território, que incluem os planos diretores e as leis de uso e ocupação do solo, quando existentes, leis de perímetro urbano, zonas especiais ou outras que dizem respeito à regulamentação do território municipal. Na ausência de planos diretores, é necessário se apoiar em legislação mais difusa.
- **P3 – Análises:** Mapa da Leitura Unificada dos Zoneamentos e Macrozoneamentos Municipais. Trata-se da compatibilização das diversas nomenclaturas e conceitos adotados pelos municípios em suas legislações. Etapa relevante para a construção do macrozoneamento regional, na medida em que identifica os principais conceitos, características e diretrizes das zonas e macrozonas definidas nas diversas legislações municipais. Estas serão agregadas de acordo com sua função predominante para gerar legenda única de macrozonas compatibilizadas na escala regional.
- **P4 – Proposição:** Mapa Preliminar de Macrozoneamento Regional (MZ Regional). A proposição resultante das etapas anteriores embasa as discussões nas seguintes instâncias colaborativas: a) oficinas regionais (ORs), com a participação das prefeituras e da sociedade civil; b) grupos temáticos (GTs), envolvendo segmentos da gestão pública estadual; c) debate público derivado das audiências públicas (APs).

3.4. Critérios gerais para os mapeamentos

Os mapeamentos foram feitos a partir de dados e informações disponíveis em órgãos oficiais como: prefeituras e secretarias municipais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Seade, Instituto de Geociência (IGC), Instituto de Economia Agrícola (IEA), Ministério do Meio Ambiente, secretarias do Governo do Estado de São Paulo, entre outros.

Apesar das distinções existentes em cada uma das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas, todas seguem os seguintes princípios:

- considera as leis ambientais vigentes nas três esferas governamentais (Unidades de Conservação e seus planos de manejo, Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais (APRM), Planos de Bacias, entre outras), aplicando-as como integrantes de macrozona ambiental, seja com nível de proteção integral ou de uso sustentável;
- considera o perímetro urbano como critério definidor de áreas urbanas e de áreas de expansão urbana;
- considera a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), acrescentando as áreas de risco em item estruturante do ordenamento territorial;
- localiza corredores de conurbação entre municípios e explora as potencialidades (áreas de desenvolvimento econômico, áreas de intervenção urbana, utilização de instrumentos de política urbana de forma integrada) e conflitos (limites geográficos, regularização fundiária, entre outros);
- considera a leitura unificada para definir algumas macrozonas ou áreas estratégicas;

- considera a governança metropolitana ativa, com participação e colaboração de todos os municípios.

3.5. Critérios para o mapeamento das legislações municipais

Os macrozoneamentos e zoneamentos municipais apresentam muitas diferenças em sua composição. Em alguns municípios, o macrozoneamento é composto somente por duas macrozonas – urbana e rural –, enquanto em outros incorpora outras funções territoriais importantes, como a de preservação ambiental e a de desenvolvimento econômico.

Já os zoneamentos trazem, geralmente, diversas funções de uso, muitas delas apenas para o território dentro do perímetro urbano. Ou seja, os municípios tratam suas legislações de maneira particularizada. Como o PDUI deve tratar de assuntos na escala regional, faz-se necessário analisar cada situação em particular, de modo a construir macrozonas regionais que incorporem tais posturas, produzindo uma coesão e coerência no âmbito regional.

Tendo em vista tais requisitos, foram utilizados nos mapeamentos os seguintes critérios:

- mapear o instrumento disposto pela lei mais atual;
- sempre que possível, mapear macrozoneamento e zoneamento quando os dois mapas apresentarem informações relevantes no âmbito regional (por exemplo: macrozona ambiental e zonas de expansão urbana);
- caso não haja tempo suficiente para mapeamento das duas estruturas, escolher o macrozoneamento quando este apresentar uma mínima definição de urbano, rural e ambiental, deixando o zoneamento para um segundo momento;
- sempre mapear o perímetro urbano, mesmo se já houver macrozoneamento e zoneamento;
- sempre mapear ZEIS, ZEIAS e outros zoneamentos especiais, quando existirem;
- trabalhar com os Setores Censitários Urbanos 2020 (IBGE), no caso da ausência de perímetros urbanos;
- mapear em feições próprias e independentes:
 - A. Macrozoneamento
 - B. Zoneamento
 - C. Perímetro Urbano
 - D. Zonas Especiais de Interesse Ambiental
 - E. Zonas Especiais de Interesse Social
 - F. Operações Urbanas ou outros instrumentos de Política Urbana.

Observação: caso as ZEIS/ZEIAS façam parte do macrozoneamento ou do zoneamento, criar cópias nas feições correspondentes.

3.6. Sistematização dos dados

Os dados levantados, relativos ao ordenamento territorial (leis municipais), estão organizados em relatórios e quadros para cada município da UR, e foram submetidos à validação das prefeituras.

O relatório de análise da legislação urbanística municipal contém informações sobre todas as leis urbanísticas vigentes no município – desde que sejam pertinentes ao ordenamento territorial –, considerando, inclusive: leis de perímetro urbano e zonas especiais; Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC); Outorga Onerosa do Direito de Construir e de Alteração de Uso, Transferência do Direito de Construir e Operação Urbana.

No **Quadro 1**, de compatibilização de legendas, foram inseridas as macrozonas e zonas com os respectivos artigos da legislação que descrevem, nas seguintes colunas, conforme exemplo abaixo: nome do município; instrumento legal; categoria; classificação municipal; sigla; classificação na leitura unificada; e descrição.

QUADRO 1. LEITURA UNIFICADA PARA CADA UNIDADE REGIONAL

Município	Instrumento legal	Categoria	Classificação municipal	Sigla	Classificação na leitura unificada	Descrição

3.7. Construção do macrozoneamento regional

Como foi dito acima, a construção do macrozoneamento regional (**MZ Regional**) é um processo bastante complexo, resultando na delimitação de amplos perímetros no território das Unidades Regionais (metrópole ou aglomeração urbana).

O **macrozoneamento municipal**, quando disponível, é o referencial inicial para a construção da leitura de cada Unidade Regional, cotejando-se essas informações com outras consideradas relevantes – ocupação urbana, condições socioeconômicas e vocação ambiental. A partir da análise desse conjunto de elementos, é possível identificar convergências, compatibilizações entre zoneamentos, ou mesmo a existência de conflitos entre legislações e políticas municipais.

É preciso, portanto, enfatizar a importância de diferenciar o **MZ Regional** do **MZ Municipal**. Como este último é um instrumento da política urbana municipal, sujeito às singularidades já apontadas, o **MZ Regional resulta de uma nova construção territorial**, centrada na necessidade de articular interesses comuns e mais coesos e eficientes.

O processo de construção do MZ Regional avalia o definido nos municípios, mas o coloca em contraponto com outros fatores determinantes, tais como: condições favoráveis ou não à urbanização; provisão de serviços ecossistêmicos e as dinâmicas rurais; possibilidades de adensamento do tecido urbano e o melhor aproveitamento do investimento urbano instalado.

Para as conceituações e demarcações no território das macrozonas, são adotados procedimentos gerais, cuja referência inicial são os estudos realizados anteriormente pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa) ao produzir o MZ Regional de outras regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, entre os quais o da Região Metropolitana de São Paulo e o da Região Metropolitana de Campinas⁹.

Os itens a seguir detalham a metodologia geral adotada na construção do **Ordenamento Territorial Regional** e utilizada na sequência dos Produtos 2, 3 e 4 do estudo Fipe-SDR, com foco na descrição das três etapas que culminam com a elaboração de uma proposta preliminar de Macrozoneamento Regional.

3.8. Mapa do macrozoneamento regional preliminar de cada UR

3.8.1. Etapa de levantamento

O **Mapeamento dos Macrozoneamentos e Zoneamentos Municipais das Unidades Regionais (Produto 2)** subdivide-se nas seguintes atividades:

- a) **Consulta à bibliografia disponível** sobre temas de interesse para a elaboração dos PDUIs que permitam introduzir novos elementos na etapa de leitura analítica das leis urbanísticas municipais, além de contribuir com a tarefa de compatibilizar os distintos zoneamentos municipais, quando existentes.
- b) **Diálogo com o corpo técnico das prefeituras** que integram cada uma das Unidades Regionais, especialmente envolvendo as secretarias de Desenvolvimento Urbano, de Obras e Planejamento e de Meio Ambiente. Esta é uma etapa relevante do trabalho, pois a interação com o corpo técnico dos governos municipais permite verificar e confirmar a vigência da regulação urbanística do município bem como sua aplicação.
- c) **Análise das leis de ordenamento territorial municipais.** A leitura analítica dos textos das leis dos planos diretores, leis de zoneamento e leis de uso e ocupação do solo consiste em localizar e registrar dados relacionados ao ordenamento territorial do município: macrozoneamentos, zoneamentos, zonas especiais, áreas ambientais protegidas, áreas de desenvolvimento econômico, entre outros. Geralmente, essas informações estão contidas em capítulo específico da Lei do Plano Diretor, chamado “ordenamento territorial”. Entretanto, há casos em que elas aparecem com outro nome, ou constam apenas na Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), ou mesmo pode ocorrer de não constarem dessas leis.

Em geral, o macrozoneamento municipal é definido no Plano Diretor. Na LUOS, o macrozoneamento integra o zoneamento municipal. Porém, quando o município não dispõe de Plano Diretor e possui lei de parcelamento do solo, algumas estratégias de aproximação são adotadas. Os produtos resultantes da etapa de levantamento são:

⁹ A partir de 2016, a elaboração dos PDUIs de algumas regiões metropolitanas do Estado de São Paulo ficou sob a responsabilidade da Emplasa, que, na ocasião, desenvolveu uma metodologia para tratar do macrozoneamento regional junto aos municípios. Essa metodologia, adotada em muitas reuniões dos grupos de trabalho, resultou em definições consolidadas no Caderno Final de Propostas do PDUI da RMSP e no Caderno Preliminar de Propostas da RMC. Nas demais regiões e aglomerações – Região Metropolitana de Sorocaba e nas então aglomerações urbanas de Jundiaí e de Piracicaba – as discussões chegaram à fase de conceituação do macrozoneamento.

- 1) **Mapa – Macrozoneamentos e Zoneamentos Municipais** (de cada Unidade Regional).
Apresenta as zonas e macrozonas municipais, evidenciando as múltiplas classificações e conceituações utilizadas pelos municípios.
- 2) **Quadro – Regulação Urbanística dos Municípios** (de cada Unidade Regional).
- 3) **Quadro – Instrumentos Urbanísticos Propostos nos Planos Diretores Municipais** (de cada Unidade Regional).

3.8.2. Etapa de análise – leitura unificada dos macrozoneamentos municipais

Essa importante etapa teve como meta a construção do Mapa da Leitura Unificada dos Zoneamentos e Macrozoneamentos Municipais (Produto 3), que seguiu o seguinte roteiro operacional:

a. Leitura unificada dos macrozoneamentos e zoneamentos municipais.

A leitura unificada é o primeiro entendimento da organização territorial regional, a partir da conjugação das necessidades e proposições internas a cada município. É possível, também, a partir dela, visualizar discontinuidades ou conflitos e discrepâncias entre diretrizes territoriais nos limites municipais, que se tornam ferramentas de sensibilização dos municípios frente à necessidade de uma atuação conjunta e colaborativa. Essa estratégia permite análises comparativas entre o regional almejado e o municipal existente, assim como gerar diretrizes e orientações, ou incorporar ao macrozoneamento regional zonas/macrozonas municipais existentes.

b. Compatibilização entre nomenclaturas e conceitos adotados pelos municípios.

Inicialmente, é necessário identificar os principais conceitos, características e diretrizes das zonas e macrozonas definidas nas legislações municipais, agregando-as de acordo com sua função predominante, para gerar uma legenda única de macrozonas compatibilizadas.

Os **relatórios municipais** – Relatório de Análise da Legislação Urbanística Municipal – nome do município – apresentam as soluções encontradas no processo de compatibilização, relacionadas à interpretação do texto das leis municipais ou à ausência de informações. É o instrumento utilizado para validar conceitos e sua aplicação pelos municípios¹⁰.

Verifica-se que alguns municípios possuem caracterização, objetivos e diretrizes de cada zona/macrozona bastante detalhados no texto da lei, e que outros apresentam somente a divisão das zonas/macrozonas, sem detalhamento das suas funções. Diante dessas dificuldades, os seguintes critérios orientam a compatibilização:

- utilizar parâmetros urbanísticos de ocupação do solo para complementar as informações do texto da lei (coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação, tamanho do lote, etc.), quando esta não detalhar as funções de cada zona/macrozona;
- utilizar o perímetro urbano como critério para definir entre urbano ou rural/ambiental;
- utilizar sobreposições de informações – como unidades de conservação, áreas de preservação permanente, áreas de mananciais e áreas de risco – para ajudar a caracterizar as zonas/macrozonas municipais, quando estas não apresentarem diretrizes.

A leitura unificada dos macrozoneamentos e zoneamentos é submetida à apreciação e validação dos municípios, para que quaisquer dúvidas sejam esclarecidas e para garantir a integridade das informações que serão analisadas no âmbito regional.

¹⁰ Os relatórios municipais estarão disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional em estudo no final do projeto.

c. Parâmetros para legenda unificada do macrozoneamento e zoneamentos municipais.

Para elaborar a legenda unificada do macrozoneamento e zoneamentos municipais e sua espacialização, são utilizados os parâmetros produzidos em estudo detalhado realizado pela Emplasa, quando da elaboração dos PDUIs de Unidades Regionais do Estado de São Paulo¹¹.

O resultado das agregações dá origem a uma legenda de nove macrozonas municipais, sendo quatro com funções ambientais – proteção, uso sustentável, recuperação e atividade rural – e cinco com funções urbanas – consolidada, expansão, requalificação, adensamento e desenvolvimento econômico.

Em cada UR, como será visto mais adiante, ocorrem variações e adaptações nas definições de cada macrozona – dependendo do nível de urbanização dos municípios envolvidos. No entanto, foram mantidos os nomes das nove macrozonas como referência inicial da legenda em todos os casos, sem prejuízo de sua conceituação básica, adotando-se, em cada unidade regional, as pertinentes às características municipais.

A elaboração do mapa do macrozoneamento e zoneamentos municipais a partir de uma legenda unificada – conforme esclarecido acima – orienta-se pelos seguintes **parâmetros unificadores** (Quadro 3):

QUADRO 2. PARÂMETROS CONSIDERADOS NA LEGENDA UNIFICADA DOS MZS E ZONEAMENTOS MUNICIPAIS

Legenda unificada dos MZS e zoneamentos municipais	Conceito	Característica
Urbana-Consolidada ¹²	Áreas com nível elevado de urbanização, infraestrutura e equipamentos públicos, configurando bairros consolidados	Pode ser formada tanto por áreas centrais, com concentração de empregos, comércio e serviços como por áreas predominantemente ou exclusivamente residenciais, onde não se pretende maior adensamento construtivo
Urbana-Adensamento	Área urbana dotada de infraestrutura com características físicas que favorecem o adensamento	É caracterizada pela existência de usos residenciais e não residenciais, com nível médio de urbanização e de oferta de serviços e equipamentos, onde se deseja a promoção do adensamento
Urbana-Expansão	Áreas com urbanização incipiente, localizadas em vetores de expansão pretendidos pelo município, geralmente fora do seu perímetro urbano	Possuem condições para serem urbanizadas, por se localizarem em áreas sem restrições físicas, geralmente próximas de infraestruturas já existentes
Urbana-Requalificação	Área urbana estruturada de forma inadequada ou irregular, carente de infraestrutura, com necessidade de requalificação urbanística ou ambiental	Caracteriza-se por áreas urbanas com elevados índices de vulnerabilidade social, baixos índices de desenvolvimento humano e ocupada por população predominantemente de baixa renda, em assentamentos precários e irregulares. Apresenta déficits na oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas. Constitui-se, principalmente, de zonas ou áreas especiais de interesse social

¹¹ Esse método teve origem na elaboração do macrozoneamento da Região Metropolitana de São Paulo e, posteriormente, foi aplicado nos estudos de macrozoneamento desenvolvidos para as seguintes URs: Região Metropolitana de Campinas, Região Metropolitana de Sorocaba, Aglomeração Urbana de Jundiaí e Aglomeração Urbana de Piracicaba.

¹² Também se considera urbana-consolidada a macrozona urbana que se apresenta de forma única no macrozoneamento. No entanto, uma macrozona urbana pode ser dividida em diversas zonas, com diferentes diretrizes de ocupação. Podem ser necessários o detalhamento e o desdobramento posteriores.

Urbana-Desenvolvimento Econômico	Área destinada preferencialmente a atividades produtivas – industriais ou de serviços	Caracteriza-se pela existência de vias estruturais, sistema ferroviário e rodovias, que articulam diferentes municípios e polos de empregos, onde se verificam processos de transformação econômica e de padrões de uso e ocupação do solo. Constitui-se de áreas com concentração industrial já estabelecida ou a serem destinadas para expansão das atividades econômicas, corredores de comércio, serviços e indústrias
Proteção Ambiental	Corresponde às áreas de expressivo valor ambiental, com notáveis atributos naturais ainda preservados, apresentando distintas flora e fauna	São porções territoriais geralmente afastadas das áreas mais densamente urbanizadas, nas quais se observa o prolongamento de remanescentes florestais, a presença de nascentes e cursos d'água e demais elementos que configuram importância ao ecossistema e aos processos naturais locais. Ex.: Unidades de Conservação (UCs) e demais áreas de proteção integral, áreas especiais de interesse ambiental, parques municipais e Áreas de Preservação Permanente (APP)
Uso Sustentável	Áreas que apresentam importantes remanescentes naturais, entremeados por uso residencial de baixa densidade, propriedades de uso agrícola ou de recreação	Abrange região que apresenta relevância ambiental e áreas estratégicas à preservação ambiental e dos recursos hídricos. Exercem importância estratégica no território, na medida em que podem auxiliar na contenção do processo de expansão urbana, no desenvolvimento e incremento controlados de atividades econômicas, ou, ainda, na preservação dos recursos naturais existentes. Compõem a Macrozona de Uso Sustentável, por exemplo, Áreas Especiais de Interesse Ambiental, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e áreas de mananciais
Atividades Rurais	Áreas rurais e núcleos isolados com diferentes índices e graus de urbanização e de restrições ambientais, com presença de atividades econômicas não urbanas	Pode se apresentar com características diversas, em áreas concentradas ou esparsas de produção agrícola, pecuária ou extrativista, agricultura familiar, com ocupação urbana de baixa a média densidade
Recuperação Ambiental	Territórios ambientalmente frágeis, impactados por ações antrópicas, dotados ainda de importantes recursos naturais	Correspondem às porções territoriais degradadas do ponto de vista ambiental, podendo ser caracterizadas pela presença de precariedade habitacional em áreas de proteção ambiental, exploração mineral e infraestruturas específicas, como aterros sanitários

Esta etapa de análise resultou nos seguintes produtos:

- 1. Mapa 2** – Leitura Unificada dos Macrozoneamentos e Zoneamentos municipais (de cada unidade regional) – apresenta a reclassificação das zonas e macrozonas municipais, de acordo com os nove parâmetros mencionados acima, sempre que pertinente.
- 2. Quadro 1** – Compatibilização de legendas – nome do município (de cada município para a unidade regional).

3.8.3. Etapa de proposição

Mapa Preliminar do Macrozoneamento Regional – MZ Regional (Produto 4).

Os levantamentos e análises detalhados nas etapas anteriores (Produto 2 e Produto 3) têm como base informações relativas a cada um dos municípios que integram a Unidade Regional. Em síntese, contêm os elementos regulatórios dos diferentes municípios da UR e a leitura unificada do ordenamento territorial sob uma legenda única de macrozonas municipais, que representam, assim, as principais funções territoriais da unidade regional em estudo.

O passo seguinte, que esta Etapa de Proposições conclui, é a elaboração do mapa preliminar de proposição do macrozoneamento regional, no qual são considerados os interesses municipais já registrados nas etapas anteriores, além de os cotejar com interesses mais amplos dos atributos regionais de interesse coletivo.

Além disso, esta etapa, que prepara o acompanhamento das oficinas regionais com a participação de atores regionais em diversas instâncias, visa ainda apresentar aos interessados uma primeira proposta do MZ, e incorporar contribuições e questionamentos decorrentes desse processo.

As **Macrozonas Regionais** são porções significativas do território metropolitano ou regional, que podem ser contínuas ou não, para as quais se pretende funções semelhantes na escala regional e que devem receber as mesmas diretrizes de uso e ocupação do solo. Isso poderá ser visto nos casos específicos das distintas Unidades Regionais abordadas adiante.

Além disso, as Macrozonas Regionais devem orientar a urbanização, por meio da adoção de políticas de intensificação do adensamento urbano e de controle da expansão urbana periférica, caso se pretenda reduzir a pressão sobre áreas de interesse ambiental e rural, de forma a proteger os recursos ambientais disponíveis – sobretudo as áreas de mananciais para abastecimento público. As MZs também devem incentivar o desenvolvimento de uma produção agropecuária sustentável nas áreas de fronteira rural/urbana. Pauta-se, portanto, pelo interesse metropolitano ou regional, conforme estabelecido no Estatuto da Metrópole, sendo referência para os municípios orientarem o parcelamento, uso e ocupação do solo na Unidade Regional ou o licenciamento de empreendimentos urbanos, como também os projetos setoriais.

Os elementos e temáticas cruzados e articulados no processo de construção do **MZ Regional** buscam construir uma proposta em que os perímetros respondam a uma mesma conceituação sob uma nova designação: **macrozona regional de interesse comum**.

Os elementos utilizados nesse processo de construção consideram:

- os ativos ambientais que devem ser preservados, com destaque para a proteção da quantidade e qualidade das águas que abastecem a região;
- as áreas sujeitas à ocorrência de desastres naturais;
- as áreas tombadas – indígenas e quilombolas;
- os perímetros urbanos definidos pelos planos diretores municipais;
- as áreas de expansão urbana definidas pelos municípios;
- a tendência de crescimento populacional da região;
- os padrões de urbanização identificados no percurso de leitura da Unidade Regional;
- a dinâmica econômica regional;
- as estruturas viária e de conectividade que suportam as dinâmicas decorrentes do processo de urbanização.

O levantamento desses temas, a realização de leituras e cruzamentos de dados ocorreram nas etapas de elaboração do Panorama e do Diagnóstico de cada UR. Esses estudos apoiam a delimitação das MZs Regionais.

A proposta preliminar de macrozoneamento norteou as discussões nas oficinas regionais e nos grupos de trabalho, tendo em vista a necessária interação entre as realidades municipais e suas dinâmicas socioeconômicas regionais, dado que o MZ Regional Final será orientador da revisão dos planos diretores municipais.

Além disso, as Unidades Regionais podem apontar recortes específicos do território como áreas de interesse metropolitano, com a finalidade de implantação de projetos específicos que envolvam a articulação das ações interfederativas e intersetoriais, mediante regulações especiais e a utilização de instrumentos urbanísticos previstos nos Estatutos da Cidade e da Metrópole.

A partir da discussão de diretrizes e estratégias de ordenamento territorial para as respectivas Unidades Regionais, é possível propor um MZ Regional que oriente o desenvolvimento sustentável no âmbito regional.

Resulta dessa etapa de proposições o **Mapa-Proposta Preliminar do Macrozoneamento Regional**.

Conforme visto, a elaboração do **Mapa Preliminar do Macrozoneamento Regional (MZ Regional)** está apoiada em dois mapeamentos que o precederam: a) Mapeamento dos macrozoneamentos e zoneamentos municipais; b) Mapeamento da leitura unificada dos macrozoneamentos e zoneamentos municipais.

3.8.4. Mapa de macrozoneamento regional preliminar de cada UR

Na segunda etapa, visando à construção do **Mapa de Macrozoneamento Preliminar de cada UR**, foram incorporados os aspectos seguintes, como subsídios e ponto de partida para a elaboração do **MZ Regional** de cada UR:

- a) Singularidades que distinguem cada uma das URs objeto de estudo, conforme desenvolvido nos produtos P5 – Panorama Regional e P7 – Diagnóstico.
- b) Consensos resultantes das discussões ocorridas ao longo das oficinas regionais, realizadas para cada uma das URs.

Esses subsídios foram fixados como ponto de partida para a elaboração do **MZ Regional** de cada UR. Nesse momento, apropria-se dos diagnósticos e proposições relativos à ordenação territorial expressas no Produto 5–Panorama Regional e P7–Diagnóstico para relativizar as informações resultantes da leitura do macrozoneamento municipal.

Entretanto, para avançar na proposta de MZ Regional e para que a visão regional seja efetiva no âmbito dos interesses comuns, a ordenação territorial das cinco URs em estudo foi observada e analisada à luz de novos conceitos e dinâmicas urbanas e econômicas predominantes nas distintas regiões. Cada uma delas configura uma visão de desenvolvimento urbano que permite ao poder público traçar diretrizes, de forma interfederativa, no âmbito do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), como um de seus instrumentos de política de desenvolvimento regional.

Pretende-se um entendimento do ordenamento territorial para além de seu vínculo forte com a legislação municipal. É importante considerar outros condicionantes que o impactam tanto quanto as normas e regras atuantes, como as distintas dinâmicas urbanas e regionais baseadas em relações que se transformam, possibilitadas por fatores diversos, como novas infraestruturas.

Da análise territorial no universo das cinco URs estudadas resultaram sete **macrozonas regionais** e os respectivos conceitos que as sustentam.

QUADRO 3. PARÂMETROS CONSIDERADOS NO MACROZONEAMENTO REGIONAL – MACROZONAS E CONCEITOS

MZ REGIONAIS	CONCEITOS
Macrozona de Proteção de Aquífero	Áreas de ocupação urbana ou rural cujos usos são pautados por ações e diretrizes que evitem impactos nas regiões de recarga dos aquíferos.
Macrozona de Interesse de Uso Rural	Áreas destinadas, prioritariamente, para as atividades rurais que conciliem desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental do seu solo.
Macrozona de Interesse de Uso Urbano	Áreas urbanas com variadas categorias de uso, diversos padrões de ocupação e distintas atividades.
Macrozona de Preservação Ambiental	Área de significativa importância ambiental, com atributos especiais que demandam conservação e proteção, seja pela biodiversidade presente ou pelo papel relevante na manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais à qualidade de vida e à qualidade ambiental da região.
Macrozona de Uso Sustentável	Áreas com atributos naturais em diferentes graus de comprometimento, com distintos padrões de ocupação e de atividades urbanas e rurais e econômicas, sendo, simultaneamente, produtora de serviços ecossistêmicos, devendo, portanto, conciliar a conservação do patrimônio socioambiental com o desenvolvimento das atividades.
Macrozona de Consolidação da Urbanização	Áreas urbanas definidas pelos municípios, que devem ser relativizadas com informações territoriais que extrapolem seus limites, de modo a qualificar e orientar o processo de desenvolvimento dessas áreas.
Macrozona de Interesse Ambiental	Áreas com atributos naturais que apresentam diferentes necessidades de conservação e proteção, ocupadas ou não, com distintos padrões de atividades urbanas, rurais e econômicas, sendo produtoras de serviços ecossistêmicos essenciais à qualidade de vida e à qualidade ambiental da região, devendo, portanto, conciliar a conservação do patrimônio socioambiental com o desenvolvimento das atividades.

Cotejadas com as realidades de cada UR objeto de estudo, tem-se como resultante as seguintes macrozonas regionais:

- **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte** (3 MZs Regionais): Macrozona de Preservação Ambiental, Macrozona de Uso Sustentável e Macrozona de Consolidação da Urbanização.
- **Região Metropolitana de Piracicaba** (3 MZs Regionais): Macrozona de Interesse Ambiental, Macrozona de Interesse de Uso Urbano e Macrozona de Interesse de Uso Rural.
- **Região Metropolitana de Ribeirão Preto** (3 MZs Regionais): Macrozona de Proteção de Aquífero, Macrozona de Interesse de Uso Rural e Macrozona de Interesse de Uso Urbano.
- **Região Metropolitana de Jundiaí** (3 MZs Regionais): Macrozona de Preservação Ambiental, Macrozona de Uso Sustentável e Macrozona de Interesse de Uso Urbano.
- **Aglomeración Urbana de Franca** (3 MZs Regionais): Macrozona de Proteção de Aquífero, Macrozona de Interesse de Uso Rural e Macrozona de Interesse de Uso Urbano.

Como destacado inicialmente, o padrão de urbanização das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas do quadro metropolitano paulista, objeto deste trabalho, expressa atualmente muitas características da urbanização extensiva – o crescimento urbano se mostra alterado, sendo que as características marcantes do processo apontam para a fragmentação territorial, e não a conurbação entre municípios, juntamente com a dispersão de atividades.

Como resultante desse processo, novas formas de uso do solo tendem a se consolidar. O Macrozoneamento Regional terá papel relevante na orientação dos planos diretores municipais, visando à sustentabilidade do processo de urbanização e às relações de responsabilidade social e territorial entre municípios de uma mesma Unidade Regional.

Diante do intenso processo de urbanização que ocorre no território paulista, é fundamental compreender de que forma ele repercute nos contextos regionais das metrópoles e aglomerações urbanas institucionalizadas mais recentemente, buscando as características das novas urbanizações.

Este tem sido um dos desafios enfrentados pela análise que embasa o processo de construção dos PDUIs, particularmente na identificação do ordenamento territorial e na proposição do macrozoneamento regional das cinco URs em estudo. Estas contam com o comprometimento do Governo do Estado de São Paulo para a formulação dos respectivos PDUIs, com apoio técnico e logístico da Fipe.

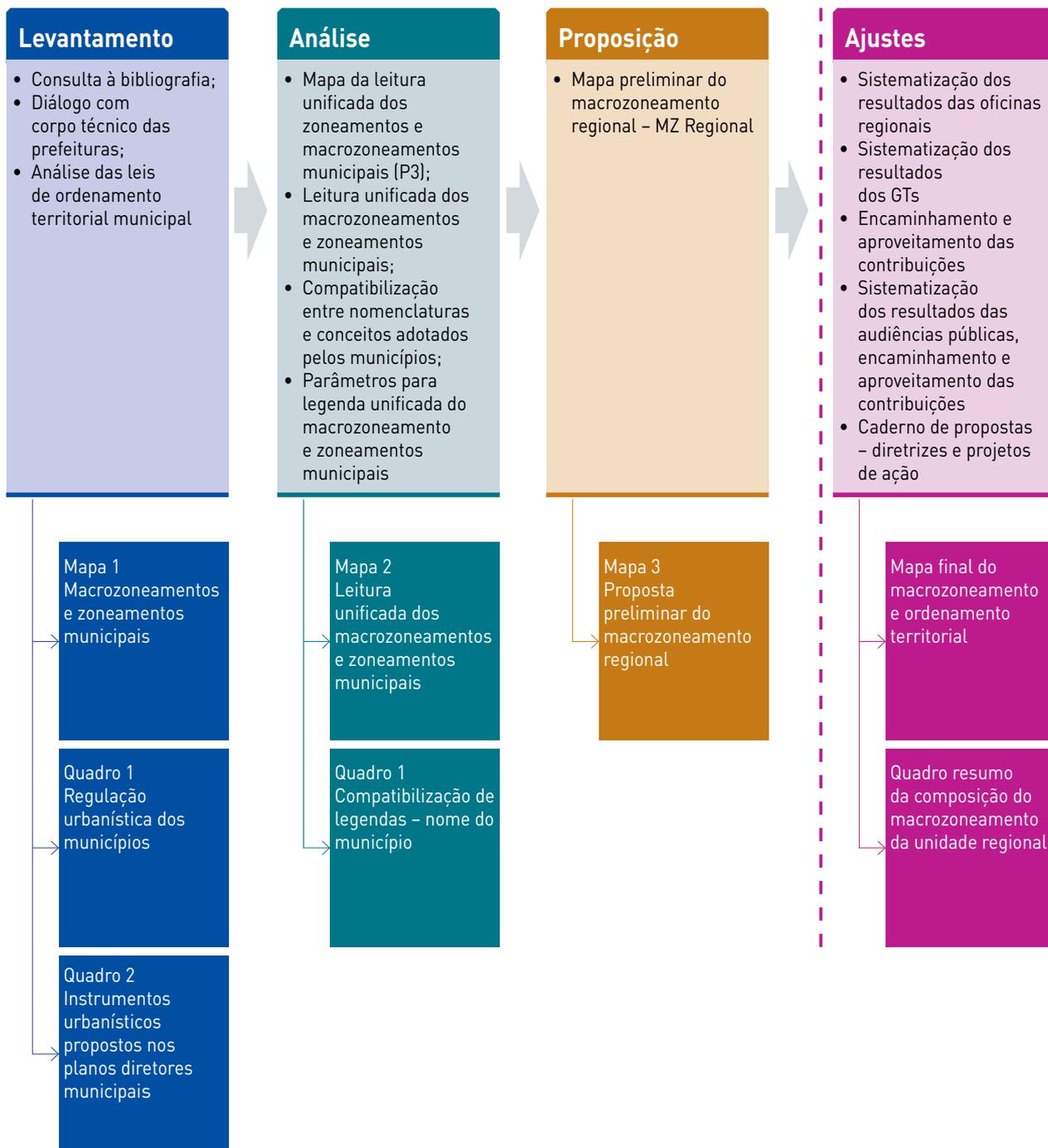
3.8.5. Mapa final do macrozoneamento regional

Na perspectiva dos procedimentos metodológicos para se chegar ao mapa final, resgata-se tanto o MZ Preliminar como todos os ajustes a ele incorporados ao longo do processo, que demandaram redefinições nos perímetros das macrozonas¹³.

O diagrama abaixo sintetiza esses procedimentos que orientaram as diversas interações ocorridas ao longo de todo o processo de elaboração dos PDUIs, acrescentando valiosas contribuições que foram sendo incorporadas aos resultados finais.

¹³ Ver P14 Mapa final do macrozoneamento e ordenamento do território. O documento contém o memorial descritivo de todas as etapas e processos de trabalho empreendidos no ordenamento territorial, a partir do MZ Preliminar, e o detalhamento das adequações que se fizeram necessárias pós audiências públicas em cada uma das macrozonas que compõem o macrozoneamento final da Unidade Regional.

FIGURA 4. DIAGRAMA-SÍNTESE – PROCEDIMENTOS GERAIS EM CADA UMA DAS ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DOS PDUIs



As contribuições decorrentes das oficinas regionais, dos grupos de trabalho e das audiências públicas foram sistematizadas em relatórios (P8, P9 e P11, respectivamente) e analisadas pelos técnicos da Fipe em sucessivos encontros para alinhamentos com especialistas e representantes das URs e de seus municípios, quando necessário, sendo posteriormente organizadas no Produto 12 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Contribuições. Nos casos em que se

chegou a resultados divergentes do definido no MZ Preliminar, as adaptações e ajustes foram feitos, resultando no MZ Final.

Para cada uma dessas macrozonas, foram identificadas **características e funções específicas**, respeitando a proteção e a valorização dos recursos ambientais, sociais e econômicos, que, pensados em seu conjunto regional, ajudaram a definir as **diretrizes estratégicas** – gerais e específicas da MZ – para a revisão dos PDEs municipais e leis acessórias para a estruturação futura do território, e as estratégias de ação.

O material produzido deve ser referência para a revisão dos planos diretores e zoneamentos dos municípios constituintes dessa região, no intuito de promover a integração de políticas na direção de uma estratégia regional/metropolitana, sobretudo no tocante às questões comuns aos municípios e territorialmente contíguas.

4. PANORAMA REGIONAL

O desafio analítico na estruturação do *panorama regional* é o de articular uma visão regional a partir das características específicas de cada município integrante da Unidade Regional, tendo como referência as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) estabelecidas em lei para cada UR.

O panorama regional é instrumental para identificar, analisar e propor ações estratégicas referentes às FPICs, respeitando o específico de cada UR. A partir da definição das FPICs, outros temas não menos relevantes estarão contemplados de forma transversal.

Várias funcionalidades estão subjacentes a essa tarefa de reconhecer o território objeto do PDUI, como o de orientar os trabalhos das oficinas regionais; o de informar o Diagnóstico (P7); contribuir para o Macrozoneamento Regional e sustentar o Caderno de Propostas (P13).

É fundamental entender quais são as questões regionais estratégicas que serviram de base para formular diretrizes e propostas articuladas e centradas na dimensão físico-territorial do desenvolvimento metropolitano. Assim, cabe destacar quais são as potencialidades e fragilidades resultantes da análise dos eixos temáticos e que servem de apoio na formulação das diretrizes e ações dos PDUIs.

Nesse sentido, o Panorama é um produto que traça um retrato regional preliminar, que serve de orientação aos trabalhos das oficinas regionais, alicerçando o conhecimento sobre a região e criando um caminho para uma permanente cultura de participação regional e metropolitana.

O estudo contribui para promover uma visão sobre os problemas regionais, suas principais potencialidades e fragilidades, na perspectiva de análise indicada por eixos temáticos, adotados como apoio à formulação das diretrizes e ações do PDUI.

São abordadas as dimensões demográficas, econômicas, educacionais e de saúde, bem como os aspectos ambientais e urbanísticos, visando não só à construção de um panorama regional mas também evidenciar possíveis obstáculos e desafios a serem enfrentados, objetivando o desenvolvimento sustentável.

Foram produzidos mapeamentos temáticos para auxiliar na análise da atual gestão das funções públicas de interesse comum, incorporando os diversos estudos existentes sobre as Unidades

Regionais, sob diferentes enfoques, e que se relacionam com os planos setoriais e municipais considerados na elaboração dos PDUIs.

As respostas adequadas às questões regionais estratégicas são a base para a formulação de diretrizes e propostas articuladas e centradas na dimensão físico-territorial do desenvolvimento metropolitano.

4.1. FPICs e áreas temáticas estratégicas

O objetivo geral é identificar, analisar e propor ações estratégicas referentes às Funções Públicas de Interesse Comum, respeitando cada especificidade das URs. A partir da definição das FPICs, outros temas não menos relevantes estarão contemplados de forma transversal.

O elenco das Áreas Temáticas delimitou o universo de análise das FPICs abordadas no estudo, e orienta a organização das fontes de informação no repositório de dados disponibilizados para desenvolver o PDUI de cada UR.

Cada FPIC estabelece temas estratégicos de análise, avaliados por meio de mapas que trazem uma visão atual da gestão dessas funções. Os campos funcionais das FPICs presentes em cada uma das URs em estudo podem ser observados no **Quadro 3**, a seguir, com destaque para aquelas cujas leis específicas do ente metropolitano em estudo possui em seu projeto de lei.

QUADRO 4. QUADRO GERAL DAS FPICs

Campos funcionais	RM de Ribeirão Preto	RM de Piracicaba	RM do Vale do Paraíba e Litoral Norte	RM de Jundiaí	AU de Franca
Planejamento e Uso do Solo					
Transporte e Sistema Viário Regional					
Habitação					
Saneamento Ambiental					
Saneamento Básico					
Meio Ambiente					
Desenvolvimento Econômico					
Atendimento Social					
Esportes e Lazer					
Esportes, Lazer e Cultura					
Turismo					
Agricultura e Agronegócio					

O Panorama Regional foi guiado pelos seguintes temas:

4.1.1. Estruturação urbana, processo de urbanização e rede de centralidades

A gestão do uso do solo metropolitano é a que tem maior impacto no bem-estar da população, especialmente a mais vulnerável. É na regulação do uso e da ocupação do solo urbano e nos instrumentos e procedimentos de gestão urbana e ambiental que reside o maior desafio institucional do PDUI. Para isso, é essencial a análise e a caracterização da mancha urbana, de seu processo de expansão e das alterações do uso do solo.

Esse tema traz a descrição dos instrumentos de regulação do uso e ocupação do solo urbano, caracterizando a mancha urbana e seus vetores de expansão. A leitura do zoneamento existente nos municípios de cada UR e a análise dos seus planos diretores e leis de uso e ocupação do solo – realizadas nos produtos 2 e 3 – ajudaram na identificação de conflitos entre legislações municipais. Além disso, com o objetivo de subsidiar o macrozoneamento, também foi possível reconhecer potencial em um contexto de maior dinamismo regional.

A rede de centralidades regionais é outro aspecto inserido nessa área temática. O objetivo é **compreender a dinâmica de fluxos entre cidades** e o papel hierárquico dos diferentes centros urbanos. As centralidades que foram identificadas são áreas dentro de um determinado território em que estão concentradas as atividades econômicas e sociais de uma cidade ou região.

São espaços com grande oferta de emprego, heterogeneidade de usos (comércio, indústria, residencial e serviços) e acesso pelos meios de transporte e rede viária. Essas áreas, e, consequentemente, as atividades ali desenvolvidas, são fundamentais para o fortalecimento da identidade municipal ou metropolitana. A principal fonte de informação é o relatório Regiões de Influência das Cidades (REGIC), de 2018¹⁴.

Entretanto, para a formulação dos PDUIs, o Estatuto da Metrópole (artigo 12º da Lei 13.089 de 2015) requer a verificação dos desdobramentos dessa dinâmica regional em escala intraurbana, de maneira que seja possível evidenciar no território os elementos que compõem a complexa rede urbana de cada Unidade Regional.

Dessa forma, para caracterizar a rede de centralidades intraurbanas de relevância regional, foi proposto um procedimento metodológico que trouxesse uma somatória de elementos que pudessem expressar seus três atributos fundamentais: físico-territorial, localização e regulamentação urbanística.

Assim, a análise deverá trazer um mapeamento dos principais atributos e realizar uma leitura qualitativa de sua conformação espacial. Serão mostradas as principais infraestruturas de mobilidade regional, como os eixos de transporte, a localização de grandes equipamentos públicos ou privados (complexos hospitalares, polos de ensino superior e centros de pesquisa), polos de comércio e serviços, com abrangência e escala de atendimento regional.

A observação da rede de centralidades regionais na escala intraurbana terá como objetivo fornecer leituras que auxiliem o desenho do macrozoneamento e a construção de diretrizes para articulação desses polos entre os municípios.

A análise da dinâmica imobiliária foi feita com base nos dados mais recentes do Graprohab¹⁵, que trazem os empreendimentos habitacionais para loteamentos, condomínios e conjuntos habitacionais analisados pelo órgão.

Por fim, esse tópico também abrange a análise da dinâmica demográfica, procurando averiguar as transformações ocorridas nas taxas de crescimento e, também, no grau de urbanização. Além disso, foram analisadas as **modificações na estrutura e na distribuição da população**, principalmente nas projeções de distribuição etária, que podem trazer uma perspectiva das demandas por

14 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Região de Influência das Cidades, 2018.

15 O Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais do Estado de São Paulo (Graprohab) foi criado pela Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo por meio do Decreto Estadual nº 33.499, de 10 de julho de 1991, e reformulado pelo Decreto Estadual nº 52.053, de 13 de agosto de 2007, com o intuito de centralizar, agilizar e organizar o processo de anuência prévia de projetos de loteamentos, núcleos habitacionais e condomínios.

políticas públicas, considerando o volume de pessoas em idade escolar, o índice de envelhecimento e a razão de dependência da população.

4.1.2. Vulnerabilidade socioterritorial, política habitacional e equipamentos públicos

A existência de diversos indicadores para tratar das questões referentes ao desenvolvimento humano e às condições de vida decorre da complexidade do tema e da dificuldade de sintetizá-lo. Os indicadores de condições de vida da população devem estar presentes nesse tema, mostrando o padrão recente de desenvolvimento econômico e social das URs.

Optou-se, preferencialmente, pela utilização do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), da Fundação Seade, não só pelo fato de ter sido objeto de atualização mais recente (2018) mas também por sua dimensão sintética¹⁶, referindo-se ao estágio de desenvolvimento de cada município em três dimensões: renda, escolaridade e longevidade.

Em relação à questão habitacional, o foco da análise deverá ser, principalmente, o levantamento da situação de precariedade e vulnerabilidade habitacional nas URs. A análise apresenta a identificação, o dimensionamento e a caracterização das áreas ocupadas por assentamentos precários e ocupações irregulares, considerando que tais questões têm forte entrelaçamento com os temas desenvolvimento urbano e meio ambiente.

O objetivo será **propor diretrizes para a redução da ocupação irregular existente em áreas com risco ambiental**, priorizando os territórios de mananciais, bem como ações que venham a prever o surgimento de novas situações de vulnerabilidade. Existem duas considerações importantes nesse tema: 1) A análise não pretende abranger o déficit habitacional dos municípios. O propósito é identificar possíveis pressões de ocupações precárias sobre o patrimônio ambiental, ou seja, assentamentos precários que estejam presentes em áreas de mananciais, fundos de vale, etc. 2) A pesquisa refere-se à ausência de informações mais recentes que permitam uma análise georreferenciada de tais situações.

Para obter os resultados, será utilizada a metodologia desenvolvida no estudo do CEM/Cebrap “Diagnóstico dos assentamentos precários nos municípios da Macrometrópole Paulista” para as URs que foram objeto desse estudo na data de sua publicação. Para as URs que não foram contempladas no estudo do CEM/Cebrap serão utilizadas as informações da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), cujo levantamento aponta a existência de áreas de risco e de favelas nos municípios paulistas.

Espera-se uma contribuição dos municípios e do programa estadual Cidade Legal – ligado à Secretaria Estadual de Habitação – sobre o tema da necessidade de regularização fundiária e dos avanços já obtidos nessa área, assim como o levantamento de estoque de terras eventualmente disponíveis nos municípios.

Os equipamentos de serviço coletivo existentes nos municípios devem ser levantados, de forma a avaliar se há um acesso equânime de toda a população residente na UR. São objeto dessa análise a distribuição das unidades de saúde e de ensino.

¹⁶ O IPRS, desenvolvido pela Fundação Seade, é inspirado nos termos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), concebido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

4.1.3. Mobilidade, transporte e logística

A temática da mobilidade e do transporte aborda, especialmente, o sistema viário regional, o transporte público, o transporte de cargas e as interdependências viárias nas áreas conurbadas. São verificadas as condições de provimento e da eficiência dos sistemas de infraestrutura e de serviços urbanos relativos à mobilidade urbana e à logística regional.

O sistema viário e o transporte público são elementos estruturadores do espaço geográfico, especialmente no que diz respeito ao uso e ocupação do solo e ao desenvolvimento do território.

Para que cada Unidade Regional possa exercer suas funções econômicas, ambientais e sociais com eficiência, **é fundamental que o sistema viário metropolitano seja capaz de articular todo o território**. Como tema intersetorial, deverá permear as análises de desenvolvimento econômico, da área ambiental e da dinâmica urbana.

O foco da análise deverá ser, especialmente, o sistema viário regional, no transporte de cargas e nas interdependências viárias das áreas conurbadas. Serão analisadas as condições de provimento e da eficiência dos sistemas de infraestrutura e de serviços urbanos relativos à mobilidade urbana e à logística regional.

A avaliação da conectividade intermunicipal e da oferta de infraestruturas levará em consideração os mapeamentos da estrutura viária principal (classificação e função das rodovias) e as funções exercidas por portos, aeroportos e pela rede de transporte ferroviário que porventura estejam presente na UR.

Outro ponto que ganha importância é a análise dos projetos de investimentos relacionados aos *drivers* de desenvolvimento regional em direção a novos eixos logísticos. É preciso identificar se os sistemas exercem função estruturante em relação à ocupação urbana e avaliar em que medida são satisfatórios.

Do ponto de vista da mobilidade da população, o Panorama deverá trazer análises que identifiquem os fluxos de circulação de pessoas na região e, conforme a disponibilidade de dados, devem ser explorados: a) a qualidade do transporte em relação à mobilidade e acessibilidade; b) a eficiência dos modais; c) a integração entre eles.

4.1.4. Dinâmica econômica

A análise da dinâmica econômica busca trazer elementos que permitam o **entendimento da estrutura produtiva de cada UR** e das alterações mais recentes que resultam na atual configuração.

No âmbito do desenvolvimento econômico, as análises priorizam a indicação de programas, projetos e ações que potencializem os investimentos produtivos em curso e/ou programados e equacionem os principais gargalos ao desenvolvimento econômico e à competitividade das URs. Assim, o objetivo geral é fazer um levantamento detalhado da evolução econômica das Unidades Regionais, com foco nas implicações na estrutura industrial, na agropecuária e no setor de serviços.

Para dar suporte a essa temática, algumas questões deverão nortear a análise, entre elas: a) o perfil predominante da atividade econômica nas URs; b) a organização da cadeia produtiva de tais atividades; c) as possíveis dificuldades de infraestrutura que se apresentam para o reforço das atividades produtivas.

Sempre que possível, a análise da dinâmica econômica também apontará a **necessidade da mobilização da inovação, do conhecimento e do desenvolvimento tecnológico** – aspectos que são determinantes na afirmação e na aproximação de territórios, sobretudo em regiões diversificadas, nas quais, além de grandes concentrações urbanas, ainda subsistem áreas rurais.

Também fazem parte deste bloco as temáticas do emprego, da renda e da qualificação da mão de obra. Do ponto de vista da capacitação da mão de obra, deverão ser analisadas as transformações no trabalho exigidas pelas principais atividades presentes nos municípios, em face da oferta de qualificação existente.

Para mapear tendências da economia paulista, deverão estar presentes nas análises da dinâmica econômica os investimentos em curso e os que estão planejados. Para esse levantamento, serão usados os dados da Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (PIESP) e também serão considerados os anúncios realizados por empresas privadas e estatais para investimentos no Estado de São Paulo.

Os investimentos analisados são os que têm a finalidade de aumentar a capacidade produtiva das empresas e que permitirão interpretar em que medida atendem a uma lógica de dinamização da economia da região.

As análises priorizarão a indicação de programas, projetos e ações que potencializem os investimentos produtivos em curso e/ou programados e equacionem os principais gargalos ao desenvolvimento econômico e à competitividade das URs – mas sempre tendo em vista a necessidade da coesão territorial.

A temática do turismo deverá examinar seu potencial de expansão e avaliar as cadeias produtivas a montante e a jusante que devem ser reforçadas.

4.1.5. Patrimônio ambiental e recursos hídricos

A abordagem da temática do meio ambiente, saneamento e recursos hídricos compreende: 1) as análises das grandes unidades ambientais, com destaque para áreas de mananciais atuais e futuras, importantes para abastecimento humano de água; 2) as principais bacias hidrográficas que existem nas regiões; 3) a criação e a manutenção das unidades de conservação; 4) a integração das redes de água e esgoto; 5) a coleta, o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos; 6) e as situações de risco e degradação ambiental que acarretam redução da qualidade de vida.

Ainda nesta fase inicial, deverão ser identificados os compartimentos ambientais que apresentem relevantes atributos paisagísticos e culturais, as áreas prestadoras de serviços ecossistêmicos e a legislação ambiental com reatamento na regulação do uso e ocupação do solo. Também devem estar presentes as indicações de possíveis conflitos socioambientais.

Essa temática deverá partir da identificação e análise das condições de preservação e recuperação do patrimônio ambiental e da **capacidade de produção de serviços ecossistêmicos**, abrangendo a definição de alternativas de uso sustentável dos ativos ambientais disponíveis em cada UR.

Tendo como base as informações da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SIMA), o patrimônio ambiental será analisado por meio do levantamento das Unidades de Conservação existentes (bem como daquelas em processo de criação), dos parques municipais e da vegetação nativa.

Deverão ser identificados os compartimentos ambientais que apresentem relevantes atributos paisagísticos e culturais, as áreas prestadoras de serviços ecossistêmicos e a legislação ambiental com rebatimento na regulação do uso e ocupação do solo.

Serão mapeadas as principais bacias hidrográficas que conformam as regiões e levantadas as atuais e futuras condições de disponibilidade dos recursos hídricos, além da gestão dos recursos hídricos e do levantamento de comitês de bacias e câmaras temáticas.

As possíveis situações de risco e degradação ambiental, que acarretam redução da qualidade de vida, serão expressas por levantamentos das áreas sujeitas a alagamentos e com perigo de inundação, com o intuito de reunir diretrizes e ações destinadas à mitigação desses eventos extremos e promover maior resiliência nas regiões.

4.1.6. Infraestrutura urbana

O tema saneamento ambiental está presente na infraestrutura urbana, assim, devem ser analisadas: a integração das redes de água e esgoto; o índice de perdas na distribuição; a coleta, o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos.

Além da análise do nível de integração das redes existentes, será importante **dimensionar em que medida o crescimento da malha urbana exerce pressões sobre os recursos naturais**, que levam ao incremento do consumo de água e de infraestrutura para o saneamento.

Para tanto, serão levantadas informações referentes ao acesso à rede de abastecimento de água, à coleta de esgoto e seu tratamento, com vistas a uma análise do provimento e da eficiência desses sistemas.

Para formular diretrizes que venham a promover a melhoria das condições do serviço, será feito o levantamento do tratamento e destinação final de resíduos sólidos, por meio do mapeamento das infraestruturas de caráter metropolitano ou regional, bem como sua localização e área atendida.

Já a composição da matriz energética e os energéticos mais consumidos, bem como a intensidade do uso de energia e a participação setorial no consumo, serão analisados a partir dos dados do Balanço Energético do Estado de São Paulo (SIMA, 2019). O avanço das mudanças climáticas e a crescente preocupação com as questões ambientais têm colocado o conceito de transição energética no centro do debate e trazem a necessidade de análise das fontes de geração de energia renovável.

4.1.7. Gestão pública e governança regional

A governança metropolitana ou regional, entendida como um sistema de cooperação entre níveis de governos, associações empresariais, universidades e sociedade, deve priorizar a formulação e a implementação de políticas públicas e projetos que garantam desenvolvimento sustentável, qualidade urbanística e equidade social, num contexto de reestruturação próprio dessa escala de urbanização.

A natureza e a dimensão dos problemas encontrados exigem soluções articuladas e integradas de diferentes setores, quer no que se refere aos serviços urbanos quer no que diz respeito à provisão de infraestrutura.

Para a gestão integrada das FPICs, será necessária a coordenação horizontal e vertical entre os municípios, que devem trabalhar em conjunto com outros níveis de governança – reforçando a cooperação –, com vistas a incrementar os investimentos e serviços em uma escala territorial mais ampla. A governança deverá ser exercida por instâncias de planejamento que tenham legitimidade para promover o diálogo entre os atores interfederativos e intersetoriais – como é o caso das agências regionais, secretarias de estado e conselhos de desenvolvimento.

Dessa forma, essa temática deverá trazer as estruturas de governança e articulação existentes em cada UR, conselhos de desenvolvimento, comitês de bacias, comitês executivos, consórcios etc.

A escala do investimento das políticas públicas e dos projetos derivados dessa temática é elevada, e, muitas vezes, os municípios que integram as regiões metropolitanas não têm condições de arcar com o alto volume de recursos exigidos. Os indicadores de gestão fiscal e de capacidade de endividamento compõem a análise da disponibilidade de cada ente em integrar projetos com vistas à partilha de investimentos e de serviços que se façam necessários.

A questão do governo eletrônico deverá priorizar análises que demonstrem a transparência das informações contidas em *websites* oficiais, os serviços públicos disponibilizados de forma *on-line* à população e o uso de tecnologia da informação (TIC) na gestão urbana dos municípios, como sistemas de iluminação inteligentes, centros de operações para monitoramento de situações de emergência etc.

O Panorama é, portanto, **uma análise exploratória** que visa apresentar as especificidades regionais, por meio da coleta e da organização de dados, da revisão bibliográfica e do levantamento de estudos, bem como das contribuições apresentadas nas oficinas regionais realizadas em outubro de 2021 em todas as Unidades Regionais. Ou seja, a metodologia pretende ser flexível de tal forma que possa incorporar temas que eventualmente venham a surgir nas rodadas de oficinas regionais.

As informações tratadas nas análises temáticas foram obtidas a partir de pesquisa nas bases de dados disponíveis e, também, em consultas a estudos apresentados pelo Governo do Estado e por suas secretarias que pudessem contribuir para as análises.

As áreas temáticas até aqui descritas também formaram as **linhas organizadoras do repositório de dados**, que foi disponibilizado à equipe participante do projeto por meio do compartilhamento no *Google Drive*, plataforma escolhida pelo projeto para coletar, armazenar e gerenciar a grande quantidade de dados necessários às análises.

As bases de dados foram organizadas trazendo os códigos dos municípios, e, para facilitar a análise, foram sistematizadas informações de todos os municípios do Estado de São Paulo. Visando à disseminação dos conhecimentos gerados e dos dados digitais produzidos ao longo do processo de construção dos PDUIs, o repositório deverá migrar para a plataforma digital, ficando disponível para acesso público.

É importante mencionar que o Panorama Regional está baseado em mapas, cartogramas, tabelas e gráficos, procurando trazer a informação de forma sintética e compreensível. As informações dos documentos coletados para o Panorama terão tratamento georreferenciado, sempre que possível, de maneira a possibilitar a análise integrada, favorecendo e evidenciando insumos para o macrozoneamento.

Por fim, o Panorama Regional deverá trazer subsídios para a elaboração do Diagnóstico, que terá um caráter transdisciplinar, buscando uma integração entre as temáticas setoriais tradicionais.

5. DIAGNÓSTICO

5.1. Objetivos do diagnóstico

O Diagnóstico tem como objetivo principal elaborar uma **síntese a partir da análise transversal** das questões que emergiram no processo de leitura do ordenamento do território – dedicado ao mapeamento e à interpretação das macrozonas, zonas e instrumentos urbanísticos municipais – e das temáticas observadas no panorama regional.

Para atingir esse objetivo, a elaboração do diagnóstico teve um direcionamento metodológico que deriva da própria natureza dos PDUIs, em razão da forma como esses planos foram inseridos no sistema de planejamento metropolitano e como dialogam com os conceitos fundamentais do Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/2015).

Na estruturação da política de desenvolvimento regional, a governança interfederativa apresenta-se como um eixo central do Estatuto, na medida em que estabelece princípios e instrumentos visando ao compartilhamento de responsabilidades e à interação entre União, Estados e Municípios (artigo 2º, inciso IV).

A fragmentação de competências, comumente observada na condução dessa política de desenvolvimento urbano em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em geral desdobra-se em ações exclusivamente setoriais – com marcante viés municipalista. A organização sistêmica inerente às diversas funcionalidades metropolitanas – como as redes de infraestrutura de mobilidade e de saneamento, mas também necessária em relação ao meio ambiente, ao enfrentamento dos problemas habitacionais e ao equacionamento dos desequilíbrios socioeconômicos – pressupõe a integração da atuação dos entes federativos, como propõe o Estatuto, de forma *conjunta e cooperada* (artigo 10º, §4º).

É sob essa ótica que o Estatuto estabelece a noção de função pública de interesse comum (FPIC), definida como uma “política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes” (artigo 2º, inciso II). O conceito fundamenta-se, portanto, no compartilhamento de projetos, estruturas de gestão e mecanismos de investimento, mas também a partir do reconhecimento do próprio território e suas dinâmicas regionais, objetivo específico do diagnóstico.

Dentre os instrumentos apontados no artigo 9º do Estatuto para conduzir as FPICs, o PDUI é o principal mecanismo para construção da governança interfederativa. O Plano é, portanto, elemento deflagrador do processo de identificação dos problemas e potencialidades da Unidade Regional.

O escopo mínimo atribuído ao PDUI o qualifica como principal orientador das políticas públicas, capaz de direcionar as ações de âmbito regional. O escopo contempla, em suma, as seguintes ações: a apresentação das diretrizes para as FPICs e a articulação intersetorial das políticas públicas; a proposta de um macrozoneamento para a Unidade Regional; as diretrizes quanto à articulação dos municípios no parcelamento, uso e ocupação do solo; a delimitação de áreas com restrição à urbanização, a partir da proteção dos patrimônios ambiental e cultural e do controle

de áreas de risco; a implantação de um sistema de acompanhamento e monitoramento do plano; e, por fim, diretrizes para uma política de regularização fundiária.

Como proposto por Santos (2018)¹⁷, como desenhado pelo Estatuto da Metrópole, o PDUI se assemelha, em termos de importância e em relação à centralidade que ocupa no sistema de planejamento regional, aos Planos Diretores previstos no Estatuto da Cidade, em escala municipal. E, mais além, por seu papel como articulador de instrumentos e de decisões da política urbana regional, bem como pelo conteúdo do seu escopo mínimo, constitui-se em um plano *com acentuada característica urbanística* (*ibidem*, p.498).

Portanto, o diagnóstico reconhece essa dimensão e parte de uma abordagem *urbanística* das questões regionais, ou seja, os diversos temas e elementos de análise são sistematicamente transpostos ao território e confrontados com as dinâmicas e processos de urbanização da Unidade Regional, de forma a observar seus desdobramentos, sempre que possível, em aspectos físico-territoriais.

Nesse sentido, a estruturação de Áreas Transversais, conforme exposto, buscou não somente correlacionar as leituras temáticas, mas também sublinhar essa dimensão urbanística dos problemas e potencialidades identificados, de forma a auxiliar as próximas etapas, de caráter propositivo. Os problemas urbanísticos são aqui colocados como aqueles que serão equacionados por meio de projetos urbanos de escala metropolitana – e até mesmo macrometropolitana.

5.2. Estrutura da análise

5.2.1. Áreas transversais

As análises se dividem em dois momentos. Primeiro, foram estruturadas as *Áreas Temáticas*, responsáveis por organizar o levantamento e a prospecção de dados, bem como por sistematizar as leituras do ordenamento do território e do panorama regional.

Conforme já visto, foram, ao todo, sete *Áreas Temáticas*, assim divididas: estruturação urbana, processo de urbanização e rede de centralidades; vulnerabilidade socioterritorial, política habitacional e equipamentos públicos; mobilidade, transporte e logística; dinâmica econômica; dinâmica ambiental; infraestrutura urbana; e gestão pública e governança regional.

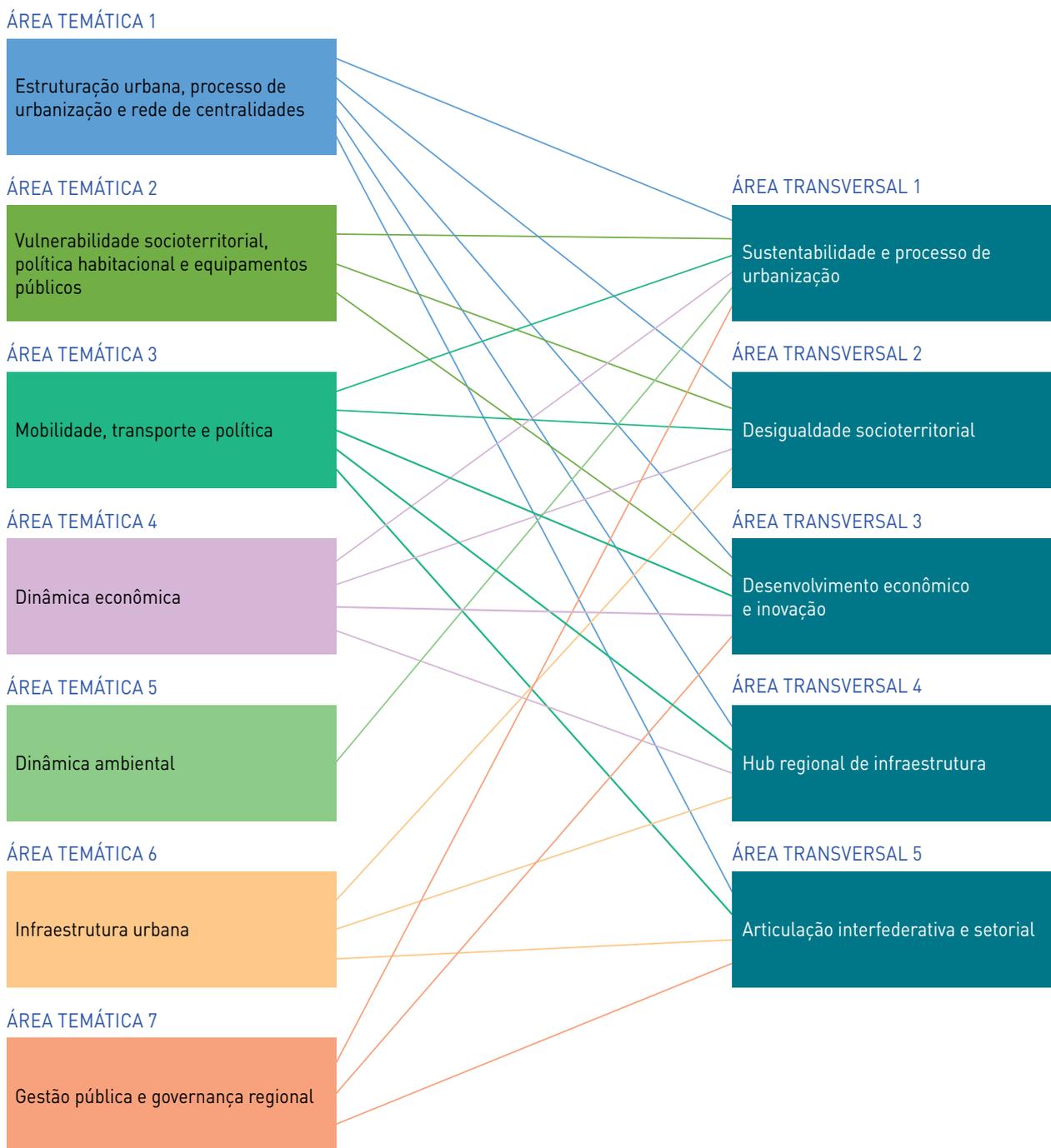
Na sequência, a interpretação e a análise cruzada dessas *Áreas Temáticas* deram origem às *Áreas Transversais*, com caráter transdisciplinar, e que buscam uma integração entre as temáticas setoriais tradicionais¹⁸. Elas reúnem temas considerados centrais no processo de urbanização e desenvolvimento metropolitano das Unidades Regionais – em suma, são responsáveis por nortear a identificação de problemas, potencialidades e seus desdobramentos em aspectos físico-territoriais nos PDUIs.

17 SANTOS, Marcela de O. Interpretando o Estatuto da Metrópole: comentários sobre a Lei nº 13.089 de 2015. In: MARGUTI, Bárbara O.; COSTA, Marco A.; FAVARÃO, César B. (org.). Brasil Metropolitano em Foco: desafios à implementação do Estatuto da Metrópole, v.4, Cap. 17, p. 457-513. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=32908. Acesso em: 3 setembro 2021.

18 As cinco Áreas Transversais são: (i) Sustentabilidade e processo de urbanização; (ii) Desigualdade socioterritorial; (iii) Desenvolvimento econômico e inovação; (iv) Hub regional de infraestrutura e (v) Articulação interfederativa e setorial.

Foram definidas, ao todo, cinco *Áreas Transversais* e suas correspondências com as *Áreas Temáticas* são as seguintes:

FIGURA 5. **ÁREAS TRANSVERSAIS E SUAS CORRESPONDÊNCIAS COM AS ÁREAS TEMÁTICAS**



As *Áreas Transversais* buscam, ainda, articular as etapas de análise e proposição. Assim, consideram que essa articulação e suas transformações sejam vínculos dinâmicos – que se constroem e se atualizam no tempo. Dessa forma, as áreas transversais se constituem em insumos para o detalhamento do ordenamento territorial:

- (i) especificar diretrizes para as macrozonas, considerando suas vocações e seu objetivo específico de orientar o planejamento do uso e ocupação do solo na unidade regional, servindo de referência para a revisão de planos municipais;
- (ii) apresentar bases para definição de ações que busquem a articulação setorial das políticas de âmbito regional, considerando as funções, serviços e programas de natureza sistêmica e de interesse comum entre os municípios e demais entes federativos;
- (iii) evidenciar, quando oportuno, a presença de recortes específicos do território que permitem articular as ações interfederativas e intersetoriais, mediante regulações especiais e a utilização de instrumentos urbanísticos.

5.3. Mapas-síntese e questões orientadoras

Como cada *Área Transversal* agrega amplo conjunto de leituras temáticas, optou-se por subdividi-las de acordo com **questões orientadoras**. Essas questões são um guia para a elaboração das análises cruzadas de cada UR e derivam, inicialmente, de uma percepção geral das principais problemáticas tipicamente presentes no processo de metropolização do território paulista.

Em termos metodológicos, para cada conjunto de questões orientadoras foi elaborado um **mapa-síntese**, responsável por expressar, territorialmente, as leituras e auxiliar na interpretação dos resultados. Os mapas-síntese buscam realizar, portanto, a conexão entre as análises e a dimensão urbanística que conduz o diagnóstico – conforme explorado anteriormente nos objetivos.

A seguir, são apresentadas as questões e as *Áreas Temáticas* que serão utilizadas pelas Unidades Regionais para elaboração dos mapas-síntese.

Sustentabilidade e processo de urbanização

Objetivos:

Apontar as principais potencialidades da estruturação urbana da Unidade Regional e sua relação com os ativos ambientais. À luz dessa estruturação, correlacionar o patrimônio ambiental e os recursos hídricos – suas fragilidades, seus instrumentos de planejamento e gestão – com as condições de desenvolvimento econômico e urbano na UR. Esse cruzamento deve ser interpretado, também, em função dos padrões de expansão da área urbanizada no processo de metropolização, considerando os processos de dispersão da mancha urbana e a pressão sobre as áreas não urbanizadas, de interesse ambiental ou agrícola.

Questões orientadoras:

a. Inserção regional e estruturação metropolitana:

Áreas Temáticas mobilizadas: 1, 3 e 4

- Quais as especificidades da UR na rede urbana paulista e suas articulações regionais?
- Quais as centralidades que polarizam a UR? Quais os ativos urbanos que merecem destaque?

- Todos os municípios são integrados na estrutura da UR?
- Existem municípios que, em função de afinidades funcionais, agregam-se às dinâmicas de outras URs?

b. Expansão e dispersão da área urbanizada:

Áreas Temáticas mobilizadas: 1, 2 e 5

- A UR apresenta expansão significativa da área urbanizada nos últimos anos? Quais os principais vetores de expansão?
- Qual o padrão de urbanização presente na expansão recente?
- A expansão urbana ocorre a partir de ocupações formais ou com algum grau de precariedade e informalidade?
- Existem conflitos entre os vetores de expansão urbana e áreas de interesse ambiental?

c. Fragilidades ambientais e instrumentos de proteção e conectividade:

Áreas Temáticas mobilizadas: 1, 2 e 5

- As Unidades de Conservação (UCs) identificadas contam com instrumentos de planejamento e de gestão?
- Existem estratégias para proteção, conservação e restauração dos biomas, assegurando a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos?
- Foram identificadas propostas de corredores de biodiversidade?
- Existem conflitos entre áreas de risco e urbanização, incluindo a presença de assentamentos precários?

d. Efetividade da regulação urbanística e do ordenamento territorial:

Áreas Temáticas mobilizadas: 1, 5 e 7

- Qual o cenário atual dos municípios da UR em relação à presença/utilização de instrumentos de planejamento urbano? Os instrumentos existentes são suficientes para atingir os objetivos de ordenamento territorial?
- A estruturação territorial indicada pelo conjunto de Planos Diretores responde satisfatoriamente aos conflitos urbano-ambientais identificados?
- Quais conflitos e oportunidades foram identificados para o uso coordenado de instrumentos da política urbana?

Desigualdade socioterritorial

Objetivos:

Analisar as vulnerabilidades socioeconômica e territorial, bem como a forma de inserção dos municípios nas dinâmicas regionais, apontando os principais desequilíbrios existentes. Essa abordagem será realizada sob a dimensão da política habitacional – em especial a caracterização de assentamentos precários, demanda habitacional emergencial e a dimensão socioeconômica – com foco nas condições de acesso a bens e serviços e no impacto do desenvolvimento econômico na redução da desigualdade urbana.

Questões orientadoras:

a. Desequilíbrios socioeconômicos

Áreas Temáticas mobilizadas: 2 e 4

- Quais as assimetrias entre os municípios, considerando os indicadores de vulnerabilidade e riqueza?
- Existem desequilíbrios na distribuição de emprego na UR? Existem diferenças no rendimento e no nível de escolaridade para as vagas ofertadas?
- Os municípios com maior vulnerabilidade em termos de emprego e renda têm acesso a equipamentos e programas voltados à qualificação da mão de obra?
- Existem programas ou políticas específicas para o enfrentamento e redução de desigualdades, incluindo a melhoria do acesso a bens e serviços?

b. Acesso a equipamentos e ativos econômicos

Áreas Temáticas mobilizadas: 1, 2, 3 e 4

- A utilização dos equipamentos de saúde, cultura e esporte de alcance regional é polarizada em quais municípios?
- A demanda por atenção básica de saúde está coberta nos municípios, ou gera deslocamentos e pressões na rede regional?
- As atividades de comércio e serviço e ativos econômicos estão concentradas ou distribuídas entre diferentes centros?
- Os principais equipamentos e ativos econômicos identificados são acessíveis por meio de transporte público para a população de baixa renda?

c. Precariedade habitacional e política de habitação de interesse social

Áreas Temáticas mobilizadas: 1, 2 e 6

- Os assentamentos precários estão concentrados em quais municípios da UR?
- Nos municípios onde esses assentamentos são identificados, existem instrumentos ou políticas específicas para Habitação de Interesse Social?

Desenvolvimento econômico e inovação

Objetivos:

Avaliar a diversidade de atividades econômicas na Unidade Regional, perspectivas de crescimento, as principais barreiras para o desenvolvimento e as condições de promoção de um ambiente inovativo, seja mediante políticas específicas ou pela sinergia de agentes econômicos existentes. Aborda, também, a intensidade tecnológica das atividades econômicas, os programas e parcerias que visem à superação das desigualdades e o potencial de atuação do poder público e dos agentes privados como indutores da transformação.

Questões orientadoras:

a. Perfil econômico dos municípios e diversificação das atividades

Áreas Temáticas mobilizadas: 1, 3 e 4

- Qual perfil e função o município cumpre na UR? As atividades econômicas estão concentradas, existem polos específicos?
- Existe a consolidação de um ecossistema econômico diverso, baseado na multiplicidade de atividades econômicas urbanas e rurais?

b. Perspectivas de investimento e impasses ao desenvolvimento econômico

Áreas Temáticas mobilizadas: 1, 2, 4 e 7

- Quais os principais desafios para potencialização ou diversificação das atividades econômicas?
- Qual o grau de controle das contas públicas dos municípios na UR? Esses municípios têm maior capacidade de investimento?
- Quais são as cadeias produtivas que devem ser trabalhadas/reforçadas na UR para incremento da inserção competitiva?
- Quais são os investimentos previstos que merecem ser destacados?

c. Incentivo à inovação e tecnologia

Áreas Temáticas mobilizadas: 1 e 4

- Existem atividades que permitem identificar a formação de um ambiente inovativo na UR?
- Qual o peso das atividades econômicas com média-alta e alta intensidades tecnológicas na UR?
- Existem programas voltados à inovação e à economia criativa?

Hub regional de infraestrutura

Objetivos:

Avaliar as condições de distribuição e funcionamento do complexo de redes de infraestrutura fundamentais para a qualificação da urbanização regional, de forma a apontar a cobertura e a conectividade em relação aos municípios da Unidade Regional. Deve abordar, ainda, as limitações e os planos de expansão da rede básica de saneamento e suas implicações ambientais, as estratégias para ampliação da conectividade urbana, com foco na promoção da acessibilidade de pessoas e melhoria nos fluxos da atividade logística.

Questões orientadoras:

a. Mobilidade e acessibilidade regional

Áreas Temáticas mobilizadas: 1 e 3

- A distribuição da rede de mobilidade garante a conectividade e a acessibilidade de todos os municípios da UR?
- A infraestrutura rodoviária existente é suficiente quanto à mobilidade de pessoas e cargas?
- O transporte público oferece suporte à mobilidade regional da população em relação aos principais deslocamentos identificados?
- Que potencialidade é identificada, a partir do conjunto de redes de mobilidade ofertado e planejado?

b. Universalização dos serviços de saneamento básico

Áreas Temáticas mobilizadas: 1 e 6

- Quais as principais lacunas identificadas quanto ao abastecimento de água e à cobertura e ao tratamento de esgoto?
- Quais municípios merecem atenção no contexto da Unidade Regional quanto à universalização dos serviços de saneamento básico?

c. Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos

Áreas Temáticas mobilizadas: 1 e 6

- Quais os principais desequilíbrios em relação à gestão de resíduos sólidos?
- A infraestrutura voltada ao tratamento e à disposição de resíduos sólidos é suficiente para as demandas da Unidade Regional?

d. Geração de energia e diversificação da matriz energética

Áreas Temáticas mobilizadas: 4 e 6

- Existe demanda expressiva da atividade econômica?
- Existem programas ou experiências locais em relação à geração de energia renovável e fontes mais limpas de energia?

Articulação interfederativa e setorial

Objetivos:

Relacionar os órgãos e instrumentos de gestão e monitoramento das ações públicas municipais e regionais e os níveis de articulação e interação entre entes federativos e entre as políticas públicas setoriais. Envolve o panorama da administração, suas ferramentas e sistemas de monitoramento do planejamento urbano, e lacunas para a construção e condução de Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs). Este tema, em especial, não será abordado a partir de mapas-síntese, mas sob a forma de discussão dos principais elementos identificados.

Questões orientadoras:

a. Potencialidades e lacunas na gestão das FPICs

Áreas Temáticas mobilizadas: 1, 3, 6 e 7

- Quais articulações intermunicipais e interfederativas foram identificadas?
- Foram identificadas concessões ou formas de governança específicas das funções setoriais (mobilidade, saneamento etc.)? Em que medida impactam o possível planejamento e a gestão integrada na UR?
- Os planos e sistemas de mapeamento e monitoramento das políticas urbanas e regionais são suficientes e adequados em todos os municípios da UR?

6. CADERNO DE PROPOSTAS

A **fase propositiva** desse estudo, da qual os cadernos de propostas preliminar e final decorrem, resulta dos conhecimentos acumulados e consolidados ao longo do processo de construção dos PDUIs, conforme descrito nos itens anteriores. A partir deles, como visto, foram estabelecidos parâmetros conceituais e operacionais para a formulação dos planos das URs objeto de estudo.

Retomando aspectos já apresentados, o percurso que conduziu o trabalho consistiu nas várias etapas a seguir: **organização e elaboração de dados** de naturezas diversas para reconhecimento do território; **análises que consolidaram o panorama regional**, apoiado em áreas temáticas elencadas como essenciais¹; e o **diagnóstico** de cada uma das Unidades Regionais, etapa que – a partir da definição de um elenco de temas transversais – identificou e avaliou as principais questões a serem enfrentadas por meio de políticas públicas regionalizadas. O Caderno Preliminar de Propostas encerra um momento de síntese preliminar e o Caderno Final de Propostas já incorpora as contribuições oriundas do processo participativo.

6.1. Caderno preliminar de propostas

O *Caderno Preliminar de Propostas*, assim como o ordenamento territorial, foi elaborado com base nos documentos que o antecederam, e em dois momentos: foi o instrumento compartilhado durante o processo participativo e foi a base para as discussões a partir das quais foi possível estabelecer um diálogo com a sociedade civil e receber críticas e contribuições. Na sequência, as contribuições recebidas foram organizadas com base na metodologia desenvolvida para captar, avaliar e selecionar aquelas a serem incorporadas ao caderno final de propostas, conforme será visto a seguir.

O **Caderno Preliminar de Propostas** é um produto intermediário, que forneceu insumos para estimular o debate durante o processo participativo, etapa crucial da elaboração dos PDUIs. Ele contém uma versão preliminar de ordenamento territorial regional, com conceitos, caracterização e diretrizes, acompanhada de representação cartográfica do mapa da proposta preliminar do MZ Regional, com indicação de estratégias de ação metropolitana e de áreas de interesse metropolitano.

O volume apresenta, também, um conjunto de propostas preliminares para as FPICs, que deverão ser aperfeiçoadas a partir da colaboração dos gestores públicos e da sociedade civil presentes a partir das audiências públicas.

6.2. Caderno final de propostas

O **Caderno Final de Propostas** consolida os conteúdos produzidos no âmbito do projeto, destacando a linha metodológica de trabalho adotada e o teor das contribuições e propostas recebidas ao longo do processo participativo, considerando a *construção do PDUI* sob dois enfoques: seus fundamentos e as tendências a serem observadas, da análise às proposições.

Do Caderno Preliminar de Propostas ao Caderno Final de Propostas todo um processo foi desencadeado para recebimento, avaliação e seleção das contribuições oriundas do processo participativo que, uma vez consideradas pertinentes, integrariam o caderno final.

6.2.1. Metodologia para avaliação e incorporação de propostas oriundas do processo participativo

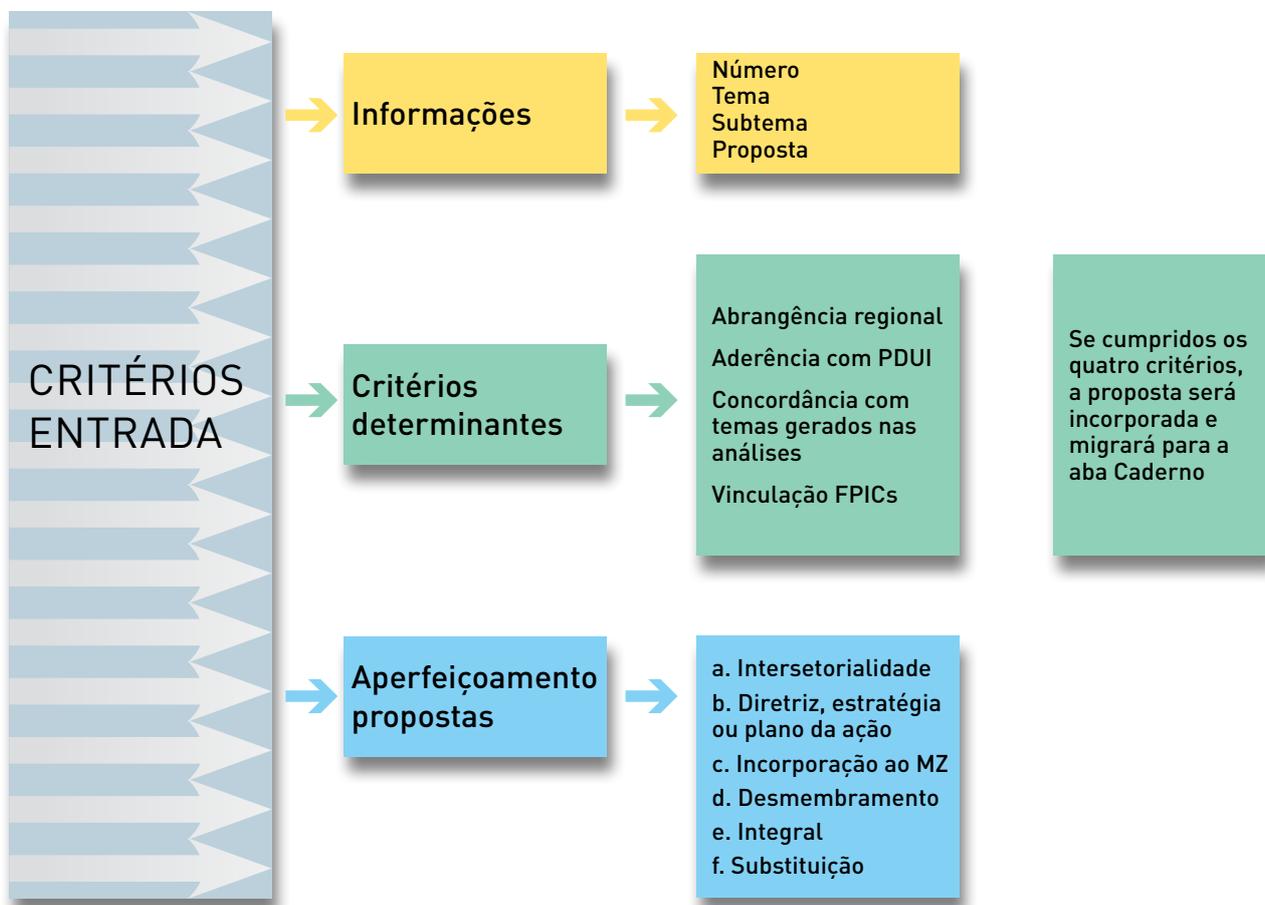
A etapa do processo participativo envolveu oficinas regionais, reuniões de grupos de trabalho temáticos e audiências públicas. Uma vez concluída essa etapa, e recebidas as propostas do poder público e da sociedade civil enviadas pela plataforma digital, o passo seguinte foi a análise e a seleção destas contribuições para a construção dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs)¹⁹.

O resultado deste trabalho é apresentado no formato de planilhas, nas quais se pode visualizar em detalhe cada proposta apresentada, e entender o tratamento que a mesma recebeu da equipe técnica. Nessas planilhas estão registradas as contribuições enviadas ao longo do processo de participação, até o momento em que foram realizadas as audiências públicas. Para melhor compreensão da análise e avaliação de enquadramento das propostas, foi estabelecido um conjunto de critérios objetivos de avaliação e de incorporação das mesmas.

O Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Propostas (P9) contém, na íntegra, os critérios de análise e avaliação de enquadramento das propostas apresentadas, no item sobre a metodologia do processo de trabalho para avaliação e incorporação das propostas recebidas. Já o Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Contribuições (P12) traz um roteiro criterioso da trajetória percorrida pelas propostas feitas pela sociedade civil e pelos poderes públicos estadual e municipais aos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs). Tais documentos referem-se às cinco Unidades Regionais em estudo.

¹⁹ Ver P9 Relatório do encaminhamento e aproveitamento das propostas e P12 Relatório do encaminhamento e aproveitamento das contribuições.

FIGURA 6. METODOLOGIA PARA ANÁLISE E INCORPORAÇÃO DAS PROPOSTAS



O percurso feito para análise das propostas estabelece inicialmente um conjunto de critérios claros e objetivos baseados tanto na Lei 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole) como nas leis que criaram as respectivas Unidades Regionais – regiões metropolitanas e aglomerações urbanas – objeto desse projeto.

Para a classificação das propostas, foi desenvolvida uma planilha com três abas: Critérios de Entrada, Caderno e Justificativa. A primeira aba indica os **critérios de entrada** e fundamentos críticos que permitem a classificação subsequente de aceitação/ incorporação ou não aceitação da proposta. Nessa planilha, foram inseridas todas as propostas recebidas, organizadas pelas quatro temáticas que abrigam as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs): Planejamento Territorial e Uso do Solo; Meio Ambiente, Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos; Mobilidade e Transporte; e Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social. O resultado dessa primeira análise traz um primeiro enquadramento das propostas recebidas.

A segunda aba – **Caderno** – destina-se a receber as propostas classificadas como aceitas ou aceitas parcialmente na aba anterior, promovendo, também, seu enquadramento em orientações mais específicas, de forma a aprimorá-las e refiná-las. Posteriormente, elas vão integrar o Caderno de Propostas (ainda com status preliminar), a fim de serem apresentadas às Câmaras Temáticas do PDUI, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de cada uma das URs.

A terceira aba da planilha de trabalho – **Justificativa** – traz as propostas recusadas, ou mesmo aquelas que podem ter encaminhamento institucional como alternativa de análise de demandas de políticas setoriais, formuladas pelas administrações municipais e que fogem ao escopo do PDUI. São exemplos, algumas propostas nas áreas da saúde, segurança pública e educação. Esta planilha propõe-se a justificar o não acolhimento de determinada proposta. Vale destacar que o PDUI é um plano de ordenamento territorial, que trará diretrizes para a intervenção regional. Nesse sentido, cabe reiterar que a demanda e o atendimento de políticas setoriais específicas são realizados pelas secretarias estaduais, responsáveis pelo desenho da política pública.

O passo seguinte foi a definição de 10 critérios e suas justificativas a serem observados no processo de análise de cada proposta recebida (aba 1), sendo que quatro desses critérios devem ser necessariamente satisfeitos para que ocorra a aceitação da proposta. São eles: 1) Ter abrangência regional; 2) Possuir aderência com os propósitos do PDUI estabelecidos no Estatuto da Metrópole; 3) Possuir aderência com as temáticas desenvolvidas nas análises das Unidades Regionais; 4) Estar vinculada a alguma FPIC citada na lei de criação da UR. Complementarmente, os seis critérios subsequentes, a saber: intersetorialidade; identificação com diretriz, estratégia ou plano de ação; incorporação ao macrozoneamento. Os demais critérios (8, 9 e 10) procuram analisar se a proposta necessita de desmembramento, se pode ser incluída integralmente ou se precisa ser substituída por outra proposta mais estruturada. Muitas vezes, as propostas contêm mais de um programa ou ação, de modo que fragmentos dessas propostas podem ser destinados a mais de uma proposta estruturada.

O resultado do enquadramento nesses critérios resulta na seguinte classificação: **Aceita**, **Parcialmente Aceita** ou **Não Aceita**. A aba Caderno, para a qual migraram as propostas aceitas e as parcialmente aceitas, procura produzir um criterioso inventário da proposta,

Assim, os três últimos detalhamentos das propostas incorporadas/aceitas indicam os instrumentos necessários para que as mesmas sejam implementadas ao longo dos 10 anos de vigência do PDUI. Além dos instrumentos de planejamento e gestão territorial, a implementação das propostas dos PDUIs será viabilizada pela utilização de instrumentos urbanísticos, ambientais e financeiros, de caráter urbano e/ou metropolitano, previstos no Estatuto da Cidade e no Estatuto da Metrópole e nas leis complementares que criam AUs e RMs. Dentre esses, destacam-se: a) Consórcios públicos; b) Contratos de gestão; c) Parcerias Público-Privadas (PPPs); d) Compensação por prestação de serviços de interesse metropolitano, entre eles o Pagamento por Serviços Ambientais / Ecosistêmicos; e) Operações urbanas consorciadas; f) Fundo Metropolitano de Desenvolvimento com participação dos entes federativos;

A aba Justificativa da planilha de análise das propostas busca fundamentar as causas da não incorporação de cada uma delas.

Importante destacar que o número de contribuições recebidas seja do poder público seja da sociedade civil superou as expectativas de engajamento, comprovando o processo democrático, a transparência e o alcance do projeto, cujo processo participativo foi amplamente divulgado por diversos meios de comunicação – especialmente nas plataformas digitais dos cinco PDUIs.

Por fim, além do resultado do enquadramento das propostas advindas do processo participativo e das análises visando às proposições finais, o Caderno Final de Propostas incorporou dois enfoques que marcaram a construção do PDUI, quais sejam: os fundamentos do processo de urbani-

zação e metropolização e as tendências internacionais a serem observadas, procurando alinhar as propostas incorporadas aos PDUIs com as megatendências do desenvolvimento regional.

O item Construção do PDUI – Fundamentos traz um minucioso perfil do padrão de urbanização contemporâneo, a partir de conceitos e estudos desenvolvidos sobre o tema nos universos mundial, brasileiro e paulista. Um mergulho nos diversos aspectos que permeiam o complexo processo de urbanização e metropolização que ocorre em todo o planeta – provocando mudanças radicais no modo de vida das pessoas.

As análises do modo de organização das dinâmicas urbanas e econômicas nas Unidades Regionais foram fundamentais para apontar quais questões poderiam ser equacionadas pelos novos planos em elaboração. Para tanto, o desenho metodológico dos PDUIs baseou-se no cruzamento de dados prospectados em diferentes Áreas Temáticas, dando origem às Áreas Transversais, conforme já descrito, responsáveis pela integração entre áreas setoriais tradicionais, identificando problemas, potencialidades e seus desdobramentos em aspectos físico-territoriais.

Já o segundo item, Construção do PDUI – Tendências, aponta para o futuro. A partir de análises de megatendências e projeções ricas em dados e informações – que sinalizam para a direção a seguir em diversos setores, como economia, meio ambiente, ciência e tecnologia – são listados os desafios impostos e as oportunidades oferecidas às cidades que integram regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. Análise fundamental para conduzir as propostas e diretrizes incluídas no Caderno de Propostas.

Para dar conta desse esforço que o processo de desenvolvimento metropolitano exige – e para o enfrentamento dos desafios postos –, a ação interfederativa é condição fundamental para planejar a execução das ações derivadas das diretrizes que integram o PDUI, dado que áreas metropolitanas são premidas a empreender investimentos urbanos altamente complexos, dispendiosos e de longo prazo, que não se adequam apenas à base de arrecadação tributária. Esse quadro geral dá sustentação às abordagens adotadas tanto no campo analítico quanto propositivo.

PARTE II.
PROCESSO PARTICIPATIVO

1. Mecanismos de participação, negociação e pactuação para viabilizar o PDUI

Segundo o Estatuto da Metrópole, Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, art. 8º, “A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas compreenderá em sua estrutura básica: I – instância executiva composta pelos representantes do Poder Executivo dos entes federativos integrantes das unidades regionais; II – instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil; III – organização pública com funções técnico-consultivas; e IV – sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas”.

O Estatuto da Metrópole estabelece as diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) nas regiões metropolitanas e nas aglomerações urbanas instituídas pelo Estado. Uma de suas exigências é a realização do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), instrumento de governança interfederativa cujos objetivos e conteúdos mínimos estão contidos na Lei Federal. As Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), por sua vez, são definidas no Estatuto da Metrópole, em seu art. 2º inciso II, como: “política pública, ou ação nela inserida, cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes”. As FPICs são, portanto, o objeto do PDUI.

A partir dessa premissa, coube à Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), em atendimento a uma demanda do Governo do Estado de São Paulo, a missão de realizar os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) das regiões metropolitanas de Piracicaba, Jundiaí, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba e Litoral Norte e da Aglomeração Urbana de Franca. O desafio foi assumido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), contratada para elaborar os cinco planos.

O trabalho, iniciado em agosto de 2021, teve como propósito preliminar integrar todos os agentes comprometidos com a construção de um desenvolvimento regional planejado. Com sinergia, a Fipe envolveu no processo os poderes públicos municipais e estadual, a sociedade civil organizada, o cidadão individual e o Ministério Público: todos juntos trabalhando por um futuro sustentável para o Estado de São Paulo.

Dessa maneira, o processo de construção dos cinco PDUIs ocorreu em ambiente de ampla participação dos diversos atores envolvidos em todas as etapas. Considerando a complexidade de seu objeto e seu formato interfederativo (participativo e democrático), buscou-se consensos entre os diversos entes – o que exigiu a definição de mecanismos de participação, negociação e pactuação necessários à criação dos planos. E, para estabelecer um diálogo permanente, foram disponibilizados os seguintes instrumentos e meios de comunicação: plataforma digital, oficinas regionais, grupos de trabalho, audiências públicas e câmaras temáticas, além de reuniões realizadas por demanda de entidades públicas e não governamentais.

Importante enfatizar que, em atendimento ao art. 10º §40 do Estatuto da Metrópole, a sociedade civil organizada em entidades e o cidadão individual tiveram a oportunidade de participar e de enviar suas contribuições por meio dos canais e mecanismos de participação implantados com esta finalidade. Também foi assegurada a presença do Ministério Público em todas as etapas de construção dos PDUIs, principalmente no processo participativo (**Anexo 1**). Por outro lado, houve um esforço de comunicação compartilhado entre Estado e municípios para divulgação do calendário de eventos, explicando sua finalidade, etapas e métodos, garantindo a máxima transparência.

2. Organização do processo participativo

Para compor um quadro de participação efetivo e equilibrado, inicialmente foram identificados os segmentos técnicos das prefeituras, a partir de um esforço de interação com os governos municipais. Primeiro, por meio de correspondência (**Anexo 2**) enviada aos prefeitos pelo então Secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, em que ele apresentava o projeto e solicitava a participação de seus técnicos no processo de elaboração do PDUI. Na sequência, o Coordenador Geral do Projeto Fipe-SDR, Andrea Calabi, também por meio de correspondência (**Anexo 3**) dirigida aos secretários municipais, solicitava a indicação de representante técnico de suas pastas para participar da construção do PDUI.

Desde o início do processo participativo, a equipe da Fipe organizou extensa rede de contatos, integrada por prefeitos, secretarias municipais, diretorias, coordenadorias, conselhos e outros órgãos públicos. O levantamento e a coleta de informações envolveu a consulta aos sites das 124 prefeituras municipais que compõem as cinco Unidades Regionais, além da busca, avaliação e seleção de entidades ou pessoas físicas da sociedade civil (universidades, categorias profissionais, sindicatos, movimentos sociais, ONGs, associações, etc.) para compor um *mailing list* representativo, por meio do qual foram enviados convites para as oficinas regionais, audiências públicas, grupos de trabalho setoriais e câmaras temáticas.

Essas iniciativas permitiram consolidar um *mailing list* de potenciais participantes nos debates programados, resultando num total de **2.107** referências (**1.568** do poder público e **539** da sociedade civil). A abrangência do *mailing list*, continuamente atualizado, associada ao alcance e à interação permitidos pelas plataformas digitais (construídas para cada uma das URs), possibilitou o acesso de **2.394** pessoas às atividades realizadas até o final do processo, entre representantes do poder público (estadual e municipais), da sociedade civil, da Fipe, da Secretaria de Desenvolvimento Regional e do Ministério Público. Também foi disponibilizado um e-mail de contato com as equipes da Fipe e da Secretaria de Desenvolvimento Regional: pdui@fipe.org.br.

A seguir, serão detalhados os instrumentos disponibilizados para facilitar e estimular a participação social na construção dos PDUIs.

2.1. Plataforma digital

A criação de cinco plataformas digitais, gerenciadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional/Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, com apoio da equipe Fipe, permitiu a total interação entre os participantes, o compartilhamento de informações, dados, notícias e vídeos relacionados ao planejamento e ao desenvolvimento regional e a divulgação dos documentos técnicos produzidos.

Com tecnologia mais moderna, novas funcionalidades, recurso de exportação de eventos/reuniões para Google Agenda, layout responsivo (mobile) com acessibilidade, estatísticas de acesso, botão de consentimento LGPD, as plataformas possibilitaram a participação popular por meio de ambientes específicos para o poder público e para a sociedade civil, onde os gestores e os cidadãos puderam fazer comentários e enviar suas propostas.

Em resumo, as plataformas deram suporte à comunicação pública e à divulgação do processo participativo – garantindo sua transparência – e disponibilizaram ferramentas digitais eficazes de

participação popular. Durante as audiências públicas, por exemplo, foi apresentado previamente o Caderno Preliminar de Propostas, e as contribuições pleiteadas foram captadas pelo mesmo sistema. Por meio das plataformas o cidadão pôde também acessar os áudios das reuniões e suas respectivas memórias.

Os links de acesso aos materiais de divulgação produzidos estão disponíveis na aba Notícias das respectivas plataformas digitais.

- ❑ Aglomeração Urbana de Franca – <https://auf.pdui.sp.gov.br/>
- ❑ Região Metropolitana de Ribeirão Preto – <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>
- ❑ Região Metropolitana de Piracicaba – <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>
- ❑ Região Metropolitana de Jundiaí – <https://rmj.pdui.sp.gov.br/>
- ❑ Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>

2.2. Oficinas regionais

De 5 a 21 de outubro de 2021, foram realizadas 15 oficinas regionais para as cinco Unidades Regionais que estão sendo tratadas pela Fipe. O processo de preparação e realização das reuniões objetivou a leitura unificada dos planos diretores municipais de cada uma das URs. Como resultado dos debates ocorridos no âmbito das oficinas regionais, a partir do Panorama Regional e da Leitura Unificada da Legislação Municipal, foi elaborado o documento Sistematização dos Resultados das Oficinas Regionais (**Produto 6**), disponível nas plataformas digitais. O documento apresenta o olhar da equipe da Fipe sobre os planos diretores, as leis de uso e ocupação do solo municipais e legislações urbanísticas em geral.

Na sequência, uma ficha técnica dessa leitura unificada contendo a nomenclatura proposta pela equipe da Fipe foi enviada para conhecimento e validação das prefeituras municipais. É importante registrar a validação da leitura unificada feita pelas prefeituras, embora nem todos os municípios tenham dado devolutivas. Ao final do processo, todas as sugestões de ajustes encaminhadas à Fipe foram consideradas. Além disso, a equipe técnica realizou algumas reuniões em atendimento a demandas específicas de algumas prefeituras e da sociedade civil para dar esclarecimentos e sanar possíveis dúvidas.

Os debates ocorridos nesse contexto tiveram como pano de fundo as seguintes áreas temáticas das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs): Planejamento Territorial e Uso do Solo; Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos; Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social; Transporte e Sistema Viário Regional.

A partir do *mailing list*, ao longo das duas semanas que antecederam a realização das oficinas regionais, foi realizada intensa mobilização por e-mail e contatos telefônicos, para explicar a importância da participação técnica dos representantes indicados pelos prefeitos e/ou secretários municipais. O balanço dessa mobilização resultou na confirmação de boa parte dos convidados para o debate.

2.2.1. Balanço da participação nas oficinas regionais

UR	Data	Total de participantes (PMs + sociedade civil + Fipe/SDR)	Prefeituras e sociedade civil	Fipe/SDR
AU DE FRANCA (AUF)				
Ituverava	06/10/2021	47	23	24
Franca	07/10/2021	48	23	25
Total da AUF		95	46	49
RM DE JUNDIAÍ (RMJ)				
Jundiaí	06/10/2021	41	22	19
Total da RMJ		41	22	19
RM DE PIRACICABA (RMP)				
Piracicaba	13/10/2021	30	15	15
Rio Claro	20/10/2021	41	25	16
Limeira	21/10/2021	26	9	17
Total da RMP		97	49	48
RM DE RIBEIRÃO PRETO (RMRP)				
Jaboticabal	13/10/2021	32	14	18
Mococa	14/10/2021	34	16	18
Ribeirão Preto	18/10/2021	45	32	13
Batatais	19/10/2021	29	7	22
Total da RMRP		140	69	71
RM DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE (RMVPLN)				
Cruzeiro	05/10/2021	44	22	22
Guaratinguetá	07/10/2021	30	12	18
Taubaté	08/10/2021	42	27	15
São José dos Campos	14/10/2021	36	22	14
Caraguatatuba	15/10/2021	31	14	17
Total da RMVPLN		183	97	86
Total das oficinas (AUF + RMJ + RMP + RMRP + RMVPLN)		556	283	273

As oficinas regionais também foram uma oportunidade para explicar aos participantes a necessidade de realização dos PDUIs, em cumprimento ao que estabelece o Estatuto da MetrÓpole (Lei Federal 13.089/2015), com o envolvimento obrigatório dos entes federativos e da sociedade civil. Para os representantes municipais, as oficinas deixaram claro que o PDUI é um referencial metropolitano para os planos diretores em fase de revisão ou de elaboração.

2.2.2. Roteiro e pauta temática das oficinas regionais

As oficinas regionais ocorreram em formato virtual, com duração de três horas e roteiro pré-estabelecido, que incluía: (i) saudações de boas-vindas gravadas em vídeo do Secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, e do Coordenador Geral do projeto, Andrea Calabi (disponíveis na plataforma digital); (ii) orientações iniciais sobre a dinâmica de trabalho; (iii) apresentação do

Panorama Regional pelo coordenador da UR; e (iv) apresentação das especificidades da sub-região (por pesquisador da equipe Fipe). Num segundo momento, os debates aconteciam em duas salas virtuais: sala 1/temas: **Desenvolvimento urbano e meio ambiente**, envolvendo os subtemas: macrozoneamento, rede de centralidades, vulnerabilidade socioterritorial, dinâmica ambiental e saneamento ambiental. Sala 2/temas: **Desenvolvimento socioeconômico e mobilidade e transportes**, com os subtemas: dinâmica demográfica, dinâmica econômica e estrutura produtiva, transporte e logística e energia. O encerramento ocorria sempre numa única sala virtual.

2.2.3. Pauta temática para apresentação do Panorama Regional nas oficinas regionais

- **Desenvolvimento urbano da UR** – Demografia, rede de cidades e centralidades intraurbanas de caráter regional.
- **Macrozoneamento** – Questões ambientais: ativos existentes na região; balanço hídrico; saneamento ambiental.
- **Dinâmica econômica da região** – Atividades econômicas com relevância no Estado; atividades econômicas com engate no exterior, em outros estados e outros municípios do Estado de São Paulo.
- **Mobilidade e transportes** – Sistema viário regional: rodovias, ferrovias, aeroportos; gargalos existentes no setor.
- **Questões sociais e específicas da região.**

Houve lista de presença nos chats com nome/ e-mail/ telefone/ cidade/ secretaria/ indicação da sala/ escolha do tema. Já as contribuições dos participantes foram feitas em formulário próprio, disponibilizado na plataforma digital.

As memórias das oficinas regionais estão disponíveis nas plataformas digitais das respectivas Unidades Regionais no **Produto 6 – Sistematização dos Resultados das Oficinas Regionais**.

2.2.4. Organização das oficinas regionais

As 15 oficinas regionais foram organizadas por sub-região das respectivas Unidades Regionais, conforme segue:

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P6_Sistematizacao-dos-resultados-das-oficinas-regionais_finalfev.pdf

- **Sub-região Cruzeiro. Municípios:** Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras.
- **Sub-região Guaratinguetá. Municípios:** Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira.
- **Sub-região Taubaté. Municípios:** Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé.

- **Sub-região São José dos Campos. Municípios:** Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos.
- **Sub-região Caraguatatuba. Municípios:** Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba.

Região Metropolitana de Jundiaí

https://rmj.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P6_Sistematizacao-dos-resultados-das-oficinas-regionais_finalfev.pdf

- Municípios: Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira e Várzea Paulista.

Região Metropolitana de Ribeirão Preto

https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P6_Sistematizacao-dos-resultados-das-oficinas-regionais_finalfev.pdf

- **Sub-região Jaboticabal. Municípios:** Guariba, Jaboticabal, Monte Alto, Pitangueiras, Taiúva e Taquaral.
- **Sub-região Mococa. Municípios:** Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Mococa, Santa Cruz de Esperança, Santa Rosa do Viterbo e Tambaú.
- **Sub-região Ribeirão Preto. Municípios:** Barrinha, Brodoswski, Cravinhos, Dumont, Guataparã, Jardinópolis, Luís Antonio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho.
- **Sub-região Batatais. Municípios:** Altinópolis, Batatais, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales Oliveira e Santo Antonio da Alegria.

Região Metropolitana de Piracicaba

https://rmp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P6_Sistematizacao-dos-resultados-das-oficinas-regionais_finalfev.pdf

- **Sub-região Piracicaba. Municípios:** Capivari, Elias Fausto, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras e Saltinho.
- **Sub-região Limeira. Municípios:** Araras, Conchal, Cordeirópolis, Leme, Limeira, Pirassununga e Santa Cruz da Conceição.
- **Sub-região Rio Claro. Municípios:** Águas de São Pedro, Analândia, Charqueada, Corumbataí, Ipeúna, Iracemápolis, Rio Claro, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra e São Pedro.

Aglomerção Urbana de Franca

https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P6_Sistematizacao-dos-resultados-das-oficinas-regionais_finalfev.pdf

- **Sub-região Ituverava. Municípios:** Aramina, Buritizal, Guaíra, Guará, Igarapava, Ipuã, Ituverava, Miguelópolis e São Joaquim da Barra.
- **Sub-região Franca. Municípios:** Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina e São José da Bela Vista.

2.2.5. Documentos produzidos nesta etapa do processo participativo:

- P2 – Mapeamento do Macrozoneamento e Zoneamento Municipais
- P3 – Mapa da Leitura Unificada dos Zoneamentos e Macrozoneamentos Municipais
- P4 – Mapa Preliminar do Macrozoneamento
- P5 – Panorama Regional
- P6 – Sistematização dos Resultados das Oficinas Regionais
- P7 – Diagnóstico
- *Mailing list* por UR para subsidiar o processo participativo
- Memórias das 15 oficinas regionais
- Apresentações em PowerPoint por UR
- Convites para participação de órgãos setoriais do Governo do Estado nos GTs
- Documentos da Comunicação Social

2.2.6. Resultados alcançados

- Identificação, pela equipe da Fipe, de técnicos das respectivas prefeituras municipais para participar das ORs e de representações da sociedade civil com afinidade com os temas abordados pelo PDUI.
- Estruturação de nove¹ plataformas digitais para abrigar e dar transparência às atividades e aos documentos produzidos na construção dos PDUIs, bem como facilitar a comunicação entre os entes envolvidos nas atividades.
- Descrição dos documentos-chave produzidos, essenciais no processo de participação e de realização das oficinas regionais.
- Apresentação de quadro com a agenda preliminar das reuniões dos grupos de trabalho (GTs) com órgãos setoriais do Governo do Estado de São Paulo: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA); Secretaria de Habitação (SH) e Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU); Secretaria de Logística e Transportes e Departamento de Estradas de Rodagem (DER); Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM), Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM); Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Desenvolve SP e Secretaria de Turismo (Setur).

¹ No âmbito do contrato SDR/Fipe, a equipe Fipe reestruturou as plataformas digitais das Regiões Metropolitanas de Campinas, Sorocaba, Baixada Santista e São Paulo.

2.2.7. Calendário das oficinas regionais

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte					
Sub-Regiões	Municípios	Sede Sub-regional	Dia do mês	Dia da semana	Horário
4	8	Cruzeiro	5/10	terça	14h às 17h
3	9	Guaratinguetá	7/10	quinta	14h às 17h
2	10	Taubaté	8/10	sexta	9h às 12h
1	8	São José dos Campos	14/10	quinta	14h às 17h
5	4	Caraguatatuba	15/10	sexta	9h às 12h

Região Metropolitana de Piracicaba				
Municípios	Sede Sub-regional	Dia do mês	Dia da semana	Horário
7	Piracicaba	13/10	quarta	14h às 17h
10	Rio Claro	20/10	quarta	14h às 17h
7	Limeira	21/10	quinta	14h às 17h

Região Metropolitana de Jundiaí				
Municípios	Sede	Dia do mês	Dia da semana	Horário
8	Jundiaí	6/10	quarta	14h às 17h

Região Metropolitana de Ribeirão Preto					
Sub-região	Nº de municípios	Sede	Dia do mês	Dia da semana	Horário
2	6	Jaboticabal	13/10	quarta	9h às 12h
3	6	Mococa	14/10	quinta	9h às 12h
1	15	Ribeirão Preto	18/10	segunda	13h30 às 16h30
4	7	Batatais	19/10	terça	9h às 12h

Aglomeração Urbana de Franca					
Sub-região	Nº de municípios	Sede	Dia do mês	Dia da semana	Horário
1	9	Ituverava	6/10	quarta	9h às 12h
2	10	Franca	7/10	quinta	9h às 12h

2.3. Grupos de trabalho temáticos – Primeira rodada de discussões

Nas oficinas regionais, realizadas em outubro de 2021, foi possível contar com a participação de quem vive o dia a dia do município. Nesta fase, conhecer os problemas e os potenciais de cada lugar, do ponto de vista do poder público municipal e da sociedade civil, serviu de insumo para a fase seguinte: as discussões dos grupos temáticos (GTs) com a participação de órgãos setoriais do Governo do Estado de São Paulo (GESP) com afinidade com as temáticas das FPICs.

Os grupos de trabalho foram organizados em seis reuniões, que aconteceram de 3 a 12 de novembro de 2021, abordando temas importantes do PDU, com o objetivo de definir, conjuntamente, as diretrizes para o macrozoneamento e as Funções Públicas de Interesse Comum. Em todas as reuniões, a equipe da Fipe apresentou o Panorama Regional, elaborado a partir de dados, informações e mapas enviados por alguns municípios e pelos próprios órgãos setoriais do Estado. Nesses fóruns de discussão também foram debatidas as propostas e as sugestões não só produzidas pela equipe técnica da Fipe como também aquelas apresentadas nas oficinas regionais e enviadas pela plataforma digital.

Assim organizados, os GTs analisaram, juntamente com os coordenadores de UR, a proposta preliminar do macrozoneamento regional elaborada pela Fipe, bem como a leitura regional de cada uma das Unidades Regionais estudadas, buscando identificar e alinhar propostas para a formulação dos respectivos PDUs. Essas discussões também objetivaram a formação de consensos quanto às diretrizes a serem estabelecidas e ações estratégicas de curto e médio prazos que poderão ser assumidas no âmbito da gestão estadual.

Os conteúdos/propostas abordados nos GTs, provenientes de públicos diversos, foram organizados por temas, conforme tratado no Diagnóstico (P7), e estruturados em eixos transversais, relativos ao escopo dos respectivos PDUs. Os grupos de trabalho também sugeriram novas propostas, que foram incorporadas ao Caderno Preliminar de Propostas.

Principais temas abordados nas reuniões dos grupos de trabalho setoriais:

1. **Macrozoneamento**, primeira reunião em 3/11/2021, participantes: Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), com representantes da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA); Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp)/Diretora da Área de Interior; Subsecretaria de Energia/Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis e Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração. Os debates focaram, entre outros temas, nas infraestruturas de saneamento e de energia e na questão ambiental, envolvendo as macrozonas de preservação ambiental, as áreas de uso sustentável, o Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE), além de alternativas sobre a geração distribuída de energia elétrica, sobre a capacidade do governo estadual de atuar na mudança da matriz energética usando fontes renováveis, o zoneamento ambiental mineral e a política mineral estadual.
2. **Macrozoneamento**, segunda reunião em 5/11/2021, participantes: representantes da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) e da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). Com o Itesp, os debates abordaram a regularização fundiária em área rural para usos urbanos, os programas oferecidos pelo Itesp, além de dados, informações e mapeamentos, entre outros temas.
3. Com a Secretaria da Habitação/CDHU, os principais assuntos discutidos foram: a importância de se definir uma diretriz para enfrentamento da questão de assentamentos

- subnormais em áreas de risco; a vulnerabilidade territorial das populações desassistidas, principalmente diante dos últimos dados que demonstram o quanto a informalidade, a irregularidade e a precariedade habitacional estão presentes no processo da urbanização atual; mapeamento de assentamentos precários; demanda por habitação nas unidades regionais estudadas, dados, informações e mapeamentos.
4. Nas duas reuniões sobre o macrozoneamento foi apresentada uma visão mais geral sobre a metodologia utilizada para produzir os mapas até chegar ao mapa preliminar, por meio do levantamento da legislação urbanística e ambiental incidente no território que cause algum impacto.
 5. **Transporte e Logística**, em 8/11/2021 (manhã), terceira reunião, participantes: Secretaria de Logística e Transportes (SLT) e representantes do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) de Rio Claro e Ribeirão Preto. Assuntos tratados: a logística de carga da macrometrópole e a perspectiva de trens regionais, conforme o projeto PAM-TL; o transporte e a mobilidade públicos; o Trem Intercidades (TIC); o Programa de Estradas Vicinais; a duplicação de rodovias; as travessias litorâneas; a modernização do Porto de São Sebastião, do Porto Seco de Franca e o de Cruzeiro; a concessão de rodovias e aeroportos; o conflito entre transporte rodoviário e intermunicipal; o Corredor Verde (VLT) e questões tarifárias.
 6. **Transportes e Mobilidade**, em 8/11/2021 (tarde), quarta reunião, participantes: Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU). Entre os temas debatidos, destacaram-se: a necessidade de integração dos modais, as questões tarifárias e a gratuidade nos transportes; as concessões; o conflito entre transporte rodoviário e municipal; o Trem Intercidades (TIC); a gestão do transporte intermunicipal pela EMTU; o PAM-TL; o transporte ferroviário, dentre outros.
 7. **Desenvolvimento Econômico**, em 9/11/2021, quinta reunião, participantes: Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), Secretaria de Turismo e Viagens (STV) e Desenvolve São Paulo. Temas debatidos: desenvolvimento urbano integrado; turismo em Piracicaba, Jundiaí, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Franca e Ribeirão Preto; atividades econômicas ligadas à agricultura e ao turismo; programa de polos de desenvolvimento; fomento ao desenvolvimento do agronegócio; Arranjos Produtivos Locais (APLs); melhorias sociais e ambientais com os royalties do petróleo no Litoral Norte; capacitação de mão de obra pelo Sebrae versus oferta e demanda de emprego; apoio da Desenvolve SP às prefeituras municipais.
 8. **Agricultura**, em 12/11/2021, sexta reunião, com a presença da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) e representantes de São Paulo, Franca, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba e Litoral Norte. Os principais temas debatidos foram: agronegócio; questões ambientais relativas aos fenômenos dos fortes ventos e poeira que aconteceram nas cidades recentemente; realocação da produção agrícola e pecuária; queimadas; cobertura vegetal nativa; produção leiteira; agricultura familiar; Projeto Melhor Caminho; crédito rural; preservação de ativos ambientais; Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS); Associação de Produtores de Cafés Especiais.

Os debates ocorridos nas reuniões dos grupos de trabalho temáticos foram fundamentais para a equipe técnica entender os processos de desenvolvimento econômico em sua dimensão regional. As análises foram feitas a partir de recortes horizontais, transversais e verticais, com vistas a uma ação conjunta interativa entre os diversos instrumentos de políticas públicas. A intensa troca de informações mostrou, ainda, a necessidade de se conhecer melhor a realidade local, com suas vocações e potencialidades, e o que o governo estadual pode fazer no âmbito do planejamento regional. Desse modo, as várias secretarias, os órgãos públicos e representantes da sociedade civil que participaram do processo participativo de construção dos PDUIs tiveram um papel muito importante na formação de consensos.

No processo de elaboração dos planos, foi criado um banco de dados secundários pesquisados nas esferas municipal, estadual e federal. Em todos os debates do processo participativo, foram analisados os mapeamentos georreferenciados, os sistemas de informação e a base de dados utilizados pela equipe da Fipe. Posteriormente, esse conteúdo foi enriquecido com outros disponibilizados pelos municípios e órgãos setoriais participantes dos GTs, o que permitiu a elaboração de insumos técnicos cartográficos e estatísticos para fundamentação das discussões e para subsidiar a produção de mapas-sínteses.

Vale ressaltar que, em todas as fases do projeto, o levantamento e a coleta de contatos de prefeitos, secretarias, diretorias, coordenadorias, conselhos e outros órgãos públicos, além de entidades ou pessoas físicas da sociedade civil, tiveram continuidade, visando à atualização constante da *mailing list* para o envio de convites e troca de informações.

2.3.1. Documento produzido nesta etapa do processo participativo

A sistematização dos resultados de cada GT é apresentada a partir do registro das memórias das reuniões realizadas, que estão incorporadas no **Produto 8 – Sistematização dos Resultados dos Grupos de Trabalho**, disponível nas respectivas plataformas digitais.

2.3.2. Calendário dos grupos de trabalho temáticos

Data	Tema	Setores participantes
3/11/2021	Macrozoneamento	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/Coordenadoria de Planejamento Ambiental (SIMA/CPLA)
		Sabesp – Diretora da Área de Interior
		Subsecretaria de Energia/Coordenadoria de Energias Elétrica e Renováveis
		Subsecretaria de Energia/Coordenação de Mineração
5/11/2021	Macrozoneamento	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU)
		Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)
8/11/2021 (manhã)	Transporte e Logística	Secretaria de Logística e Transportes (SLT)
		Departamento de Estradas de Rodagem (DER) – Regional Rio Claro
		Departamento de Estradas de Rodagem (DER) – Regional Ribeirão Preto

Data	Tema	Setores participantes
8/11/2021 (tarde)	Transporte e Mobilidade	Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM)
		Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)
		Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU)
09/11/2021	Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE)
		Secretaria de Turismo e Viagens (STV)
		Desenvolve São Paulo
12/11/2021	Agricultura	Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) – São Paulo, Franca, Ribeirão Preto e Vale do Paraíba e Litoral Norte

2.3.3. Grupos de trabalho temáticos – Presenças na 1ª rodada de debates

Tema	Órgãos estaduais	Qt. Externos	Qt. Fipe/ SDR	Total (Externos+Fipe/ SDR)
Transporte e Logística	DER – Regional Rio Claro	3	19	22
	DER – Regional Ribeirão Preto (representando JC)			
	Secretaria de Logística e Transportes			
Transporte e Mobilidade	Secretaria de Transportes Metropolitanos / Coordenadoria de Transporte Coletivo	3	20	23
	EMTU			
	CPTM			
Agricultura	Secretaria de Agricultura e Abastecimento – Franca	4	12	16
	Secretaria de Agricultura e Abastecimento – Ribeirão Preto			
	Secretaria de Agricultura e Abastecimento – Vale do Paraíba e Litoral Norte			
Macrozoneamento	Coordenadoria de Planejamento Ambiental/SIMA	8	24	32
	Centro de Planej. Territorial e Ambiental/SIMA			
	Coordenadoria de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA			
	Itesp			
	Subsecretaria de Energia			
	Sabesp			
Habitação	Secretaria de Habitação	5	22	27
	CDHU			
Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	5	27	32
	Secretaria de Turismo			
	Desenvolve SP			
Total GTs				152

2.4. Audiências públicas

O passo seguinte foi a organização das audiências públicas, que ocorreram no final de janeiro e início de fevereiro de 2022, em formato híbrido (presencial e on-line) com restrição do número de pessoas presentes, em função da pandemia de COVID-19. As audiências foram transmitidas pelo canal do YouTube da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Além das equipes da SDR e da Fipe, as audiências também mobilizaram as prefeituras, as câmaras municipais, o Parlamento Regional, o Ministério Público e entidades representativas da sociedade civil de todos os 124 municípios integrantes das cinco Unidades Regionais. O apoio das prefeituras municipais foi fundamental para o êxito das audiências presenciais, que demandaram espaços locais e estrutura de transmissão dos eventos.

Foram realizadas 14 audiências públicas, envolvendo os municípios das sub-regiões das cinco Unidades Regionais em estudo: Aglomeração Urbana de Franca (Franca e Ituverava), Região Metropolitana de Jundiaí (Jundiaí), Região Metropolitana de Piracicaba (Piracicaba, Rio Claro e Limeira), Região Metropolitana de Ribeirão Preto (Batatais, Jaboticabal e Ribeirão Preto) e Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Cruzeiro, Guaratinguetá, Taubaté, São José dos Campos e Caraguatatuba).

A realização de audiências públicas é, sem dúvida, a etapa primordial do processo participativo previsto legalmente na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs). São necessárias várias rodadas de discussões técnicas, via consultas públicas com diferentes atores e segmentos, até que seja consolidado um diálogo com a sociedade e níveis governamentais para que se possa formar consensos políticos em torno dos objetivos, diretrizes e propostas do PDUI de determinada Unidade Regional.

Para dar suporte aos debates, foi desenvolvido o Caderno Preliminar de Propostas para cada uma das regiões, contendo os resultados dos primeiros estudos realizados e das contribuições advindas das oficinas regionais e das reuniões dos grupos de trabalho. Basicamente, o documento traz uma proposta preliminar de macrozoneamento regional, que dá as diretrizes de ordenamento territorial, oferecendo as bases para a articulação entre os municípios, e as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

Em dezembro de 2021, mês anterior ao início das audiências públicas, foi disponibilizado nas plataformas digitais o Caderno de Insumos para Estimular o Debate, para dar conhecimento, colher subsídios, fazer correções e referendar as proposições contidas no Caderno Preliminar de Propostas. Assim, os participantes das audiências públicas puderam se preparar para os debates e fazer novas proposições.

No âmbito do projeto, os instrumentos do processo participativo (plataforma digital, oficinas regionais, grupos de trabalho temáticos e audiências públicas) foram importantes para o levantamento de dados, definição de problemas e busca de soluções, além de estimular e ampliar a participação da sociedade civil e dos poderes públicos, com acompanhamento das atividades pelo Ministério Público.

Um *mailing list* abrangente foi sendo estruturado, incluindo representantes da sociedade civil, gestores públicos, comunidade técnica, entidades e instituições diversas, visando ao envio de convites para a série de audiências públicas. Também foi desenvolvida estratégia de comunicação específica, voltada para os veículos de comunicação locais, que envolveu a Secretaria de Desen-

volvimento Regional, a Fipe, a Associação Paulista de Municípios (APM) e a União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp), bem como as agências regionais.

Desde o início, o projeto buscou o diálogo para aprimorar o diagnóstico, a visão e a percepção das principais questões regionais – bem como possíveis incorporações de conteúdo, aprofundamento de análises e complementações de informações. As audiências públicas organizadas por sub-região das Unidades Regionais em estudo, seguiram o seguinte roteiro:

- Abertura da sala virtual.
- Composição da mesa presencial e on-line.
- Vídeos de boas-vindas do Secretário de Desenvolvimento Regional e do Coordenador Geral do Projeto Fipe-SDR.
- Saudação de autoridades municipais e de representante do governo estadual.
- Exposições sobre o estudo técnico do PDUJ.
- Apresentação do contexto regional.
- Apresentação das propostas de macrozoneamento e de FPICs.
- Debates.
- Encerramento.

2.4.1. Calendário das audiências públicas

Data	Dia da semana	Município	Horário	Região	Municípios convidados
11-jan	terça-feira	Limeira	14h	RMP	Araras, Conchal, Cordeirópolis, Leme, Limeira, Pirassununga e Santa Cruz da Conceição.
13-jan	quinta-feira	Piracicaba	14h	RMP	Capivari, Elias Fausto, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras e Saltinho.
17-jan	segunda-feira	Ituverava	14h	AUF	Aramina, Buritizal, Guaiara, Guará, Igarapava, Ipuã, Ituverava, Miguelópolis e São Joaquim da Barra.
18-jan	terça-feira	Franca	9h	AUF	Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina e São José da Bela Vista.
19-jan	quarta-feira	Rio Claro	14h	RMP	Águas de São Pedro, Analândia, Charqueada, Corumbataí, Ipeúna, Iracemápolis, Rio Claro, Santa Gertrudes, Santa Maria da Serra e São Pedro.
21-jan	sexta-feira	Jundiaí	14h	AUJ	Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiaí, Louveira e Várzea Paulista.
24-jan	segunda-feira	Batatais	14h	RMRP	Altinópolis, Batatais, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Mococa, Morro Agudo, Nuporanga, Orlandia, Sales Oliveira, Santo Antônio da Alegria, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo e Tambaú.
28-jan	sexta-feira	Ribeirão Preto	9h	RMRP	Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumond, Guataparã, Jardinópolis, Luís Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho.

Data	Dia da semana	Município	Horário	Região	Municípios convidados
26-jan	quarta-feira	Jaboticabal	14h	RMRP	Guariba, Jaboticabal, Monte Alto, Pitangueiras, Taiúva e Taquaral.
31-jan	segunda-feira	Cruzeiro	14h	RMVPLN	Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras.
1-fev	terça-feira	Guaratinguetá	14h	RMVPLN	Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira.
2-fev	quarta-feira	Taubaté	14h	RMVPLN	Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé.
3-fev	quinta-feira	São José dos Campos	9h	RMVPLN	Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos.
4-fev	sexta-feira	Caraguatatuba	9h	RMVPLN	Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba.

2.4.2. Resultados da participação nas audiências públicas presenciais e virtuais por Unidade Regional

Região Metropolitana de Piracicaba (por sub-região)

Balanco de presenças na AP de Limeira - 11/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
55	5	32	20	87	25	112

Balanco de presenças na AP de Piracicaba - 13/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
42	4	30	19	72	23	95

Balanco de presenças na AP de Rio Claro - 19/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
62	4	23	16	85	20	105

Aglomeração Urbana de Franca (por sub-região)

Balanco de presenças na AP de Ituverava - 17/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
26	6	41	20	67	26	93

Balanco de presenças na AP de Franca - 18/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
53	4	34	14	87	18	105

Região Metropolitana de Jundiaí

Balanco de presenças na AP de Jundiaí - 21/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
50	5	56	9	106	14	120

Região Metropolitana de Ribeirão Preto (por sub-região)

Balanco de presenças na AP de Batatais - 24/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
45	5	15	13	60	18	78

Balanco de presenças na AP de Jaboticabal - 26/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+Fipe
46	5	22	24	68	29	97

Balanco de presenças na AP de Ribeirão Preto - 28/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
53	5	33	13	86	18	104

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (por sub-região)

Balanco de presenças na AP de Cruzeiro - 31/01/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
44	5	24	17	68	22	90

Balanco de presenças na AP de Guaratinguetá 01/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
55	4	33	12	88	16	104

Balanco de presenças na AP de Taubaté - 02/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SSAM/SDR/Fipe
70	7	47	10	117	17	134

Balanco de presenças na AP de São José dos Campos - 03/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
59	5	43	11	102	16	118

Balanco de presenças na AP de Caraguatatuba - 04/02/2022

Presencial		Virtual (Meet / YouTube)		Sub-total		Total
Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	SDR/SSAM/Fipe	Externo	Fipe	Presencial+Virtual - Ext.+SDR/SSAM/Fipe
31	5	46	9	77	14	91

2.4.3. Documentos produzidos nesta etapa do processo participativo

- P9 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Propostas
- P10 – Caderno Preliminar de Propostas
- P11 – Sistematização dos Resultados das Audiências Públicas
- P12 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Contribuições

As memórias das 14 audiências públicas realizadas estão disponíveis nas plataformas digitais de cada Unidade Regional, no **Produto 11 – Sistematização dos Resultados das Audiências Públicas**, bem como os demais documentos produzidos pela equipe da Fipe.

2.5. Câmaras temáticas

Em continuidade às atividades do processo participativo, após as audiências públicas foram promovidas cinco reuniões das câmaras temáticas (CTs) do PDUI para apresentar as análises técnicas das propostas recebidas via plataformas digitais das cinco Unidades Regionais em estudo.

Para subsidiar estes eventos, foram produzidos dois documentos técnicos: **Produto 9 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Propostas** e **Produto 12 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Contribuições**. Ambos explicam a metodologia utilizada e os critérios adotados para análise técnica das propostas apresentadas – e como as contribuições foram incorporadas às propostas estruturadas que irão compor o PDUI.

Para realização das reuniões das CTs do PDUI, a Secretaria de Desenvolvimento Regional encaminhou ofício às prefeituras municipais para que os prefeitos indicassem seus representantes nas temáticas próprias do Plano, ou seja: planejamento territorial e uso do solo; habitação; meio ambiente; saneamento ambiental; transporte e sistema viário; desenvolvimento econômico e atendimento social.

Foram definidas estratégias de divulgação e mobilização junto aos canais de comunicação da Secretaria de Desenvolvimento Regional, para garantir o acesso da população regional às reuniões, que foram realizadas de forma virtual via plataforma *Microsoft Teams*.

As reuniões contaram com a presença de representantes das prefeituras municipais, a partir de nomes indicados pelos prefeitos, e da sociedade civil, a partir do *mailing list* atualizado, considerando a participação desses segmentos nas audiências públicas, bem como das equipes técnicas da Fipe e da SDR envolvidas no desenvolvimento do projeto PDUI.

Visando à organização das CTs, foram realizadas reuniões de alinhamento da pauta a ser tratada nessas reuniões, envolvendo a equipe técnica da Fipe e o gestor do contrato pela SDR, em que foi explicitado o conteúdo a ser apresentado. Também foram definidos o calendário (datas, formato e link das reuniões) e a estratégia de divulgação da reunião.

A estruturação das reuniões teve a seguinte dinâmica: 1. Abertura da sala virtual (15 min antes do início da reunião); 2. Apresentação do objetivo da reunião pelo gestor do contrato da SDR (5 min); 3. Exposições sobre as etapas do processo participativo do PDUI (15 min); 4. Apresentação da metodologia e dos resultados da análise das propostas encaminhadas (20 min); 5. Esclarecimentos (30 min); 8. Encerramento (5 min). Para os itens 3 e 4, acima descritos, foram produzidas apresentações em formato *PowerPoint*, que estão disponibilizadas nas plataformas digitais dos PDUIs das respectivas Unidades Regionais.

As atividades envolveram, na fase inicial, a montagem da lista de endereços, a criação e o envio de convites, seguida da produção de releases para as plataformas digitais – a fim de garantir a transparência dos eventos e o acesso dos cidadãos aos principais documentos produzidos. As atividades foram desenvolvidas conjuntamente entre as equipes de Comunicação da Fipe e da SDR, para que a divulgação ocorresse com a antecedência necessária para dar conhecimento público dos documentos produzidos (P9 e P12).

2.5.1. Documentos produzidos nesta etapa do processo participativo

- P11 – Sistematização dos Resultados das Audiências Públicas
- P12 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Contribuições: Planilha traçando o caminho percorrido pela contribuição, desde sua recepção na audiência pública até seu aproveitamento, ou não, com as respectivas justificativas técnicas. Este relatório segue como anexo do **P13 – Caderno Final de Propostas**, concluído em maio de 2022.

As memórias das câmaras temáticas anexadas neste documento estão disponíveis nas plataformas digitais das respectivas Unidades Regionais.

2.5.2. Calendário das reuniões das câmaras temáticas

Câmara Temática PDUI				
UR	Dia	Período		Participantes das prefeituras
AUF	8/3	Tarde	14h00	Planejamento Urbano Meio Ambiente Habitação Transporte Saneamento Ambiental Desenvolvimento Econômico Atendimento Social
RMRP	9/3	Manhã	9h00	Planejamento Urbano Meio Ambiente Habitação Transporte Saneamento Ambiental Desenvolvimento Econômico Atendimento Social
RMJ	11/3	Manhã	9h00	Planejamento Urbano Meio Ambiente Habitação Transporte Saneamento Ambiental Desenvolvimento Econômico Atendimento Social
RMP	15/3	Tarde	14h00	Planejamento Urbano Meio Ambiente Habitação Transporte Saneamento Ambiental Desenvolvimento Econômico Atendimento Social
RMVPLN	17/3	Tarde	14h00	Planejamento Urbano Meio Ambiente Habitação Transporte Saneamento Ambiental Desenvolvimento Econômico Atendimento Social

2.5.3. Balanço de presenças nas câmaras temáticas

UR	Presença		Total por UR (Externo+Fipe/SDR)
	Externos	Fipe/SDR	
AUF	9	14	23
RMJ	14	13	27
RMP	33	13	46
RMRP	20	24	44
VPLN	68	14	82
Total das CTs (AUF+RMJ+RMP+RMRP+RMVPLN)			222

2.6. Grupos de trabalho temáticos – 2ª rodada de discussões

Em continuidade às atividades do processo participativo, após as audiências públicas foram promovidas cinco reuniões, entre 23 e 28 de março de 2022, com os Grupos de Trabalho Temáticos (GTs), para apresentar as análises técnicas das propostas recebidas via plataformas digitais, abordando os seguintes temas: planejamento territorial e uso do solo; desenvolvimento econômico e atendimento social; sistema viário e transporte; meio ambiente, saneamento e recursos hídricos. Nessas reuniões, foram consideradas as propostas apresentadas para as cinco Unidades Regionais: Região Metropolitana de Piracicaba, Região Metropolitana de Jundiaí, Região Metropolitana de Ribeirão Preto, Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e Aglomeração Urbana de Franca.

Para subsidiar estas reuniões, foram disponibilizados dois documentos técnicos: **Produto 9 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Propostas** e **Produto 12 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Contribuições**. No total, foram recebidas via plataforma digital 561 propostas, sendo 317 do poder público e 244 da sociedade civil.

2.6.1. Balanço de propostas recebidas – Poder público e sociedade civil

UR	Propostas do poder público (PP)		Propostas sociedade civil (SC)		Total por UR (PP + SC)
	Período	Quantidade	Período	Quantidade	
AU DE FRANCA (AUF)	17 a 28/01/2022	94	17 a 19/01/2022	5	99
RM DE JUNDIAÍ (RMJ)	16/12/2021 a 01/02/2022	60	22/12/2021 a 30/01/2022	24	84
RM DE PIRACICABA (RMP)	08 a 28/01/2022	35	07 a 27/01/2022	22	57
RM DE RIBEIRÃO PRETO (RMRP)	31/12/2021 a 08/02/2022	89	30/01/2022 a 08/02/2022	8	97
RM DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE (RMVPLN)	28/01 a 15/02/2022	39	05/01 a 15/02/2022	185	224
Sub-total URs (PP e SC)		317		244	224
Total de propostas das URs					561

Para realização das reuniões dos GTs Temáticos, a Secretaria de Desenvolvimento Regional encaminhou ofício aos secretários de Estado e dirigentes das instituições envolvidas, convidando os representantes técnicos que já estavam acompanhando o processo de elaboração compartilhada dos PDUIs. Com relação à organização das reuniões, foram produzidos ofícios-convites, explicando a pauta e disponibilizando o link da reunião. A pauta foi devidamente alinhada entre a equipe técnica da Fipe e o gestor do contrato pela SDR, com definição de datas, formato e *link* das reuniões.

As reuniões contaram com a presença de representantes das secretarias estaduais e de algumas autarquias vinculadas a estas secretarias, que já fazem parte dos GTs, cuja discussão foi iniciada em novembro de 2021, bem como das equipes técnicas da Fipe e da SDR envolvidas no desenvolvimento do projeto PDUI.

A estruturação das reuniões teve a seguinte dinâmica: 1. Abertura da sala virtual (5 min antes do início da reunião); 2. Apresentação do objetivo da reunião pelo gestor do contrato da SDR (5 min); 3. Exposições sobre balanço das propostas apresentadas (15 min); 4. Apresentação das propostas relativas a cada tema relacionado à pasta em questão (30 min); 8. Discussão (30 min). Para os itens 3 e 4, acima descritos, foram produzidas apresentações em formato *PowerPoint*, que estão disponibilizadas nas plataformas digitais dos PDUIs das respectivas Unidades Regionais.

As atividades envolveram, na fase inicial, a atualização do *mailing list*, criação e envio de convites, além da atualização das plataformas digitais para garantir a transparência dos eventos e o acesso dos cidadãos aos principais documentos produzidos.

2.6.2. Calendário das reuniões dos grupos de trabalho temáticos – 2ª rodada

Setoriais	Participantes	Data	Período
Transporte e Logística	SLT Artesp DER regionais	23/3/22	9h00
Infraestrutura e Meio Ambiente	SIMA/CPLA SIMA/Energia SIMA/Sabesp SIMA/Saneamento	24/3/22	9h00
Transporte	STM EMTU CPTM	24/3/22	14h00
Habitação	Cidade Legal Graprohab - CDHU Itesp	28/3/22	9h00
Desenvolvimento Econômico	SDE Sec. Turismo Desenvolve SP	28/3/22	14h00

2.6.3. Convidados do GESP para a segunda rodada dos grupos temáticos

SECRETARIAS ESTADUAIS SP (PARTICIPANTES DOS GTs SETORIAIS)				
Estado	Município	Nome	Instituição	E-mail
São Paulo	São Paulo	Gil Scatena	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	gil.scatena@sp.gov.br

SECRETARIAS ESTADUAIS SP (PARTICIPANTES DOS GTs SETORIAIS)				
Estado	Município	Nome	Instituição	E-mail
São Paulo	São Paulo	Kitty (Cristina Maria Amaral de Azevedo)	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	cmazevedo@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Arlete	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	aohata@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Lucia Sousa e Silva	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/CPLA-Ambiente / ZEE	luciass@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Marcia Renata Itani	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/CPLA-Ambiente / ZEE	marciari@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Edgard	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	edgardk@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Natalia Micossi	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/CPLA-Ambiente / ZEE	nmcruz@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	José Carlos Garcia	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	carlos.garcia@mae.com.br / 2010jcgff@gmail.com
São Paulo	São Paulo	Ricardo Cantarani	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/Petróleo e Gás	ricardo.cantarani@gmail.com
São Paulo	São Paulo	Monica Porto	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	maporto@sabesp.com.br
São Paulo	São Paulo	Laura Stela Naliato Perez	CETESB	laura.snperetz@senacsp.edu.br
São Paulo	São Paulo	Maria Aparecida dos Santos	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	marcampos@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Valdeir Soares Cavalcanti	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/CPLA	valdeirsc@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Diogo Sarmiento de Azevedo Lessa	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/CPLA	diogolessa@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Florência Chapuis	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente/CPLA-ZEE	florencia@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Luiz Sertório Teixeira (Geógrafo)	Fundação Florestal	lteixeira@fflorestal.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Maria Claudia Pereira de Souza	CDHU	msouza@cdhu.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Mônica Therezinha Bartie Rossi	CDHU	mrossi@cdhu.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Mariana de Sylos Rudge	CDHU	mrudge@cdhu.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Miriam Murakami Hiroto	CDHU	mhiroto@cdhu.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Eric Vieira	Cidade Legal	eric.vieira@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Regina Pinho	Cidade Legal	regina.pinho@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Lacir Baldusco	Secretaria de Habitação	lbaldusco@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Daniel Afonso Andre	Secretaria de Habitação	daniel.andre@habitacao.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Thiago Francisco Neves Gobbo	Itesp	tgobbo@sp.gov.br

2.6.4. Participantes do GESP na segunda rodada dos grupos temáticos

SECRETARIAS ESTADUAIS SP (PARTICIPANTES DOS GTs SETORIAIS)				
Estado	Município	Nome	Instituição	E-mail
São Paulo	São Paulo	José Aguirre Neto	Secretaria de Logística e Transporte / Dersa	Jose.aguirre@dersa.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Celso Caldeira	Secretaria de Transportes Metropolitanos	cjcaldeira@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Saulo Pereira Vieira	Secretaria de Transportes Metropolitanos	spvieira@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Luiz Fernando de Mattos Chaves	Secretaria de Transportes Metropolitanos	lchaves@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	José Bissacot	CPTM	jose.bissacot@cptm.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Cristiane B.	EMTU	cristianeB@emtu.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Bruno Vignola Salles	EMTU	brunov@emtu.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Paulo Rogério de Leão da Rocha	EMTU	paulor@emtu.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Tamara Crioruska Tarasiuk	EMTU	TamaraT@emtu.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Angelique Joseli de Oliveira	EMTU	angeliqueo@emtu.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Misleide Duarte	CPTM	misleide.duarte@cptm.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Silvestre Eduardo Rocha Ribeiro	CPTM	silvestre@cptm.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Ana Aparecida Albuini Trabachini	Transporte	anatrabachini@sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Gilmara Brancalion	Desenvolve SP	Gilmara.brancolion@desenvolvesp.com.br
São Paulo	São Paulo	Mauro Miranda	Desenvolve SP	Mauro.miranda@desenvolvesp.com.br
São Paulo	São Paulo	Rafael Ramalho Corso Bergamaschi	Desenvolve SP	rafael.bergamaschi@desenvolvesp.com.br
São Paulo	São Paulo	Adriana Tedesco	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	atedesco@sde.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Claudia Cerqueira	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	c.cerqueira@sde.sp.gov.br
São Paulo	São Paulo	Priscilla Moreira Argentin	IPT	priscillam@ipt.br
São Paulo	São Paulo	Vanilson Fickert	Secretaria de Turismo	vfickert@sp.gov.br
São Paulo	Rio Claro	Danilo Luiz Dezan (Diretor)	DER - Regional Rio Claro (DR13)	ddezan@sp.gov.br / dr13-der@der.sp.gov.br
São Paulo	Ribeirão Preto	José Carlos de Moraes Rodrigues (Diretor) / Eng. Joel e Lucia [compareceram no lugar de Jose Carlos]	DER - Regional Ribeirão Preto (DR8)	jcmalves@sp.gov.br / dr8-der@der.sp.gov.br
São Paulo	Taubaté	Antonio Moreira Junior	DER - Regional Taubaté (DR6)	amoreirajr@sp.gov.br / dr6-der@der.sp.gov.br

Após as reuniões dos GTs, realizadas ao longo do mês de abril de 2022, a equipe técnica da Fipe preparou um documento com as propostas estruturadas a serem apresentadas ao Conselho de Desenvolvimento de cada UR.

As memórias das reuniões dos grupos temáticos estão anexadas neste relatório e disponíveis nas plataformas digitais das respectivas Unidades Regionais.

A etapa de processo participativo foi concluída com a sistematização das contribuições recebidas dos poderes públicos e da sociedade civil e a produção dos respectivos relatórios de aproveitamento e encaminhamento das propostas. Também foram realizadas, no período, as reuniões de

devolutivas: primeiro, com as prefeituras e a sociedade civil, por meio das Câmaras Temáticas do PDUI (CTs); depois, com os Grupos de Trabalho Temáticos (GTs), com os órgãos setoriais do governo estadual.

2.7. Resultados alcançados

P6 – Sistematização dos Resultados das Oficinas Regionais

AT-1 – Realização das oficinas regionais.

AT-2 – Apresentação dos resultados das oficinas para a equipe da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, com destaque para possíveis incorporações de conteúdo, aprofundamento de análises e complementações.

AT-3 – Revisão do Panorama Regional. Atividade concluída.

P8 – Sistematização dos Resultados dos Grupos de Trabalho

AT-1 – Tratamento das propostas recebidas, segundo sua pertinência no Plano. Devem estar circunscritas às FPICs, serem abordadas e terem escala de abrangência metropolitana.

AT-2 – Organização das atividades dos GTs para discussão, análise e sistematização das propostas, segundo as temáticas tratadas no Plano.

P9 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Propostas

Planilha traçando o caminho percorrido pela proposta, desde sua recepção na plataforma digital até seu aproveitamento, ou não, mediante justificativas técnicas. O relatório deverá ser anexado ao P10 – Caderno Preliminar de Propostas.

P11 – Sistematização dos Resultados das Audiências Públicas

AT-1 – Realização das audiências públicas municipais.

AT-2 – Tratamento das contribuições segundo sua pertinência no Plano e sua aderência às propostas estruturadas e aos capítulos já existentes e desenvolvidos no Produto 10 – Caderno Preliminar de Propostas.

AT-3 – Consulta aos órgãos setoriais envolvidos para avaliação da consistência das contribuições.

AT-4 – Formação de GTs para mediação de conflitos ou divergências pontuais que necessitem dessa atividade. A ser avaliada após finalização das apresentações de retorno do aproveitamento das contribuições.

P12 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Contribuições

Planilha traçando o caminho percorrido pela contribuição, desde sua recepção na audiência pública até seu aproveitamento, ou não, com justificativas técnicas. Este relatório deverá ser anexado ao P13 – Caderno Final de Propostas, a ser entregue em maio de 2022. Atividade concluída.

2.8. Documentos produzidos durante o processo participativo

Todos os documentos que serviram de base para os debates de cada etapa da construção dos PDUIs das Regiões Metropolitanas de Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Piracicaba e Jundiaí e da Aglomeração Urbana de Franca estão disponíveis nas respectivas plataformas digitais.

- P1 – Plano de Trabalho
- P2 – Mapeamento do Macrozoneamento e Zoneamento Municipais
- P3 – Mapa da Leitura Unificada dos Zoneamentos e Macrozoneamentos Municipais
- P4 – Mapa Preliminar de Macrozoneamento
- P5 – Panorama Regional
- P6 – Sistematização das Oficinas Regionais
- P7 – Diagnóstico
- P8 – Sistematização dos Resultados dos Grupos de Trabalho
- P9 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Propostas
- P10 – Caderno Preliminar de Propostas
- P11 – Sistematização dos Resultados das Audiências Públicas
- P12 – Relatório do Encaminhamento e Aproveitamento das Contribuições
- P13 – Caderno Final de Propostas
- P14 – Mapa Final do Macrozoneamento
- P15 – Minuta do Projeto de Lei e Caderno de Subsídios

A etapa final do processo de construção dos PDUIs deverá ocorrer em junho de 2022 com a apresentação do Caderno Final de Propostas aos respectivos Conselhos de Desenvolvimento Regional. Logo após os membros dos CDRs tomarem conhecimento do documento, a equipe da Fipe fará a minuta de projeto de lei com seus anexos sobre o macrozoneamento e suas diretrizes e as propostas estruturadas das FPICs. Ainda no mês de julho de 2022, o Governo do Estado encaminhará o anteprojeto de lei à Assembleia Legislativa para apreciação e aprovação da Lei do PDUI.

ANEXOS

Anexo 1. Participação do Ministério Público no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, segundo o Estatuto da Metrópole

Lei 13.089/2015 – Estatuto da Metrópole, com as alterações da Lei 13.683/2018, estabelece, no § 2º, incisos I, II e III, do art. 12, que, no processo de elaboração do PDUI, promovam-se audiências públicas, dê-se publicidade aos documentos e informações produzidos e ocorra a participação do Ministério Público.

O Ministério Público, por meio das suas Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo (PJHURB) acompanhou todo o processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUIs) das Regiões Metropolitanas de Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Jundiaí e Piracicaba e da Aglomeração Urbana de Franca, em respeito ao Estatuto da Metrópole.

Em sua estrutura, o Ministério Público do Estado de São Paulo, chefiado pelo Procurador Geral de Justiça, atua em diversas áreas, entre elas, a defesa da habitação e do urbanismo, por meio da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo (PJHURB).

A PJHURB, coordenada por um Promotor de Justiça, tem por atribuições os direitos relacionados à moradia, habitação, ordem urbanística, em observância da legislação pertinente à ocupação do solo urbano.

A fim de assegurar a participação do MP, em especial para os casos de Unidades Regionais em que os respectivos PDUIs serão iniciados, considerou-se:

1. Deliberação em Reunião Ordinária dos Conselhos de Desenvolvimento, para que se dê conhecimento ao representante do Ministério Público sobre o início dos trabalhos e apresentação de estruturas e principais procedimentos, como oficinas regionais e audiências públicas.
2. Ofício, firmado pelo presidente do Conselho de Desenvolvimento e pelo Secretário de Desenvolvimento Regional, dirigido ao Procurador Geral de Justiça e ao Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo, comunicando a respeito da Deliberação e solicitando reunião, a fim de possibilitar aproximação e garantir transparência nas relações, nos termos do Estatuto da Metrópole.
3. Considerando a quantidade de representantes do Ministério Público, distribuídos nas diversas circunscrições judiciárias, propor indicação de um ou mais Promotores Públicos, de preferência ligados às áreas que sejam afinadas às do PDUI.

Saliente-se que esse procedimento não obsta questionamentos por parte de outros promotores, tendo em vista a independência funcional entre esses membros do órgão.

Das oficinas regionais e audiências públicas

As oficinas regionais são instrumentos de trabalho idealizados e voltados à definição de panoramas regionais. Não são obrigatórias, mas instrumentais ao processo de elaboração dos PDUIs.

As audiências públicas são exigência legal e, para a Administração Pública, constitui-se instrumento de conscientização comunitária e funciona legitimando a participação da sociedade civil nos temas de interesse público.

O Estatuto da Metrópole estabelece:

Art. 12. O plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá considerar o conjunto de Municípios que compõem a unidade territorial urbana e abranger áreas urbanas e rurais.

(...)

§ 2º No processo de elaboração do plano previsto no caput deste artigo e na fiscalização de sua aplicação, serão assegurados:

- I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação de representantes da sociedade civil e da população, em todos os Municípios integrantes da unidade territorial urbana;
- II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; e
- III – o acompanhamento pelo Ministério Público.

§ 3º As audiências públicas a que se refere o inciso I do § 2º deste artigo serão precedidas de ampla divulgação em todos os Municípios integrantes da unidade territorial urbana. (Incluído pela Lei nº 13.683, de 2018)

§ 4º A realização de audiências públicas ocorrerá segundo os critérios estabelecidos pela instância colegiada deliberativa a que se refere o art. 8º desta Lei, respeitadas as disposições desta Lei e das leis complementares.

A fim de acatar o quanto a legislação determina, convém:

1. Elaboração de regulamento para realização de audiências públicas;
2. Deliberação em Reunião Ordinária dos Conselhos de Desenvolvimento que aprova os critérios estabelecidos no regulamento para realização das audiências públicas, entre outros eventualmente propostos durante a sessão;
3. Observar prazo mínimo razoável de antecedência da data de realização da audiência pública, com sua ampla divulgação por diversos meios, contando inclusive com a participação ativa dos representantes municipais nos Conselhos de Desenvolvimento para tal divulgação;
4. Estabelecer audiências presenciais e remotas (modelo híbrido), de maneira que o alcance seja amplo e que se observem os cuidados necessários à contenção da COVID.

Embora as oficinas regionais não sejam obrigatórias legalmente, a fim de que se garanta a finalidade a que se propõem e ocorra participação da sociedade civil, convém observar requisitos semelhantes aos das audiências públicas.

Anexo 2. Correspondência do Secretário de Desenvolvimento Regional para os prefeitos

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Desenvolvimento Regional

Gabinete do Secretário

Ofício

Interessado: Secretaria de Desenvolvimento Regional

Assunto: Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado

À Sua Excelência o Senhor

Prefeito do Município de (...)

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

A Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR está retomando os trabalhos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional da região Metropolitana de ...

A Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas será a responsável pelos trabalhos, e para isso solicitamos a gentileza de Vossa Excelência **em indicar um servidor** da prefeitura com livre trânsito entre as Secretarias Municipais, que tenha conhecimento das ações e dos produtos da atual gestão. O servidor indicado será o responsável pela interlocução com a Fundação para fornecer dados e informações relativas ao município. As indicações deverão ser encaminhadas para o e-mail pdui@sdr.sp.gov.br.

Informamos que um técnico da Fipe, autorizado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, fará contato com o interlocutor indicado por Vossa Excelência para dar andamento aos trabalhos.

Agradeço antecipadamente a colaboração.

São Paulo, setembro de 2021

Marco Antonio Scarasati Vinholi

Secretário de Desenvolvimento Regional

Gabinete do Secretário

Anexo 3. Correspondência do Coordenador Geral do Projeto Fipe/SDR para os secretários municipais

Sr.(a) Secretário(a)

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) tem o prazer de informar a V.Ex^a que, atendendo à demanda da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional (SDR), está executando o projeto **Apoio Técnico e Logístico ao Planejamento e Governança para o Desenvolvimento Regional**, cujo objeto de estudo e análise são as regiões metropolitanas de Ribeirão Preto, do Vale do Paraíba e Litoral Norte, de Piracicaba e de Jundiaí, mais a Aglomeração Urbana de Franca, situadas no Estado de São Paulo.

O objetivo deste projeto é apoiar a elaboração, para o referido território, do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), que deverá definir diretrizes, projetos e ações que privilegiem a dimensão físico-territorial e que sejam capazes de induzir e/ou estruturar as condições adequadas ao desenvolvimento metropolitano sustentável, garantindo a competitividade econômica, reduzindo as desigualdades espaciais e melhorando as condições de vida da população.

Em outubro de 2021, em data a ser brevemente agendada, serão realizadas as Oficinas Regionais, para as quais convidamos V.Ex^a e solicitamos que indique dois técnicos dessa Secretaria para participarem efetivamente do projeto. Nessas Oficinas Regionais será apresentada a versão preliminar da leitura unificada do território, visando à construção do Macrozoneamento da Unidade Regional e do Panorama Regional. A partir desses documentos, e em conjunto com as prefeituras municipais, será produzido um Diagnóstico das condições socioeconômicas e ambientais da região, com as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) especificadas.

Para tanto, pedimos a colaboração dessa Secretaria em demandas que requerem dados próprios gerados pela administração municipal, em especial os mapas urbanísticos em formatos editáveis. Consideramos como de fundamental importância a participação das prefeituras municipais – na qualidade de parceiras da Fipe – nesse processo de elaboração do PDUI.

Contamos com a Vossa colaboração, agradecemos e colocamo-nos à disposição para mais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Andrea Sandro Calabi

Coordenador Geral do Projeto

Anexo 4. Memórias das câmaras temáticas do PDUI e dos grupos de trabalho setoriais (2ª rodada)

- Aglomeração Urbana de Franca (AUF)
- Região Metropolitana de Ribeirão Preto (RMRP)
- Região Metropolitana de Jundiaí (RMJ)
- Região Metropolitana de Piracicaba (RMP)
- Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN)

Registro da reunião da Câmara Temática do PDUI-AUF, que aconteceu no dia 8 de março de 2022.

Pauta: Análises técnicas das contribuições ao PDUI encaminhadas pelo poder público e pela sociedade civil durante o processo participativo.

Temáticas abordadas:

Planejamento Urbano
Meio Ambiente
Habitação
Transporte
Saneamento Ambiental
Desenvolvimento Econômico
Atendimento Social

Prefeituras participantes:

Prefeitura municipal de Franca
Prefeitura municipal de Ipuã
Prefeitura municipal de Ituverava
Prefeitura municipal de São Joaquim da Barra

Abertura:

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos saudou os participantes e explicou que o objetivo da reunião era apresentar o trabalho elaborado pelos técnicos da Fipe com as propostas recebidas das prefeituras municipais e da sociedade civil para a construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Aglomeração Urbana de Franca.

Explicou, ainda, que o Caderno Final das Propostas, após avaliação das prefeituras municipais e entidades da sociedade civil, será levado ao Conselho de Desenvolvimento Regional, que também receberá a minuta do Projeto de Lei com os seus anexos, para aprovação e posterior envio ao governo do estado.

Em seguida, passou a palavra ao prefeito de Franca, que também é o presidente do Conselho de Desenvolvimento Regional, para dizer qual é a expectativa com relação ao PDUI e contribuir junto com a sua equipe na finalização do projeto.

O prefeito de Franca começou sua fala parabenizando as mulheres pelo Dia Internacional das Mulheres. Disse considerar um dia muito importante para diminuir toda a opressão existente, aumentar o respeito às mulheres, principalmente à mulher negra. Agradeceu o empenho da Fipe

e da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) para fechar a proposta para a região, que, segundo ele, vai propiciar melhores condições de vida à população.

Disse, ainda, que a região é composta por municípios pequenos que precisam se desenvolver, e não têm poder de investimentos para solucionar os problemas existentes. Para ele, o processo de diagnóstico feito pelos técnicos vai trazer para a região uma possibilidade de crescimento e desenvolvimento regional, no sentido de que, melhorando a infraestrutura, o processo de saúde, o processo de acompanhamento da assistência aos munícipes, conseqüentemente, melhorará a qualidade de vida de todos. Agradece à equipe dizendo que estão firmes para que se possa oferecer um pedaço do estado, cada vez melhor.

Agradeceu ao vice-governador, ao secretário de Desenvolvimento Regional e à chefe de Gabinete da Secretaria. Ressaltou que o vice-governador tem se empenhado e trabalhado com os municípios da região. “Enfim, todos trabalhando para deixar uma contribuição para a reunião”, afirmou.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a ajuda do prefeito e da equipe das prefeituras municipais de Franca e de Ituverava presentes e deu seqüência à reunião.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe saudou a todos e disse que a reunião servia para que a Fipe pudesse dar uma devolutiva sobre tudo o que foi feito até o momento por meio do processo participativo, que foi significativo, especialmente no que diz respeito ao encaminhamento de propostas.

Comentou que a equipe da Fipe ficou muito satisfeita com o que recebeu até o momento da AUF, que encaminhou, via formulário, 99 propostas, sendo 90 do poder público e 9 da sociedade civil. Para a coordenadora, isso revela o quanto as prefeituras ficaram engajadas na construção coletiva do que se quer para um futuro próximo de 10 anos que é o período de revisão que o PDUI deve ter.

Cumprimentou os representantes das prefeituras presentes na reunião que, para ela, foram as pessoas que, de fato, estiveram debruçadas sobre os documentos, acompanharam as discussões e fizeram propostas.

Iniciou a apresentação dos primeiros slides, antes de passar a apresentação do balanço das propostas para a coordenadora, e disse que o primeiro slide é para rememorar o que já havia sido apresentado nas audiências públicas sobre o que é o PDUI, o processo de elaboração e a importância das regiões assumirem, conjuntamente, o PDUI enquanto diretriz para as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), para o macrozoneamento, para rever os planos diretores municipais, para articular as políticas setoriais, não só entre os municípios, mas entre eles e o governo do estado porque muitas das políticas setoriais são desenhadas pelo governo do estado.

Destacou que o macrozoneamento deixará claro aquelas áreas onde devem ser observadas restrições à urbanização, por fragilidades que elas possam ter ou por reservas de valor que elas devem ter como condição para o desenvolvimento. Como também, aquelas áreas que precisam de regularização fundiária urbana. Não é o caso da Aglomeração Urbana de Franca (AUF) que é uma região que não apresenta problemas de precariedade de regularização fundiária.

No slide seguinte apresentou um mapa em que constava a perspectiva de uma rede de cidades, ainda que incipiente. Os municípios, a partir de Franca, São Joaquim da Barra, Ituverava vão formando densidades demográficas que dão maior equilíbrio na região. Isso tudo ditado, não só pelos fluxos, mas também, pela poderosa rede viária da região.

Em seguida foi apresentado o processo participativo, os resultados obtidos até o momento e o resultado específico da análise de todas as propostas elaboradas a partir de um balanço das propostas recebidas.

Solicitou à coordenadora da UR que fosse compartilhada uma apresentação sobre a análise das propostas apresentadas, elaboradas a partir de critérios objetivos e justificativas também objetivas para não aceitação de algumas.

A íntegra desta apresentação está disponível no link abaixo e na plataforma digital da Unidade Regional no endereço: https://auf.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Apresentacao_CT_AUF_-7-3-22_aprovada.pdf Após a apresentação do balanço das propostas, a coordenadora técnica do projeto destacou como relevante o fato de parte das propostas que foram aceitas ou aceitas parcialmente terem gerado propostas novas. “O que é muito interessante porque incorpora um olhar de quem vivencia a realidade local dos municípios, dentro de um contexto regional”, disse.

Ainda ressaltou que isso foi muito positivo, não só para a equipe da Fipe, como também para os técnicos saberem o quanto os poderes públicos, estadual e municipal, estão antenados para a pauta regional. “Foram encaminhadas 90 propostas do poder público e 09 da sociedade civil, o que é muito gratificante e produtivo para a equipe da Fipe porque, para ser executado, o PDUI precisa da participação de todos”, afirmou.

Destacou como questão importante a disposição da equipe da Fipe para fazer conversas específicas com os municípios. “Para isso é necessário fazer uma solicitação à Fipe que na sequência agendará a reunião. Essa solicitação pode ser feita pela plataforma digital”, explicou.

A coordenadora recomendou, ainda, a consulta aos **Produtos 9 e 12**, disponíveis na plataforma digital para indicar aquilo que não ficou claro e que poderá ser esclarecido em uma reunião específica. Esclareceu que a Fipe tem um contrato com a Secretaria de Desenvolvimento Regional e precisa fechar esse documento no final de março.

“Nesta semana e na próxima serão realizadas reuniões com as demais unidades regionais, mas, paralelamente, a Fipe já está atendendo as demandas específicas e esclarecendo dúvidas sobre a avaliação das propostas”, detalhou.

Na sequência, o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos passou a palavra ao coordenador institucional da Fipe, que pontuou ser importante passar para todas as pessoas que estão contribuindo com o PDUI a natureza da territorialidade do plano.

Disse, ainda, ser preciso deixar claro que o plano tem como eixos Meio Ambiente, Transporte e Mobilidade, Habitação e Uso do Solo, mas as políticas sociais têm a mesma prioridade, porém, elas são objeto de estudo, debate e planejamento no âmbito das Câmaras Temáticas e o Conselho é que irá priorizá-las. “Ou seja, só muda o enfoque, visto que o Conselho vai tratar de todas as políticas sociais e territoriais. Porém, para as de natureza territorial, o Conselho tem como apoio o PDUI e, para as demais políticas sociais, os debates serão desenvolvidos no âmbito das Câmaras Temáticas, que vão levar subsídios, propostas e planos de ação para o Conselho”, ressaltou.

Ressaltou que era importante esse esclarecimento porque as pessoas poderiam achar que o PDUI dará conta de todas as políticas e, se não faz, qual a utilidade? “É preciso ter claro que, no próprio governo do estado, as políticas sociais têm uma estrutura gigantesca”, disse. Deu como exemplo educação, saúde e segurança, que possuem estrutura com capacidade de planejamento, de im-

plementação e recursos. “Já as políticas territoriais têm que ser tratadas de forma integrada, com uma sofisticação maior na sua proposição, no uso do geoprocessamento, na leitura do território por especialistas e pela própria sociedade”, destacou.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu o esclarecimento porque essa é uma dúvida também das demais regiões. “Deve ficar claro o papel das Câmaras Temáticas na abordagem das políticas sociais. Com a efetividade do Conselho de Desenvolvimento e com o empenho do prefeito Alexandre, como são assuntos urgentes os três eixos de segurança, saúde e educação, com certeza serão tratados de maneira especial e imediata”, disse.

A coordenadora técnica do projeto – Fipe complementou a fala do coordenador sobre o entendimento e esclareceu que quando a equipe falava em desenvolvimento econômico e atendimento social, saúde e educação estão inseridas. A diferença é que, ao fazer o macrozoneamento, a equipe indicará onde o equipamento da política social, de caráter regional deverá se localizar.

“O PDUI, na questão saúde, tanto na saúde como na educação, a Câmara Temática precisa fazer um estudo de demanda e, a partir do macrozoneamento, indicar onde esses leitos podem ser alocados ou porque já tem uma estrutura viária que favoreça esse deslocamento ou porque a infraestrutura de saúde pode ser complementada e suplementar serviços que estão incipientes. No macrozoneamento, a macrozona de uso urbano consolidado vai escolher esses locais de zoneamento para que esses equipamentos de caráter regional das políticas sociais, sejam elas de saúde ou educação possam estar contempladas”, disse.

Acrescentou, ainda, que, no caso de educação, é bom lembrar que o ensino médio superior pode ser de caráter regional, mas o ensino fundamental e a primeira instância não, já que pela política nacional, são eminentemente municipais. “A política de saúde também tem uma hierarquização. As quatro complexidades maiores que são de atendimento regional e hospitalar estarão nesses equipamentos, mas são hierarquizadas”, disse.

Ainda exemplificou que a distribuição de leitos pode estar em algumas centralidades que as regiões apresentem. Então, a natureza da territorialidade informa para as políticas sociais os melhores locais para que essa espacialização do serviço de atendimento social possa ser realizada.

O coordenador institucional do Projeto Fipe complementou dizendo que a lei de criação do SUS diz que a saúde deve ser tratada em âmbito regional. “O SUS traz a regionalização da saúde. Pode haver um questionamento sobre a saúde ser regional e a resposta é que sim e está tratada nas Funções Públicas de Interesse Comum”, destacou.

O prefeito de Franca disse que a região tem algumas demandas e a vivência traz essa possibilidade. Comentou que se esse estudo tivesse sido feito há dois anos, a região poderia evitar os últimos incêndios. Destacou que houve um incêndio de proporções catastróficas e hoje todos falam de incêndio, ou seja, acende uma luz que mostra ser preciso preparar a região para enfrentar e evitar uma nova ocorrência. “Há dois anos a região teve uma seca brutal que culminou com o incêndio que atingiu quase 90% do território de cada uma das cidades. Isso mostra para os municípios a necessidade de um estudo constante porque a necessidade é uma hoje e amanhã ela pode se apresentar de uma maneira diferente e temos que dar conta dessa demanda”, enfatizou.

Disse ainda que o caráter da regionalização da saúde, no caso da Santa Casa, especificamente, apesar de estar em Franca ela é a única referência de alta densidade ambulatorial e hospitalar

da região. Explicou que todos os problemas de alta densidade tecnológica drenam para ela que é incapaz hoje, operacionalmente, tecnicamente e de capacitação de atender. “Ela é espetacular, mas, a capacidade instalada da Santa Casa é aquém da demanda que a região precisa. Por isso, as pessoas falam da necessidade de um hospital estadual regional para atender a região inteira”, explicou.

Afirmou que isso precisa ser debatido fora do foco do PDUI, mas nas suas Câmaras Técnicas, mas também, outros problemas. Explicou ainda que tem um problema sério de moradores de rua e algumas cidades têm uma regra que só podem oferecer passagem até 100KM, mas, Franca oferece passagem para o Brasil todo e as demais cidades mandam todos os moradores de rua para Franca. Ressaltou que o assunto faz parte do processo e deve ser conversado nos debates do PDUI, nos debates com todos os prefeitos no Conselho para se criar uma política que seja de ação social, uma política social de âmbito regional que possa acolher a todos, as demandas e os dissabores de todos os prefeitos.

Agradece e disse estar contente por participar das reuniões porque é um processo que todos aprendem e tem algumas nuances interessantes, em relação às DRADs (*Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social*), em relação à Delegacia de Ensino, que é regionalizada, mas a região tem uma RAS (Rede de Atenção à Saúde) que pega quatro grandes DRS (Departamento Regional de Saúde), Franca, Ribeirão Preto, Araraquara e Barretos. Compõem a RAS 13 e parte deles está em outra região que tem outras prioridades e que dependem deles também. “Então, é um desafio muito grande e é muito bom poder participar desses debates e ajudar nesse processo para que a região possa resolver os seus problemas e se desenvolver”, destacou.

O coordenador institucional do Projeto Fipe complementou dizendo que, em inúmeras audiências públicas que participou, o vice-governador disse que tão logo sejam estruturados todos os Conselhos na nova regionalização do estado, ou seja, com as 32 unidades regionais já instaladas, ele vai providenciar a adequação da descentralização de todos os órgãos setoriais em conformidade com o desejo das unidades regionais. “Isso irá sanar a questão que o prefeito acaba de levantar”, disse.

Foi aberto para os participantes se manifestarem.

Como não houve manifestação dos presentes, a coordenadora técnica do Projeto Fipe disse que a equipe aguardava a leitura mais aprofundada dos documentos e colocou-se à disposição para tirar dúvidas, seguindo para a fase final do Caderno de Propostas que a equipe deve apresentar para o Conselho na reunião de abril e, caso haja alterações na reunião, a Fipe irá adequá-las.

Explicou, ainda, que antes de enviar a minuta de lei e os seus anexos para o governo do estado, haverá uma última rodada de discussões com os secretários de estado que compõem os Conselhos e os prefeitos para que eles conheçam previamente. Quando houver a deliberação do Conselho, antes de o governo do estado encaminhar para a Assembleia Legislativa, eles conhecerão o PDUI e haverá uma oportunidade para secretários de estado que formulam políticas setoriais junto com os prefeitos entrarem em entendimento com relação às propostas para que elas possam ser compromissos interfederativos no âmbito do PDUI.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos lembrou que ainda existe um calendário de reuniões das Câmaras Temáticas das outras regiões e na sequência serão realizadas reuniões com os grupos de trabalho do setorial do estado para apresentar as propostas e o fechamento do caderno para a apresentação no Conselho.

Solicitou à coordenadora técnica do projeto uma previsão da data da Fipe para disponibilizar a apresentação.

Em resposta, a coordenadora disse que no mesmo dia de cada reunião a apresentação estará na plataforma digital e que, para o Conselho, o Caderno de Propostas será encaminhado depois dos debates com o setorial do estado.

“O Caderno de Propostas deverá ser enviado aos Conselhos na primeira semana de abril para já tomarem ciência, antes da apresentação que a Fipe fará”, explicou. Destacou ainda que seria importante que a sociedade civil participasse desse debate porque o Caderno de Propostas Final é um anexo da minuta de lei. O documento final será entregue em maio e em junho o Conselho deve aprovar a minuta final.

O coordenador institucional do Projeto Fipe levantou a questão do Projeto de Lei da Nova Regionalização que deverá ser encaminhado para a Alesp nos próximos dias e um dos temas que poderá gerar debate é o modo de inserção da sociedade civil no Conselho.

Destacou que a ideia clara que se tem é que a proposta conterà representantes das entidades que atuam nas Funções Públicas de Interesse Comum que recaiam em pessoas com notório conhecimento, atividades e experiência nas várias temáticas, mas o coordenador disse que esse é um tema caro na Assembleia Legislativa para os partidos que são adversários do governo. “Esse é um ponto que pode acabar em negociação”, afirmou.

Ressaltou ainda que não gostaria que eles aprovassem a mesma composição do Conselho das Cidades, por isso, sugeriu que os prefeitos mapeassem quais as entidades da sociedade civil com atuação regional poderiam participar do Conselho. “Tem a lista das FPICs e foi ampliado para saúde, cultura, educação que são políticas de natureza regional. Na cultura e na saúde um município pode complementar o outro. Pode ter um especialista em uma cidade e outros em outras”, disse.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos sugeriu ao prefeito que agendasse uma reunião do Conselho porque, se a revisão da Lei nº 760, que insere no Conselho a sociedade civil, tiver sido aprovada, a Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos dará apoio aos prefeitos na busca das entidades mais representativas para que o Conselho apresente na próxima reunião.

“A proposta de data é para depois do dia 15 de abril, considerando a desincompatibilização de alguns secretários de estado e a necessidade que terão de pautar os seus substitutos sobre o andamento dos trabalhos. Um deles será o PDUI”, afirmou.

O prefeito de Franca aceitou as sugestões de trazer as entidades da sociedade civil e agendar a reunião do Conselho para a apresentação da Fipe e a coordenadora Técnica do Projeto – Fipe encerrou a reunião agradecendo às prefeituras municipais pela colaboração e colocando a equipe da Fipe à disposição.

Lista de presença:

Município	Instituição	Cargo
Franca	Prefeitura Municipal	Prefeito
Franca	Prefeitura Municipal	Secretária de Desenvolvimento
Ipuã	Prefeitura Municipal	Chefe da Divisão de Obras, Engenharia, Trânsito e Meio Ambiente
Ituverava	Prefeitura Municipal	Secretário de Meio Ambiente
Ituverava	Prefeitura Municipal	Tesouro
Ituverava	Prefeitura Municipal	Secretário de Administração
Ituverava	Prefeitura Municipal	Não menciona
São Joaquim da Barra	Prefeitura Municipal	Departamento Municipal de Água e Esgoto
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora Técnica
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora da UR – AUF
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora da UR – RMRP
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenador Institucional
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR – RMJ e RMP
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Fipe	Estagiária
São Paulo	Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos	Assessor
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Regional	
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Regional	
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Regional	

Região Metropolitana de Ribeirão Preto

Registro da reunião da Câmara Temática do PDUI-RMRP, que aconteceu dia 9 de março de 2022

Pauta: Apresentação das análises técnicas das contribuições ao PDUI encaminhadas pelo poder público e pela sociedade civil durante o processo participativo.

Temáticas abordadas:

- Planejamento Urbano
- Meio Ambiente
- Habitação
- Transporte
- Saneamento Ambiental
- Desenvolvimento Econômico
- Atendimento Social

Prefeituras participantes:

- Prefeitura municipal de Barrinha
- Prefeitura municipal de Batatais
- Prefeitura municipal de Cássia dos Coqueiros
- Prefeitura municipal de Guáira
- Prefeitura municipal de Jaboticabal
- Prefeitura municipal de Morro Agudo
- Prefeitura municipal de Ribeirão Preto
- Prefeitura municipal de Santo Antônio da Alegria
- Prefeitura municipal de Serrana
- Prefeitura municipal de Sertãozinho

Abertura:

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença de todos e informou que o objetivo da reunião era apresentar a metodologia e o resultado das propostas recebidas das prefeituras municipais e da sociedade civil para a construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

Explicou que o Caderno Final das Propostas, após avaliação pelas prefeituras e entidades da sociedade civil, será encaminhado para a aprovação do Conselho de Desenvolvimento Regional, juntamente com a minuta do Projeto de Lei e seus anexos, para aprovação e posterior envio ao governo do estado.

Em seguida, passou a palavra para a coordenadora técnica da Fipe para que fizesse suas considerações.

A coordenadora cumprimentou a todos os representantes das prefeituras, das secretarias e aos participantes da sociedade civil, e explicou que o objetivo da reunião era dar uma devolutiva dos resultados do processo participativo ao longo da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

“A primeira etapa de discussões aconteceu nas Oficinas Regionais (ORs), em que foi apresentada uma versão preliminar do macrozoneamento e a leitura dos dados secundários das dinâmicas econômicas urbanas e das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs), que resultaram em

documentos: Produtos 2, 3 e 4 – com a metodologia de como se chegou à proposta de macrozoneamento; Produto 5 – a leitura da dinâmica regional – Panorama Regional; e o Produto 7 – Diagnóstico feito em uma leitura de temas transversais em que são feitos cruzamentos setoriais entre as funções públicas”, explicou.

Informou que todos os documentos estão disponíveis na plataforma digital do PDUI-RMRP: <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>.

Disse que, além das oficinas regionais, foram feitas reuniões setoriais com as secretarias do governo do estado de São Paulo para alinhar com o que se imaginava para a região, com as políticas públicas formuladas pelas secretarias, seja de habitação, desenvolvimento econômico, agricultura, meio ambiente, transporte.

“Na etapa seguinte, ocorreram as audiências públicas, com caráter híbrido – presencial e virtual –, que privilegiou a representação do poder público municipal e a grande maioria da sociedade civil, que acompanhou virtualmente pelo canal do YouTube da Secretaria de Desenvolvimento Regional, ao mesmo tempo em que a plataforma digital se manteve aberta para o recebimento das propostas do poder público e da sociedade civil”, explicou.

A coordenadora ainda recuperou as considerações feitas pelo coordenador institucional da Fipe nas audiências públicas sobre o PDUI e seus limites; em seguida a trajetória de elaboração do PDUI e seus produtos, sugeriu que os presentes possam revisitá-los na plataforma digital; e o balanço quantitativo das propostas e dos principais critérios utilizados do ponto de vista técnico para avaliação de cada proposta.

Iniciou dizendo que as condições de exigências do PDUI derivam do Estatuto da Metrópole, passando, portanto, a ser um instrumento legal que deve ser elaborado de forma cooperada entre estado, municípios e sociedade civil.

“Antes de se transformar em lei, deve ser aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, composto por prefeitos e secretários de estado e, a partir de agora, com representação da sociedade civil. Após a deliberação do Conselho, o poder executivo estadual encaminha à Assembleia Legislativa para os debates necessários e aprovação, e na sequência, é encaminhado para sanção do governador. Depois da aprovação do PDUI, os municípios devem compatibilizar seus planos diretores, em especial, com as diretrizes do macrozoneamento definido no PDUI, que as prefeituras já conhecem desde as oficinas regionais, e posteriormente nas audiências públicas com os devidos ajustes”, detalhou.

Sobre as limitações do PDUI, explicou que ele não sobrepõe as funções de competência dos municípios relativas à legislação urbanística, de modo que no PDUI não são tratados índices para ocupação e uso do solo, já que é competência do município.

“O PDUI dá diretrizes, a partir do macrozoneamento, de como o plano diretor deve absorver tais diretrizes para cada macrozona, como, por exemplo, as macrozonas de uso sustentável, que podem ser tanto de uso rural, como de uso urbano, e têm o objetivo de proteger os ativos ambientais ou culturais e, para tanto, os municípios deverão dizer quais são as regras de proteção em seus planos diretores, e o detalhamento dessa regra de proteção do uso e ocupação é dada pela lei de zoneamento”, detalhou.

A coordenadora explicou ainda que o PDUI é um plano de diretrizes, em que há o macrozoneamento de toda a região, e não a particularização do município. Dessa forma, existe a possibilidade de minimizar os desequilíbrios da ocupação desse território, seja por atividade rural, seja por atividade urbana.

Outra etapa são as diretrizes para as funções públicas de interesse comum, que, a partir do PDUI, os municípios terão que detalhar tais diretrizes em planos de ação para implementação.

“Uma das diretrizes possíveis, como, por exemplo, na macrozona de uso sustentável, diz respeito à questão do local de aterro sanitário que deve ser definido por um plano regional elaborado conjuntamente pelos municípios em uma Câmara Temática no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Regional”, disse.

Nesse sentido, o PDUI não determina a área que será ocupada pelo aterro sanitário, e sim as áreas que não podem ser ocupadas para este fim, que são as áreas de proteção integral ambiental.

A coordenadora falou sobre as diretrizes a serem observadas nas leis de parcelamento, uso e ocupação do solo, como, por exemplo, na macrozona de uso consolidado é onde esses índices de uso e ocupação podem ser maiores para adensar a ocupação no sentido de otimizar a infraestrutura existente. “Já na de uso sustentável nem pode haver uso e ocupação, e se os municípios estiverem muito próximos de áreas de APP, de ativos hídricos, a densidade deve ser mitigada em função do ativo ambiental, e o instrumento que trata dessa mitigação é a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo”, diferenciou. Ao fazer as diretrizes para as FPICs, a coordenadora disse que estão mostrando a intersectorialidade das políticas públicas. “Portanto, os municípios, ao fazerem política de ordenamento territorial, devem observar que existe uma relação com a política de sistema viário e transporte público, com política de habitação, e a transversalidade deve acontecer, não sendo possível colocar área de habitação de interesse social em locais que não têm infraestrutura ou viário para o deslocamento da população. Esses limites serão colocados como conteúdo mínimo do PDUI, mas o detalhamento é de competência do município”, enfatizou.

Em seguida, apresentou uma retrospectiva dos trabalhos, rodadas de discussões e os documentos gerados no processo de elaboração do PDUI até o momento, além das próximas etapas após esta reunião.

Reforçou que todos os documentos, vídeos, apresentações, relatórios, incluindo o documento com o detalhamento da metodologia, critérios de classificação e análise das propostas recebidas, a apresentação e o áudio desta reunião da câmara temática estão disponíveis na plataforma digital do PDUI-RMRP (<http://rmrp.pdui.sp.gov.br>).

Falou ainda sobre o canal de comunicação que foi criado para dar transparência ao processo de elaboração do PDUI e facilitar a colaboração para além da equipe técnica, e ser um canal para o atendimento de demandas vindas dos municípios e da sociedade civil.

Na sequência, fez um rápido balanço dos resultados das audiências públicas, no que diz respeito às propostas recebidas, à metodologia adotada e aos critérios para classificação, análise e aceitação das propostas, objeto central desta reunião.

“Foram recebidas um total de 97 propostas, sendo 89 do poder público e 8 da sociedade civil. Do total de propostas, 32 foram aceitas, 20 aceitas parcialmente e 45 não aceitas”, revelou.

Finalizou a apresentação dizendo que o detalhamento das propostas está disponível para consulta e análise na plataforma digital, nos produtos 9 e 12. Para dar continuidade à apresentação, passou a palavra à coordenadora de Unidade Regional para que fossem feitas as considerações a respeito das propostas recebidas.

A coordenadora da Unidade Regional começou sua apresentação com o balanço das propostas recebidas do poder público e da sociedade civil da região e os critérios de análise destas propostas que não possuem abrangência regional; aderência com os propósitos do PDUI estabelecidos no Estatuto da Metrópole; aderência com as temáticas desenvolvidas nas análises das Unidades Regionais; vinculação com alguma FPIC citada na lei de criação da UR; intersectorialidade; identificação – diretriz, estratégia ou plano de ação; incorporação ao macrozoneamento; se a proposta necessita de desmembramento, se pode ser incluída integralmente, ou se necessita de substituição por outra nova proposta mais estruturada.

“Quanto ao balanço das propostas, foram recebidas 89 do poder público e 8 da sociedade civil, somando um total de 97. Destas, 32 foram aceitas, 20 aceitas parcialmente, e 45 não aceitas”, disse.

Em seguida, apresentou os quadros com o detalhamento das propostas recebidas, aceitas, não aceitas e justificativa, as acolhidas pelo PDUI de cada tema: Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social; Planejamento Territorial e Uso do Solo; Transporte e Sistema Viário; Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos.

Sobre as propostas estruturantes, disse que estão sendo reformuladas e pensadas de forma estruturada, pois têm que tratar de uma temática de maneira bastante completa, chegando até a se pensar em como será a governança e a implementação, porque é uma questão que impõe desafios, como, por exemplo, os resíduos sólidos: temos que pensar num plano, mas também em ações emergenciais, quais ações que o Conselho e a Câmara Temática podem pensar enquanto se elabora um plano.

Falou sobre a importância da etapa atual de elaboração do anexo ao projeto de lei que é o Caderno de Insumos, instrumento de gestão do PDUI.

Em seguida, passou a dar exemplos das propostas não aceitas e os motivos da não aceitação, dentre os quais citou: não ser de abrangência regional; por ser específica de alguma lei, ou parte de alguma política de outra esfera, que não a do PDUI, ou ainda propostas que se encaixam em outras, dentre outros.

Pontuou ainda que o PDUI, por ser um instrumento novo, assim como a região também ser recente, é um processo de aprendizado e de construção da identidade metropolitana e o pensar de maneira integrada sobre as questões, sobre as funções públicas de interesse comum que são relevantes para a região e de cada ente federativo, e como o problema local se articula regionalmente.

Como exemplo, citou questões locais, questões de fronteiras, como as discussões com o estado de Minas Gerais e a questão do turismo, que já constava do Caderno Preliminar de Propostas e que será tratado pelo PDUI no que diz respeito a um plano de turismo e estratégia de rotas turísticas. Citou ainda exemplos sobre a questão do transporte e sistema viário, como questões de responsabilidade da Artesp, que devem ser tratadas com a agência reguladora.

Sobre o tema do Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos, destacou a relevância das propostas aceitas, inclusive pela fala de grande parte dos prefeitos nas audiências públicas, relativas

ao Aquífero Guarani, sua importância e seu papel estratégico nacional e internacional, que não se resume apenas ao estado de São Paulo e nem ao Brasil, e do qual essa região, especialmente, é bastante dependente: Ribeirão Preto extrai 100% da água subterrânea desse reservatório.

Disse que essa é uma questão relacionada com o macrozoneamento, com o ordenamento territorial e que, de fato, o PDUI vai poder contribuir bastante para que haja uma compatibilização entre ordenamento territorial, preservação e conservação desse aquífero, que é tão estratégico para o próprio desenvolvimento, não só pelo atributo em si, que já seria relevante, mas pela importância econômica.

Falou ainda sobre algumas questões locais pontuadas de captações superficiais de um outro município que poderão emergir dentro de um plano regional de saneamento, mas que não estarão no PDUI como uma proposta a ser contemplada de forma direta.

Em relação às propostas do tema Desenvolvimento Econômico e Atendimento Social, ressaltou sobre o acolhimento e inclusão nas propostas estruturantes em que será possível visualizar em qual proposta estruturante foi inserida determinada proposta, e a necessidade de uma nova proposta estruturante, como, por exemplo, a proposta sobre o planejamento e a gestão do transporte regional intermunicipal. Disse que o próximo desafio é finalizar o caderno de sustentação com as propostas estruturantes finais detalhadas, os objetivos, ações, governança e onde se buscam os recursos, temas que serão o anexo do projeto de lei.

Explicou também que esta reunião era uma devolutiva aos municípios do trabalho feito até o momento que as propostas foram classificadas, analisadas, apresentadas e disponibilizadas de forma transparente.

Finalizou a apresentação agradecendo e reforçando que todos os documentos produzidos estão disponíveis na plataforma digital do PDUI (<https://rmp.pdui.sp.gov.br/>) para consulta e análise, incluindo a apresentação e o áudio desta reunião, bem como os meios de contato com a equipe para quaisquer questões, observações ou eventuais ajustes que julguem necessários.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu as apresentações, disse que o objetivo desta Câmara Temática Especial do PDUI é esclarecer as dúvidas a respeito deste trabalho, da análise das propostas.

Afirmou, ainda, ser possível fazer alterações durante o período de formatação do projeto de lei até a apresentação na próxima reunião do Conselho, após a finalização da minuta e do caderno definitivo das propostas. Solicitou ao presidente do Conselho a convocação de uma reunião para esta apresentação. Agradeceu a presença do prefeito de Morro Agudo e sua equipe e convidou os participantes e representantes dos municípios a fazerem suas considerações.

O prefeito de Morro Agudo agradeceu o convite, disse que vem acompanhando o PDUI desde seu mandato anterior e agora é deliberar, colocar no papel para que possam seguir com o processo.

Já o representante da Secretaria de Planejamento de Ribeirão Preto cumprimentou a todos os presentes, disse que estão acompanhando as discussões do PDUI de longa data, que participou do Conselho da cidade na discussão da metrópole. “A nossa revisão da lei de zoneamento, uso e ocupação do solo, que acabou de ser encaminhada à Câmara Municipal”, revelou.

Pontuou ainda que foram enviadas para a equipe algumas colocações sobre os mapas de Ribeirão Preto.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe disse que o áudio do representante da Secretaria de Planejamento de Ribeirão Preto estava com problemas, mas que tinha solicitado uma conversa exclusiva com ele e sua equipe para sanar uma dúvida específica sobre o enquadramento de uma área de Ribeirão Preto na macrozona de uso sustentável e que até o dia anterior a esta reunião não havia recebido retorno.

Disse que, pelo que entendeu de suas colocações, Ribeirão Preto enviou o retorno das dúvidas, que a coordenadora da Unidade Regional entrou em contato com o secretário não só durante a audiência pública como também por e-mail. Colocou que a secretaria disse que haviam distribuído o material para análise, que não houve retorno.

Disse ainda acreditar que parte das informações aguardadas pela equipe Fipe deve ter sido relatada pelas colocações feitas pelo representante, mas que infelizmente por problemas no áudio, não foi possível entender. Pediu à coordenadora da UR que fizesse um relato sobre o assunto para depois acertarem as informações com Ribeirão Preto.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos informou que receberam a solicitação da prefeitura de Ribeirão Preto, que estão cientes da revisão do Plano Diretor, e que é importante o agendamento de uma reunião específica para o alinhamento da questão.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe registrou a presença de um representante de Ribeirão Preto e pediu que fizesse suas colocações após a explanação da coordenadora da UR.

A coordenadora da UR disse que entrou em contato com Ribeirão Preto enviando um e-mail diretamente para o secretário, pois é importante fazer o alinhamento e que o melhor caminho é agendar uma reunião, ainda que virtual.

Lembrou ainda que há uma reunião interna da equipe Fipe para discussão de dúvidas, pois as questões de Ribeirão Preto são mais complexas do que o restante da região, até porque está nesse processo da revisão do plano que acabou de sair.

A coordenadora técnica do Projeto – Fipe pediu a recuperação da fala do representante da Secretaria do Meio Ambiente de Ribeirão Preto para que pudesse ser confirmado o entendimento da equipe Fipe sobre a questão por ele colocada.

O representante da Secretaria do Meio Ambiente de Ribeirão Preto cumprimentou a todos, disse que estava representando a secretária de Meio Ambiente de Ribeirão Preto, e estava muito feliz com a proposição da reunião, necessária para o alinhamento sobre o diagnóstico feito sobre a região, em especial, que tem em Ribeirão Preto, definida no zoneamento ambiental como ZUE, Zona de Uso Especial, que é a área de recarga do Aquífero.

Disse que, devido aos problemas de áudio, também não conseguiu entender as colocações do representante da Secretaria de Planejamento de Ribeirão Preto, mas acredita que vão ao encontro de algumas de suas questões.

Colocou que uma de suas preocupações seja, talvez, o que foi de fato diagnosticado quanto ao padrão da urbanização da zona leste. Informou que a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo já foi encaminhada à Câmara Municipal de Ribeirão Preto e o Código Municipal do Meio Ambiente também está em fase de finalização para ser encaminhado para a Câmara, e que a Fipe, inclusive, do processo de revisão da lei de parcelamento e um dos subprodutos contratado foi um diagnós-

tico geológico da condição de recarga da zona leste do município, área de recarga do Aquífero, e que nesse diagnóstico ficou claro que nem toda a região de recarga do Aquífero é uma área de recarga plena, por isso que no Código do Meio Ambiente estão sendo feitas algumas subdivisões dessa região de recarga do Aquífero, como a partir da condição de recarga.

Afirmou ser interessante o agendamento de reunião para que apresentem o material para que possam alinhar os pontos e avançarem no PDUI. Como exemplo e, a título de esclarecimento, quando se coloca a destinação de 35% das áreas públicas destinadas a sistemas de áreas verdes e de lazer, estão prevendo um dispositivo no município que, a partir de estudos geológicos e geotécnicos, poderia ser feita a compensação em outra área, porque é isso que esse estudo mostra a partir de um levantamento de potencial, em que não existe uma mesma zona de recarga em toda a área definida como a área do Aquífero.

Destacou ainda ser importante a apresentação desse material, até para saberem sobre a viabilidade, pelo PDUI, de um aumento da escala desse diagnóstico para a região metropolitana, a fim de entenderem a condição de recarga do aquífero nessa região, marcada como macrozona de proteção do sistema do Aquífero.

Disse não saber se contemplou os apontamentos feitos pelo representante da Secretaria de Planejamento de Ribeirão Preto, e que este concordou, via chat, com o agendamento da reunião específica, a qual possibilitaria os alinhamentos necessários, que seriam de grande valia para o PDUI e para o município, tendo em vista o Plano Diretor revisado em 2018, a Lei de Parcelamento encaminhada para a Câmara Municipal e o Código do Meio Ambiente, que será encaminhado nos próximos dias.

A coordenadora de UR apontou que as colocações do prefeito de Morro Agudo são aderentes, até mesmo ao que a equipe pensou para o PDUI, pois essa macrozona é simplesmente aquela macrozona que é um dado de realidade, aquela área do que o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) delimitou, mas ela é bastante genérica.

Disse ainda necessitar de aprofundamento e que a equipe da prefeitura de Ribeirão Preto pode contribuir nas diretrizes da macrozona, que seriam essas diretrizes para áreas urbanas, áreas rurais, as áreas onde a recarga é mais crítica, enfim, todos esses pontos levantados, e que enriqueceria muito a proposta.

A coordenadora técnica do Projeto – Fipe perguntou sobre a possibilidade dessa reunião ser presencial e sobre a possibilidade de envio, por parte da equipe de Ribeirão Preto, do estudo das condições de recarga do Aquífero, e se esse estudo abrange somente Ribeirão Preto, ou o Aquífero como um todo, pois, para a região metropolitana, seria interessante, já que o Aquífero pega toda uma parte grande da região, o que, para a equipe Fipe, seria interessante ter um olhar sobre o contexto regional.

A coordenadora da UR complementou solicitando o envio da nova Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo enviada para a Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe sugeriu que a reunião específica entre Fipe e Ribeirão Preto fosse agendada após o envio desse material.

O representante da Secretaria do Meio Ambiente de Ribeirão Preto informou que o subproduto gerado para a revisão da Lei de Parcelamento e do Código de Meio Ambiente se restringe ao território

rio municipal, mas que a partir do diagnóstico que foi realizado, até mesmo como caso de Ribeirão Preto, possibilitou o entendimento de delimitação de subzonas dentro do Aquífero, e que talvez seja um termo de referência para o aprofundamento do diagnóstico da região metropolitana.

Explicou, ainda, que talvez não exista tempo hábil para a finalização dos trabalhos do PDUI, mas colocar a questão como uma diretriz – um diagnóstico da condição de recarga de todo o Aquífero. Pediu o contato da equipe Fipe para o encaminhamento dos estudos e da minuta do código do meio ambiente, no qual estão contidas as definições dessas zonas.

A coordenadora técnica do Projeto – Fipe pediu à coordenadora da UR que enviasse o contato para o representante da Secretaria do Meio Ambiente de Ribeirão Preto e que avaliasse o tempo para leitura e análise dos estudos, a fim de definir data para a reunião com Ribeirão Preto, se possível para a próxima semana, devido ao prazo apertado.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos pediu ao representante da Secretaria do Meio Ambiente de Ribeirão Preto e ao representante Secretaria de Planejamento de Ribeirão Preto que, devido ao cronograma do PDUI, agendassem a reunião o mais breve possível, que fizessem a ponte com as demais secretarias que estão envolvidas com o plano para dirimir qualquer dúvida pendente, e que estendessem o convite para a reunião ao vice-prefeito e ao secretário.

A coordenadora da UR disse ser importante o recebimento do material com antecedência, pois, como a equipe já tem a leitura da região, é necessário ver as informações referenciadas para serem objetivos na reunião.

A coordenadora técnica do Projeto – Fipe informou que o Secretário de Planejamento havia respondido para a equipe Fipe, distribuído o material para as respectivas áreas da prefeitura, que tratam das questões apresentadas e que o secretário certamente levará às pessoas que leram os documentos para a reunião. Reforçou o convite para a integração para além das Secretarias de Planejamento e do Meio Ambiente.

A coordenadora da UR disse acreditar que a proposta para essa macrozona do Aquífero, elaborada junto com as equipes da prefeitura de Ribeirão Preto, que tem experiência de tantas décadas, será uma grande contribuição, fará a diferença e será um exemplo para o estado.

A coordenadora técnica do Projeto – Fipe perguntou se alguém mais gostaria de fazer considerações, que a equipe do PDUI está à disposição para esclarecer alguma outra dúvida. Disse que a reunião foi produtiva, que foi possível restabelecer o canal com a Prefeitura de Ribeirão Preto, e esclarecer algumas dúvidas e questões.

Agradeceu a todas as prefeituras que enviaram seus representantes para compor a Câmara Temática, e disse que, tão logo o PDUI seja aprovado, esta Câmara será retomada, para que as prefeituras possam iniciar os detalhamentos propostos e que, de fato, o PDUI seja absorvido no contexto da gestão metropolitana da Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos encerrou a reunião agradecendo a participação de todos, e colocando a equipe do PDUI à disposição para esclarecer dúvidas, não só de Ribeirão Preto, como de todos os municípios.

Lista de presença:

Município	Instituição	Cargo
Barrinha	Prefeitura	Prefeito
Barrinha	Prefeitura	Não menciona
Batatais	Prefeitura - Secretaria de Meio Ambiente	Não menciona
Batatais	Prefeitura - Secretaria de Planejamento Urbano e Uso do Solo	Não menciona
Batatais	Prefeitura - Atendimento Social	Não menciona
Cássia dos Coqueiros	Prefeitura	Não menciona
Cássia dos Coqueiros	Prefeitura - Departamento de Engenharia	Não menciona
Guaíra	Prefeitura	Não menciona
Jaboticabal	Prefeitura - Secretaria de Negócios Jurídicos	Secretário
Morro Agudo	Prefeitura	Prefeito
Ribeirão Preto	Prefeitura	Não menciona
Ribeirão Preto	Prefeitura - Planejamento	Não menciona
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Meio Ambiente	Chefe de Divisão
Ribeirão Preto	Prefeitura - Secretaria de Governo	Secretário
Ribeirão Preto	Prefeitura	Não menciona
Santo Antônio da Alegria	Prefeitura - Desenvolvimento Econômico	Não menciona
Santo Antônio da Alegria	Prefeitura - Projetos	Não menciona
Serrana	Prefeitura	Não menciona
Sertãozinho	Prefeitura - Planejamento Urbano e Habitação	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
São Paulo	SDR	Coordenador
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	Coordenadora de UR
São Paulo	Fipe	
São Paulo	SDR	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	Coordenadora de UR
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	SSAM/SDR	Coordenador
São Paulo	SDR	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	Coordenadora Técnica
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	Coordenadora de UR

Região Metropolitana de Jundiaí

Memória da reunião da Câmara Temática do PDUI-RMJ, que aconteceu no dia 11 de março de 2022

Pauta: Apresentação das análises técnicas das contribuições ao PDUI encaminhadas pelo poder público e pela sociedade civil durante o processo participativo.

Temáticas:

- Planejamento Urbano
- Meio Ambiente
- Habitação
- Transporte
- Saneamento Ambiental
- Desenvolvimento Econômico
- Atendimento Social

Prefeituras participantes:

- Prefeitura municipal de Campo Limpo Paulista
- Prefeitura municipal de Cabreúva
- Prefeitura municipal de Itupeva
- Prefeitura municipal de Jundiaí
- Prefeitura municipal de Louveira
- Prefeitura municipal de Várzea Paulista

Abertura:

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos fez a abertura e ressaltou o objetivo da reunião de apresentar as análises técnicas das contribuições ao PDUI encaminhadas pelo poder público e pela sociedade civil durante o processo participativo.

Disse que o trabalho foi elaborado pela Fipe com a ajuda das prefeituras municipais e da sociedade civil, que encaminharam várias propostas para serem consideradas no plano e que, por meio de uma apresentação, os participantes acompanharão a análise das propostas.

Explicou ainda que após a conclusão do Caderno Final de Propostas, da minuta do Projeto de Lei e da compilação de todos os trabalhos elaborados sobre o PDUI, o projeto será apresentado na reunião do Conselho de Desenvolvimento de cada unidade regional para aprovação e encaminhamento ao governo do estado.

A coordenadora técnica do Projeto – Fipe começou dizendo que a equipe avaliou as propostas recebidas – tanto de poder público quanto da sociedade civil – e, a partir de critérios objetivos, foi elaborada uma análise daquilo que será incorporado nas propostas estruturadas do PDUI, bem como as justificativas de não aceitação das propostas apresentadas.

Explicou ainda que o documento sobre o balanço das propostas está disponível na plataforma digital, que são os documentos Produtos 9 e 12, por meio dos quais é possível conhecer com mais detalhe a análise realizada.

Antes de apresentar os resultados da análise, afirmou que a ideia é apresentar a lógica do processo de participação, como aconteceu cada etapa da participação das prefeituras, da sociedade civil e do governo do estado, os produtos que foram gerados a partir dessas discussões e o resultado

do conjunto da participação que são as propostas enviadas oficialmente via plataforma digital. Esclarecidos esses pontos, começou a apresentação do balanço do processo participativo do PDUI. Explicou que os primeiros slides retomam a fala do coordenador institucional da Fipe que, durante as audiências públicas, explicou o porquê de se estar fazendo o PDUI e qual é o seu escopo. “O plano é uma exigência legal do Estatuto da Metrópole, que diz que ele tem que ser elaborado de forma conjunta e cooperada entre os entes federativos e com a participação da sociedade civil. Antes de ser enviado para a Assembleia Legislativa (Alesp) para virar lei ele tem que ser aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento de cada unidade regional. Na sequência da aprovação pela Alesp, as prefeituras devem compatibilizar os seus planos diretores com as diretrizes do PDUI, que, por sua vez, apesar de ele ser um plano de desenvolvimento integrado, deve considerar no município as áreas rurais e as urbanas”, destacou.

Seguiu explicando que o conteúdo do plano, conforme já esclarecido, é de diretrizes. “Ele apresenta diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) para que a implementação, solução e enfrentamento se deem na discussão de uma Câmara Temática, composta pelos representantes das prefeituras e do governo do estado, para cada função”, disse.

Acrescentou ainda que o mesmo vale para o macrozoneamento, que também dá diretrizes, não só visando ao equilíbrio de uma rede urbana mais equânime, mas também, para informar as diretrizes para a revisão do plano diretor e parcelamento e uso do solo que são de competência dos municípios.

“As diretrizes para articulação de políticas intersetoriais, como, por exemplo, muitas das políticas de sistema viário impactam sobre o uso do solo e precisam estar presentes e, também, algumas FPICs com impacto na questão ambiental”, disse.

Ressaltou ainda que a intersectorialidade proposta pelo PDUI deve apresentar alternativas de enfrentamento para aquelas regiões que têm problemas de regularização fundiária.

Continuou apresentando e explicando que o próximo slide tinha um mapa que mostrava um pouco a dinâmica de ocupação da região de Jundiaí, onde são identificadas as áreas de interesse ambiental, a mancha urbana, onde está a precariedade, o sistema viário que está tênue, mas é um sistema viário de articulação da região, não só ao longo das rodovias Anhanguera e Bandeirantes, mas um eixo de articulação para duas metrópoles muito importantes do estado que são Campinas e São Paulo.

Disse que Jundiaí faz parte do segmento territorial mais dinâmico do Estado de São Paulo. “É uma unidade regional bastante relevante para o desenvolvimento econômico do Estado, para além da própria região”, pontuou.

Apresentou, na sequência, um slide das rodadas de participação e os documentos que foram gerados, todos disponíveis na plataforma digital da Unidade Regional de Jundiaí. Destacou que esses documentos são fruto das discussões feitas com os municípios que sugeriram algumas incorporações, por meio das representações do poder público e da sociedade civil que possibilitaram correções elaboradas pela equipe da Fipe.

Explicou que, entre agosto e setembro de 2021, foram produzidos dois documentos, que são o Panorama Regional e a Leitura Unificada dos Planos Diretores e Leis de Zoneamento, que resultaram na elaboração de uma versão preliminar do Macrozoneamento. A discussão desse zoneamento foi feita nas oficinas regionais de agosto.

No conjunto das cinco regiões em estudo, foram feitas 15 oficinas regionais e todo o material foi compilado no Produto 6, composto pelas memórias das reuniões com o texto e o link do áudio disponíveis na plataforma digital.

Continuou explicando que uma etapa subsequente a essa discussão com as prefeituras e a sociedade civil foi a reunião com os grupos setoriais do governo do estado que lidam com as Funções Públicas de Interesse Comum.

Foram realizados debates com a Secretaria da Habitação, CDHU e Itesp, porque trata de regularização fundiária urbana em área rural, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e a Sabesp, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Desenvolve São Paulo, Secretaria de Transportes Metropolitanos e Secretaria de Transporte e Logística. Foram seis reuniões e as memórias com os debates podem ser consultadas no Produto 8, na plataforma digital. Foram utilizados para esses debates os mesmos documentos discutidos nas oficinas regionais.

Na sequência, ocorreram as audiências públicas. Ressaltou a evolução dos debates com os grupos setoriais para as audiências, serviu de base nos debates das oficinas e dos GTs e, a partir daí, foi elaborado um caderno denominado Caderno de Insumos para o Debate da Audiência Pública, onde foi apresentado um conjunto de propostas por temas que englobavam as FPICs e a versão do macrozoneamento com os ajustes sugeridos ou pelas prefeituras ou, especialmente, pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente.

Essa proposta foi apresentada nas audiências públicas organizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR, nas cinco unidades regionais, que iniciaram em janeiro e foram até fevereiro de 2022. Foram 14 reuniões ao todo, sempre considerando a sub-regionalização prevista na lei de criação de cada unidade regional. O Produto 11 contém todas as memórias das audiências públicas registradas e o link do áudio do YouTube.

O próximo passo é a realização das reuniões das Câmaras Temáticas do PDUI que a SDR constituiu em todas as regiões para a Fipe dar a devolutiva das análises feitas com as propostas que foram encaminhadas em formulário próprio e que constam do Produto 9, com uma análise mais aprofundada, e no **Produto 12**, como elas foram incorporadas no Caderno de Insumos para o Debate da audiência pública, entregue em dezembro, ou de propostas novas ensejadas pelas apresentadas via plataforma digital.

Seguiu explicando as etapas das atividades para a elaboração do PDUI. Disse que, em abril, será realizada a reunião do Conselho de Desenvolvimento, quando será apresentado o **Caderno Final de Propostas** para que os conselheiros, prefeitos, secretários de estado e sociedade civil tomem conhecimento prévio, a deliberação de aprovação do PDUI, as propostas que foram consensadas ao longo desses 12 meses, antes da conclusão do trabalho em julho de 2022.

Esclareceu que, depois da aprovação pelo Conselho, o governo do estado irá tramitar internamente junto à sua assessoria técnica e legislativa antes de encaminhar o Projeto de Lei para a Alesp para apreciação e debate dos deputados e, na sequência, seguirá para aprovação.

Reforçou mais uma vez que o canal de comunicação do processo participativo é a plataforma digital, que é uma forma de dar transparência ao processo de elaboração do PDUI e ter um canal via endereço de e-mail para que todos pudessem tirar dúvidas e se comunicar com a equipe da Fipe.

Nesse canal sempre são disponibilizadas notícias, todos os produtos, depois de aprovados pela SDR, o material de apoio das etapas de discussão com convites, pautas, roteiros, powerpoints,

links de acesso às reuniões, formulários próprios para apresentação de propostas e canal de contato para atendimento às demandas específicas. Inclusive, várias entidades da sociedade civil e prefeituras já pediram reuniões específicas com a equipe da Fipe.

Continuou apresentando e explicou que o slide seguinte apresentava a análise das propostas e, que para fazer essa análise, foi montada uma planilha onde cada proposta foi numerada como PP – Poder Público e SC – Sociedade Civil e ganhou um número e uma indicação de temas. “Algumas tiveram que ser desdobradas porque eram muito variadas e foi preciso abri-las para classificar por temas, subtemas e enunciado da proposta. Para essa classificação a equipe da Fipe usou quatro critérios determinantes para dizer se elas poderiam ser aceitas ou não e, para isso, seguiu o que está exposto no Estatuto da Metrópole, ou seja: se a proposta tem abrangência regional; aderência ao PDUI; concordância com temas gerados nas análises do Diagnóstico Regional e no Panorama Regional (Produtos 5 e 7) e vinculação com as FPICs. Se ela foi aceita, ela passa para uma outra etapa, por exemplo, é uma proposta de transporte, mas guarda uma intersectorialidade com desenvolvimento econômico, análise da intersectorialidade, ou seja, se ela é uma diretriz”, disse.

Outra observação importante é verificar se a proposta é uma diretriz, uma estratégia ou uma proposta de plano de ação, se é uma proposta de incorporação ao macrozoneamento, e se exigia um desdobramento. Foi explicado que isso aconteceu porque algumas propostas vieram com muitos temas envolvidos e foi preciso desmembrá-las, o que gerou o aceite, o parcialmente aceite e não aceite.

A RMJ recebeu 84 propostas, sendo 60 do poder público e 24 da sociedade civil. Sendo 19 aceitas integralmente, 30 aceitas parcialmente e 34 não aceitas.

Na sequência, a coordenadora técnica passou a apresentação para a coordenadora da RMJ para expor o balanço das propostas recebidas.

A coordenadora da Região Metropolitana de Jundiaí explicou a organização do trabalho de análise de todas as propostas recebidas e a justificativa da não aceitação.

A íntegra da apresentação está disponível na plataforma digital em

<https://rmj.pdui.sp.gov.br/> e pelo link abaixo:

https://rmj.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/Apresentacao_CT-RMJ_09-03-22_aprovada.pdf

Destques importantes:

Após a apresentação, a coordenadora fez algumas considerações e destacou as propostas novas que foram feitas a partir da participação dos municípios pelo poder público e pela sociedade civil.

Ela disse que na RMJ o tema meio ambiente foi o que recebeu o maior número de propostas e que possibilitou à equipe criar um número grande de propostas novas. O trabalho de análise identificou propostas novas e algumas complementações às propostas preliminares, a saber:

- Proposta de governança metropolitana para estabelecer rotinas de troca de experiências entre os municípios sobre gestão e tecnologia. “A equipe entendeu que seria importante criar essa proposta com o foco de estabelecer procedimentos e rotinas para o compartilhamento das experiências municipais”, disse.
- Proposta sobre Programas Integrados, fomento ao empreendedorismo. “A equipe se debruçou sobre esse tema para formular uma proposta nova”, afirmou.

- Propostas de Estratégias para Ação Metropolitana de Acompanhamento do PDUI e Ordenamento Territorial.
- Proposta sobre Resíduos Sólidos, proposta nova assumida para se fazer um Plano Regional de Resíduos Sólidos.
- Proposta que já existia e será complementada que é criar condições para o enfrentamento da escassez hídrica.

Outra proposta nova é de atuar na prevenção de eventos hidrológicos extremos.

Definiu-se também uma estratégia de ação metropolitana para a criação de um sistema de áreas verdes e áreas protegidas. “Já havia uma proposta com esse foco, mas, faltava a criação de um sistema de áreas verde e áreas protegidas. A equipe achou importante fazer uma estratégia de criação desse sistema”, justificou.

O assessor da Secretaria de Assuntos Metropolitanos abriu a palavra para que os demais participantes pudessem falar sobre a análise das propostas recebidas feita pela equipe da Fipe.

O gestor de Planejamento e Meio Ambiente da prefeitura de Jundiaí elogiou o trabalho realizado que define no território e disse que para que as pessoas pudessem se manifestar precisariam conhecer o resultado, o que foi aceito e no que resultou.

Disse existir uma proposta que eles fizeram durante o processo que é mais uma observação sobre o fato de Jundiaí e Cabreúva já possuírem um zoneamento determinado pela Área de Proteção Ambiental (APA) que define o zoneamento do território. “O Comitê de Bacia está elaborando um Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) e mais o zoneamento proposto pelo PDUI, que vai resultar em um zoneamento da mesma região. A preocupação é com a compatibilidade de todos esses zoneamentos para que sejam coerentes entre si. É uma preocupação que vale a pena ser considerada”, alertou.

Ressaltou ainda a necessidade de ver o produto da análise das propostas para que possam se manifestar.

O assessor da Secretaria de Assuntos Metropolitanos esclareceu que a proposta é apresentar o caderno definitivo antes da deliberação do Conselho de Desenvolvimento. “Na verdade, numa próxima reunião do Conselho a proposta é apresentar o caderno definitivo, mas, para dirimir as dúvidas do que ficou já acertado, a equipe da Fipe está à disposição para fazer essa interface com os municípios”, esclareceu.

A coordenadora da Região Metropolitana de Jundiaí afirmou que a equipe está na fase de elaborar as propostas chamadas de estruturadas, muitas que já tinham um embrião e agora estão sendo complementadas.

“O mesmo acontece com o macrozoneamento. Foi avaliado se a contribuição recebida para o macrozoneamento, é uma diretriz, é um plano de ação? Tudo isso está sendo classificado. Esse produto, a partir dessas contribuições, será composto não só pelas propostas estruturadas, mas também com o macrozoneamento que será discutido com os municípios e com as secretarias setoriais do estado, antes de ser apresentado para aprovação em reunião do Conselho de Desenvolvimento”, destacou.

Por isso, recomendou que, independentemente disso, à medida que forem acessando a plataforma e tiverem alguma dúvida podem entrar em contato com a equipe da Fipe que está à disposição

e considera que as contribuições dos municípios são muito importantes porque aproxima o plano da realidade local.

O gestor de Planejamento e Meio Ambiente da prefeitura de Jundiaí concordou com os critérios definidos para a análise das propostas, mas reforçou ser importante ver o resultado desse trabalho. O assessor da Secretaria de Assuntos Metropolitanos disse que na reunião com a Região Metropolitana de Ribeirão Preto surgiram algumas dúvidas e foi agendada uma reunião presencial com a equipe da Fipe para esclarecer a relação do PDUI com os planos diretores municipais. “Isso pode ser feito, se necessário, com a Região Metropolitana de Jundiaí, antes da reunião do Conselho de Desenvolvimento”, afirmou. Recomendou ao prefeito de Jundiaí que envolvesse todas as áreas da prefeitura para esse debate.

A coordenadora da Região Metropolitana de Jundiaí confirmou que a solicitação da reunião pode ser feita diretamente com a coordenadora e pela plataforma digital, caso seja de interesse agendar uma reunião específica para discutir alguma questão. “O objetivo é que a contribuição dos municípios seja aproveitada para solucionar os problemas identificados”, reforçou.

Como não houve nenhuma outra manifestação, o assessor da Secretaria de Assuntos Metropolitanos esclareceu novamente o processo de aprovação do Caderno Final de Propostas.

A coordenadora da Região Metropolitana de Jundiaí agradeceu a presença de todos para receber a devolutiva da Fipe, agradeceu as contribuições e colocou-se à disposição. Recomendou também a consulta aos documentos já produzidos na elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado para a Região Metropolitana de Jundiaí, que podem ser consultados na plataforma digital no endereço <http://rmj.pdui.sp.gov.br>.

Lista de presença:

Município	Instituição	Cargo
Campo Limpo Paulista	Prefeitura municipal	Gestor de Meio Ambiente
Campo Limpo Paulista	Prefeitura municipal	Gestora Trânsito/Transporte
Jundiaí	Prefeitura municipal	Gestor de Planejamento Urbano e Meio Ambiente
Várzea Paulista	Prefeitura municipal	Secretário de Obras
Várzea Paulista	Prefeitura municipal	Gestor de Meio Ambiente
Várzea Paulista	Prefeitura municipal	Gestor de Trânsito
Várzea Paulista	Prefeitura municipal	Coord. de Vigilância Socioassistencial
Várzea Paulista	Prefeitura municipal	Chefe de Proteção Social Básica
Várzea Paulista	Prefeitura municipal	Gestor de Desenvolvimento Social
Cabreúva	Prefeitura municipal	Vice-prefeita
Itupeva	Prefeitura municipal	Secretário de Obras e Planejamento Urbano
Louveira	Não menciona	Não menciona
São Paulo	Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos	Não menciona
Louveira	Não menciona	Não menciona
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora Técnica
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora de UR RMJ e RMP
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	



Fundação Instituto de
Pesquisas Econômicas

Município	Instituição	Cargo
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora da UR VPLN
São Paulo	Equipe Fipe	
São José dos Campos	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos	Assessor
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Regional	
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Regional	

Região Metropolitana de Piracicaba

Registro da reunião da Câmara Temática do PDUI-RMP, que aconteceu no dia 15 de março de 2022

Pauta: Apresentação das análises técnicas das contribuições ao PDUI encaminhadas pelo poder público e pela sociedade civil durante o processo participativo.

Temática:

- Planejamento Urbano
- Meio Ambiente
- Habitação
- Transporte
- Saneamento Ambiental
- Desenvolvimento Econômico
- Atendimento Social

Prefeituras participantes:

- Prefeitura de Águas de São Pedro
- Prefeitura de Analândia
- Prefeitura de Araras
- Prefeitura de Capivari
- Prefeitura de Cordeirópolis
- Prefeitura de Ipeúna
- Prefeitura de Iracemápolis
- Prefeitura de Leme
- Prefeitura de Limeira
- Prefeitura de Piracicaba
- Prefeitura de Pirassununga
- Prefeitura de Rio Claro
- Prefeitura de Rio das Pedras
- Prefeitura de Santa Maria da Serra
- Prefeitura de São Pedro

Abertura:

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença de todos, e informou que a reunião especial da Câmara Temática tinha como objetivo apresentar a metodologia e o resultado das propostas recebidas das prefeituras municipais e da sociedade civil para a construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana de Piracicaba.

Explicou que o Caderno Final das Propostas, após avaliação pelas prefeituras e entidades da sociedade civil, será encaminhado para a aprovação do Conselho de Desenvolvimento Regional, juntamente com a minuta do Projeto de Lei e seus anexos, e posterior envio ao governo do estado.

A coordenadora técnica do Projeto – Fipe cumprimentou a todos os representantes das prefeituras, das secretarias e aos participantes da sociedade civil convidados. Colocou que o objetivo reunião é dar uma devolutiva dos resultados do processo participativo ao longo da elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

“A primeira etapa de discussões aconteceu nas Oficinas Regionais (ORs), em que foi apresentada uma versão preliminar do macrozoneamento e a leitura dos dados secundários das dinâmicas econômicas urbanas e das Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) que resultou em documentos – **Produtos 2, 3 e 4**, com a metodologia de como se chegou à proposta de macrozoneamento. O **Produto 5**, a leitura da dinâmica regional – Panorama Regional e o **Produto 7** é um diagnóstico feito em uma leitura de temas transversais, em que são feitos cruzamentos setoriais entre as funções públicas”, detalhou.

Informou que todos os documentos estão disponíveis na plataforma digital do PDUI-RMP: <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>.

A coordenadora técnica do Projeto – Fipe disse, ainda, que além das oficinas regionais foram feitas reuniões com os setoriais das secretarias do Governo do Estado de São Paulo para alinhamento com o que se imaginava para a região, com as políticas públicas formuladas pelas secretarias, seja de habitação, desenvolvimento econômico, agricultura, meio ambiente ou transporte.

“Em uma próxima etapa ocorreram as audiências públicas, com caráter híbrido – presencial e virtual – que privilegiou a representação do poder público municipal e a grande maioria da sociedade civil, que acompanhou virtualmente pelo canal do YouTube da Secretaria de Desenvolvimento Regional, ao mesmo tempo em que a plataforma digital se manteve aberta para o recebimento das propostas”, explicou.

Disse ainda que o número de propostas recebidas foi expressivo, considerando o tamanho da Região Metropolitana de Piracicaba, comparado ao tamanho da Região Metropolitana de São Paulo, que é infinitamente maior do ponto de vista demográfico, da quantidade de municípios.

Destacou que sua apresentação tinha por objetivo recuperar as considerações feitas pelo coordenador institucional da Fipe nas audiências públicas sobre o PDUI e seus limites; em seguida a trajetória e os produtos para que os presentes pudessem revisitá-los na plataforma digital e o balanço quantitativo das propostas e dos principais critérios utilizados do ponto de vista técnico para avaliação de cada proposta.

Iniciou falando que as condições de exigências do PDUI derivam do Estatuto da Metrópole, portanto, passa a ser um instrumento legal, que deve ser elaborado de forma cooperada entre estado, municípios e sociedade civil.

Explicou que, antes de se transformar em lei, o PDUI deve ser aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, composto por prefeitos e secretários de estado e, a partir de agora, com representação da sociedade civil.

“Após a deliberação do Conselho, o poder executivo estadual encaminha para a Assembleia Legislativa para que seja debatido e aprovado, para em seguida ser encaminhado para sanção do governador”, completou.

Disse ainda que depois da aprovação do PDUI, os municípios devem compatibilizar seus planos diretores, em especial, com as diretrizes do macrozoneamento definido no PDUI, que as prefeituras já conhecem desde as oficinas regionais, e posteriormente nas audiências públicas com os devidos ajustes.

Sobre as limitações do PDUI, a coordenadora técnica do Projeto – Fipe explicou que ele não sobreposição as funções de competência dos municípios relativas à legislação urbanística, de modo que no

PDUI não são tratados índices para ocupação e uso do solo, já que é competência do município. O PDUI dá diretrizes, a partir do macrozoneamento, de como o plano diretor deve absorver as diretrizes para cada macrozona, como, por exemplo, as macrozonas de uso sustentável, que podem ser tanto de uso rural, como de uso urbano, têm o objetivo de proteger os ativos ambientais ou culturais e, para tanto, os municípios deverão dizer quais são as regras de proteção em seus planos diretores, e o detalhamento dessa regra de proteção do uso e ocupação é dada pela lei de zoneamento.

“Assim, o PDUI é um plano de diretrizes, em que há o macrozoneamento de toda a região, e não a particularização do município. Existe, assim, a possibilidade de minimizar os desequilíbrios da ocupação desse território, seja por atividade rural, seja por atividade urbana”, ressaltou.

Outra etapa são as diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) que, a partir do PDUI, os municípios terão que detalhar tais diretrizes em planos de ação para implementação.

“Uma das diretrizes possíveis, como, por exemplo, na macrozona de uso sustentável, diz respeito à questão do local do aterro sanitário, que deve ser definido por um plano regional elaborado conjuntamente pelos municípios em uma Câmara Temática no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Regional. O PDUI não determina a área que será ocupada pelo aterro sanitário, e sim as áreas que não podem ser ocupadas para este fim, que são as áreas de proteção integral ambiental”, disse.

Em seguida, a coordenadora técnica do Projeto – Fipe falou sobre as diretrizes a serem observadas nas leis de parcelamento, uso e ocupação do solo, como, por exemplo, na macrozona de uso consolidado é onde esses índices de uso e ocupação podem ser maiores para adensar a ocupação no sentido de otimizar a infraestrutura existente.

“Já na macrozona de uso sustentável nem pode haver uso e ocupação, e, se os municípios estiverem muito próximos de áreas de APP, de ativos hídricos, a densidade deve ser mitigada em função do ativo ambiental, e o instrumento que trata dessa mitigação é a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, explicou.

Ao fazer as diretrizes para as FPICs, disse que estão mostrando a intersetorialidade das políticas públicas. Portanto, os municípios, ao fazerem política de ordenamento territorial, devem observar que existe uma relação com a política de sistema viário e transporte público, com política de habitação, e a transversalidade deve acontecer, não sendo possível colocar área de habitação de interesse social em locais que não tem infraestrutura, ou que não tem viário para o deslocamento da população. “Esses limites serão colocados como conteúdo mínimo do PDUI, mas o detalhamento é de competência do município”, enfatizou.

Na sequência, apresentou o mapa da região que revela os eixos viários, indutores de centralidades da região, as manchas urbanas e como elas vêm se adensando devido aos loteamentos que vêm ocorrendo de 2010 a 2020 nas áreas urbanas. Disse que o macrozoneamento não vai contra essa tendência de ocupação apresentada na região com a rede de centralidades urbanas.

Em seguida, apresentou uma retrospectiva dos trabalhos, rodadas de discussões e os documentos gerados no processo de elaboração do PDUI até o momento, além das próximas etapas após esta reunião. Reforçou que todos os documentos, vídeos, apresentações, relatórios, incluindo o documento com o detalhamento da metodologia, critérios de classificação e análise das propostas recebidas, a apresentação e o áudio desta reunião da Câmara Temática, estão disponíveis na plataforma digital do PDUI-RMP (<http://rmp.sp.gov.br>)

Falou sobre o canal de comunicação, criado com a finalidade de dar transparência ao processo de elaboração do PDUI, facilitar a colaboração para além da equipe técnica, e ser um canal para o atendimento de demandas vindas dos municípios e sociedade civil.

Na sequência, fez um balanço dos resultados das audiências públicas no que diz respeito às propostas recebidas, à metodologia adotada e aos critérios para classificação, análise e aceitação das propostas, objeto central da reunião.

“Em suma, foram recebidas um total de 57 propostas, sendo 35 do poder público e 22 da sociedade civil, das quais 24 foram aceitas, 23 aceitas parcialmente e nove não aceitas”, revelou. Disse ainda que nesta região houve maior equilíbrio entre propostas do poder público e da sociedade civil e, como exemplo, mencionou que para o Vale do Paraíba e Litoral Norte, 2/3 das propostas partiram da sociedade civil, e para a região de Franca, 90% das propostas vieram do poder público.

Finalizou sua apresentação dizendo que o detalhamento das propostas está disponível para consulta e análise na plataforma digital, nos Produtos 9 e 12. Para dar continuidade à apresentação, passou a palavra à coordenadora de Unidade Regional para que fizesse suas considerações a respeito das propostas aceitas e não aceitas.

A coordenadora iniciou a apresentação falando sobre como se deu a distribuição das propostas, o balanço das aceitas, aceitas parcialmente, não aceitas e justificativas, e o aproveitamento nas propostas preliminares apresentadas na audiência pública, e as propostas que suscitaram novas propostas.

Explicou que as propostas recebidas foram desmembradas, pois algumas delas, principalmente do poder público, apresentaram anexos com propostas de temas diversos ou detalhamento sobre um mesmo tema. Assim, considerando as propostas desmembradas, o número de propostas recebidas ao final, perfaz um total de 115, praticamente o dobro do número inicial.

Sobre as propostas aceitas e aceitas parcialmente, reforçou o que disse a coordenadora Técnica do Projeto – Fipe: por vezes, a proposta recebida se apresentava completa, logo, era aceita e contemplava outra proposta já existente. “Em outros casos, mesmo estando desmembrada, apenas uma parte da proposta pode ser aproveitada. Ainda sobre as propostas desmembradas, explicou que foram feitas requalificações/reclassificações temáticas, como, por exemplo, propostas submetidas sob o tema planejamento e uso do solo, que, no momento do desmembramento, constatou-se que pertenciam ao tema do desenvolvimento econômico”, disse.

Considerando o desmembramento e reclassificação, o tema de desenvolvimento econômico e atendimento social foi o que recebeu o maior número de propostas e a maioria delas foi aproveitada em temas que já haviam sido apresentados nas audiências públicas.

No tema planejamento territorial e uso do solo, informou que todas as 9 propostas foram aceitas após a reclassificação e que a maioria delas diz respeito a contribuições para diretrizes do macrozoneamento, sendo que algumas foram aceitas parcialmente, e outras, integralmente.

Em relação ao tema transporte e sistema viário, das propostas recebidas, apenas três não foram aceitas e as que foram aceitas estão abrigadas em propostas preliminares que foram elaboradas a partir dos trabalhos técnicos, de estudos e levantamentos e a partir das discussões nas oficinas regionais e nas reuniões com as secretarias estaduais.

Sobre meio ambiente, saneamento e recursos hídricos, a coordenadora disse que foi o segundo tema com maior número de propostas, e, após desmembramento e reclassificação, resultou em 31 propostas, sendo que 68% delas foram aceitas.

“Neste total, incluem-se propostas apresentadas preliminarmente nas audiências públicas, e propostas que engendraram novas propostas”, disse.

Sobre as propostas não aceitas, falou sobre os sete critérios utilizados que determinaram a não aceitação de propostas: J1 – não possui abrangência regional; J2 – falta de aderência com as funções públicas de interesse comum expressas na lei de criação de UR (cada UR tem uma lista de FPICs que, no caso de Piracicaba, são 9); J3 – tema associado à política de saúde, educação ou segurança pública, que foge à competência do PDUI; J4 – são de competência de outra instância, seja federal, de agência reguladora ou do Tribunal de Contas, ou seja, fogem às competências do PDUI; J5 – tema regulado por lei federal ou lei municipal, não sendo de competência do PDUI; J6 – tema que, embora possa ter caráter metropolitano, é vinculado a uma política estadual, não sendo de competência do PDUI; J7 – tema que exige emenda constitucional.

Reforçou que a íntegra do balanço das propostas, metodologia, critérios de aceitação e justificativas estão disponíveis nos Produtos 9 e 12, na plataforma digital do PDUI de Piracicaba.

Sobre as propostas não aceitas, citou:

- Tema desenvolvimento econômico e atendimento social: 22 propostas, como, por exemplo, recuperação do centro de lazer do trabalhador; investimento em equipamentos de turismo em Analândia ou; centro de instrução de voo, propostas muito específicas, ou particularizadas. Outros exemplos, são propostas para horário de comércio para revezamento, tema que é regulado por lei de outra instância.

Reiterou que os temas da saúde, segurança, e mesmo mineração, são temas afeitos à política regional e podem ser tratados no Conselho de Desenvolvimento, mas não obrigatoriamente entram no PDUI em sua totalidade.

- Tema transporte e sistema viário: três propostas não aceitas por serem de competência de outra instância.
- Tema meio ambiente, saneamento e recursos hídricos: 10 propostas não aceitas pela justificativa J4 de competência de outra instância, J5 por ser de competência e legislação federal. Citou como exemplo uma proposta para licitar usina de produção de gás de lixo orgânico na região; poda de árvores; criação laboratório de especialização em toxicidade de recursos hídricos, pois não fazem parte das competências do PDUI.

“Contudo, existe a proposta de elaborar um plano de resíduos sólidos, o que não impede uma discussão de reaproveitamento do gás do lixo ou outros, nesse contexto”, disse.

Na sequência, falou sobre as propostas recebidas ‘aceitas’ ou ‘aceitas parcialmente’ e acolhimento pelo PDUI que mostra a importância da contribuição recebida e sobre as propostas preliminares apresentadas nas audiências públicas, assim como a versão preliminar do macrozoneamento.

Ressaltou que tais propostas foram abrigadas em propostas já existentes e suscitaram novas propostas que estão sendo incorporadas ao trabalho. Citou que no tema desenvolvimento econômico e atendimento social foram acolhidas 34 propostas, sendo 14 delas relativas ao turismo.

Destacou a questão da intersectorialidade, mencionada anteriormente pela coordenadora técnica do Projeto – Fipe, em que uma proposta serve a mais de um tema. Sobre as propostas, disse que serviram para aprimorar e complementar outras, como ciclo rotas, transporte entre pontos turísticos, dentre outras, que serão agregadas às propostas preliminares já existentes.

Sobre a proposta recebida para a questão de fomento da produção agrícola para uso sustentável, disse que foram recebidas muitas contribuições para assuntos relacionados ao meio rural e à questão agrícola, o que resultou em complementação de propostas já existentes e criação de novas propostas.

Falou ainda sobre contribuições que trouxeram demandas relativas a procedimentos e rotinas de compartilhamento de experiências municipais de gestão, governança, tecnologias, voltadas para construção de ações coordenadas, o que traria um ganho de eficiência, as quais foram abrigadas em novas propostas de governança metropolitana.

No que diz respeito ao tema planejamento territorial e uso do solo, disse que todas as propostas foram aceitas, sendo que a maioria diz respeito a diretrizes que foram abrigadas, complementadas às diretrizes do macrozoneamento já proposto.

Dentre estas, algumas ajudaram a criar duas propostas: uma delas, de governança, e outra, de estratégia de criação de um sistema de áreas verdes e áreas protegidas, que também figuram no tema meio ambiente.

Citou outras propostas recebidas, que dizem respeito à função social da propriedade e dos imóveis ociosos, que, de certa forma, foram incorporadas às propostas já existentes.

No tema transporte e sistema viário, foram aceitas 16 contribuições, todas abrigadas em propostas já existentes, sendo 8 delas relativas a duplicação de trechos, anéis viários, contornos de municípios, recuperação de marginais, segurança de trânsito, desvio das cargas perigosas, e que foram incorporadas na proposta 'promoção de ajustes no sistema viário metropolitano para mitigação dos conflitos entre tráfego rodoviário e tráfego local'.

Outro grupo de contribuições diz respeito ao transporte municipal e intermunicipal, as quais serviram para contribuir e expandir outras. Falou ainda sobre o recebimento de proposta que foi abrigada a uma já existente, que trata de estratégia de gestão da mobilidade regional e criação de um plano de mobilidade.

Lembrou que propostas do tema de transporte foram abrigadas também no tema de desenvolvimento econômico, pois tratam de transporte entre os equipamentos de turismo.

Sobre o tema meio ambiente, saneamento e recursos hídricos, foram aceitas 20 propostas que tanto foram abrigadas em propostas já existentes quanto geraram novas propostas. Destacou, então, sete propostas relativas à gestão dos resíduos sólidos que serviram para aprimorar a proposta relativa ao meio ambiente já existente para elaborar um plano regional de resíduos sólidos para a região metropolitana.

Outras sete dizem respeito à proposta de promoção da preservação e conservação dos fragmentos florestais nas unidades de conservação já existentes. Sobre as novas propostas, ressaltou aquela que gerou uma estratégia de criação de um sistema de áreas verdes e protegidas, apresentada no tema do planejamento territorial e uso do solo, ao mesmo tempo em que contribuiu para a estratégia de ação metropolitana.

A coordenadora técnica do Projeto – Fipe reiterou que todas as reuniões ocorridas ao longo do processo participativo são gravadas e disponibilizadas na plataforma digital do PDUI da respectiva região. Mesmo as reuniões demandadas pelas prefeituras e secretarias individualmente pelo e-mail pdui@Fipe.org.br são gravadas para prestação de contas da transparência deste processo para o Ministério Público.

Disse ainda que, com base nas gravações, são elaboradas as memórias das reuniões que também ficam disponíveis nas plataformas. No caso das oficinas regionais, algumas transcrições vieram em inglês, mas os áudios estão em português e todo esse material está disponível na plataforma digital para o acesso de todos.

A prefeita de Analândia cumprimentou a todos e disse que, infelizmente, devido ao problema técnico ocorrido, dos 34 slides apresentados, viram apenas os três últimos. Disse ter sido uma pena porque o assunto é de interesse do município e que gostariam de ter feito perguntas pelo chat.

Em resposta ao município de Analândia, a coordenadora da Unidade Regional lamentou o problema já que sua apresentação citou o grande número de propostas submetidas pelo município, muitas foram aceitas, outras específicas para Analândia, como, por exemplo, a construção de um mirante. Ainda que seja uma proposta local, foi aceita por refletir uma ideia que será aproveitada dentro de uma proposta de rotas turísticas, como a construção de mirantes, e que a contribuição de Analândia foi muito rica.

A coordenadora técnica do Projeto – Fipe esclareceu novamente os limites do PDUI, pois muitas demandas que necessitam obras, dependem de projeto, de estarem inseridas em uma política pública, e o PDUI não faz política pública, não projeto de obras e muito menos o Conselho que vai deliberar sobre as prioridades do que será proposto no PDUI, tem possibilidade de fazer uma licitação. Disse ainda que para acontecer uma licitação no âmbito regional é necessária a constituição de um consórcio intermunicipal para determinado fim e, se esse consórcio tiver a participação do estado, um consórcio interfederativo, e o gasto que o consórcio deverá fazer terá que constar dos PPAs dos municípios e do governo do estado.

“O PDUI é um plano de diretrizes, cujo detalhamento e passo a passo é o cotidiano do funcionamento do Conselho, por meio das Câmaras Temáticas, que deverá dizer”, afirmou.

Citou ainda como exemplo que, de 100 propostas, são elencadas cinco para atuação nos primeiros cinco anos, e os municípios deverão elaborar um plano de intervenção, e apontar nos seus PPAs os custos e alocação para cada lei orçamentária para repasse ao consórcio, ou uma [inaudível] Sociedade de Propósito Específico (SPE) para determinado empreendimento regional.

Explicou que a SPE pode ter participação do privado, do público municipal e do estadual. Disse que o PDUI não faz intervenção, ele sinaliza desdobramentos de decisões que serão tomadas no âmbito do Conselho, informado pelos debates das Câmara Temáticas, constituídas ao longo do projeto.

Retomou a questão do mirante, dizendo que Analândia é um ativo ambiental da região, e pode ser que no plano de turismo que seja elaborado, inclusive junto com a Secretaria de Turismo, decidirem e descreverem o que caberá a cada município e os recursos poderão vir por tomada de crédito, ou de emenda parlamentar, de recursos vindos da própria secretaria, ou de outra forma em que as prefeituras decidam em prol do desenvolvimento econômico da região.

Outro exemplo citado foi o fato de possuírem ativo ambiental que interessa a todos. Existe a possibilidade de inserir Analândia em Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), e, neste caso, o

governo do estado transfere a prestação desse serviço em prol da questão ambiental, pagamento por estes ativos preservados.

São programas que existem e decisões de prioridades que são tomadas no âmbito do Conselho, e que o PDUI não hierarquiza diretrizes. “Quem decide são os prefeitos, os secretários de estado e a sociedade civil, que são informados pelos representantes das Câmaras Temáticas, constituídas a partir de deliberações do Conselho de Desenvolvimento Regional”, detalhou.

Lembrou ainda que os municípios podem solicitar, via e-mail, esclarecimentos mais detalhados, em especial, após a leitura dos documentos disponibilizados na plataforma digital.

O prefeito de Limeira cumprimentou a todos e disse que, devido ao problema técnico, praticamente todos os representantes de Limeira ficaram presos no link paralelo, e, conseqüentemente, perderam a apresentação. Disse que, para registrar, infelizmente, não faz ideia do que foi tratado na reunião, o que os impossibilitava de fazer qualquer questionamento.

A coordenadora técnica do Projeto – Fipe pediu desculpas em nome da equipe pelo contratempo, disse que o vídeo e a apresentação estarão disponíveis na plataforma digital do PDUI, e que a equipe fica à disposição para esclarecer qualquer dúvida ou questão.

Disse que o importante, para além desta reunião de devolutiva, é que, provavelmente, os participantes não tiveram tempo para leitura e análise dos Produtos 9 e 12 em que as questões apresentadas nesta reunião estão detalhadas, bem como a descrição da metodologia utilizada, documentos que também estão disponíveis na plataforma digital desde o mês de fevereiro.

O representante de Águas de São Pedro cumprimentou a todos, agradeceu a oportunidade de fazer parte desta reunião, e para fazer constar que grande parte do que foi apresentado já havia sido explorado em outras reuniões, que esta foi uma devolutiva, como disse a coordenadora técnica do Projeto – Fipe e que os colegas fiquem tranquilos.

Em relação ao material, disse que é muito rico e que ainda não haviam tido tempo para estudá-lo. Agradeceu novamente o trabalho de todos.

A coordenadora técnica do Projeto – Fipe agradeceu a colocação e pediu desculpas novamente pelo contratempo tecnológico, informou que a secretaria está passando por reformulações de TI, que na reunião de Ribeirão Preto também ocorreu um problema técnico, que são situações imprevisíveis e pede a compreensão de todos, que sempre que solicitado, é agendada reunião específica para esclarecimento das dúvidas.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu à prefeita de Iracemápolis e presidente do Conselho e reforçou que todos os documentos, a gravação e a apresentação da reunião estão disponíveis na plataforma digital da região.

A prefeita de Iracemápolis cumprimentou a todos, agradeceu a apresentação e disse que vai encaminhar o material para sua equipe para que possam estudá-lo, e que logo tudo estará resolvido.

A vice-prefeita de Cordeirópolis também agradeceu a reunião e aos participantes, disse que o município pode participar de várias reuniões, que, em boa parte, o prefeito pode estar presente e que a equipe da prefeitura está envolvida neste processo importante do desenvolvimento do plano regional. A prefeitura de Rio Claro agradeceu a atenção dispensada pela equipe, disse que estão

em processo de atualização do plano diretor em vigor, em um momento inicial de escutas públicas, pré-audiência pública para elaboração dessa proposta no executivo.

Disse que na reunião no dia anterior viram que existe compatibilidade entre a proposta do município com as diretrizes do que foi apresentado pela equipe da Fipe. Parabenizou pelo trabalho, pelo esforço empreendido, e que assim que tiverem os mapas elaborados, solicitarão outra reunião para verificar a compatibilidades.

A coordenadora Técnica do Projeto – Fipe agradeceu a participação e atenção de todos reiterando que o áudio e a apresentação e, posteriormente, a memória desta reunião estarão disponíveis na plataforma digital, e não havendo mais manifestações, encerrou a reunião.

A coordenadora da UR agradeceu a participação de todos, reiterou que as contribuições enviadas foram muito importantes, e que os municípios reconhecerão as suas propostas originais nas propostas estruturadas.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos também agradeceu a presença de todos e falou da importância da interação por meio da plataforma digital, do acompanhamento do trabalho que está sendo realizado pela Fipe.

Disse que em breve, no mês de abril, a pedido do prefeito Luciano, ocorrerá a reunião do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, em que se pretende falar um pouco mais sobre o PDUI, se não for possível a apresentação do caderno final, ficará para a próxima.

Lista de presença:

Município	Instituição	Cargo
Águas de São Pedro	Prefeitura	Assessor Jurídico
Analândia	Prefeitura	Assessora Especial
Araras	Secretaria de Habitação	Não menciona
Araras	Não menciona	Não menciona
Araras	Não menciona	Não menciona
Araras	Secretaria de Assistência Social	Secretário
Araras	Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura	Secretário
Araras	Não menciona	Não menciona
Araras	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Secretário
Capivari	Prefeitura	Prefeito
Cordeirópolis	Prefeitura	Vice-prefeita
Cordeirópolis	Atendimento Social	Secretária
Ipeúna	Prefeitura	Não menciona
Iracemápolis	Prefeitura	Prefeita
Iracemápolis	Coordenadoria de Meio Ambiente e Agricultura	Não menciona
Leme	Centro de Promoção Social de Limeira (CEPROSON)	Não menciona
Limeira	Planejamento Urbano e Uso do Solo	Secretário
Limeira	Meio Ambiente e Saneamento Ambiental	Secretária
Limeira	Habitação	Não menciona
Limeira	Desenvolvimento Econômico	Secretário
Limeira	Atendimento Social	Não menciona
Limeira	Não menciona	Não menciona

Município	Instituição	Cargo
Piracicaba	Sebrae	Não menciona
Pirassununga	Direitos Humanos, Cidadania e Justiça	Não menciona
Rio Claro	Arquivo Público e Histórico	Superintendente
Rio das Pedras	Prefeitura	Prefeito
Santa Maria da Serra	Prefeitura	Consultor
Não menciona	Não menciona	Não menciona
Campinas	Não menciona	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
São Paulo	Seade	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
São Paulo	Fipe	
São Paulo	SDR	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	
São Paulo	Fipe	

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Registro da reunião da Câmara Temática do PDUI-RMVPLN, que aconteceu no dia 17 de março de 2022

Pauta: Apresentação das análises técnicas das contribuições ao PDUI encaminhadas pelo poder público e pela sociedade civil durante o processo participativo.

Temas abordados:

- Planejamento Urbano
- Meio Ambiente
- Habitação
- Transporte
- Saneamento Ambiental
- Desenvolvimento Econômico
- Atendimento Social

Prefeituras participantes:

- Prefeitura municipal de Arapeí
- Prefeitura municipal de Caçapava
- Prefeitura municipal de Caraguatatuba
- Prefeitura municipal de Cruzeiro
- Prefeitura municipal de Cunha
- Prefeitura municipal de Ilhabela
- Prefeitura municipal de Jacareí
- Prefeitura municipal de Jambuí
- Prefeitura municipal de Lavrinhas
- Prefeitura municipal de Natividade da Serra
- Prefeitura municipal de Paraibuna
- Prefeitura municipal de Pindamonhangaba
- Prefeitura municipal de Piquete
- Prefeitura municipal de Potim
- Prefeitura municipal de Queluz
- Prefeitura municipal de Roseira
- Prefeitura municipal de São José dos Campos
- Prefeitura municipal de São Sebastião
- Prefeitura municipal de São Paulo
- Prefeitura municipal de Taubaté
- Prefeitura municipal de Ubatuba

Abertura:

A abertura foi feita pelo assessor da Subsecretaria Assuntos Metropolitanos, que agradeceu a presença de todos que participam em seus municípios. Cumprimentou a equipe da Fipe em nome da coordenadora técnica do PDUI e agradeceu mais uma vez todo o trabalho que está sendo realizado.

Explicou que a reunião tem o intuito de apresentar o resultado do trabalho da equipe da Fipe em relação às propostas que foram elaboradas e encaminhadas a partir das oficinas regionais e das

audiências públicas. “Inclusive, o prazo foi estendido para poder atender a todos os que pediram mais tempo”, disse.

Afirmou ainda que nessa reunião seria apresentada a análise das propostas que deverão compor o Caderno Final de Propostas. Em seguida, passou a palavra para a coordenadora técnica da Fipe, que iniciou sua fala dizendo que o intuito da reunião é apresentar aos municípios as análises realizadas do conjunto de propostas que foram recebidas, via plataforma digital, tanto do poder público quanto da sociedade civil com relação ao Macrozoneamento e às Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

Informou que a região do Vale do Paraíba e Litoral Norte encaminhou um número expressivo de propostas, muito mais da sociedade civil do que do poder público, em comparação com as outras regiões, que apresentaram mais propostas do poder público.

No entanto, esse volume de propostas apresentadas pela sociedade civil aglutinam um número estimado de 1/3 das propostas, mas ela se resume a uma mesma proposta, com pequenas diferenças.

“Trata-se de uma proposta relativa a um aspecto do litoral norte. No balanço que será apresentado vai aparecer um número enorme de propostas da sociedade civil, mas é a mesma apresentada por vários cidadãos, representantes de Organizações Não Governamentais”, esclareceu.

Feitos esses esclarecimentos começou a explicação do Balanço do Processo Participativo do PDUI retomando a fala do coordenador institucional do Projeto-Fipe durante as audiências públicas sobre o porquê está se fazendo o PDUI, qual é o seu escopo e quais são os conteúdos mínimos do Plano.

Explicou que o PDUI está sendo elaborado porque é uma exigência do Estatuto da Metrôpole, a Lei Federal que determina a elaboração do PDUI de forma conjunta e cooperada entre os entes federativos e com a participação da sociedade civil, cujos representantes a Fipe conseguiu identificar nessa região com o apoio da equipe da Agemvale e das prefeituras municipais que nos enviaram uma relação de entidades dos seus municípios.

Antes de ser enviado para a Assembleia Legislativa (Alesp) para virar lei, o PDUI precisa ser aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento de cada Unidade Regional, que é composto pelos prefeitos, secretários de estado e sociedade civil.

Depois disso, o governo do estado envia a proposta para apreciação e aprovação da Assembleia Legislativa. Na sequência da aprovação pela Alesp, as prefeituras terão um prazo para compatibilizar os seus planos diretores com as diretrizes do PDUI. “O Estatuto da Metrôpole também diz que, a despeito de ser um plano de desenvolvimento urbano integrado, deve abranger no município as áreas rurais e as urbanas”, explicou.

O conteúdo que o PDUI minimamente tem que tratar são as diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum, cujas leis de criação já estão ali estabelecidas, que são planejamento urbano, habitação, transporte, saneamento, meio ambiente e recursos hídricos, entre outros.

A perspectiva do macrozoneamento para essa unidade regional tem o caráter de sinalizar para as prefeituras quais são as diretrizes que devem ser observadas nos seus planos diretores, leis de parcelamento e uso do solo para minimizar desequilíbrios socioespaciais que essa região apresenta.

Nessas macrozonas, estão definidas diretrizes para parcelamento, uso e ocupação do solo para as articulações intersetoriais das políticas públicas para delimitação das áreas com restrição à

ocupação em função do ativo ambiental que ela representa e daquelas áreas que precisam de programa de regularização fundiária.

O conteúdo do plano também apresenta um sistema de acompanhamento e monitoramento para avaliar a execução das propostas, à medida que elas vão sendo implementadas.

Seguiu mostrando o eixo mais urbanizado da região, os ativos ambientais que estão protegidos e o poderoso sistema viário, ainda que o eixo da Dutra seja o mais dinâmico, há na relação perpendicular ao Eixo da Dutra um sistema viário que permite interconexões das demais cidades, propiciando interação entre elas.

Na sequência da apresentação, disse que traria uma rápida lembrança sobre o que foi o processo participativo até agora e até onde irá. “Em outubro, foi realizada uma rodada de reuniões com os municípios por meio de oficinas regionais. No total, foram 15 reuniões nas 5 Unidades Regionais que estão sendo tratadas pela Fipe. No caso do Vale do Paraíba e Litoral Norte, foram 5, uma para cada unidade sub-regional, e a partir daí foi gerado um produto com o registro dessa discussão, com áudio e memória, que é uma síntese do que foi debatido nas reuniões e sugere que revisitem o Produto 6, que está na plataforma digital da região. Nessas reuniões, foram discutidos os documentos Panorama Regional e a Leitura Unificada da Legislação Municipal, que são o nosso olhar do plano diretor e leis de uso e ocupação do solo municipais, legislações urbanísticas em geral”, detalhou.

Destacou ainda que a equipe tentou compatibilizar para que fosse possível ver, por meio dos conceitos que estão por trás de cada instrumento municipal, como é que poderia ser feita uma leitura que compatibilizasse esses conceitos, como se eles fossem uma transposição do zoneamento municipal para um zoneamento unificado, o que permitiu que fosse usado como um dos elementos da proposta de macrozoneamento na versão preliminar que levamos para discutir com vocês nas oficinas regionais.

Lembrou que nesse momento foi enviada uma ficha técnica dessa leitura do plano diretor e da Lei de Zoneamento e a nomenclatura que a leitura unificada trazia para que todas as prefeituras pudessem conhecer e para ver se de fato tinham a mesma compreensão que estava sendo proposta nesse documento.

“Nem todos os municípios deram devolutiva e os que deram ou pediram sugestões de ajustes, foram feitos. Com isso, é importante registrar que essa leitura unificada passou por uma validação das prefeituras. Nós encaminhamos e a própria Agemvale também encaminhou para todas as prefeituras”, disse.

Disse que também foram realizadas reuniões específicas sobre demandas que foram feitas por algumas prefeituras. Deu destaque para as prefeituras de São José dos Campos e Jacareí, e que as coordenadoras poderiam lembrar de outras reuniões que foram chamadas. “Também foram realizadas reuniões com a sociedade civil para esclarecimentos sobre a proposta da Fipe. Essa foi a etapa das oficinas regionais”, disse.

Falou ainda do que aconteceu no mês de novembro quando foi realizada uma rodada com instituições do governo do estado para discutir com os setoriais, tendo como pauta exatamente o que foi discutido com as prefeituras e com a sociedade civil. “Foram realizadas reuniões com as Secretarias de Habitação, de Infraestrutura e Meio Ambiente, de Agricultura, de Desenvolvimento Econômico, de Transportes Metropolitanos, de Transportes e Logística. Ou seja, houve debates

com secretarias e órgãos a eles vinculados, que tratam das políticas setoriais, do ponto de vista da ação do estado”, afirmou.

Lembrou que os debates podem ser consultados no **Produto 8**, disponível na plataforma digital, onde estão registrados o áudio dessas reuniões e as memórias.

O passo seguinte foram as audiências públicas, no final de janeiro, que aconteceram no formato híbrido. No caso do Vale do Paraíba e Litoral Norte, aconteceram em fevereiro. “Foram 5 reuniões presenciais, com restrição de número de pessoas presentes em função do momento sanitário por causa da pandemia de Covid-19 e com transmissão on-line por meio do canal do YouTube da Secretaria de Desenvolvimento Regional, onde foi possível a participação mais ampla de outras pessoas. A memória e o áudio dessas audiências estão registrados no Produto 11 para conhecimento e avaliação”, informou.

Explicou que nessas audiências públicas foram distribuídos formulários próprios para que a sociedade civil e o poder público apresentassem propostas porque precisávamos dos registros das propostas para a realização das análises.

“Neste momento, estamos debatendo os resultados de análise das contribuições no âmbito das Câmaras Temáticas do PDUI. Para tanto, foram convidadas as prefeituras e a sociedade civil, com a diferença de que, para as prefeituras foi solicitado aos prefeitos que indicassem representantes de 7 temas: planejamento territorial e uso do solo; meio ambiente, saneamento, recursos hídricos, transporte, desenvolvimento econômico e atendimento social, ou seja, os temas que o PDUI deve cobrir”, revelou.

Informou que boa parte das prefeituras indicou técnicos que hoje estão aqui representando suas prefeituras, no âmbito da Câmara Temática do Plano.

Nessa reunião será apresentado o retorno da análise sobre as propostas recebidas e como elas contribuíram para que a equipe da Fipe pudesse avançar na construção das propostas estruturadas que vão fazer parte de um caderno que será um anexo da Lei do Plano. Essas propostas constam do **Produto 12**, que mostra o caminho percorrido.

“Agora estamos na fase de reescrever as propostas que estavam no Caderno de Insumos para Estimular o Debate, das audiências públicas. Após as audiências públicas, esse caderno virou um produto chamado Propostas Preliminares que é o Produto 10 e que está na plataforma digital da RMVPLN para consulta”, disse.

Na reunião de hoje da Câmara Temática, vamos mostrar quais foram os aproveitamentos, destacar alguns e como isso foi feito, assim como vamos apresentar as justificativas daquelas propostas que não foram aceitas.

Tudo isso passou por critérios objetivos e, para conhecer a metodologia de análise, com os critérios que foram usados para essa devolutiva que estamos fazendo hoje, é preciso consultar os Produtos 9 e 12.

O próximo passo será uma reunião em abril com o Conselho de Desenvolvimento Regional para apresentar o Caderno Final de Propostas. Assim que tiverem conhecimento será feita a minuta de lei com seus anexos sobre o macrozoneamento e as suas diretrizes e as propostas estruturadas das FPICs, para ser deliberado, provavelmente a partir de julho, pelo Conselho de Desenvolvimento

to Regional, e assim que for aprovado, o governo do estado encaminhará esse anteprojeto de lei para a Assembleia Legislativa apreciar e aprovar a Lei do PDUI.

Ressaltou que essa foi a rodada de discussão de documentos gerados e de como o processo participativo se deu, o que e com que segmentos a equipe da Fipe interagiu. “Essa explicação é para retomar um pouco daquilo que boa parte de vocês participou”, disse.

Destacou que a criação da plataforma digital teve como objetivo criar um canal de comunicação que desse transparência ao processo de desenvolvimento do PDUI, disponibilizando notícias, agendas de reuniões, documentos que eram produzidos e entregues à Secretaria de Desenvolvimento Regional para aprovação e todo material que foi usado nas oficinas regionais, nos grupos de trabalho, nas audiências públicas, além dos formulários, conforme já foi falado.

“Disponibilizamos, desde o início, um e-mail de contato para atendimento das demandas específicas de quem estava acompanhando o processo de construção do PDUI e, com isso, nos sentimos muito confortáveis por estarmos com um canal de transparência e de interlocução para essa construção compartilhada”, disse.

O passo seguinte será apresentar a devolutiva de todas as propostas que foram apresentadas ao longo do trabalho e registradas nos formulários. Cada proposta recebeu um número e a ela foi atribuído o tema em que ela se inseria, o subtema que ela tratava e o enunciado da proposta.

Ao consultar o Caderno 9, poderão ver que essa identificação pode ser considerada um ID de cada proposta. Feita a identificação, a etapa seguinte foi ver se a proposta se enquadrava nos critérios adotados.

“Os quatro primeiros critérios eram determinantes, em função daquilo que está no Estatuto da Metrópole, ou seja, ser uma proposta de abrangência regional, e não uma proposta para atender um município. Ter aderência aos temas do PDUI colocados no início dessa reunião, para ter concordância com os temas gerados nas análises feitas que estão nos Produtos 5 e 7, que é o Panorama Regional e o Diagnóstico, que recupera a proposta preliminar do Macrozoneamento. Depois, as análises foram mais refinadas, a partir da avaliação da existência de intersetorialidade com alguma outra proposta”, explicou. Citou como exemplo as propostas do sistema viário, que estavam ali para atender dinâmicas do desenvolvimento econômico ou propostas de habitação, estavam ali para resolver problemas de assentamentos em lugares inapropriados ambientalmente, o que tem a ver com o uso e ocupação do solo.

Explicou que tudo foi analisado para identificar se as propostas apresentadas guardavam alguma intersetorialidade e, a partir disso, procurou-se saber se a proposta se tratava de uma estratégia de ação ou de um plano de ação, porque é isso que o PDUI vai focar.

“Então ele vai apresentar diretrizes, estratégias de ação e quais são os planos de ação que o Conselho de Desenvolvimento Regional deverá desenvolver a partir da aprovação do PDUI. Continua explicando o balanço e diz que o item 7 da apresentação trata da incorporação ao macrozoneamento e os 3 últimos itens mostram desmembramentos. Se a proposta foi desmembrada, se a recebemos integralmente, ou se foi feita uma substituição”, destacou.

Explicou, ainda, que esse processo aconteceu porque muitas propostas vieram com um tema que se desmembrava em vários subitens, o que podia ser visto na apresentação da coordenadora do PDUI da RMVPLN.

“Às vezes, o número da proposta aparece com desdobramentos para A, B, C, D, E, etc. até os vários desmembramentos identificados das várias subpropostas que foram incorporadas numa determinada proposta identificada com um único número. Por essa razão, estamos considerando se ela era passível de desmembramento ou não”, afirmou.

Explicou que o critério 9 identifica se a proposta foi recebida integralmente e o 10 é um critério de substituição porque, às vezes, a proposta poderia atender especificamente, frente à sua redação, aqueles princípios da aderência do PDUI ou da concordância com temas gerados, mas ela nos suscitou a possibilidade de ser apresentada como uma nova proposta porque não estávamos atentos para aquele tema.

“A partir dessa classificação, temos como resultado as propostas que foram aceitas, as não aceitas e as aceitas parcialmente. Boa parte se deve aos desdobramentos porque a pessoa faz uma proposta e às vezes tem temas que não dizem respeito ao PDUI, então ela é parcialmente aceita porque alguns desses critérios não se enquadravam naqueles 4 iniciais”, disse.

Na sequência, apresentou os critérios de análise das propostas recebidas de forma mais abrangente. Continuou apresentando o quantitativo do balanço das propostas recebidas. A região recebeu 225 propostas, sendo que 186 vieram da sociedade civil e 39 vieram do poder público. Desse conjunto, 11 foram aceitas integralmente, 58 foram aceitas parcialmente e 156 não foram aceitas. Boa parte dessas não aceitas tem a ver com as repetições da mesma proposta.

A seguir, a coordenadora técnica passou a apresentação para a coordenadora do PDUI da RM-VPLN para expor o detalhamento do balanço das propostas recebidas por tema, desdobrando um pouco esse quantitativo, mostrando quais foram as propostas e a identificação delas.

A íntegra da apresentação está disponível na plataforma digital em <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>. A coordenadora do PDUI-RMVPLN fez a apresentação do balanço das propostas recebidas, e, após a apresentação, foi aberto o debate.

A coordenadora técnica – Fipe sinalizou que aguardava o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos para abrir o debate e aproveitou para esclarecer uma dúvida de uma arquiteta que não localizou no P12 o conteúdo da sua proposta.

A coordenadora esclareceu que no P12 tem o número da proposta e que no P9 é possível identificar qual é a proposta, e explicou que as propostas estão numeradas para que todos possam ver o processo de como elas migram ao serem apresentadas, analisadas e incorporadas.

Perguntou aos participantes se tinham alguma dúvida sobre a apresentação e avisou que, assim que terminasse a reunião, o PowerPoint estaria disponível na plataforma digital para todos revisarem com calma esse resumo da análise.

“A análise completa está nos Produtos 9 e 12 e é muito importante olharem porque ali estão as explicações metodológicas do percurso adotado tecnicamente para fazer essas análises. Mas, de qualquer forma, estamos abertos a ouvi-los”, avisou.

O representante do Fórum Popular de Políticas Públicas Sustentáveis cumprimentou a todos e disse que encaminharam uma proposta e que, pelo que estava entendendo, a mecânica de como fazer as propostas não estava muito clara no site e disse que para eles o prazo foi muito exíguo porque ficaram sabendo da existência desse processo na audiência pública do dia 7 de fevereiro.

“Tivemos apenas uma semana para elaborar. Foi encaminhada uma proposta bastante ampla e estou tentando entender, olhando para o P9. Acredito que vocês sabem qual proposta eu estou falando. Vocês disseram que vieram várias do Litoral Norte, essa era bastante ampla sobre o processo de participação e controle social, que ao nosso ver foi extremamente deficitário. Ainda continuamos com algumas propostas quanto ao enquadramento de certas áreas dentro do PDUI, ou seja, Não mencionamos aqui o ZEE, mas usamos ele como apoio para explicar o porquê consideramos o enquadramento de um número de áreas, particularmente na parte Norte do município como áreas de consolidação urbana, era um enquadramento errôneo. Não respondia nem ao que diz o ZEE e muito menos às características existentes nesses territórios. Fizemos algumas propostas e reclamamos a respeito da não inclusão de algumas comunidades tradicionais. Elas existem, e o fato delas nem sequer serem mencionadas nos chamou atenção, especificamente, a Aldeia Indígena Renascer, a Aldeia Guarani e o Quilombo da Fazenda Picinguaba. Gostaria de entender e pergunto se vocês dividiram essa proposta ampla e quais os números atribuídos a elas? Porque, do jeito que foi apresentado, nós não conseguimos identificar se foi aceita, se foi aceita parcialmente ou rejeitada”, questionou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN agradeceu o envio de um conjunto grande de propostas, que foram desmembradas para poder dar um encaminhamento para cada uma delas. Explicou que, na questão das comunidades tradicionais e dos quilombos, o próprio Fórum fazia menção de que em alguns deles não havia uma delimitação espacial.

“Aproveitando a oportunidade para conversar entre as audiências, que se encerraram no dia 4 de fevereiro e esta reunião de hoje, 17 de março, nós tivemos uma reunião com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, porque ali estava também citado, se não me engano, na mesma proposta, que alguma dessas comunidades teria uma questão com a Fundação Florestal. Nós, inicialmente, colocamos aquelas que conseguimos localizar nos mapeamentos e que estão citadas no Macrozoneamento. Colocamos na macrozona mais restritiva que é a macrozona de preservação ambiental, porém, ao comentarmos com a SIMA, eles fizeram uma observação que consideramos pertinente sobre o trabalho de elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do Litoral Norte, quando uma comunidade quilombola do município de Ubatuba pediu para que a área deles não fosse incluída na zona ZEE que agora é ZEEC, costeiro, para distinguir do estadual e não tivesse na zona mais restritiva que é a Zona 1, o ZEEC vai de 1 a 5, porque eles queriam ter a oportunidade de fazer alguma atividade e não ficar em uma condição muito engessada. Como não encontramos um mapeamento dessas comunidades que você cita, e vocês mesmo apontam que algumas não têm esse mapeamento, estamos encaminhando a retirada dessas comunidades dos territórios quilombolas e terras indígenas do macrozoneamento para inseri-las no tema das Funções Públicas de Interesse Comum. Terão o mesmo tratamento, o mesmo reconhecimento e evitamos errar em não considerar uma e não outra. Isso foi o que pensamos, especificamente, na análise dessa proposta relativa às comunidades tradicionais”, explicou.

A coordenadora técnica – Fipe disse que o representante do Fórum Popular de Políticas Públicas Sustentáveis queria identificar o número da proposta dele e como foi classificada, ao que ele respondeu que havia entendido que a coordenadora tinha feito um pedido pelo site de como saber os números das propostas referentes ao que foi solicitado porque, segundo explicou, ao olhar no **P9**, uma das partes que para eles era muito importante é a questão da atribuição de uma série de microáreas, em torno da área da região metropolitana que são áreas grandes, mas que estavam incluídas em áreas de Uso de Consolidação Urbana.

“Como uso urbano, existe uma série de áreas no extremo norte do município de Ubatuba. Então, estamos falando de áreas que são extremamente preservadas, algumas habitadas, mas com pequenas vilas, não dá para considerar aquilo uma área de consolidação urbana, porém, elas estão inseridas exatamente nessa Zona de Consolidação Urbana. O ZEE delas é Z2 ou Z3 e, em alguns casos, não poderia nunca ser classificada assim porque uma entra em conflito com a outra porque teria uma área de consolidação urbana dentro de uma Z2 do ZEE. É contraditório e não vou falar os nomes das áreas porque para vocês não faz sentido, mas elas são inteiramente áreas rodeadas por áreas de uso sustentável e, de repente, aparecem essas pequenas manchas que para nós chama muito atenção porque são sempre próximas às praias e onde há um grande interesse de desenvolvimento imobiliário. Então, para nós, isso nos pareceu bastante chocante e nós expressamos isso naquele documento, mas não consigo identificar se essa parte da proposta foi encaminhada ou não. O que eu entendi da sua resposta é que vocês encaminharam a proposta para que seja revista de forma geral a situação das comunidades tradicionais e o próximo representante que vai falar é diretamente um representante de comunidades tradicionais. Eu acredito que ele vai insistir nessa questão”, enfatizou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN complementou que a proposta é que as comunidades tradicionais sejam tratadas na nova proposta do PDUI de uma outra forma, para que não se incorra no erro de deixar algum desses territórios de fora.

“Vamos fazer uma nova redação, que apresentaremos na reunião de abril, contemplando essa questão das terras indígenas e dos territórios quilombolas, cuja delimitação espacial não temos”, disse.

O representante do Fórum Popular de Políticas Públicas Sustentáveis pediu desculpa pela interrupção e enfatizou que, no caso da demarcação, a delimitação existe, ela só não está titulada. “O desenho existe, o que não existe é a oficialização desse desenho, via demarcação, mas ele já está em vários processos específicos, um reconhecido pela Funai, e no caso do Quilombo e da Fazenda Picinguaba existe um conflito na titulação com a Fundação Florestal. O desenho existe”, disse.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN (Fipe) esclareceu que a fonte da equipe da Fipe foi o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), que tem os relatórios técnicos e científicos dos territórios quilombolas, o Sistema da Fundação Seade, o GeoSeade, e a base de dados Emplasa/IGC, e propôs marcar uma reunião com as entidades envolvidas com esse tema para avaliar uma forma mais apropriada de abordar a questão das comunidades tradicionais.

“Com relação às divergências com o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro do litoral norte, também por conta das propostas de vocês e de outras entidades do litoral, fizemos essa mesma reunião com a SIMA e estamos fazendo uma revisão para que o nosso macrozoneamento regional esteja em sintonia, considerando todas as zonas e as diretrizes do ZEEC. Eles fizeram uma proposta que nós estamos incorporando e apresentaremos na reunião de abril que deve atender exatamente essa demanda de vocês, as Zonas 2 e 3 estarão na nossa macrozona do Uso Sustentável”, afirmou.

Disse, ainda, que, provavelmente, a avaliação preliminar veio de alguma informação que foi mapeada pela equipe dos planos diretores municipais. “Muitos deles são muito antigos, anteriores ao Zoneamento Ecológico Econômico de 2017. No litoral, só São Sebastião já fez a sua atualização e adaptação ao ZEEC-LN”, explicou.

O Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty, Ubatuba se apresentou como o Caiçara de Ubatuba e disse que representava o Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty, Ubatuba,

que é um movimento social formado para resolver as questões quilombolas e indígenas nessas 3 cidades e a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras que existem do Paraná até o litoral Sul Fluminense.

Disse ser biólogo, escritor, trabalha na Fundação Oswaldo Cruz em um programa institucional de apoio ao Fórum das Comunidades Tradicionais, chamado Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, e começou dizendo que, fazendo eco a algumas questões levantadas anteriormente, primeiro, sob o ponto de vista comunitário de povos tradicionais caiçaras, quilombolas, indígenas, não via os caiçaras citados e isso no estado é recorrente, nunca citam os caiçaras que são povos tradicionais e estão no Decreto nº 6.040, de 2007.

Levantou ainda que toda atividade, de qualquer natureza, feita em território tradicional, tem que ter a consulta livre, prévia e informada da Comissão 69 da Organização Internacional do Trabalho. Observou que o processo participativo em si, que o estado sempre propõe e impõe, na verdade, não é considerado por eles um processo participativo, amplo, abrangente e democrático.

“Esse debate não chegou às comunidades tradicionais a não ser alguns dias antes da audiência pública de Caraguatatuba, da qual não conseguimos participar por problemas com a Internet que, muitas vezes, não chega aos povos tradicionais. Ele próprio que mora em Camburi, na divisa dos estados de São Paulo e Rio em um quilombo, que é uma comunidade caiçara, teve dificuldade de acesso”, disse.

Afirmou que não estava desmerecendo o trabalho de ninguém, obviamente, nem fazendo nenhum tipo de acusação pessoal, mas essas são lacunas que o estado sempre incorre. Citou como exemplo o que aconteceu na rodada de debates quando se diz que propõe participação de comunidades tradicionais, são colocadas associações comunitárias que é diferente de movimento social.

“Mais uma vez, fomos excluídos do Gerco – Gerenciamento Costeiro em 2017, tanto quanto em 2006. O plano diretor de Ubatuba está defasado e agora está sendo feito um trabalho de pressão em cima da prefeitura para que ele seja revisado. Então, se pensa num macro em cima de um micro que não existe. Nada é efetivado, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, Conselho da Cidade, não está efetivado, a não ser pela luta do próprio Fórum de Políticas Públicas que está buscando essa construção junto à prefeitura. Mas, dentre essas colocações que faço em relação aos povos tradicionais, tem a questão do Gerco – Gerenciamento Costeiro onde foram colocadas algumas áreas, até mesmo de Z4, que não corresponde à realidade. O processo participativo, diálogo com as comunidades é diferente. O tempo é diferente. Nós não tínhamos sequer tempo para colocar essas propostas, embora se diga que está desde dezembro na plataforma, nós, enquanto movimento e nossos parceiros da Fundação Oswaldo Cruz, não tivemos acesso a essa informação”, disse.

Disse não saber quando começou a circular a informação entre grupos, se é uma semana antes da audiência pública e as propostas não se constroem sem o conhecimento do todo, é preciso analisar. “Como somos um movimento social, não existe uma única voz que decide, então é preciso um tempo hábil e é por isso que o tempo das comunidades é diferente. Muitas vezes, o estado, comumente, usa quando fala do caiçara que o indígena tem o marco legal da demarcação de terra, o quilombola quer a titulação do território, têm 4 km em Ubatuba e nenhum deles está titulado, embora estejam reconhecidos”, destacou.

Continuou dizendo que o desenho dessas áreas, embora não haja oficialidade por morosidade do estado porque o Itesp e o Incra têm todos os documentos, mas, essas duas instituições não aparecem no território há mil anos para dar satisfação de todos esses processos.

“Os caiçaras não têm um marco legal, mas ocupam de Caçandoca, citando a realidade de Ubatuba, até o Camburi. Todas as praias são caiçaras. Claro que o Centro, Itaguá e outras áreas urbanas consolidadas são realmente diferentes de Ubatimirim, onde há 30 anos se briga para fazer um condomínio, são áreas que são territórios tradicionais caiçaras, tanto na praia quanto no sertão. O sertão de Ubatuba é caiçara, e o de Puruba também. Inclusive fui lá, agora de manhã, para fazer um trabalho de regulamentação das fossas previsto na Resolução nº 89 da SIMA. Foi uma luta também dos povos tradicionais. É uma comunidade que existe, mas, nada disso consta nos mapas”, disse.

Prosseguiu dizendo que, enquanto movimento, o fórum estava fazendo um trabalho de cartografia social, que é uma condicionante da Petrobras que se eximiu de executar. Disse que, tecnicamente, se chama Projeto de Caracterização do Território Tradicional (PCTT), que foi batizado como Projeto Povos, que é justamente uma cartografia social de Angra, Paraty, Ubatuba, mas, na realidade do Estado de São Paulo, só em Ubatuba já fizemos do Camburi até a Barra Seca, que fica ao lado do Centro.

“Essa cartografia social prevê muito mais que uma cartografia geográfica, porque não é limitadora do território, mas uma questão histórico-social porque os conflitos estão sendo levantados, portanto, acho importante e ressaltar para concluir que as lacunas desses processos todos, seja do Gerenciamento Costeiro (Gerco), seja do PDUI, que estamos estudando, sejam resolvidas, ainda que ficamos sabendo há muito pouco tempo para poder exercer uma participação consistente. Os movimentos sociais não têm CNPJ, mas são representantes de uma área muito mais abrangente do que uma associação ou de uma comunidade. Nós representamos os povos caiçaras através da Coordenação Nacional Caiçara, assim como os quilombolas têm a Comunidade Nacional de Quilombolas, e ambos não sabiam desse processo”, destacou.

Destacou que o fórum das comunidades abrange esses três povos e, por isso, quis ressaltar a importância de eliminar essas lacunas de participação nesses processos. Citou como exemplo o Quilombo da Fazenda Picinguaba, que ficou fora, embora tenha a sua delimitação geográfica, definida pelos quilombolas muitas vezes muito aquém do que era realmente o território tradicional histórico.

“A pressão faz com que as pessoas definam de maneira menor do que é realmente. O próprio Camburi é assim, o que é muito perigoso para as nossas comunidades. Para finalizar o debate sobre a questão dos caiçaras, pergunto: como ficam os caiçaras nessas questões todas, se eles estão de ponta a ponta de Ubatuba, em áreas mais consolidadas, como algumas praias citadas, inclusive a prefeitura já tem nove praias sob sua administração”, questionou.

Contou a experiência pessoal de que a praia onde vive, uma Unidade de Conservação de Uso em Proteção Integral e outras como Ubatimirim, Prumirim, Félix, não são praias em áreas consolidadas urbanas. “Elas têm os condomínios incrustados, através da intromissão dos anos 70 com muita especulação imobiliária, mas são povos e comunidades tradicionais caiçaras que nunca são citados, como hoje. Gostaria de saber como fica a situação das caiçaras e seus territórios”, insistiu.

Considerou que as lacunas de participação popular foram um pouco respondidas, mas não de forma suficiente. “Tem o problema da internet, embora os nossos movimentos tenham acesso, porém, os prazos são curtos e a falta de comunicação envolvendo tantas questões técnicas a serem estudadas. Lembro que nós temos vários técnicos em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, geógrafos, biólogos, advogadas, temos um corpo técnico muito bom, participando de conselhos, como da Marinha, no Parque Estadual e Nacional da Bocaina também. Então, a gente destaca e pede atenção para a não inclusão real dos nossos povos e comunidades tradicionais nesses processos”, enfatizou.

A representante do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty, Ubatuba pediu esclarecimentos de como encaminhar o agendamento da reunião.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN (Fipe) respondeu que a reunião pode ser agendada para a próxima semana, e sugeriu que a solicitação fosse encaminhada para o e-mail pdui@Fipe.org.br e na sequência será disponibilizado o agendamento.

“Esse esclarecimento já tinha sido sinalizado para a pessoa que solicitou, via chat, porque temos que prestar conta de toda atividade que fazemos sobre as demandas, inclusive para o Ministério Público, razão pela qual solicitamos que seja encaminhado oficialmente pelo e-mail”, destacou, e ainda esclareceu que o PDUI tem uma limitação para várias das questões apresentadas pelo representante do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty, Ubatuba.

A coordenadora esclareceu na oportunidade que, quando o trabalho foi iniciado, em agosto de 2021, foi elaborado um *mailing list* para identificar quem seriam os interlocutores da Fipe no processo participativo, seja das secretarias de estado do governo de São Paulo, seja no âmbito das prefeituras de cada unidade regional e da sociedade civil.

“Além disso, foi solicitado às prefeituras que indicassem os representantes da sociedade civil que eles se relacionavam mais facilmente. Portanto, esse mailing list é fruto dessa pesquisa, não só pela internet, mas também de indicação de prefeituras e algumas ONGs. É um mailing amplo atualizado continuamente. Estamos dando publicidade das audiências públicas e temos a clipagem do Vale do Paraíba que foi divulgado inclusive na TV e em vários sites das prefeituras”, disse.

Ressaltou ainda que a clipagem é a comprovação da realização dos eventos para se prestar conta para a Secretaria de Desenvolvimento Regional e dela para os órgãos de controle dessa ampla divulgação feita do processo participativo, das oficinas regionais e das audiências públicas. Observou que eles tiveram tempo de ler os documentos porque fizeram propostas que inclusive já foram incorporadas. “Recebemos propostas de quem faz parte do nosso mailing e de pessoas e entidades que não faziam parte e foram incorporados ao nosso mailing após as rodadas de debates, portanto, tem presença de novas instituições e de novas pessoas de prefeituras que não participaram de todos os processos anteriores. Ou seja, esse mailing list é complementado à medida que novas pessoas e instituições vão aparecendo nas rodadas de discussão, revelando a capilaridade do mailing. A atualização é permanente e o agendamento das reuniões sempre divulgados. A cada reunião, novas pessoas e instituições se apresentam e são sempre bem-vindas”, disse.

Lembrou ainda que todas as reuniões estão na plataforma digital e, após esse esclarecimento, voltou para o debate sobre o PDUI.

Afirmou que lidar com a população tradicional, seja ela quilombola, indígena ou caiçara, lidar com a pauta de representatividade, não é escopo do PDUI, e que a equipe reconhece os territórios demarcados oficialmente para aquilo que, oficialmente, se reconhece como direito.

Esclareceu que o PDUI não tem poder para demarcar áreas, sejam de caiçaras, sejam de quilombolas, sejam de indígenas, que isso extrapola a competência desse instrumento de planejamento que é o PDUI, e que era importante que ficasse claro porque está sendo reivindicado a participação de territórios que são de caiçaras.

A coordenadora enfatizou que esse não é o foco do PDUI, que não pode trazer para si uma competência que é do município e é estabelecida na Constituição Federal.

“O que o PDUI faz é um macrozoneamento regional, portanto, ele não particulariza município, ele dá diretrizes para que os municípios, ao reverem os seus planos diretores, do ponto de vista de impactos territoriais, observem as diretrizes que o PDUI está colocando, assim como, por exemplo, para a macrozona de uso sustentável, coloca-se uma diretriz que onde tem ativo ambiental ou ativo patrimonial e cultural as ocupações façam relatórios de impacto ambiental e de impacto de vizinhança, para que possam proteger esses ambientes”, explicou.

Destacou que a equipe técnica da Fipe não tem poder de controle de regulação que o Plano Diretor, a Lei de Zoneamento e a Lei de Parcelamento do Solo têm, já que são instrumentos de competência do município, portanto, a macrozona de uso urbano consolidado, no caso do Vale do Paraíba, de uso sustentável e de proteção ambiental é ampla o suficiente para englobar mais de um município.

“Ela não está particularizando o município, então é isso que precisa ficar claro para não parecer que podemos sobrepor a legislação municipal. O que podemos fazer é dar diretrizes para a reformulação e, do mesmo jeito, não podemos reconhecer territórios de populações específicas, porque essa é uma atribuição de um segmento da estrutura institucional que não é a Secretaria de Desenvolvimento Regional, por meio do PDUI”, esclareceu.

A secretária de Planejamento Urbano e Uso do Solo de Pindamonhangaba cumprimentou a todos e informou que esteve presente na reunião em Taubaté e lá foi feita a revisão do plano diretor da cidade, cujo projeto de lei foi aprovado na época.

“Quando apresentamos para vocês ainda era o plano de 2006, então, primeiramente, agradecemos pelas nossas considerações serem aceitas. Verificamos que foi considerada a questão da regularização fundiária e a questão do corredor verde, que foi aceito parcialmente. Mas, queremos entender um pouco mais como seria isso porque temos um terminal rodoviário que está prestes a ser finalizado e, com isso, achamos muito válido esse corredor verde passando por Pindamonhangaba”, disse. Acrescentou que existiam duas questões que não ficaram claras, se foram aceitas ou não: Smart Cites e a manutenção das estradas vicinais. “Ontem, em São José dos Campos, teve a certificação de Cidade Inteligente, e Pindamonhangaba será a próxima a ter o certificado junto à ABNT, diante de todas as questões de conectividade e tecnologia que temos investido no município, então, nós gostaríamos de só brifar essas considerações, nesse momento tão importante de discussão do PDUI”, disse.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN (Fipe) comentou sobre a proposta da área de interesse metropolitano do corredor verde metropolitano de transportes e explicou para quem não conhecia que foi uma proposta que surgiu nas reuniões, no ano passado, com o objetivo de aproveitar a faixa da linha de alta tensão que margeia a rodovia Dutra, para projetar um corredor de transporte metropolitano que vem de Jacareí e vai até Aparecida, com a possibilidade de ir além, mas, tem um problema de transposição depois de Aparecida.

“Na verdade, algumas propostas foram colocadas nessa condição de aceitação parcial, para avaliarmos onde ficaria, sub judice, para avaliar agora nessa etapa que nós estamos começando a partir da reunião de hoje para um refinamento, detalhamento, aprimoramento do Caderno Final de Propostas. Vamos avaliar como encaminhar essas propostas. Dizer que está aprovada, dá a impressão de que Pindamonhangaba vai estar nessa conexão. Achamos importante muitas delas, mas, colocamos nessa condição para fazer uma avaliação de como encaminhar essas demandas”, explicou.

Sobre a questão das estradas vicinais, disse que a manutenção é uma proposta bastante importante e uma demanda de vários municípios, e está sendo considerado avaliar nessa próxima etapa.

A coordenadora Técnica – Fipe esclareceu para a secretária que, com relação ao corredor, existe no Caderno de Insumos o prolongamento do corredor de São José até Aparecida e essa proposta já estava contemplada.

“Estar contemplada como uma proposta estruturada no PDUI não significa que ela seja implementada de imediato, porque o Conselho de Desenvolvimento Regional, depois que o PDUI estiver pronto, vai ter que definir as prioridades das escolhas de empreender em cada proposta, porque tudo isso vai impactar no orçamento dos municípios e no orçamento do governo do estado. Então, se o Conselho de Desenvolvimento Regional decidir que a prioridade das propostas apresentadas no PDUI é o corredor, estou falando como hipótese, terá que criar uma Câmara Temática de Transporte, negociar, inclusive com a Secretaria de Transporte Metropolitano, porque a EMTU vai ter que fazer parte. E aí vocês vão decidir quem vai financiar o projeto, porque a operação pode ser da EMTU, mas o projeto pode ter recursos dos municípios, ou de crédito que os municípios tomem junto ao BNDES, para poder empreender”, disse.

Lembrou mais uma vez que o PDUI apenas dá a diretriz, propondo uma articulação metropolitana para separar o trânsito rodoviário do trânsito metropolitano, do ponto de vista de transporte coletivo e faz uma articulação para vários fins, para melhorar o acesso à infraestrutura de saúde, educação, lazer da região, que não só usando o eixo da Dutra.

“Para isso virar a implementação é preciso lembrar que eu falei que uma das questões que nós vamos falar é sobre como implementar? Então, no documento final nosso, tem a governança para a implementação, ou seja, o que é preciso para que aquilo aconteça.

No PDUI, não podemos criar despesa no orçamento do estado, porque a despesa tem que ser compartilhada e para isso ela tem que ser uma decisão dos municípios e do governo do estado e ambos precisam incluir nos respectivos PPAs para que possam fazer frente a essa despesa”, disse.

Sobre cidades inteligentes, disse que essa é uma política do município e não uma política regional. “Cada município pode querer ter uma política de incorporação tecnológica na prestação dos serviços, do controle de tráfego, da iluminação, cidades inteligentes, tem várias vertentes, mas isso é uma política que tem que ser adotada pelo município e no âmbito do PDUI, não se pode impor despesa para o município isoladamente”, esclareceu.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos cumprimentou o prefeito de Jacaré e passou a palavra para ele.

O prefeito Jacaré agradeceu o convite, cumprimentou todos os participantes e apresentou duas preocupações. Uma delas foi sobre o critério definido pela equipe. O prefeito disse que, embora como diretrizes e demarcar todas as zonas, mapeando-as tanto de uso urbano, como de proteção, observa que, ao fazer essa demarcação, leva em consideração a demarcação legal.

No entanto, segundo ele, há uma deformidade muito grande no tempo e no instrumento entre todos os 39 municípios.

“É preciso pensar numa válvula de escape para a revisão municipal dessas demarcações. Se elas ficarem no PDUI, atrasadas no tempo e não atualizadas de acordo com o uso efetivo, essa diretriz será um impedimento para discussão e será um grande instrumento por parte de opositores para neutralizar essa revisão no âmbito municipal. Ou nós definimos e permitimos uma relativa margem de expansão dos usos não restritivos, ou definimos, de forma mais restritiva possível no as-

pecto geográfico, as zonas de proteção para deixar margens de relativa liberdade dos municípios mexerem de acordo com seus interesses e de acordo até com o uso legal, mas, não em conformidade com a lei, quando os planos não estão atualizados, por exemplo, aqueles municípios que não têm planos diretores atualizados, sobretudo, o papel que o plano do estado vai exercer de neutralizar essa discussão e criar um impedimento político legal e um argumento bastante forte para a neutralidade dessa discussão no âmbito municipal. Esse é o primeiro aspecto que precisamos estudar com mais carinho e tentar encontrar uma solução que dê essa margem de atualização das leis dos planos diretores, sem que o Plano de Desenvolvimento seja um instrumento inibidor ou impeditivo desta revisão permanente por parte dos municípios”, disse.

Outro ponto destacado por ele foi aproveitando a recente legislação federal, que praticamente transfere para os municípios as regras de uso e margem de proteção das beiras dos nossos rios, o Rio Paraíba e os seus afluentes, é preciso fazer um capítulo específico definindo minimamente essas margens num plano regional.

Com isso, segundo o prefeito, no plano regional, levando em consideração as margens do Rio Paraíba, que já estão num processo de total uso urbano, as que ainda estão situadas em zonas rurais ou zonas que não estão, ainda em uma ocupação e também os demais rios que formam a Bacia do Paraíba e Paraitinga da região humana como um todo, porque, se deixar para cada município definir, haverá relações divergentes, conflitantes.

“Vamos usar as margens dos nossos rios como uma espécie de mecanismo de guerra, de interesse de exploração econômica em imagens que devem ser preservadas. Então, me parece que a legislação regional deve exercer um papel, mais do que uma diretriz determinante para os municípios. São esses dois pontos que me parece que precisamos refletir um pouco mais, antes de fazermos essa discussão no Conselho de Representantes da Região Metropolitana”, ponderou.

A coordenadora técnica – Fipe esclareceu que, com relação às questões levantadas pelo prefeito, não se pode usurpar competência municipal enquanto PDUI para legislar sobre matéria urbana.

“Essa competência de dizer qual é o uso e qual é a taxa de ocupação e qual é o zoneamento do município, quem tem que fazer isso é o município. O que o macrozoneamento do PDUI faz é olhar para o território, ver a regulação incidente de diferentes naturezas, sejam as urbanísticas, sejam as ambientais e de outras naturezas. Olhar para esse território e ver qual é a dinâmica demográfica, econômica, social e ambiental, e fazer uma proposta de macrozoneamento, incluindo os conflitos que foram identificados nos limites do município”, destacou.

Acrescentou ainda que, na definição da localização de aterros sanitários, o município pode escolher colocar no limite do seu município, com impacto no município vizinho.

“Aí podemos definir uma diretriz para essa questão, mas não apontamos no PDUI onde esses aterros sanitários deverão ficar. Mas, chamamos atenção que a localização não pode impactar ativos ambientais, culturais e patrimoniais do município vizinho se ele está no limite. A mesma coisa, se o município vai criar no seu plano diretor uma zona industrial ou de desenvolvimento econômico, permitindo atividades poluentes, isso nem passa na Cetesb. Mas enfim, está no seu plano diretor. A gente chama atenção para este problema que o plano diretor e o zoneamento devem tratar. Então eu só queria registrar que nós não podemos, através do PDUI, usurpar as competências constitucionais com relação à legislação urbanística que são do município, sob pena do PDUI ser arguido da sua inconstitucionalidade”, enfatizou.

A coordenadora disse ainda que esse é um primeiro aspecto já que, com relação às áreas de preservação das margens, existe uma lei federal, então o PDUI não pode legislar em um assunto que não é competência do estado sobre ocupação de margens de cursos d'água.

“São esses limites que eu gostaria de esclarecer, e esclarecer um pouco as demandas específicas que a prefeitura de Jacareí fez através dos seus técnicos, no que diz respeito ao macrozoneamento, para ficar esclarecida essa defasagem temporal que o senhor se refere. O PDUI, segundo o Estatuto da Metrópole, deve ser revisto de 10 em 10 anos.

Então, os municípios que ainda não têm plano diretor, e que são muitos no Vale do Paraíba, terão 3 anos para fazer, a partir do PDUI, e aqueles que ainda estão fazendo ou que fizeram recentemente, podem olhar e avaliar as nossas diretrizes, como Pindamonhangaba, por exemplo, que acabou de aprovar o seu plano diretor e na conversa que fizemos com a prefeitura não há nenhuma contradição do que estamos propondo e aquilo que está no plano diretor aprovado recentemente. Quando fizemos a análise para apresentar essa proposta de macrozoneamento, Pindamonhangaba não tinha plano diretor, e com esse plano diretor, refizemos a leitura unificada e comprovamos que o que estávamos propondo não era incompatível e nem prejudicaria a versão atual do plano diretor de Pindamonhangaba”, acrescentou.

A coordenadora do PDUI-RMVPLN (Fipe) esclareceu ao prefeito e aos demais presentes que foi realizada uma reunião na semana anterior com a participação do prefeito e que eles tinham feito a proposta pela plataforma e reiteraram na reunião reencaminhando toda a documentação.

“A equipe fez uma avaliação técnica de tudo. Essa proposta diz respeito ao fato de que o município de Jacareí está hoje trabalhando com o plano diretor municipal de 2003. Não sou da área jurídica, mas foi legalmente impedido para poder continuar trabalhando com o plano diretor de 2013, ou seja, de 10 anos anteriores, impedido pela Justiça, por algumas razões específicas. Então, houve a solicitação para que avaliássemos a possibilidade de incorporar esse plano diretor de 2013 na nossa avaliação da documentação da ação direta de inconstitucionalidade. Verificamos que, ainda que tecnicamente, algumas daquelas áreas visivelmente, numa avaliação muito preliminar, através de imagens de satélite e de apoio de técnicos sobre o município, na região já existem ocupações urbanas. Mas, a ação legal mira, especificamente, a questão da exploração mineral, a questão de várzea e a questão da urbanização de áreas dos reservatórios, Jaguari e Santa Branca, e pelo nosso entendimento, na nossa avaliação também pudemos contar com uma avaliação jurídica disso de que nós estaríamos impedidos de poder adotar o plano diretor de 2013 por conta dessa ação direta de inconstitucionalidade que foi julgada procedente em 2018”, expôs.

Dessa forma, a coordenadora disse saber que a prefeitura de Jacareí está conduzindo um processo de revisão e atualização que, de uma certa forma, foi impactado com a pandemia e há um calendário deste ano já com uma agenda bastante intensa de trabalhos para poder encaminhar o plano diretor para a Câmara Municipal para aprovação.

“Vale registrar que o município de Jacareí tem, basicamente, duas grandes macrozonas na nossa proposta preliminar, que são as macrozonas de uso sustentável e de consolidação da urbanização. Na verdade, essa macrozona de uso sustentável, como foi comentado pela coordenadora técnica, no que diz respeito ao Litoral Norte, são diretrizes gerais. O macrozoneamento do PDUI definiu diretrizes gerais em um nível regional, e ela permite sim usos urbanos. Sempre exemplifico com uma área de proteção ambiental, uma APA. Eu tive a experiência de trabalhar na criação e implan-

tação da Área de Proteção Ambiental de Campinas, que pega 1/3 do município onde tem condomínios urbanos, núcleos urbanos, indústria, mineração, ou seja, tudo isso é possível dentro de uma APA. Então a nossa macrozona de uso sustentável tem uma característica semelhante”, afirmou.

Explicou ainda que, para quem não teve oportunidade de ler as propostas preliminares das diretrizes, ela é bastante flexível, permitindo todos esses usos que já estão hoje lá, no entendimento da equipe.

“Então, não seria uma camisa de força para o que já existe lá consolidado. Boa parte dessas demandas está nessa macrozona. Aliás, toda ela está nessa macrozona de uso sustentável, sendo que a macrozona de consolidação urbana está mais restrita às áreas urbanas do plano diretor de 2003, não é? Era esse comentário que eu queria fazer a respeito disso. O macrozoneamento não é uma camisa de força do PDUI para que as prefeituras elaborem os seus planos diretores municipais. Ele orienta essa grande função, como previsto no Estatuto da Metrópole”, reforçou.

O prefeito de Jacareí disse que a sugestão dele é que, nesse prazo dado de 3 anos, a equipe da Fipe coloque algum dispositivo que incorpore à macrozona regional as modificações feitas legalmente nos municípios, incorporação automática porque, dessa forma, os municípios poderiam retirar do plano o caráter permanente estável nos 10 anos de revisão do próprio plano.

“Como é o primeiro, e existem vários municípios que não têm plano atualizado, esse prazo inicial de 3 anos poderia ser um prazo dado aos municípios para adaptarem, atuarem ou fazerem essa modificação dos planos diretores municipais e essas modificações serem incorporadas ao plano estadual”, sugeriu.

A coordenadora técnica – Fipe esclareceu mais uma vez que não estão sendo feitos parâmetros urbanísticos na macrozona. “Estamos dando diretrizes para que os parâmetros urbanísticos sejam definidos pelas prefeituras através dos seus planos diretores e zoneamento”, enfatizou.

O prefeito de Jacareí disse ter entendido, inclusive foi o capítulo que ele mais leu porque tem interesse específico, mas ressaltou que entre o que está no papel e o que é interpretado pelos diversos atores, inclusive aqueles que não participam do processo de revisão, há uma distância muito grande.

“Então é só para vocês avaliarem a possibilidade desse prazo de três anos ser um prazo, inclusive para os municípios que não têm verem a possibilidade de incorporação ao plano regional naquilo que evidentemente, for espaço de compatibilidade entre os dois planos”, insistiu.

A representante do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty, Ubatuba disse não ter ficado claro para ela e queria falar sobre quatro questões. Uma é que não ficou claro como localizar a proposta enviada por eles no P9 porque não conseguiu localizar as propostas enviadas pelo fórum.

Outra questão vai no sentido do que foi colocado pelo prefeito de Jacareí sobre o plano não poder fazer nenhuma regra urbanística porque é função do município. Segundo ela, isso gera uma confusão e citou como exemplo o fato de existir áreas definidas pelo PDUI como urbanas consolidadas e ser conhecido que não é uma área urbana consolidada.

Ela exemplificou o que acontece no município de Ubatuba, que está em plena renovação do plano diretor. “Essa área definida pelo PDUI e pelo macrozoneamento vai ser considerada urbana porque o PDUI e o macrozoneamento assim definiram. Então, acho que o que o prefeito de Jacareí coloca tem razão de ser, porque existe, muito embora seja uma diretriz, existe a obrigatoriedade do cumprimento dessas diretrizes estaduais”, disse.

Para ela, o município vai ser obrigado a considerar esse macrozoneamento na hora de fazer o seu plano diretor, mesmo que o plano estadual não defina o plano diretor, por certo ele dá diretrizes que o município tem que obedecer.

“Então, fica uma situação bastante complicada. Essa questão das APPs, óbvio que o plano nem poderia fazer isso, mas, eu acho que essa legislação ainda vai ter muita contestação judicial, mas, na realidade, como o prefeito falou, vai existir uma determinação, uma diretriz, para que se siga esse macrozoneamento. Por exemplo, se para nós aqui em Ubatuba uma área que nós não consideramos como consolidada urbana citar isso no macrozoneamento, a prefeitura vai utilizá-la para transformar em uma área consolidada, coisa que de fato não é”, disse.

Por isso, disse, querer uma explicação melhor com relação à competência desse plano porque isso vai gerar muita confusão. Outra situação colocada sobre as comunidades tradicionais é que a equipe técnica está levando em consideração as áreas tituladas, mas, segundo ela, existem de fato áreas delimitadas.

“Então esse macrozoneamento já vai começar desatualizado, porque temos que considerar essas áreas de alguma maneira porque, de fato, ela está delimitada, está ocupada pelas comunidades tradicionais, sejam elas quilombolas ou indígenas. Precisamos criar um mecanismo para inserir de fato, porque existe uma luta de muitos anos dessas comunidades para conseguir delimitar e agora a luta para conseguir titular. E aí vem um macrozoneamento que ignora a existência desse processo longo e contínuo de luta para delimitar o que foi delimitado, mas não foi titulado. É preciso pensar numa alternativa com relação a isso”, cobrou.

E, por último, quis falar sobre a Macrozona de Ubatuba, que foi criada em 2015 na lei que criou a região metropolitana, que também determinou a criação do Conselho.

“Foi criada a macrozona que determinou a criação do Conselho e nós estamos, neste momento, discutindo exatamente o plano, só que ainda não existe um Conselho onde as entidades possam participar, o que seria muito mais fácil para atuarmos enquanto sociedade civil, de forma organizada, com tempo, com propaganda suficiente, avisos para que as comunidades possam participar, se realmente o Conselho existisse. Então, temos que ter um retorno com relação a isso, porque se existe uma determinação da criação deste Conselho, onde a sociedade civil, o poder público e todos os entes possam participar de forma muito mais regular. Não ter esse conselho, para mim, é uma situação *sui generis*”, destacou.

Disse ainda que entendia a dificuldade de comunicação, mas ressaltou que o grupo não sabia quem a prefeitura de Ubatuba indicou como representante da sociedade civil. “Ficamos muito à mercê da indicação do poder público, então, eu acho que é preciso constituir esse conselho para que a sociedade possa participar ativamente com tempo, se preparando para cada uma dessas reuniões”, enfatizou.

A coordenadora Técnica – Fipe disse que, na questão do reconhecimento das áreas quilombolas e indígenas não demarcadas, ainda que tenha um mapa sobre elas, ainda não estão legalizadas.

“Quem tem competência para fazer isso é o governo federal e, automaticamente, na hora que elas são reconhecidas, a estratégia nossa é de que elas sejam incorporadas e reconhecidas como tal, nas macrozonas onde elas estão identificadas. Nós tratamos disso da mesma forma que tratamos as áreas protegidas legalmente, quer pelo estado, pelo governo federal, nós reconhecemos isso

no macrozoneamento, mas não delimitamos a área de proteção ambiental, nem área de APP, nada disso, porque extrapola a competência do PDUI. Então, na medida em que esses espaços quilombolas e indígenas vão sendo demarcados oficialmente, isso vai entrando na base de dados do governo do estado e tem uma diretriz dentro do PDUI que eles são reconhecidos como tal, dentro das macrozonas onde eles se localizam”, explicou.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos aproveitou a presença do prefeito de Jacareí para dizer que a Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos tem a função de fazer a Secretaria Executiva dos Conselhos, que no Vale do Paraíba pertence à Agemvale.

Agradeceu em nome Secretaria de Desenvolvimento Regional a participação da representante do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty, Ubatuba, e disse que todas as colocações são pertinentes e que seriam cuidadosamente avaliadas, e sugeriu que ela aproveitasse a presença do prefeito de Jacareí para criar uma câmara temática no âmbito do Conselho para discutir mais a fundo o tema.

Ainda pediu a ajuda do prefeito para levar ao presidente do Conselho essa proposta, que é um tema extremamente relevante e polêmico. Informou que faz parte do Conselho ZEE, pela SDR, e gostaria de propor que o prefeito de Jacareí encabeçasse esse pedido de criação da Câmara Temática no âmbito do Conselho.

A coordenadora técnica – Fipe complementou a fala do assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos para a representante do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty, Ubatuba, lembrando que o Conselho de Desenvolvimento Regional existe.

“O prefeito de Jacareí que aqui está faz parte. O que hoje não tem ainda é a representação da sociedade civil no Conselho, que é uma exigência do Estatuto da Metrópole, que é uma lei federal, mas o governo do estado está encaminhando para a Assembleia Legislativa uma revisão do Projeto de lei nº 760, que trata das regiões metropolitanas e da regionalização do estado para incorporar no Conselho representação da sociedade civil. Provavelmente, quando for deliberar sobre o PDUI no Conselho de Desenvolvimento Regional, em julho ou agosto, essa representação da sociedade civil já deve estar definida pelo Conselho e quem deve participar representando a sociedade civil, porque a nova lei complementar estadual está incorporando a determinação da lei federal de que no Conselho precisa ter essa representação da sociedade civil. A lei nº 760 é anterior ao Estatuto da Metrópole e está sendo adequada à lei federal. Então, o Conselho terá assento para representantes da sociedade civil e o critério de escolha será dado pelos que hoje tem assento no Conselho. Então, não cabe aqui este trabalho de definir essa representação. É o conjunto de prefeitos e secretários de estado que vão criar critérios para escolha dos representantes da sociedade civil. Eu queria só lembrar isso. A minuta já está pronta e provavelmente o governador vai encaminhar, imagino que antes da sua desincompatibilização, a revisão da legislação 760, que trata da regionalização e da constituição da governança de região metropolitana e a obrigatoriedade de ter representação da sociedade civil no Conselho”, enfatizou.

Lembrou, ainda, que a reunião que acontecia naquele momento é uma câmara temática negociada pelo assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos com o presidente do Conselho da Região do Vale do Paraíba. “Suponho que essa seja a primeira câmara temática que foi instituída no âmbito do Conselho, e, como ainda não temos a lei complementar estadual que incorpora os representantes da sociedade civil, nós adotamos porta aberta nestas reuniões da Câmara Temá-

tica do PDUI para qualquer representação da sociedade civil – o que mostra a ampla participação de vocês na reunião de hoje”, disse.

A representante do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty e Ubatuba agradeceu as respostas e disse esperar que o Conselho, com esse decreto que o governador vai enviar para a Assembleia, considere que a sociedade civil tenha ampla liberdade de escolha dos seus representantes.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos sugeriu fazer o encerramento da reunião, uma vez que ninguém queria se manifestar. Em nome da Secretaria agradeceu a presença de todos.

A coordenadora técnica – Fipe agradeceu a todos em nome do prefeito de Jacareí que se dispôs a participar de uma reunião técnica, a participação dos representantes das demais prefeituras e em nome da representante do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty e Ubatuba agradeceu a participação dos demais representantes da sociedade civil.

Em nome da Secretaria de Desenvolvimento Regional agradeceu a presença de todos, do prefeito e dos demais representantes dos municípios que participaram.

Lista de presença:

Município	Instituição	Cargo
Arapeí	Prefeitura	Assessora Especial
Arapeí	Conselho Municipal de turismo	Não menciona
Caçapava	Prefeitura	Não menciona
Caçapava	Prefeitura	Engenheiro Civil
Cruzeiro	Prefeitura	Prefeito
Cruzeiro	Prefeitura	Não menciona
Cruzeiro	Prefeitura	Chefe Setor Programas e Projetos
Cruzeiro	Secretaria de Meio Ambiente	Não menciona
Cruzeiro	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Rural	Não menciona
Cruzeiro	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	Diretora
Cunha	Prefeitura	Prefeito
Ilha Bela	Prefeitura	Não menciona
Jacareí	Prefeitura	Prefeito
Jacareí	Departamento de Supervisão de Análise e Licença de Projetos de Edificações (UALPE)	Coordenadora
Jacareí	Secretaria de Governo e Planejamento	Não menciona
Jambeiro	Secretaria de Obras	Não menciona
Lavrinhas	Secretaria de Obras	Secretário
Natividade da Serra	Prefeitura	Vice-Prefeito
Paraibuna	Prefeitura	Não menciona
Paraibuna	Prefeitura	Não menciona
Pindamonhangaba	Planejamento Urbano e Uso do Solo	Secretária
Pindamonhangaba	Planejamento Urbano e Uso do Solo	Não menciona
Pindamonhangaba	Planejamento Urbano e Uso do Solo	Não menciona
Pindamonhangaba	Transporte/Trânsito	Não menciona
Pindamonhangaba	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Não menciona
Pindamonhangaba	Secretaria de Assistência Social	Secretária
Piquete	Secretaria de Infraestrutura, Projetos e Obras Públicas	Não menciona

Município	Instituição	Cargo
Potim	Prefeitura/Planejamento	Não menciona
Queluz	Secretaria de Assuntos Jurídicos	Secretário
Roseira	Prefeitura	Não menciona
São José dos Campos	Prefeitura	Não menciona
São José dos Campos	Prefeitura	Não menciona
São José dos Campos	Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade	Não menciona
São José dos Campos	Prefeitura	Engenheiro Ambiental
São José dos Campos	AgemVale	Diretor
São José dos Campos	AgemVale	Não menciona
São José dos Campos	Parque Tecnológico	Não menciona
São José dos Campos	Etec	Não menciona
São José dos Campos	UNIFESP	Arquiteta/Urbanista Mestranda
São Sebastião	Secretaria de Urbanismo	Não menciona
São Sebastião	Prefeitura	Não menciona
Taubaté	Secretaria de Planejamento	Gestora da Área de Plano Diretor e Gestão Democrática
Tremembé	Prefeitura	Gabinete
Ubatuba	Secretaria de Turismo	Não menciona
Ubatuba	Terra&Mar	Não menciona
Ubatuba	Fórum Popular de Políticas Públicas Sustentáveis	Não menciona
Ubatuba	Fórum Popular de Políticas Públicas Sustentáveis	Não menciona
Ubatuba	Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-ParatyUbatuba	Não menciona
São Paulo	EMTU	Não menciona
São Paulo	EMTU	Não menciona
São Paulo	Sindicato das Indústrias de Mineração de Areia do Estado de São Paulo (Sindareia)	Não menciona
Jacareí	Diretoria de Habitação	Assessora Técnica
Não menciona	Não menciona	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
São José dos Campos	PM - Urbanismo e Sustentabilidade	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
Não menciona	Não menciona	Não menciona
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora Executiva
São Paulo	Equipe Fipe	Coordenadora PDUI -RMVPLN
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	



Fundação Instituto de
Pesquisas Econômicas

Município	Instituição	Cargo
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	Equipe Fipe	
São José dos Campos	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	SSAM/SDR	
São Paulo	SSAM/SDR	Assessor
São Paulo	SSAM/SDR	

Memórias da segunda rodada de discussões com os grupos temáticos do Governo do Estado de São Paulo, realizada no período de 23 a 28/3/2022

Temas:

- Transporte e Logística
- Infraestrutura e Meio Ambiente
- Transporte e Mobilidade
- Habitação
- Desenvolvimento Econômico e Turismo

Registro da reunião do Grupo de Trabalho de Transporte e Logística, que aconteceu no dia 23 de março de 2022

Participantes setoriais:

- Secretaria de Logística e Transporte (SLT)
- Departamento de Estradas de Rodagem (DER) – Regional Rio Claro (DR13)

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos agradeceu a presença nas audiências públicas e, agora, no grupo técnico. Perguntou se todos os convidados do grupo técnico estavam presentes e deu início à reunião.

A coordenadora técnica do Projeto – Fipe respondeu que todos foram convidados e a técnica da Fipe perguntou à coordenadora como seria a apresentação das demandas que já estão sistematizadas.

A coordenadora respondeu que as dúvidas sobre transporte e logística seriam esclarecidas com os representantes da Secretaria de Logística e Transportes e que os técnicos da Fipe de cada região fariam exposição para que pudessem alinhar e estruturar as propostas aos programas e políticas de cada secretaria.

Acrescentou que, em reunião com as coordenadoras no dia anterior, pairaram algumas dúvidas em nível de detalhamento das propostas relativas à indicação de trechos e prioridades, sendo estas as questões a serem discutidas nesta reunião, e não proposta a proposta, apesar da questão transporte ser a maioria entre as propostas.

A técnica da Fipe disse que a questão dos acessos viários e do trânsito pesado dentro de municípios surge em todas as regiões e que poderia ser uma proposta geral de duplicação, de anéis viários. A coordenadora disse que a ideia é sempre uma proposta, a segregação do trânsito, de passagem no local e as prioridades de melhoria do viário, boa parte disso está sob responsabilidade das concessionárias, e que seria interessante discutir com o representante da Secretaria de Logística e Transportes sobre como encaminhar uma proposta que passa necessariamente por uma articulação de conversa com a Artesp e não com a Secretaria de Logística exclusivamente.

A técnica da Fipe acrescentou que, no tema transporte e logística, o que surgiu foi basicamente a questão de duplicações de rodovia, o trânsito, as vicinais, feitas pelo governo e mantidas pelos municípios.

A coordenadora disse que o Programa Vicinais do governo estadual decide anualmente quais vias serão recapadas, dado que a competência do recape é do município, que não tem recursos. Disse

não haver grandes problemas nesse ponto, sendo preciso apenas definir as prioridades junto ao Programa Vicinais para discussão no orçamento.

Sobre as rotas turísticas e ciclo rotas, a técnica da Fipe informou que foram significativas também nas propostas, e perguntou se o assunto seria tratado com a SLT.

Ainda sobre a questão das vicinais, outra técnica da Fipe disse existirem dois projetos: o “Melhor Caminho” do governo federal, que destina verbas para fazer as vicinais e um projeto do governo do estado no Vale junto com o Codivap, chamado de “Viva o Vale”, que entrou com obras nas vicinais. A técnica perguntou à coordenadora se a questão da discussão no orçamento se refere ao “Melhor Caminho”.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte esclareceu que o Programa “Melhor Caminho” é da Secretaria da Agricultura e o Programa “Novas Vicinais” de recuperação é do DER de São Paulo.

A técnica da Fipe quis saber se estavam falando só de recuperação de vicinais para escoamento de produção, pois São José dos Campos está trabalhando em um projeto chamado “Viva o Vale”, do Codivap, que o governador Dória fez no segundo semestre de 2021 e que os projetos e levantamentos estão sendo feitos pelo IPLAN.

Em complemento à fala de Cynthia Gonçalo, esclareceu que o Viva o Vale é um programa da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) que envia investimentos. Não é só da SDR, mas ela envolve todas as secretarias do governo e que o Programa Melhor Caminho, como disse Aguirre, é da Secretaria Estadual de Agricultura. Disse que desconhece programa do governo federal.

A técnica da Fipe informou que mudou de nome e que agora é denominado “Rotas Rurais” e o assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos esclareceu que o Programa “Rotas Rurais” faz a perenização nas estradas rurais, melhora as estradas rurais para escoamento da produção.

O representante da secretaria de Logística e Transporte esclareceu que não tem pavimentação asfáltica, que é só uma melhoria, é perenização, e a técnica da Fipe colocou que houve muitas perguntas nas audiências sobre o programa Viva o Vale, e perguntou se o assunto seria discutido nesta reunião dos setoriais.

O assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos esclareceu que o Programa “Viva o Vale” é um grande programa que reúne todas as secretarias, todas as ações que são feitas no Vale, por exemplo, a SDR tem os investimentos atuais em cada município e as demais ações com os programas de cada secretaria compõem o “Viva o Vale”, assim como o “Programa 2030” no Pontal do Paranapanema, e o “Vale do Futuro”, no Vale do Ribeira, são todas as ações determinadas pelo governador JD, de um programa para atendimento do Vale do Paraíba, por isso, “Viva o Vale”.

A coordenadora Técnica do Projeto – Fipe perguntou ao representante da Secretaria de Logística e Transporte se a Pesquisa Origem e Destino (OD) de carga para o estado foi feita. O representante respondeu que sim, para o PAM-TL, e ela questionou se depois foi feita para todo o estado. O representante da secretaria explicou que ficou apenas na macrometrópole.

A coordenadora técnica do projeto – Fipe disse que essa OD da macrometrópole já ajuda porque tem Piracicaba, Jundiaí e Vale do Paraíba, e perguntou se teria para Ribeirão Preto e Franca. A resposta foi que não existe. A coordenadora lembrou que, no período, trabalhou no consórcio do PAM-TL, e que nas discussões com o [BID] falou-se sobre novas metodologias, inovações tecnológicas, pois

essa OD é muito cara e muito dependente da Polícia Rodoviária. Falou sobre a dificuldade para fazer a da macrometrópole...

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse ser preciso autorização para cada trecho e a coordenadora perguntou se, nas tratativas entre a secretaria e o BID, foram discutidas novas metodologias para diminuir custos das pesquisas OD, pois essa era uma discussão em reuniões que participou.

Disse que financiaram 2017 para o metrô, mas queriam mudar radicalmente a metodologia, pois não estavam mais dispostos a financiar essa OD cara, como é a da região metropolitana.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse que, sobre este assunto, não sabia ao certo e achava que não avançou, mas poderia checar e retornar com a resposta.

A coordenadora colocou que, no caso de Franca e Ribeirão Preto, em que a região metropolitana e a aglomeração urbana têm núcleos urbanos muito dispersos, e não têm uma concentração urbana como as demais áreas, sempre apresentam uma demanda de muitos municípios para melhoria dos acessos da população, que é uma população pequena. “Assim, para se pensar um plano metropolitano de transporte público, não a carga necessariamente, é importante ter uma OD para qualificar a demanda”, disse.

Acrescentou ainda que a proposta [do PDUI] é, não só ter um plano estruturante de transporte metropolitano, mas a perspectiva de se fazer uma OD, e como essa região tem uma economia ditada pela produção de commodities e do agronegócio, juntar a OD de transporte público com carga. “Essa é uma questão que caberia à Secretaria de Logística e Transporte discutir quais regiões, ou pelo menos para as regiões metropolitanas, se não para Franca, mas para Ribeirão Preto”, destacou.

A coordenadora lembrou ainda que a Fipe foi contratada para fazer o PDUI de São José do Rio Preto, que tem uma questão de logística importante, especialmente para Mato Grosso. Disse que essa perspectiva, de pensar um modelo de OD para as regiões metropolitanas, exceto São Paulo, que use novas metodologias, barateando custos, para pensar os tais planos metropolitanos de transporte.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte informou que foi feita alguma coisa relativa à OD na região de Rio Preto, devido ao lote de concessão que estavam estudando no noroeste, que abrange a região onde hoje tem duas concessionárias: a TEBE e a Triângulo do Sol, cujos prazos estão expirando, e que, para fazer um novo lote de concessão, foi feita uma pesquisa de OD recente. A coordenadora questionou se foi feita para São José do Rio Preto. Ele disse que para São José do Rio Preto e região, com dados recentes.

A coordenadora técnica do projeto – Fipe colocou para o representante da Secretaria de Logística e Transporte que precisam discutir o alinhamento do PDUI com as possibilidades da SLT de que essa OD também fosse bancada pelas concessionárias, no caso de Ribeirão Preto, no caso de Franca, quais as estradas que estão concedidas.

“Essa conversa deveria passar pela Artesp sobre a possibilidade de que, para pensar um plano metropolitano de transporte público e logística, que tem a ver com a carga, que entrasse nos contratos, especialmente nas suas revisões, a possibilidade de ter essa OD patrocinada pelas concessionárias”, afirmou. Questionou se o representante achava isso possível em termos de proposta e ele disse que levaria o assunto para a Artesp, pois os contratos novos têm revisão a cada quatro anos, e que pode ser que incluam na revisão, que é justamente o estudo de tráfego.

A coordenadora solicitou que a discussão fosse levada o mais breve possível, pois a equipe deveria concluir o trabalho da formulação das propostas até 10 de abril.

Um técnico da Fipe questionou o representante se, no caso de eventualmente se ter a participação das concessionárias, se seria possível incluir o transporte coletivo.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte explicou que o transporte coletivo está com a Artesp, só que não está vinculado ao contrato de concessão de obra rodoviária, que acha difícil incluir, mas que iria perguntar.

A coordenadora técnica do projeto – Fipe pediu ao representante da secretaria que perguntasse. “A dispersão, no caso de Franca, no caso de Rio Preto, pelo que estão vendo, essa questão do transporte metropolitano vai ser um problema, porque há uma concentração entre Mirassol e Rio Preto, mas o restante são municípios muito pequenos, que pensa não ter demanda para um sistema viário poderoso, a baixa demanda para transporte de caráter metropolitano coletivo é um pouco complexo de se viabilizar”, analisou.

Ela acrescentou ainda que, até para as demandas que vêm dos prefeitos, é preciso ter uma OD para apontar que não justifica a existência desse tipo de transporte, dada a demanda muito baixa, e que a tarifa não vai compensar a relação custo-benefício. “Desse modo, se mantém como transporte rodoviário, que talvez possa entrar nesse nível da concessão, porque esse tipo de transporte paga pedágio nas estradas”, disse.

Pediu ainda que na conversa com a Artesp o representante da secretaria pudesse ver essa perspectiva da mudança do transporte rodoviário com marginal para alguns trechos, como Mirassol, Rio Preto ou pelo menos os núcleos como José Bonifácio.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte complementou citando também Votuporanga, Fernandópolis, depois Jales, Santa Fé, e a coordenadora disse que haviam pensado uma subdivisão, inicialmente para adotar uma subdivisão regional com estímulos de fortalecimento de um subpolo, citando Tanabi, José Bonifácio, Nova Granada e Rio Preto (complementado por Marlon).

“Pensar pelo menos esse transporte coletivo que pode ser por marginais das rodovias para esses centros exclusivamente. E a OD é que vai dizer se essas conexões fazem sentido ou não”, afirmou. Disse ainda que talvez o representante da secretaria pudesse levar esse argumento para a concessionária, ser colocado como uma proposta e se viabilizar na renovação quadrienal dos contratos.

O representante do DER-Rio Claro quis entender o que tratava a reunião e a coordenadora técnica do projeto – Fipe explicou que a reunião tratava sobre projetos, programas e diretrizes para as regiões metropolitanas de Piracicaba, Ribeirão Preto, Jundiaí, Vale do Paraíba e Aglomeração Urbana de Franca.

“Sobre um conjunto de propostas recebidas durante as audiências públicas que precisam ser discutidas para o alinhamento com a Secretaria de Logística e com o DER, relativas às ações públicas nessa região, e ver se as propostas são viáveis e se estão alinhadas com a política setorial de transporte e logística”, explicou. Em seguida, acrescentou que a equipe precisava esclarecer dúvidas com relação a esses temas, sobre essa perspectiva de uma OD, não só de carga, mas também de passageiro, para que se possa pensar um plano metropolitano de transporte público para essas regiões.

Dirigindo-se ao representante da Secretaria de Logística e Transporte, disse ainda que, nessa perspectiva de que se não houver demanda, os intervalos do transporte rodoviário poderiam ser mais bem regulados pela Artesp, para dar uma frequência do transporte rodoviário. “Esta pode ser uma das diretrizes que podem colocar como subproduto da OD”, sugeriu.

Convidou uma das técnicas da Fipe presentes na reunião para que fizesse suas considerações e colocasse as dúvidas que poderiam ser respondidas pelo representante do DER Rio Claro. A técnica iniciou colocando para os representantes da Secretaria de Logística e Transporte e do DER duas questões relativas às propostas recebidas e aos programas e projetos da Secretaria de Transporte e Logística, que devam ser abordados nas diretrizes do PDUI das regiões de Jundiaí e Piracicaba, no que diz respeito ao alinhamento e à compatibilização, como o PAM-TL, Hidrovia Tietê-Paraná e aeroportos.

Quanto às questões específicas de Piracicaba, colocou que tinham três propostas preliminares: 1) promover ajustes no sistema viário metropolitano para mitigar os conflitos do tráfego rodoviário com o tráfego local (questão que apareceu em todas as discussões nas oficinas regionais e nas audiências); 2) garantir a manutenção das vicinais; 3) promover a integração do transporte intermunicipal. Acrescentou, ainda, que a maioria das propostas vieram com demandas muito específicas, principalmente sobre a duplicação de trechos, anéis rodoviários, a recuperação de marginais, segurança no trânsito, propostas aceitas parcialmente para serem abrigadas na proposta de ajuste do sistema viário metropolitano.

Colocou que a dúvida maior é se podem e devem explicitar no plano essas propostas específicas que surgiram ou se incorporam apenas de maneira genérica. Citou como exemplo uma proposta do poder público relativa ao prolongamento da SP-133 Limeira-Cosmópolis, chamado de Rododnel de Limeira, que essa rodovia, salvo engano, está a cargo do DER.

Outra proposta diz respeito à duplicação da Rodovia Wilson Finardi, a SP-191 Araras-Conchal; uma terceira diz respeito à redução de acidentes na SP-191. A quarta proposta fala sobre solução para o cruzamento da rodovia SP-101 com a SP-308, no quilômetro 41. Todas se referem a melhorias das rodovias. Isto posto, perguntou em que medida colocar essas questões no Plano: como uma demanda ou como diretriz geral, conforme consta na apresentação disponível na plataforma digital.

Explicou que, no caso dos prolongamentos, “estabelecer parceria para duplicar e manter em boas condições estradas e rodovias de acessos aos municípios que compõem a região”, deixam de forma genérica ou se colocam como: a exemplo de e explicitam; ou ainda a proposta “identificar os trechos prioritários de duplicação e soluções para melhorar a segurança da rodovia SP-191, com vistas a redução dos acidentes”.

Citou como exemplos duas propostas relativas a obras viárias para desviar os veículos pesados do interior dos municípios, que já possuem anéis viários previstos nas rodovias, disse que podem até deixar como uma diretriz: “engendrar esforços para solução das obras viárias”. Outras, como “melhorar a troca de informações entre concessionárias e municípios”, é uma diretriz que podem manter.

Falou ainda de uma outra proposta, que é “estabelecer parceria com o governo estadual para duplicar e manter boas condições das estradas e rodovias da região”, mais geral que não suscita dúvidas. “Sobre a proposta mais específica relativa ao “asfaltamento de vicinais” foi dito nesta reunião que o programa existente trata muito mais da perenização, sem o asfaltamento”, disse.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte iniciou suas respostas pela questão de perenização, dizendo que é tratada pela Secretaria da Agricultura. “A parte de vicinais, pavimentação, é com o DER, que está com o maior plano de pavimentação de vicinais da história em andamento. São 7 bilhões investidos em obras no estado todo, mais de 5 mil quilômetros de vicinais estão sendo pavimentados, recuperados”, disse. Para ele, esta questão entraria como um item genérico, e que já existe um programa caminhando para a fase 9.

A coordenadora técnica do projeto – Fipe perguntou se, ao colocar manutenção, já está incluído no programa a pavimentação, seja asfalto ou não. O representante respondeu que sim, pois tem a estrada de terra, que está sendo pavimentada, e a pavimentada que estava em más condições e que está sendo recuperada. “A partir daí a manutenção é por conta do município, porque é um patrimônio municipal”, ressaltou.

Como o município não tem capacidade de manter o asfalto, periodicamente, a coordenadora explicou que o governo do estado faz o recape e o representante da secretaria acrescentou ainda que o governo faz o recape via convênio.

Com base nisso, a coordenadora técnica destacou que a diretriz da manutenção e da qualidade da vicinal já é suficiente para entrar no Programa Estradas Vicinais, e no pacote de concessões, inclusive, muitas vicinais são carregadas no pacote de concessão principal. O representante da Secretaria de Logística e Transporte informou que estão evitando colocar vicinal num programa de concessão. Explicou que tem algumas concessionárias que estão com vicinais, que há mistura de patrimônio estadual com municipal e administração privada, o que pode causar uma confusão no futuro.

A coordenadora chamou a atenção que a diretriz “manutenção e qualidade das vicinais” cobre o Programa Vicinais, que é do governo, e que não poderiam dizer se é asfalto ou se é brita.

A técnica da Fipe falou que as diretrizes dessa proposta seriam muito mais abrangentes, os próprios municípios se articularem para conseguir compartilhar equipamentos, a fim de conseguirem fazer a manutenção dessas vicinais – muito além do que reivindicar ao estado o asfaltamento. A coordenadora questionou o representante da secretaria se faz sentido esses municípios de região metropolitana criarem uma SPE, via consórcio municipal, para o asfaltamento e a manutenção dessas vicinais, pois na realidade, como foi colocado pela técnica sobre ter equipamentos, ou seja, a cada três anos os municípios acionam essa SPE para fazer o recape das vicinais daquela região, e eles põem dinheiro no consórcio.

Ele disse que seria bom, mas acha difícil, porque eles não conseguem se entender só com o consórcio de equipamento da Agricultura, no momento de definir qual é o município que vai ser atendido, qual será o primeiro, e que, dependendo da intervenção, quando chegar no último, já se passaram dois, três anos.

A coordenadora disse entender, mas perguntou por que o governo do estado não exclui o programa vicinais, já que nem deveria ter este programa? “Isso não é competência do governo do estado, é a condição econômica do município que leva o governo a ter esse programa”, disse.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte apontou que o item sobre os contornos rodoviários poderia ser um genérico. Disse que estão trabalhando num programa futuro de implantação de vários contornos rodoviários, para tirar o trânsito de passagem do município. Sobre as propostas pontuais da SP-191, disse que, no contrato das concessionárias já existe uma pro-

gramação de obras, que pode ser antecipado ou não, dependendo do volume de tráfego e do nível de serviço. Sobre essa questão, disse que teria que examinar os contratos da Intervias e da rodovia do Tietê, se essas intervenções estão previstas. Caso não estejam, para incluir a intervenção é necessário fazer um aditivo no contrato de concessão.

Outra técnica da Fipe também presente na reunião perguntou ao representante da Secretaria se no contrato de concessão existia alguma cláusula com controle do número de acidentes vinculado a algum reforço de investimento em locais mais perigosos.

Ele respondeu que existe o programa de segurança e o volume de tráfego. “Quando chega num determinado nível de serviço, a concessionária é obrigada a fazer intervenção, que é uma terceira faixa ou uma duplicação de um trecho”, explicou.

A técnica da Fipe disse que, nesse caso, não citariam, colocariam uma diretriz para ver junto à concessionária para priorizar ou não, explicitando a SP-191. O representante da Secretaria de Logística e Transporte respondeu que poderiam ser explicitados níveis de serviço com número de acidentes, que a intervenção poderia ser vinculada a isso. Citou como exemplo a instalação de uma indústria, que começa a ter muito movimento de caminhão, e que naquele lugar que não tinha absolutamente nada, começa a apresentar problemas de tráfego de passagem com os caminhões da indústria, podendo causar acidente.

Para entendimento, a coordenadora técnica – Fipe colocou que, nesse caso, a proposta fique mais ampla e se coloque alguns requisitos para a tomada de decisão da intervenção.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte respondeu que sim, que contenha nível de serviço, que é algo mundial, e também a questão de número de acidentes, e “o que vale para Jundiaí, Piracicaba, Ribeirão Preto, vale para todas”.

A técnica quis saber sobre a outra proposta, que era do DER, sobre o prolongamento da SP-133, ao que o representante da Secretaria de Logística e Transporte respondeu que precisava verificar se está no programa de obras.

A coordenadora disse então que, de qualquer forma, a orientação é de deixar uma abordagem mais geral, e que a Câmara Temática de Transporte e Logística deveria hierarquizar as demandas para apresentar à Secretaria para que ela possa contemplar no seu programa de investimento.

A técnica explicou que foi o que pensaram como proposta, de colocar mais geral, falar sobre a articulação com a Artesp e enfatizar a importância de estar em conformidade com a programação da secretaria, mas priorizando, reivindicando.

A coordenadora acrescentou, ainda, que é interessante ter essas duas variáveis para tomada de decisão, que são o nível de serviço e o número de acidentes, que esse é um parâmetro para a decisão da demanda. Então a técnica sugeriu a utilização de parâmetros técnicos para a hierarquização e para a formalização das demandas.

Outra técnica da Fipe presente quis entender o significado de ‘nível de serviço’ e o representante da Secretaria de Logística e Transporte respondeu que se trata de um critério de medida de tráfego adotado mundialmente, que vai de ‘A’ a ‘F’, em que ‘F’ é totalmente congestionado, tipo Avenida 23 de Maio, e ‘A’ significa trânsito livre. “Por exemplo, no contrato da concessionária consta um que está no nível de serviços ‘C’, e, caso atinja o nível ‘D’, é obrigado a fazer uma terceira faixa, caso atinja o nível ‘E’, é obrigado a fazer a duplicação”, explicou.

A coordenadora disse ser bem interessante esse nível de serviço, porque ele é por trecho da rodovia. O representante da Secretaria de Logística e Transporte citou como exemplo o trecho de São Paulo a Jundiaí, que próximo a São Paulo é um nível de serviço, próximo a Jundiaí é outro, e no meio é outro completamente diferente. A coordenadora lembrou que as 10 estradas que chegavam em São Paulo tiveram acesso ao estudo do nível de carregamento, que originou, inclusive, o PAM-TL, que chegaram a discutir muito isso com a Secretaria de Logística.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte questionou se a equipe tem todas as demandas que foram levantadas, e que gostaria de receber o material. “Eu vi que a maior demanda era transporte de passageiros”, disse.

A coordenadora explicou que eram as propostas que foram levantadas pelas prefeituras nas audiências públicas, e que faria uma compilação dos trechos por região para encaminhar à secretaria. A técnica da Fipe disse que não falou sobre todas as propostas das duas regiões porque são ligadas não só a trechos de contornos de ligações, de transporte intermunicipal, como também à questão das ciclovias, em que há uma discussão grande e que há demandas de Jundiaí no sentido de fazer uma ciclovia ao longo na marginal ao Rio Jundiaí, ligando os três municípios com maior volume de tráfego: Jundiaí, Várzea e Campo Limpo. “Hoje, existe um trânsito de bicicleta pela marginal sem organização, que acaba sendo uma questão de segurança”, sinalizou.

Disse, ainda, que para este tipo de proposta vão trabalhar na outra diretriz, que é de “promover a integração do transporte municipal”, sugerir que tenha um plano de mobilidade para a região. “O plano que vai definir se é faixa, se é ciclofaixa, ciclorrota, de acordo com a característica técnica de cada pedaço, de cada demanda, ou de cada trecho.

A técnica da Fipe disse não ter mais questões, já que os assuntos para Jundiaí e Piracicaba são muito semelhantes, tanto a problemática como as demandas. “A questão da ciclovia também tem em Piracicaba. Outra demanda de Jundiaí, que é possível colocar como diretriz, diz respeito à criação de um Gabinete de Gestão Integrada de Transporte e Trânsito, questão ligada a um plano também de mobilidade na Câmara Temática”, afirmou.

A coordenadora disse à técnica que a questão deve ter a precedência da Câmara Temática de Transporte, e que precisa ser deliberada no âmbito do Conselho, em que sentam a Secretaria de Transporte, de Transporte Metropolitano, e esse gabinete, que, sendo regional, vai ficar pendurado nessas duas estruturas, e não internamente aos municípios, que não têm capacidade de gerir esse órgão.

A técnica concordou ser mais adequado colocar tudo na Câmara Temática para que decida em que tipo de arranjo será feita essa gestão, e a coordenadora colocou que a Câmara Temática tem que fazer propostas que serão apresentadas no Conselho, em que sentam os secretários de estado, então eles é que vão dizer o que é viável. Pediu que o representante do DER Rio Claro, por ser da regional de Piracicaba, dissesse algo sobre as considerações da técnica da Fipe.

O representante do DER Rio Claro pediu desculpas pelo atraso, pois teve um contratempo na estrada, e solicitou um resumo da pauta, que foi feito pela técnica da Fipe. Ela explicou que a reunião era para dirimir algumas dúvidas sobre as propostas que entrarão no PDUI, tanto de Piracicaba, como das diversas regiões, no que diz respeito ao transporte, ao sistema viário e às propostas preliminares, mais gerais, como, por exemplo, ajuste no sistema viário metropolitano para mitigar os conflitos do tráfego rodoviário com o tráfego local, garantir a manutenção das estradas vicinais, promover a integração do transporte intermunicipal.

Ela explicou que, nas audiências públicas, surgiram demandas muito específicas, como por exemplo, no caso de Piracicaba, a demanda específica de duplicação, prolongamento da SP-133; duplicação da Wilson Finardi, da acesse SP-191. A dúvida é em que medida essas propostas vindas das prefeituras devem ser incorporadas e citou que na opinião do representante da Secretaria de Logística e Transporte deveria ser colocada como uma diretriz mais genérica de “garantir, incentivar, ou promover o contorno dos municípios”, ou ainda melhorias no sistema viário, sem citar explicitamente os trechos.

No caso das vicinais, as quais já estão cobertas por programas do estado, apresentar proposta para ‘garantir a manutenção’. “A orientação foi colocar as propostas de diretrizes gerais sem explicitar esses trechos que foram demandados nas propostas recebidas do poder público nas audiências”, explicou.

O representante da DER Rio Claro questionou o que seria o ‘genericamente’ colocado pela técnica da Fipe sobre rodovias. “As demandas da SP-133, administrada pelo DER. Sobre a SP-191, Wilson Finardi, é administração da concessão, que, apesar de serem todas do estado, são administradas por secretarias diferentes”, explicou. E disse não saber se é possível tratar genericamente. A técnica colocou que poderiam ser feitas diretrizes de dois tipos: uma diretriz que diz respeito ao que é de administração do DER, como, por exemplo, “envidar esforços para soluções...”

A coordenadora sugeriu classificar na diretriz mais geral que as rodovias administradas pela concessão deverão ser tratadas na revisão periódica dos contratos, e para as do DER, nos períodos de elaboração dos PPAs, pois, como vão desembocar na LOAS, já pode constar o trecho. “Assim, com essa distinção, o que está sob a competência de concessionária, as prioridades devem ser definidas nas revisões quadrienais dos contratos, e, no caso do DER, a alocação deve ser feita no período dos PPAs e LOAS para priorizar esses trechos. Perguntou a Danilo se pode ser dessa maneira, pois a proposta continua genérica, mas especifica estes aspectos”, explicou. O representante do DER Rio Claro disse que poderia ser desta maneira, sem problemas.

Finalizadas as dúvidas de Jundiaí e Piracicaba, a coordenadora passou a palavra para a apresentação de Ribeirão Preto e Franca.

O técnico da Fipe envolvido no trabalho dessas regiões disse que parte das dúvidas levantadas anteriormente tinham uma interface grande com as dúvidas de Franca e Ribeirão Preto, e que foram parcialmente respondidas. “Das propostas recebidas, e que têm aderência com as competências do DER, foram muito mais ligadas a estradas vicinais e à duplicação de alguns trechos de rodovia, em especial para Franca. No caso de Ribeirão Preto, as propostas não explicitaram nenhuma característica específica. De forma mais genérica, poderia entrar como uma diretriz, talvez pela região ter uma boa estrutura de rodovias duplicadas. Para Franca, surgiram algumas demandas para duplicação de alguns trechos. Citou a proposta que pede a duplicação da SP-345, entre Franca e São Joaquim da Barra, conforme mapa apresentado e disponível na plataforma digital da região”, disse.

Segundo ele, esse trecho, salvo engano, estava sob a responsabilidade do DER, e seria um trecho importante do ponto de vista da região, porque, aparentemente, ela conectaria, por meio de uma estrutura melhor da rodovia Anhanguera, que é totalmente duplicada desde Ribeirão Preto, atravessando toda a Aglomeração Urbana de Franca, indo até Uberaba, e teria capacidade de articulação com a rodovia Cândido Portinari. São Joaquim da Barra é uma subcentralidade urbana, para a Aglomeração Urbana de Franca, junto com Ituverava.

Como esse trecho não é duplicado, perguntou se existe viabilidade, se existe alguma discussão nesse sentido da duplicação, ou se seria uma extensão do contrato de concessão junto à Artesp. Perguntou, ainda, se eventualmente existe essa demanda para duplicação, ou se seria possível colocar como uma diretriz para duplicação das rodovias consideradas mais relevantes para a região.

“Outra questão diz respeito à pavimentação ou recuperação de estradas vicinais, de abrangência regional. As demais propostas dizem respeito a estradas vicinais específicas, e a equipe não tem parâmetros para dizer quais são as estradas prioritárias para pavimentação, por isso estão sendo consideradas como diretriz para a região”, relatou.

Salientou que na região de Franca as estradas vicinais têm papel importante para o deslocamento dos caminhões entre a usina e os canaviais, daí o grande número de propostas para recuperação de estradas vicinais.

O técnico perguntou se, dentro do Programa “Novas Estradas Vicinais” do governo do estado, essas estradas estão beneficiadas ou se parte das que estão no programa estão na região de Franca, como em Rifaina-Pedregulho via Taquari, Franca-Batatais, a estrada vicinal de Restinga, entre outras.

Disse que observou na apresentação do Programa “Novas Estradas Vicinais” que existe uma metodologia para priorizar quais as estradas que receberiam pavimentação e melhoria de recapeamento, e que um pontos aderentes ao PDUI diz respeito às vicinais que fazem ligação com municípios, pois, se existe alguma vicinal que atualmente não esteja pavimentada, mas que tem o papel de interligar alguns núcleos urbanos, e que pudesse fortalecer algumas subcentralidades, talvez fosse prioridade no recapeamento.

Perguntou se existe uma base de dados que indique quais as estradas vicinais estão ou que serão beneficiadas pelo programa do governo do estado, tanto em Franca, como em Ribeirão Preto, e se há algum estudo do DER que sugira quais as estradas prioritárias para pavimentação, considerando que as estradas vicinais são de responsabilidade das prefeituras, mas que, diante das dificuldades, recorrem ao governo do estado.

Quis saber, também, como o DER vê essa questão das estradas vicinais em Franca e Ribeirão Preto. O representante da Secretaria de Logística e Transporte informou que o Programa “Novas Vicinais” chegou até a fase 8, e que em todas as fases teve vicinal da região de Ribeirão Preto e Franca. Disse que teria que separar por fase e levantar todas as vicinais que já foram licitadas ou estão em licitação.

A coordenadora do projeto – Fipe comentou que o fato de saber que tem é ótimo, porque está no radar de prioridade, mas que decidiram com os representantes da SLT e do DER que farão uma diretriz genérica, e que o plano de mobilidade e logística é que vai definir as prioridades, segundo as demandas elencadas no plano.

Adiantou que a equipe vai passar as informações para o representante da Secretaria de Logística e Transporte, para que a Secretaria conheça essas demandas vindas das audiências públicas, mas que elas não se transformam automaticamente em uma proposta estruturada, específica, para esse ou aquele trecho. Disse que o técnico da Fipe listou os critérios que esse trecho de duplicação da SP-345 Franca-São Joaquim da Barra já está contemplado no segundo parâmetro de capilaridade, que faz ligação com as SPs, as vicinais que possam irrigar para aumentar a demanda desse trecho de São Joaquim da Barra para Franca, porque ali não é uma SP, mas as vicinais que estão ali no conjunto para duplicação podem ser objeto de aumento do carregamento que leve à justificativa da duplicação desse trecho.

Reiterou que essas questões são muito específicas, e que estão no programa vicinais, não cabendo ao PDUI aprofundar, e que, conforme foi discutido na primeira etapa com Jundiaí, há perspectiva de que essas prioridades de pavimentação e manutenção de vicinais sejam discutidas no âmbito do plano de mobilidade.

O técnico da Fipe concordou com a coordenadora de que a questão vira uma diretriz dentro de uma proposta estruturada para melhoria do sistema viário, fazendo esse comentário de uma diretriz para melhorar as estradas vicinais, considerando aquelas mais prioritárias, ao que a coordenadora complementou dizendo que precisa estar no âmbito do programa do governo do estado. Em relação à SP-345, o técnico perguntou se explicita, dentro da proposta estruturada, a duplicação, considerando a importância dessa rodovia para a articulação urbana regional da Aglomeração Urbana de Franca, pois não tem informação sobre pesquisa origem e destino e outras. Disse que poderia ver pelo volume de cargas.

A coordenadora complementou dizendo que o PDUI tem a perspectiva de melhorar o ordenamento territorial, olhando a possibilidade de criar uma rede de centralidades naquela região que promovam certo equilíbrio entre os acessos a bens e serviços, e como São Joaquim da Barra é um subcentro na região, para reforçar a rede de centralidades, é importante explicitar a duplicação desse trecho da SP-345 como elemento de fortalecimento da subcentralidade.

“Assim, essa questão seria colocada dentro da proposta de transporte e logística com essa função”, esclareceu. Disse, ainda, que não estão priorizando, necessariamente, a duplicação, mas falando da importância da duplicação para o fortalecimento, o que, em sua avaliação, parece não ser um problema porque isso também tem uma certa hierarquia de prioridades, mas que é um indicador para que o tomador de decisão, que é a Secretaria de Logística e Transporte, veja a questão como um elemento importante para tomada de decisão.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse concordar com o argumento da coordenadora.

A coordenadora ainda perguntou ao representante da Secretaria de Logística e Transporte se poderiam colocar com a menção da importância da duplicação do trecho como elemento de fortalecimento da rede de centralidades, com o objetivo de melhorar o equilíbrio do ordenamento territorial da região, e ele disse que sim.

O técnico da Fipe perguntou se, no caso desse trecho ser eventualmente duplicado, existia a probabilidade do DER, ou da concessionária, que já responde por parte do trecho, cuidar dessa duplicação, e se existe a possibilidade de um contrato adicional para extensão da concessão.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte respondeu que hoje ficaria a cargo do DER, porque a inclusão de trecho em contrato de concessão tem que passar pela aprovação da PGE, que não é tão simples incorporar trechos.

Sobre a questão de duplicação, o representante do DER Rio Claro disse que era preciso analisar tecnicamente, mas poderia deixar como duplicação e que, tecnicamente, haverá um estudo para ver se cabe duplicação no trecho, pois, às vezes, pedem duplicação e o Volume Diário Médio (VDM) da estrada não requer a duplicação.

A coordenadora técnica do projeto Fipe disse que a observação de Danilo foi importante, e que podem colocar na diretriz uma observação para avaliar a possibilidade de duplicação, considerando

a viabilidade técnica da via. Falou para o técnico que era melhor especificar que proposta tem que passar por alguns procedimentos – e chamar a atenção que essa duplicação só deverá passar por avaliação técnica da condição da via para que ela, de fato, possa ser duplicada e cumprir a função de estimular a centralidade ou adensar a subcentralidade de São Joaquim da Barra.

A técnica da Fipe colocou que a diretriz pode destacar a importância de melhorar essa via pelo aspecto da centralidade, e as condições para eventual duplicação, que essas possibilidades são uma boa saída. O representante da Secretaria de Logística e Transporte complementou dizendo que pode ser que uma terceira faixa possa resolver.

Sobre as propostas que foram levantadas e aprovadas de Ribeirão Preto e Franca, o técnico disse que eram estas as dúvidas e agradeceu as considerações dos representantes da Secretaria de Logística e Transporte e do DER, “que foram esclarecedoras”.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte informou que, olhando os cadernos de vicinais, encontrou 32 delas na região de Ribeirão Preto e Franca, e que pode listá-las por região e enviar para a equipe.

A coordenadora disse que o representante da Secretaria de Logística e Transporte vai encaminhar as vicinais que estão previstas neste pacote, que estão previstas no programa dessas cinco unidades regionais que estão trabalhando, e que a equipe Fipe vai encaminhar as demandas resultantes das audiências públicas para que o novo pacote possa contemplar as estradas vicinais que eventualmente não estiverem previstas.

O técnico da Fipe disse imaginar que parte das estradas que foram citadas nas propostas já devam estar previstas nesse programa “Novas Vicinais”, ao que o representante da Secretaria de Logística e Transporte respondeu que algumas delas já estão em andamento. O representante do DER Rio Claro complementou dizendo que algumas delas já estão concluídas.

A técnica da Fipe começou sua apresentação dizendo que todo o levantamento das informações, das propostas e dos debates das audiências públicas, foi organizado em tópicos, e esclareceu que AIM é Área de Interesse Metropolitano, que são recortes do território da região metropolitana que serão alvo de projetos estratégicos para o desenvolvimento da região.

Em relação à área de transporte e sistema viário, a primeira questão apresentada diz respeito ao Corredor Verde Metropolitano de Transporte VLP, que segue junto com a faixa da linha de alta tensão marginal à Rodovia Dutra, e que será implantado entre Jacareí a Aparecida. Perguntou se esta é uma proposta que está alinhada com as diretrizes do estado ou até mesmo com o PAM.

A segunda questão apresentada era sobre o Centro de Logística, como previsto no PAM, no entroncamento das rodovias Carvalho Pinto e Tamoios, e da mesma forma perguntou se a questão está alinhada com as diretrizes de planejamento do estado.

Sobre o trem regional, citou o novo marco das ferrovias e indagou se de alguma maneira esse projeto pode contribuir para sua implantação ou se há alguma articulação, algum planejamento de fomento às ferrovias, em especial na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Em relação à Rodovia Carvalho Pinto, de Taubaté a Cachoeira Paulista, perguntou se o DER ou a Artesp entendem que a questão está alinhada, e se tem alguma articulação com a Rota da Fé ou outras rotas de planejamento do sistema viário para a região.

Sobre a manutenção das estradas vicinais, perguntou aos representantes da SLT e do DER se pode ser estudada a implantação de pedágios em alguns locais, a fim de inibir o uso indevido das vicinais. Perguntou se, para a região do Vale do Paraíba, há previsão de asfaltamento de estradas que conectam alguns municípios às rodovias.

Em relação à mitigação de conflitos entre o tráfego rodoviário e o tráfego local, especificamente do Litoral Norte, Caraguatatuba, Piquete e Vale do Paraíba, quis saber se existia algum planejamento pelo estado. “Nos moldes do contorno da Tamoios-Caraguatatuba, a questão pode ser incluída como uma proposta no PDUI da região?”, questionou.

E sobre o sistema aquaviário para conexão de diferentes localidades do Litoral Norte, a exemplo das ferrovias, perguntou se seria possível a inclusão da questão como diretriz do PDUI na área de transporte e sistema viário para a região metropolitana. Perguntou, ainda, se existia alguma estratégia para mitigar ou ordenar o tráfego de turismo, assunto muito abordado nas audiências públicas da região, como a proposta de um corredor cidadão de transporte, principalmente para inibir o fluxo intenso de veículos na alta temporada para o litoral. O mesmo ocorre, também, na rota da fé, de turismo religioso, que tem uma série de mitigações necessárias para evitar acidentes na alta temporada, quando o trânsito é intenso.

Sobre as demandas da área rural para o escoamento dos produtos, com o fortalecimento do turismo regional, perguntou se existe alguma iniciativa neste sentido, como integração com rotas rurais, Programa Cidadania no Campo, por exemplo.

Como última questão, perguntou se existe alguma diretriz ou iniciativa por parte do governo do estado relativa ao uso da tecnologia no âmbito das cidades inteligentes nas rodovias, sistema de transporte, iluminação pública, materiais alternativos aos produtos derivados de combustíveis fósseis, e se é possível incluir como diretriz de mitigação ambiental.

Finalizou suas considerações dizendo que foram estas as questões levantadas nas audiências públicas e nas propostas recebidas da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte iniciou suas colocações dizendo que, sobre o uso de tecnologias, existia alguma coisa sendo pensada pelas empresas de ônibus na questão de conectividade, mas não diretamente ligada às cidades inteligentes, que seria mais uma questão operacional delas.

Sobre a questão da iluminação, informou que não está sob a responsabilidade da Secretaria de Logística e Transporte, e adiantou que estão sendo elaborados programas de concessão buscando carbono zero, de modo que todo programa de concessão, agora, todas as rodovias estão sendo pensadas nesse sentido.

A técnica da Fipe perguntou ao representante da Secretaria de Logística e Transporte o que seria esse programa carbono zero das concessões, resumidamente, e ele respondeu que, para dar essa resposta, teria que falar diretamente com alguém da Artesp, porque no edital do Rodoanel tem essa previsão.

A coordenadora técnica do projeto – Fipe perguntou se a questão do carbono zero já consta na concessão da Tamoios. “No que diz respeito ao Vale do Paraíba, a rodovia Carvalho Pinto, que é uma concessão antiga da Ecovias, não está dentro desse programa carbono zero, só na revisão. E a Tamoios também, só na revisão da concessão”, informou.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse que, quanto à Carvalho Pinto, só na revisão da concessão e que a Tamoios sim, que a concessionária se adiantou e partiu para um programa próprio, até por questão ambiental, pois a obra da Serra exigiu várias adaptações na questão de construção e operação.

Sobre os contornos de Caraguatatuba e São Sebastião disse, ainda, que vão mais 22 meses, que estão defasados na obra da Serra, mas que o trecho inicial de Caraguatatuba até a chegada da nova Tamoios está sendo priorizado para escoamento, porque a Serra é via de subida e toda a Tamoios antiga será para descida.

Sobre as demandas das áreas de turismo, disse que trabalharam junto à Secretaria de Turismo com algumas rotas que estão sendo definidas pela secretaria como rota cênica, e que, nesta rota, a participação da SLT, via DER, diz respeito a alguma adaptação de sinalização, pois existem locais que são observatório de pássaros, mirantes, que exigem segurança para usuários da rodovia e para usuários do aparelho turístico.

Sobre o tráfego de turismo, disse que nada foi pensado, além das rotas cênicas, a Rota da Fé foi desenhada pelo DER, que, em 1998, percorreu esta rota inteira para fazer a marcação nos postes, que está bem sinalizada, e o objetivo era tirar o peregrino da Dutra para que pudesse caminhar com mais tranquilidade, mas, ainda assim, as pessoas ainda caminham pela Via Dutra.

Sobre o sistema aquaviário, disse que já se tentou estudar várias questões, mas para a Baixada Santista, para uso de hidrovia, mas que esbarram naquelas pontes que já existem, tanto na Anchieta como na Imigrantes, cuja altura é insuficiente para a passagem de embarcação. Já no litoral norte, disse que desconhece estudos dessa natureza.

Sobre o contorno de Caraguatatuba, no Litoral Norte, disse que haverá a recuperação da BR-101 e da SP-55, que, da divisa do Rio de Janeiro até Ubatuba, a BR-101 é federal, e de Ubatuba a Bertoga é SP-55, com alguns trechos de BR-101.

Sobre a manutenção das vicinais, disse que existem várias estradas contempladas, em todas as fases já lançadas como pavimentação e recuperação.

O representante do DER-Rio Claro observou que, sobre o item manutenção de estradas vicinais, a jurisdição é municipal, e que a decisão de colocação de pedágio é do município, por meio de lei municipal que estabelece ou cria pedágio.

Em relação aos pedágios, a técnica da Fipe colocou que a proposta era mais no sentido de pôr o pedágio na rodovia para evitar que ele use a vicinal como rota de fuga e sobrecarregue a vicinal.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte respondeu que no contrato de concessão não tem previsão de colocação de pedágios. Sobre a questão do trem regional, disse que, por enquanto, o que está sendo estudado e mais avançado é o de São Paulo-Jundiaí-Campinas, com futura extensão para Americana. Para um segundo estudo, São Paulo-Sorocaba e São Paulo-São José dos Campos, mas que esses estudos estão bem atrasados, e que adiantado está o Intercidades para Campinas.

Em relação à questão do trem regional, informou que foi elaborada uma minuta de projeto de lei, já encaminhada para a Casa Civil, que estaria seguindo para a Alesp naquela semana, esclarecendo que o objetivo é a criação de um departamento ferroviário na Secretaria de Transporte para trabalhar essas *shortlines*, que interligarão trechos existentes com trechos abandonados.

Sobre a criação do departamento ferroviário na Secretaria de Transporte, a coordenadora técnica do projeto – Fipe colocou que estão criando um aparato dentro do estado para rever, estudar, planejar a questão, e que a seu ver, não faz sentido colocar no PDUI, pois o plano tem previsão de revisão para daqui a 10 anos.

Disse, ainda, que será melhor aguardar a viabilização do projeto de lei e estudos, para inserir a proposta dos trens regionais e sistemas ferroviários nessas regiões metropolitanas para a revisão do PDUI, a fim de evitar expectativas, pois, até onde se lembra, dos estudos feitos na OD do PAM-TL, a relação custo-benefício não se viabilizava no sistema do Vale do Paraíba, e que, nessa sequência, Sorocaba era uma dúvida, mas tinha resultados um pouco melhores do que o Vale. No caso de Sorocaba não financia a tarifa possível e não sustenta esse sistema ferroviário. Sugeriu que não entrassem nessa temática neste PDUI, e sim na época revisão, daqui a 10 anos.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte perguntou à coordenadora sobre o trem São Paulo-Campinas, e ela respondeu que o São Paulo-Campinas-Jundiaí foi colocado, tem como proposta para essa questão um projeto em ajuste, e a técnica da Fipe disse que esta questão pode ser citada em uma diretriz de articulação.

A coordenadora colocou que, no caso especificamente para a região de Campinas, ficou decidido a estação central, pois no projeto original tinham as estações norte, sul e a central, o que acabava por encarecer o projeto. Informou que o projeto foi revisto e que agora só tem a estação central, e que provavelmente no PDUI de Campinas a questão pode aparecer, mas no de Jundiaí, certamente.

Sobre a colocação do representante da Secretaria de Logística e Transporte de que os estudos estão atrasados, a técnica da Fipe perguntou se existe a perspectiva de serem retomados ou avançar em alguma medida nos próximos anos, incluindo a Região do Vale do Paraíba.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse achar que sim, que estudos existem, mas como foi citado pela coordenadora da Fipe, a conta não fecha. Daí afirmar que vai ter o São Paulo-São José é muito difícil.

A coordenadora acrescentou que a Secretaria de Transporte vai criar um departamento ferroviário para repensar outro modelo, que não necessariamente esse da articulação macrometropolitana, que pode ser até um trem mais barato, de articulação intra-regional.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse que estão pensando em algumas pequenas ligações usando a hidrovia, pequenos ramais ferroviários interligando um ramal ferroviário existente ou a hidrovia, para fazer a multimodalidade.

A técnica da Fipe disse que a informação do representante da Secretaria de Logística e Transporte é muito importante para a questão da hidrovia na região de Piracicaba que havia colocado anteriormente.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse que a hidrovia ficou parada quase um ano e foi retomada há 10 dias por problema hídrico.

A coordenadora recuperou sua participação na elaboração do PAM, em que colocavam para essa ferrovia, que tem a possibilidade de chegar até Americana, uma interligação com a hidrovia em Piracicaba, um pouco mais para cima de Piracicaba. “Algo de estudos de viabilidade que estão no horizonte do PAM-TL, essa perspectiva de pequenos trechos que façam essa articulação, importante até para aumentar as metas do Porto de Santos”, disse.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte reforçou que toda ferrovia é federal e que, mesmo com o departamento em funcionamento, para dar uma autorização terão que consultar um federal antes. A coordenadora complementou que essa malha é a mais rentável e promissora da malha paulista.

A técnica da Fipe disse que o fato de ter esse departamento na Secretaria de Transporte e o Marco da Ferrovia inibem os municípios que querem retirar os trilhos, que o ideal é fazer melhorias do que retirar para depois arrumar local para recolocar.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse que Jacareí é um bom exemplo, pois, se tivesse esse ramal hoje, poderia ser reativado, pois faz conexão com a Carvalho Pinto, a Dutra, a SP-66, e a técnica complementou que retiraram uma parte, não tem mais ligação com São José. Falou sobre o ganho para o futuro, pois todos pedem para o governo federal, que não tem planejamento e autoriza a retirada dos trilhos, que, ao passar para o município, retira os trilhos e transforma em faixa, no caso, de rodovias.

A coordenadora reforçou que, neste PDUI, não tratarão dessa questão ferroviária, em função da mudança de gestão dentro da Secretaria, que o tema fica por conta do PPA.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte falou que o centro de logística está muito ligado à questão da Tamoios e ao Porto de São Sebastião, apesar do porto estar no estudo de desestatização ou privatização do governo federal, é um embate sobre o que tem que ser ressarcido para o estado de São Paulo relativo aos investimentos feitos e não amortizados ainda.

A coordenadora disse que, com relação ao ordenamento territorial, além do macrozoneamento existe a possibilidade de indicarem algumas áreas com algumas finalidades específicas, que, no caso do Vale do Paraíba, gravaram como área de interesse metropolitano, com a peculiaridade de articulação do Parque Tecnológico, e colocando essa área de entroncamento como uma área de interesse metropolitano para um centro logístico. Perguntou ao representante da Secretaria de Logística e Transporte se fazia sentido a indicação dessa área como área de interesse metropolitano.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte disse que fazia sentido, e, se referindo a um item apresentado, disse desconhecer a utilização dessa faixa de alta tensão marginal à Dutra, e que teria que estudar o assunto.

A técnica da Fipe disse que São José dos Campos tinha visto a possibilidade de implantar esse corredor até Aparecida. O IPLAN colocou como projeto e deve ser inaugurado agora. Disse já existir o corredor verde na cidade com um ramal, VLP, todos sustentáveis, num modelo de troca do IPTU atrasado com a faixa de transmissão. O VLP já está em obras. Como já existem estudos feitos, incorporaram isso até Aparecida.

“Sobre a rota da Fé mencionada pelo representante da Secretaria de Logística e Transporte, pensou-se em incorporar nessa linha verde uma faixa para ciclovia e para essa rota da fé, com vistas a retirar os romeiros da Dutra, devido aos acidentes e diminuir o trajeto. A ideia era segregar e fazer algo sustentável e levar até Aparecida”, detalhou.

Disse ainda ser uma marginal, e que os municípios podem usar o IPTU nos moldes de São José. Perguntou ao representante da Secretaria de Logística e Transporte se a questão é do âmbito da EMTU ou do DER.

A coordenadora explicou para a técnica que esse é um tema a ser discutido na reunião com a Secretaria de Transporte Metropolitano e com a EMTU do dia seguinte, pois esse assunto dizia respeito a um corredor urbano regional, multimodal e multifuncional, que está sendo proposto no PDUI, e que também tem a função de fortalecer a centralidade de Cruzeiro e Guaratinguetá.

A técnica da Fipe disse que esse centro logístico tem uma ligação muito forte com o Porto, como foi dito pelo representante da Secretaria de Logística e Transporte, e também com o aeroporto de São José, que agora foi municipalizado e concedido, e que essa linha verde também faz a ligação com o aeroporto de São José.

A coordenadora explicou que o trecho tem função urbana, uma função de reforço de centralidade e também de segregar o trânsito local regional de passagem que a Dutra faz.

“Assim, esse tema é mais uma discussão para a EMTU e, eventualmente, até com a CPTM, que podem fazer um VLT, como eles estão fazendo agora o *people mover* no aeroporto, interligando o ramal da CPTM aqui em São Paulo, e que podem explorar a questão do corredor verde como diretriz do PDUI na reunião com a CPTM”, sinalizou.

A técnica ficou de enviar o projeto ao representante da Secretaria de Logística e Transporte, e a coordenadora disse à equipe que também aguarda o envio das prioridades de demanda de trecho das vias concedidas e das vias DER para que possa encaminhá-las ao representante da Secretaria de Logística e Transporte como um pacote único.

A coordenadora agradeceu aos representantes da Secretaria de Logística e Transporte e do DER por atenderem as demandas de esclarecimento e de alinhamento, que, conforme falou anteriormente, o PDUI deve estar muito alinhado às políticas de quem tem competência setorial. Adiantou que voltarão a falar brevemente sobre o PDUI de São José do Rio Preto, que inicia agora. Pediu aos dois representantes que enviassem a OD de Rio Preto para que possam explorar os dados de centralidades da região.

O representante da Secretaria de Logística e Transporte informou que quem fez foi o consórcio Fipe e Logit, para os estudos da quinta rodada.

A técnica da Fipe esclareceu que a Logit fez o plano de mobilidade do município de Jundiaí, que entregaram o relatório recentemente, e perguntou ao representante da Secretaria de Logística e Transporte se a equipe teria acesso ao material da OD de carga.

A coordenadora informou que as ODs de carga de Jundiaí e Piracicaba estavam no PAM-TL, e o representante da Secretaria de Logística e Transporte disse que enviaria o material. Afirmou, ainda, que os dados do PAM-TL estavam sendo passados para a CPTM, que concluiu o estudo do Intercidades. Disse que entrou hidrovía, secretário, que autorizou, devido à Lei de Propriedade Intelectual, todo um procedimento.

A coordenadora agradeceu a presença de todos e deu como encerrada a reunião.

Lista de presença:

Município	Instituição	Cargo
São Paulo	Secretaria de Logística e Transporte	Assessor Técnico
Rio Claro	DER (DR13) - Regional Rio Claro	Diretor Regional
São Paulo	SDR	
São Paulo	Equipe Fipe	



Fundação Instituto de
Pesquisas Econômicas

São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	SDR	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	SDR	
São Paulo	Equipe Fipe	

Registro da reunião do Grupo de Trabalho de Infraestrutura e Meio Ambiente, que aconteceu no dia 24 de março de 2022

Participantes setoriais:

Planejamento Ambiental – SIMA
Centro de Planejamento Territorial – SIMA
Área de Petróleo, Gás e Mineração
Petróleo, Gás e Mineração
Recursos Hídricos
CPLA
Saneamento
Centro de Gerenciamento de Informações de Saneamento

Abertura:

A coordenadora do PDUI das regiões metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba – Fipe abriu a reunião informando que nesta rodada de debates seriam apresentadas as dúvidas que resultaram do trabalho de análise das propostas recebidas nas audiências públicas. Explicou que a equipe está na fase de redação das diretrizes e que, portanto, é importante discutir com os setoriais do governo do estado para dirimir essas dúvidas. Em seguida, passou a palavra para a coordenadora do PDUI da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) para dar início à apresentação. A apresentação em PowerPoint está disponível para consulta na plataforma digital do PDUI: <https://pdui.sp.gov.br/>

Antes de apresentar as questões da região, a coordenadora do PDUI da RMVPLN agradeceu por todas as contribuições da SIMA ao PDUI de forma geral e, em especial, ao Vale do Paraíba e Litoral Norte. Explicou que faria a apresentação dos pontos para o debate, que estão complementados com alguns mapas.

Iniciou dizendo que apresentaria quatro propostas relativas ao Macrozoneamento Regional para avaliar e validar conjuntamente. Lembrou que tiveram uma reunião em meados de fevereiro com a SIMA, quando combinaram como ficaria um refinamento do macrozoneamento do PDUI para a sub-região do Litoral Norte, uma correspondência mais direta em que cada uma das zonas do Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte (ZEEC-LN) migra para uma determinada macrozona do PDUI.

Disse que foi combinado que a Z1AEP (Áreas Especialmente Protegidas), mais restritiva, até a Z5, menos restritiva, do ZEEC-LN passam a corresponder a cada uma das três macrozonas do PDUI – da mais para a menos restritiva.

A coordenadora explicou que a macrozona de proteção ambiental é a mais restritiva; a de uso sustentável com restrição intermediária e a de consolidação da urbanização, menos restritivas. Assim, a equipe Fipe propõe que a Z4OD (zoneamento terrestre), uma zona intermediária do ZEEC-LN, com uma taxa de utilização de 40%, fique na macrozona de uso sustentável, por entender que tem mais aderência a essa macrozona, lembrando que ela é uma macrozona que permite usos urbanos, sendo um pouco mais restritiva e menos adensada do que a macrozona de consolidação da urbanização, que, para o litoral, reflete mais as áreas urbanas mais adensadas das centralidades locais.

Seguiu explicando que a equipe percorreu cada uma dessas Z4OD e fez uma avaliação das imagens de satélite para ver a ocupação atual de cada uma delas, o que resultou nessa indicação.

Comentou, ainda, que a representante da SIMA encaminhou um questionamento, demonstrando preocupação se isso não teria algum impacto nas outras zonas, Z2 e Z3, que também estariam nessa macrozona.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN informou que a equipe Fipe estava fazendo um refinamento das diretrizes para encaminhar para a SIMA. “A avaliação é que não haveria prejuízo às demais zonas do ZECC-LN que comporiam a macrozona de uso sustentável do PDUI”, disse.

Antes de dar continuidade, perguntou se alguém desejava fazer algum comentário. Esclareceu que continuaria comentando os outros pontos e, na sequência, outro técnico da Fipe apresentaria os mapas para os pontos 1 e 2 da apresentação.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR cumprimentou a todos e justificou a ausência do assessor da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos e da diretora da Sabesp, que tiveram eventos no Palácio dos Bandeirantes. E, ela própria, por falta de conexão entrou atrasada na reunião. Aproveitou para reforçar que a ideia do debate é alinhar com a equipe da SIMA as propostas que estão sendo trabalhadas em relação às contribuições que vieram das audiências públicas.

Disse ter pego a parte final da questão do macrozoneamento, mas, para além do macrozoneamento, o objetivo é alinhar com as propostas que vieram sobre Meio Ambiente, Saneamento e Recursos Hídricos.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN deu continuidade à apresentação, se referindo à segunda proposta a respeito das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) que estão mapeadas pelos planos diretores de Ubatuba e São Sebastião, inseridas em Z1 e algumas poucas em Z1AEP (que, pela avaliação, não estão ocupadas).

Propôs que as ZEIS já ocupadas que estejam em Z1 fiquem na macrozona de uso sustentável e que as ZEIS não ocupadas permaneçam na macrozona de proteção ambiental, que é a mais restritiva.

Enfatizou que o macrozoneamento regional do PDUI é de grandes diretrizes gerais regionais, que orientam a elaboração e a revisão dos planos diretores.

Citou a terceira questão que foi comentada na reunião com a SIMA da demanda que veio de entidades do litoral relativa às comunidades tradicionais.

“Tínhamos, inicialmente, colocado aquelas comunidades que têm o território demarcado, identificado nas bases do IGC (antiga Emplasa) e do GeoSeade, alguns territórios indígenas e quilombolas de Ubatuba e São Sebastião, que, na proposta preliminar do macrozoneamento apresentada nas audiências, foram colocados na macrozona mais restritiva do PDUI que é a de Proteção Ambiental. A partir dessa reunião, em que vocês relataram que no processo do ZEEC do litoral de 2017 houve solicitações de algumas comunidades quilombolas de não permanecer na zona mais restritiva, e, também, por conta das propostas vindas das entidades de inclusão de outras de terras indígenas, territórios quilombolas e mesmo de comunidades caiçaras, que não temos o mapeamento da localização no território”, registrou.

A coordenadora disse que a proposta era retirar do macrozoneamento essas que foram identificadas para não “pecar” por não considerar outras que, eventualmente, a equipe não possua o mapeamento.

“Nossa proposta seria tratá-las como uma diretriz de Função Pública de Interesse Comum que reconheça essas comunidades tradicionais e que suas demandas sejam acolhidas por uma Câ-

mara Temática do Conselho Metropolitano. Isso foi discutido na reunião da semana passada da nossa Câmara Temática do PDUI, com a presença de entidades que reiteraram essas demandas que elas tinham feito na plataforma do PDUI. Então, estamos encaminhando dessa maneira para que sejam tratadas numa Câmara Temática relativa à importância dessas comunidades, até para a questão ambiental que já sabemos e que é de conhecimento de muitos, e para a questão do patrimônio cultural da região”, explicou.

A última questão sobre esse tema do macrozoneamento diz respeito a propostas que foram feitas por entidades do litoral, especificamente de Ubatuba e São Sebastião, da Praia Vermelha do Sul e da Praia de Maresias, solicitando que as áreas identificadas por elas tivessem um zoneamento mais restritivo do que aquele estabelecido pelo ZEEC-LN de 2017.

“Algumas faziam referência ao ZEEC-LN de 2004. A equipe Fipe encaminhou pela ‘Não Aceitação’, pois entendemos não ser escopo do PDUI fazer esse tipo de alteração. “Indicamos encaminhamento à própria SIMA e à prefeitura para avaliarem a pertinência dessa solicitação, no âmbito da revisão do ZEEC do Litoral Norte e dos respectivos planos diretores”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR comentou sobre os dois pontos levantados na reunião da Câmara Temática, que contou com a presença em peso da sociedade civil.

“Com relação à questão quilombola, colocamos para eles que consideraríamos como diretriz os territórios demarcados legalmente, porque tem territórios quilombolas que estão reconhecidos, mas não demarcados legalmente, e eles queriam que fossem introduzidos. Respondemos que isso não é competência nossa, mas da Funai, do Instituto de Terra, e que não é o PDUI que sai demarcando área de quilombola, indígena e caiçaras, portanto, elas seriam retiradas da área de proteção, porque a proteção está dada pelo reconhecimento legal dessas áreas, e que teria uma diretriz que, nas macrozonas onde tivesse territórios demarcados de indígenas e quilombolas seriam reconhecidos como tal”, afirmou.

Portanto, explicou, as áreas estariam sujeitas às regras próprias dessa demarcação. “Também queriam que demarcássemos ou reconhecêssemos as áreas caiçaras, e dissemos que não, já que a função do PDUI não é antropológica, é de ordenamento territorial, então esse não era o fórum para atender essa demanda. Com relação ao macrozoneamento, a solicitação dessas duas praias já foi discutida exaustivamente com a SIMA, com a CPLA especialmente, e mantivemos nossa posição de que são as diretrizes do ZEEC que podem alterar isso. E no plano diretor do município, que tem competência para ser mais restritivo do que aquela regra mais geral que é o que o ZEEC trata”, enfatizou.

Então, a coordenadora do PDUI da RMVPLN passou a palavra para que outro técnico da Fipe fizesse a apresentação dos mapas. O técnico explicou que o mapeamento era ilustrativo porque ele passava dessa contraproposta, a partir do momento que foi feita uma proposta pela SIMA de agrupamentos, e que o mais primordial em cima disso não é o agrupamento, mas sim a utilização da base do ZEEC 2017 para composição do macrozoneamento do Litoral Norte como um todo que cria essa homogeneidade, para não ficar preso a questões que foram levantadas durante a devolutiva da SIMA, que são conflitos existentes entre planos diretores e, assim, uma utilização de uma base única de zoneamento com base no ZEEC.

“Em um primeiro momento, a proposta da SIMA veio norteada pelo agrupamento do que ela considera como macrozona de consolidação da urbanização com as zonas Z4, Z40D, Z5 e Z50D, que são zonas de ocupação dirigida com essas subdivisões da Z4 e da Z5, uma macrozona extremamente

restritiva que compõe a Z1 e a Z1 AEP esse agrupamento dos dois e uma macrozona de uso sustentável que seria Z2 e Z3”, disse.

O técnico acrescentou que todo esse agrupamento foi feito em função da definição que foi proposta como utilização de macrozonas regionais para o Vale do Paraíba inteiro, o que faz com que ela tenha similaridade com o plano.

Continuou detalhando o segundo mapa. “Nesse primeiro momento, a proposta da SIMA vai ficar bem ilustrativa porque mostra exatamente essa subdivisão dessas zonas, conforme propusemos e identificamos no decorrer desta leitura, que é a subdivisão de Zona terrestre 4 porque elas tinham algumas especificidades interessantes”, afirmou.

Ele explicou que, quando se analisava a ocupação diretamente sobre imagem satélite, ela tinha essa diferenciação, principalmente quando ela é colocada juntamente na zona de ocupação da urbanização. “Essas zonas foram feitas a partir de um levantamento em toda a costa do litoral; Z40D que estão em rosa no mapa e destacado em alguns pontos. Elas têm essa característica de estarem próximas de áreas consolidadas, e vai existir essa diversidade de localização na costa. Propomos um novo ordenamento, que seria a manutenção das Z1 e Z1AEP para zona de proteção e de preservação ambiental; numa segunda zona, que são as zonas de uso sustentável, teria essa alteração que seria a adição do Z2, Z3 e mais Z40D nessas zonas de uso sustentável; e então, a zona de urbanização da consolidação ficaria somente com a Z4 e Z50D para todo o litoral norte”, explicou.

Disse que era uma alteração muito difícil de ver no mapa, município por município, e identificar essas alterações, mas seria uma proposta fechada no sentido do que foi acertado com a representante da SIMA e acredita que existe possibilidade de ser viável adotar essa classificação de macrozona de uso sustentável para a Z40D.

“Então, propusemos uma redação melhor do texto da diretriz para deixar claro que essa Z40D tem essa permissibilidade de ficar como zona sustentável, embora tenha características urbanas”, disse.

Nesse sentido, o técnico afirmou que não foi considerado um problema em um primeiro momento porque, de certa forma, colocar Z40D do ZEEC 2017 como uso sustentável seria uma forma de reforçar o papel da prefeitura na revisão do plano diretor e de manter essa ocupação de até 40%, que é, segundo o decreto, descrita segundo os parâmetros do ZEEC 2017.

“Então, nesse sentido, não estaríamos considerando nenhum problema sobre essa classificação, mas isso pode ser mais bem discutido com a SIMA para ver essa adequação, de forma que fique homogêneo para todo o Litoral Norte. Esse é o primeiro problema que levantamos”, expôs.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR esclareceu que a forma como o PDUI apresenta o macrozoneamento traz um conceito que tem diretrizes gerais. “No caso da zona sustentável, ela incorpora o uso urbano e o uso rural. Nesse contexto, as diretrizes de percentuais de ocupação das Z40D estarem nessa zona de uso sustentável entra como uma diretriz para revisão do plano diretor”, explicou.

Ela prosseguiu dizendo que, quando se coloca o conceito, a diretriz geral da zona e a diretriz para o plano diretor, é preciso incorporar já a diretriz que está no ZEEC como uma diretriz para informar a revisão do plano diretor, de forma que ele adote os parâmetros do ZEEC de 2017.

“É preciso fazer diretrizes gerais, diretrizes para a revisão do plano diretor e diretrizes para parcelamento. Nessa hierarquia, quando estivermos escrevendo a diretriz para plano diretor preci-

samos colocar uma diretriz para usar o parâmetro da zona Z40D do ZEEC nessa zona de uso sustentável, especialmente para o litoral, podendo olhar se isso também se rebate para as demais zonas de uso sustentável”, detalhou.

O técnico da Fipe agradeceu o esclarecimento e disse que ficou mais claro porque, até então, estava sendo proposta uma diretriz única.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR ainda complementou dizendo que os territórios das metrópoles paulistas são heterogêneos, portanto, é passível de uma diretriz específica que precisa ser identificada, sob pena de prejudicar outros territórios.

A coordenadora do Centro de Planejamento Territorial da SIMA colocou que a preocupação da secretaria indica ser super viável a proposta de passar a Z40D para essa macrozona de uso sustentável porque, em termos de característica de ocupação, a característica visual, inclusive da imagem de satélite, a Z2 e a Z40D são muito similares.

“A preocupação é somente com relação à redação das diretrizes porque, em termos das características de usos e atividades, são zonas diferentes. Então, aquilo que falávamos da Z40D, além de ela permitir o parcelamento do solo, que não é permitido nas Z2, ela possibilita o desenvolvimento de algumas atividades de baixo impacto ambiental. Atividades náuticas, turísticas, que não estão previstas nas Z2. Então, pode-se designar alguma diretriz para essa macrozona de uso sustentável, que seria a dinamização de pequenas indústrias, por exemplo, é uma diretriz que não seria aplicável a toda a macrozona de uso sustentável, o que também não seria um problema, porque isso seria aplicável onde outras legislações permitirem”, disse.

Ela alertou que é preciso ter cuidado com a expectativa que está sendo criada sobre o território, mas, em um primeiro momento, em uma análise preliminar, é adequado.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA disse considerar interessante, se houver uma decomposição das diretrizes, “porque, olhando um pouco as diretrizes do Caderno de Propostas tem algumas legislações citadas expressamente, por exemplo, a Lei da Mata Atlântica, que deve estar na macrozona de preservação ambiental ou de uso sustentável, citou ainda áreas prioritárias para preservação, segundo decreto federal”.

“Então, se nas diretrizes a redação fizer reconhecimento do gerenciamento costeiro, talvez isso fique equacionado. Esse reconhecimento pode vir nessa diretriz que a coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR falou, de orientação de parcelamento do solo, o que foi feito para o macrozoneamento está bem encaixado.

“Não estamos recomendando nada muito distinto uma coisa da outra. O nosso urbano mais ameno e o rural estão ficando na macrozona de uso sustentável, o nosso mais conservado na preservação e o nosso mais urbano na consolidação. Então, acho que ficou muito razoável assim, já que tem que fazer um “de para” e são mais de 5 versus 3”, disse.

Acrescentou serem as cinco zonas com subdivisões. “Acho que fica bem mais tranquilo e talvez a questão dos quilombos, porque eu me lembro bem porque fui um dos que teve que descer lá para conversar com o pessoal para fazer os enquadramentos dessas áreas. Vou abrir o caderno depois, mas eu lembro que tinha uma parte que falava alguma coisa de uma descrição gráfica. Composição gráfica da macrozona tinha uma nomenclatura parecida”, destacou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN respondeu que é imagem, composição gráfica.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA chamou atenção para unidade de conservação, terra indígena. Ele disse concordar com a coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR que é preciso que o quilombo seja registrado. “Trabalhamos no Gerco – Gerenciamento Costeiro, assim, só com aqueles reconhecidos pelo Incra, Itesp e Fundação Palmares, que são capazes de fazer o registro, e, talvez isso possa ajudar, porque aí ele não vira uma tipologia de zona. A gente só faz o encaixe no macrozoneamento, ele não vira uma zona em si, mas, podem estar no que está sendo chamado de composição gráfica e daí fiquem mais apaziguados”, disse.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN observou que, no ZEEC, eles estão nas zonas citadas. “Não sei se todos, mas acredito que sim, a grande maioria lá está na Z1, Z1 AEP”, confirmou.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA complementou que no Quilombo da Caçandoca eles estão numa Z3, em Ubatuba. Ele explicou que, de Caraguatatuba para Ubatuba, tem uma entrada maior para o mar.

“Essas manchas no mapa mais fortes, que são de uso sustentável, marrom se não me engano, é aí a Caçandoca. Eles pediram isso porque queriam ter a produção rural deles e a venda do produto rural para não ter problema com o licenciamento, então foi uma solicitação no meio da conversa. Eles chegaram a pleitear até ser Z4OD, no sentido de poder ter uma expansão de razoável e até, de repente, o beneficiamento ser um pouco mais sofisticado, mas, com a história do parcelamento do solo nas Z4, eles também recuaram porque estavam com receio de divisões internas dentro deles, aí a Z3 foi a saída para eles”, explicou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN acrescentou que de qualquer maneira, a equipe não vai mudar a proposta como estava explicitado na proposta preliminar. “Na revisão do macrozoneamento nós não iríamos explicitar esses territórios na composição gráfica, mas, de qualquer maneira, como estamos absorvendo integralmente o ZEEC, eles estarão implicitamente naqueles territórios que o ZEEC de 2017 reconheceu”, sintetizou.

A técnica da Fipe perguntou ao coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA se a Caçandoca já está demarcada pelo governo federal, ao que ele respondeu não lembrar. Disse que foi até o local conversar com eles, acompanhado pelo Ministério Público, e foi uma sequência de reuniões com as comunidades tradicionais, mas não sabe se ficou a impressão de que sim porque tinha o desenho do território que é só a Z3 um pouco maior – e acrescentou que a coordenadora do Centro de Planejamento Territorial da SIMA poderia esclarecer.

A coordenadora do Centro de Planejamento Territorial disse que ia falar exatamente isso porque nem todos os quilombos estão grafados como Z3. “O que fizemos foi reconhecer, na verdade, as atividades das comunidades tradicionais a partir da Z1, onde eles estariam possibilitados de exercer suas atividades, foi só evidenciar isso. No caso da Caçandoca, eu posso verificar, mas parece que já tem território reconhecido, mas não necessariamente a nossa delimitação está igualzinha ao limite do território quilombola. Colocamos a Z3 onde eles solicitaram para prática da roça nos terrenos que eles julgavam interessante manter como Z3, não fizemos a delimitação específica com relação aos territórios, só para deixar claro”, destacou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR pede um esclarecimento e diz que, na realidade, o que vai ser feito no PDUI é reconhecer os territórios legalizados e dizer que eles estão sujeitos às regras das legislações que incidem no território.

“As legislações federais, estaduais e municipais que incidem sobre o território deles, porque no ZEE costeiro ele põe uma regra que pode explorar atividade agrícola. Provavelmente, no plano diretor, eles também poderão ter uma regra de taxa de ocupação que, a despeito de ser território indígena ou quilombola, tem que ter uma regra de uso e ocupação do solo para aquilo, caso contrário, acontece como a gente vê, o índio vende a terra para a mineradora explorar a mineração, como se vê na Amazônia, nos arrozeiros no Pará. Então, essa regra da atividade econômica que eles exploram ou que eles delegam para terceiro, não está no PDUI, e a gente vai colocar como diretriz de que reconhecemos os territórios legalizados e que eles estão sujeitos, nesse território, às regras incidentes dessas funções que lhes cumpre, seja da regra federal, estadual ou municipal, porque quem vai ditar ocupação desse território por uso é o município”, enfatizou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN anunciou que, a partir daquele instante, o tema seria ZEIs, que ainda não tinha sido apresentado para a SIMA. “É muito importante a gente estar de acordo com essas propostas que já foram enunciadas, e agora o técnico passa a apresentar em mapa”, anunciou.

O técnico da Fipe começou dizendo que, se em um primeiro momento o uso da base do ZEEC já foi evidenciado, havia outros elementos em mãos que foram parte da leitura extraída dos planos diretores, por exemplo, as ZEIs que se sobrepõem sobre a base do ZEEC.

“São dados levantados dos planos diretores e que, em alguns casos, vão estar sobrepostos sobre a Z1. Porém, identificamos pelo menos 4 ou 5 casos de ZEIs que estão adentrando a zona mais restritiva que é a Z1AEP. Isso ainda é uma dúvida e não avançamos muito nesse sentido. Estamos ainda fazendo essas primeiras leituras, mas, ao nosso ver, seria a criação de duas diretrizes para ZEIs que estariam classificadas como sustentável e outras como urbano. Vamos especificar que são ZEIs em processo de regularização as que estão em áreas mais restritivas, seria um problema em São Sebastião, no mapa 1, uma circunferência próxima a Z1 é uma ZAEP que estaria ocupada”, disse.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN falou que o critério de verificação é se ela está em processo de ocupação ou não. “A gente adotaria essa leitura de manter a base do ZEEC e desconsiderar essa ocupação. Ou seja, tudo o que está dentro de Z1 e do Z1AEP vamos adotar os critérios do ZEEC e não levaríamos em conta”, disse, e pediu que o técnico continuasse explicando que os próximos mapas seriam exemplos.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN colocou ainda que, pela imagem de satélite a ocupação deve ser antiga, anterior ao ZEEC, porque o ZEEC faz esse recorte, então já devia estar lá. “No mapa está como Z2 uso sustentável, o que é Z1AEP vai ser mantida como macrozona de proteção ambiental”, pontuou.

Destacou que, em conversa anterior com o técnico, tinha entendido que aquelas que estão com uma ocupação mais expressiva, ainda que, em leitura de imagens satélite, com ocupação irregular, baixa renda mais expressiva em Z1 e não Z1AEP. Perguntou para a SIMA se avaliam que haveria possibilidade de classificá-las como uma macrozona de uso sustentável.

O técnico da Fipe complementou que isso seria um ponto dentro das mais restritivas que vocês têm. “Ficaria como fragmentos de uso sustentável que são referentes às ZEIs”, disse.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN observou que, por exemplo, São Sebastião tem um plano diretor que foi feito recentemente, foi aprovado no meio do ano passado e eles mandaram esse mapeamento desses núcleos que eles fizeram a partir de uma avaliação *in loco*.

“Então está bem próximo da realidade. No mapa tem uma área não ocupada como ZEI, dentro da Z1AEP, que manteríamos como proteção ambiental, mas tem outra que, se ela estiver com uma ocupação identificada em imagens de satélite em Z1, a nossa dúvida é como classificá-la, porque manter na macrozona de preservação ambiental não está de acordo com a ocupação atual”, afirmou.

Apontou no mapa outro caso que não teria problema porque a ocupação está em Z2 e vai para uso sustentável. A coordenadora do PDUI da RMVPLN citou, ainda, que o mapa mostrava outras áreas que não estão ocupadas e que seriam mantidas em macrozona de preservação ambiental.

O técnico da Fipe complementou dizendo que são alguns exemplos de delimitações extraídas do plano que tem esse conflito de sobreposição com áreas de uso sustentável e área mais restritiva. Disse que isso é um exemplo de São Sebastião, chegando em Bertioga.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN perguntou se não seria o caso de comentar que perceberam uma ocupação rarefeita e que seria mantida na macrozona de preservação ambiental, e continuou explicando que se aplica entre o limite de São Sebastião, Caraguatatuba, que dão indícios de quase nada de ocupação, e aí seria mantida a regra, que é a restrição para esses locais de ZEIS. Continuou explicando que tem um caso mais emblemático em Ubatuba, que consta no mapa anterior, que é exatamente uma delimitação de ZEIs que extrapola tanto o limite sustentável, contrário mais restritiva, e aí sim, é aquele critério de manter base das ZEIs, mas com o entorno respeitando os limites restritivos do ZEEC.

“A dúvida da equipe da Fipe é com essa sobreposição de diferentes elementos que seria fora do ZEEC, que é uma leitura do ordenamento territorial da prefeitura”, disse a coordenadora do PDUI da RMVPLN.

Para complementar o que estava sendo apresentado pelo técnico da Fipe, outra técnica da Fipe presente na reunião comentou: quando a prefeitura faz uma ZEI ou ela coloca ZEIs no plano porque vão fazer um conjunto ou alguma outra coisa, geralmente, ela delimita no plano diretor, e daí a lei do plano diretor tem a lei das ZEIs que vai descrever as atividades.

“Tudo porque estamos respeitando o plano diretor. Então eu não sei se a SIMA viu isso. Mas se é tão recente assim, eventualmente seria o caso de verificarmos na lei das ZEIs do plano diretor de São Sebastião, porque é estranho ter uma ZEI totalmente desocupada, no meio de uma mata. Eventualmente, tem alguns programas do governo para construção de casa que é preciso estar em ZEIs. Talvez seja o caso de ir atrás disso para termos certeza, porque estamos falando com a Secretaria do Meio Ambiente e é importante respeitar o direito das gerações futuras”, disse.

Acrescentou ainda que só se coloca no plano diretor aquilo que hoje já existe, ou que por algum motivo vai ter que existir. Por isso, disse achar que poderia olhar isso, principalmente São Sebastião. “Em Ubatuba, onde o plano é mais antigo, mas geralmente tem que fazer no plano uma lei de ZEI. Talvez seja interessante verificarmos e passarmos para os representantes da SIMA porque é estranho a prefeitura colocar uma ZEI que vai ter casa, que é de interesse social, e a gente colocar essa mesma área na proteção ambiental – onde não pode construir casa de maneira alguma”, analisou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse que, antes da SIMA esclarecer, tem uma dúvida: essa zona gravada como ZEIs no plano diretor de São Sebastião, no ZEEC ela é Z2?

A coordenadora do PDUI da RMVPLN respondeu que é Z1 e a coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR perguntou se o plano diretor atual já teria desrespeitado o ZEEC. A coordenadora do PDUI da RMVPLN respondeu que seria essa a leitura da equipe da Fipe.

Sobre a dúvida da coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR, a coordenadora do Centro de Planejamento Territorial esclareceu que não. Disse que tem um dispositivo no Decreto ZEEC-LN 2017, que é o **Artigo 65**, que diz: *As disposições deste decreto não se aplicam:*

I - a empreendimentos de utilidade pública, habitações de interesse social promovidas pelo poder público e a equipamentos públicos de interesse social;

“Ou seja, empreendimentos de utilidade pública e interesse social podem se localizar em qualquer zona”, afirmou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR comentou que eles criaram uma excepcionalidade para ocupação de interesse social e interesse público.

O coordenador de Planejamento Ambiental respondeu “exatamente”. E explicou que o que ocorreu no Litoral Norte ocorre também na Baixada Santista. “Era uma reclamação histórica, em especial da CDHU, que toda vez que eles procuravam terras, elas tinham alto valor e que eram circunscritos a procurar terra em Z4, Z 40D, por não conseguirem usar as terras de Z3, Z2 e Z1. O que acontecia é que o Zoneamento Ecológico Econômico costeiro do estado criava um constrangimento para o próprio estado fazer alguma atividade no projeto litoral sustentável, por exemplo, para investimento casado, de segurança pública, meio ambiente, habitação, teve dificuldades de achar terras em valores viáveis, porque a Z2 não permitia habitação, interesse social não permitia o investimento e muitas das ocupações que teve ao longo do tempo foram nas bordas do parque”, destacou.

Disse, ainda, que são as áreas que os proprietários iam largando mão da zeladoria e eram fruto de ocupação. “Às vezes, a CDHU conseguia tirar as pessoas de lá, que era o melhor cenário e levar para um outro lugar, mas, às vezes, o cenário estava tão consolidado que tinha uma reurbanização de favela. Algumas pessoas ficavam e outras saíam. Só que, para ficar, para a CDHU poder empreender, eles tinham problema porque não conseguiam depois passar pelos processos de licenciamento. Na Baixada Santista, que já enfrentava esse problema há muitos anos, em especial pelas franjas de São Vicente, Cubatão, Santos Continental, Guarujá, houve esse dispositivo que fazia mais pressão para o zoneamento, para utilidade pública e interesse social. A utilidade pública sempre é uma tradição no meio ambiente, então se vai fazer infraestrutura de energia e transportes sempre tem essa excepcionalidade, e a Baixada Santista carregou a pressão social por conta das favelas e da urbanização”, afirmou.

Acrescentou que, ao se fazer a revisão do gerenciamento costeiro do litoral norte, o ZEEC-Litoral Norte, em 2017, trouxemos esse dispositivo da Baixada Santista que já estava sendo válido lá desde 2013. “Então, esse discurso que estamos fazendo aqui, para mim tem um caráter mais, entre aspas, simbólico, orientador, do que é que a gente está querendo ou não no território, porque na hora de empreender ele vai advogar esse dispositivo e vai conseguir empreender. É óbvio que ser numa Z1AEP não faz sentido, creio que é erro de escala. Não faz sentido marcar ZEIs dentro de uma área de parque porque, quando for licenciar, a Cetesb vai dizer que não, nessa área você não pode fazer dentro do parque, mas da Z1 para frente, pelo ZEEC do Litoral Norte, ele vai poder empreender com HIS (Habitação de Interesse Social) em qualquer lugar”, ressaltou.

Lembrou, ainda, que teve uma crise muito grande dos ambientalistas com a prefeitura porque ela gravava ZEIs em tudo quanto é lugar. “Na época, no litoral norte, no gerenciamento costeiro do ZEEC, eles fizeram o mapeamento e tentaram circunscrever aquilo que eles estavam colocando como ZEIs, bem nas áreas mais ocupadas. É o que eles mostraram para nós e falaram publicamente, mas o ZEEC não se ocupou de gravar as ZEIs, até porque elas são mutáveis. Ao longo do tempo, o ZEEC vale por 10 anos e as ZEIs a prefeitura pode criar outras daqui a 2 anos, por exemplo”, explicou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse entender que o coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA está certo porque, na realidade, a secretaria recebeu diferentes assuntos. “Não é só as ZEIs porque quando você fala de interesse público, aterro sanitário é de utilidade pública, hospitais, entre outros. Então, tem vários outros equipamentos. Agora, no que diz respeito às ZEIs, eu queria ouvir, para chegarmos numa posição comum, já que ontem estávamos discutindo e não tinha nada a ver com o litoral, mas eu estava pensando muito mais no que está acontecendo na região de Piracicaba, que são condomínios em área rural. Então, a gente estava propondo uma orientação de que o parcelamento deveria ter padrões diferenciados para essas áreas rurais, ou de expansão, para assegurar, minimamente, a condição de baixa densidade dessas áreas”, analisou.

A coordenadora contou que, em reunião com a equipe, surgiu a questão de como tratar o assunto considerando as demarcações e gravações dos planos diretores e ZEIs nesses limites de áreas fragilizadas que é o caso do limite da Serra do Mar.

“Tem um porém em relação ao que discutimos para a zona de expansão, porque ZEI não dá para fazer em tamanho maior para garantir estabilidade, ao contrário, ZEI sempre tem aquela perspectiva de ter o lote de 125 m², o que leva uma densidade muito maior no parcelamento. Tem alguma saída que a gente possa pensar como diretriz para essas áreas de ZEIs que têm a ver com o plano diretor nesses aspectos que estão trazidos aqui para o litoral?”, questionou.

A coordenadora propôs, então, discutir internamente com a equipe e depois passar para a SIMA. A técnica da Fipe destacou ser importante falar que é esse dispositivo citado pela representante da SIMA no plano diretor de São José dos Campos, que tinha um dispositivo no artigo para utilidade pública que dava uma salvaguarda.

“E esse dispositivo, tendo condições de ZEIs, é importante porque, se uma área for colocada na zona de consolidação da urbanização, a área é valorizada, daí a pessoa não consegue fazer ZEIs porque a área está extremamente valorizada. Por isso, o dispositivo é comum. Toda vez que se faz um plano diretor, a cada 10 anos, esse dispositivo é usado para não deixar a área valorizada e ter condições de colocar em ZEIs, os próprios programas governamentais de construção de casas e, dessa forma, harmonizar as ZEIs”, destacou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN propôs fechar a discussão sobre as ZEIs sugerindo manter a correspondência das zonas do ZEEC e as macrozonas do PDUI, citando esse dispositivo nas diretrizes das macrozonas, o que permite às prefeituras fazer esse tipo de demarcação.

Disse que ainda havia mais dois slides da apresentação para discutir sobre propostas para mudanças climáticas, saneamento e mineração. Em mudanças climáticas, trata-se de proposta relativa ao ZEE do estado, de incorporar o conjunto de mapeamentos e cartas síntese ao PDUI. No caso, está sendo proposto especificamente para esse tema dos estudos climáticos, mas disse que vale a pena discutir a viabilidade com a SIMA ainda que o ZEE do estado não tenha sido concluído.

Disse que isso foi discutido no âmbito do grupo interno de macrozoneamento das equipes regionais do PDUI para incorporar no monitoramento, no planejamento das ações e dos projetos do plano e ter como base essas diretrizes do Zoneamento Ecológico Econômico do estado. A coordenadora do PDUI da RMVPLN continuou a exposição dizendo que a segunda proposta dizia respeito à questão das áreas de inundação e a terceira das áreas de escorregamento, que propõe incluir no PDUI como diretriz de preservação das planícies, das áreas de várzea, planície de inundação, recuperação de matas, que são diretrizes gerais, muitas delas já presentes em outras leis.

Acrescentou ainda que, no tema do saneamento, existe uma proposta relativa a resíduos sólidos e questionou se existia alguém, entre os presentes, na equipe da SIMA, que trabalhasse com isso, para ajudar na definição daquilo que é possível em termos de novos modelos, com uso de novas tecnologias para gestão dos resíduos sólidos, não só no seu tratamento final, mas também na questão da regionalização dos aterros na região.

Disse haver, especialmente no litoral norte, uma intensa circulação de resíduos, e essa é uma proposta da sociedade civil, com especial interesse para o litoral porque todo o resíduo sólido urbano do litoral sobe a Serra, à exceção da porção sul de São Sebastião que vai para a região da Baixada, mas o restante todo sobe a Serra para ser depositado no Vale.

Por último, no tema da mineração, a coordenadora do PDUI da RMVPLN destacou as contribuições dadas pelos representantes do IPT e da SIMA: uma diretriz de criação de uma Câmara Temática que trate desse tema, com a participação dos agentes públicos e do setor produtivo com um conjunto de ações que o representante do IPT relacionou.

“Ou seja, atualização do mapeamento considerando o que já existe; ordenamento territorial geomineiro e o zoneamento ambiental do Vale; desassoreamento de trechos do Rio Paraíba e reservatórios, favorecendo o escoamento da água, minimizando problemas de cheias e proliferação de plantas aquáticas; utilização de cavas exauridas como reservatórios para projetos de geração de energia solar flutuante; produção de proteína por meio da criação de peixes”, destacou.

Destacou, ainda, um planejamento de projetos de parques lineares com reflorestamento, espécies nativas em trechos das margens do Paraíba. “Isso foi uma proposta também da sociedade civil de criação de uma Área de Interesse Metropolitano (AIM), além daquela que havíamos proposto do Parque Linear do Paraitinga”, revelou.

Finalizou a apresentação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte e abriu para as considerações da SIMA.

A técnica da Fipe perguntou se a resolução Conama 307, que fala do plano de gerenciamento de resíduos da construção civil está em vigor ainda. “Todas as cidades são obrigadas a ter esse plano de gerenciamento e a logística reversa que estava dentro dessa resolução 307. Podemos colocar no Plano porque já tem na legislação federal ou caiu por terra?”, questionou.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA disse que iria fazer um comentário rápido porque essa parte é muito importante também, e que o coordenador de Petróleo, Gás e Mineração e o assessor técnico da Coordenadoria de Saneamento/SIMA também poderiam ajudar.

Sugeriu que a coordenadora do PDUI da RMVPLN e a técnica da Fipe compilassem o que tem no plano sobre resíduos e mandassem para a SIMA analisar como é o litoral, porque é um desafio que tem um constrangimento de áreas para continuar com a política de aterros.

“Até Santos já está vivendo isso e já está partindo para a recuperação energética, o que é uma briga enorme com a sociedade civil. Então, acho que, para o litoral norte, podemos pensar um pouco e ver como é que eles estão tratando. Mas a orientação é da regionalização – que estamos dando para todas as regiões do estado – porque os municípios não conseguem resolver esse problema sozinhos, então, a diretriz está perfeita”, afirmou.

Disse, ainda, que seria bom dar uma olhada porque seria possível usar como base o Plano Estadual de Resíduos. “Nós temos uma linha específica de trato com resíduos de construção civil e também do trato regionalizado. A incumbência dos municípios e dos grandes geradores ainda continua valendo, mas, mandem para nós avaliarmos. Pode incluir também esgoto, drenagem e tudo mais. Podemos fazer junto com o pessoal do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos. Acho que basicamente é isso”, resumiu.

Sobre mineração, antes que o coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA falasse, quis saber qual a ideia das diretrizes para os planos diretores da questão da recepção. “Esse tipo de redação já está OK porque eu estou imaginando que essa redação não só está boa para o PDUI, como podemos absorver para o ZEE São Paulo estadual, em especial para as áreas que já têm uma tradição de mineração”, disse. Para reforçar o assunto Programa de Resíduos Sólidos, o coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA retomou um pouco o que o coordenador de planejamento ambiental/SIMA havia falado. “Tem uma comissão muito ampla, com mais 7 equipes temáticas, da qual a mineração faz parte de uma delas, de aproveitamento de resíduos e rejeitos de mineração com aproveitamento socioeconômico, tem também resíduos de saneamento e uma série de outras atividades. Está bastante convergente, respondendo à pergunta anterior com relação ao acompanhamento desse setor. Está bem condizente com os planos de ações de cada setor já com um cronograma definido, então, se aliarem e gerirem esse plano que já foi definido eles estão cheios de ações que estão sendo acompanhadas”, sinalizou.

Ressaltou que o mais importante, além de todas as demais, é a regionalização, que é fundamental para viabilização desse aproveitamento. “É o que o governo do estado vem fazendo. Já tem vários convênios sendo assinados com vários comitês de vários municípios, sendo integrados a esse processo, que pega todos os tipos de rejeitos que são resíduos”, disse.

Disse que, falando de uma forma genérica de rejeitos ou resíduos, eles estão sendo muito atendidos dentro plano, e isso vai ao encontro do que está sendo feito no PDUI, que vai dar um reforço muito grande, tanto para o próprio PDUI como para o ZEE.

“Isso é bastante importante, é um dos grandes gargalos dos municípios porque é uma coisa muito complicada e complexa. O objetivo é não ter mais aterro e todo o material ser reaproveitado, com uma política regional de aproveitamento desse material, a nível de matérias físicas mesmo, como causa da mineração, argila, e outra coisa para tijolo. Aproveitar, ainda, para biomassa, que está sendo muito aceita no interior. As usinas de biomassa são muito bem aceitas na região do sudoeste que tem cana-de-açúcar. Participei de uma reunião do Consema que tem uma dificuldade imensa com usinas de biomassa, e nessa região isso é um problema bastante grande, com uma demanda da população muito forte. Eles têm uma sociedade organizada importante e eles têm uma série de restrições com relação a isso, mas, enfim, tem a política, tem o programa, tem a viabilidade financeira, e tecnicamente isso já está consolidado”, disse.

Sobre mineração, disse que dentro da proposta da SIMA foi colocado, e que ela atende muito ao que é pensado dentro da secretaria, em termos não só das restrições – que tem que haver – e que tem uma legislação que integra a mineração, municipal, federal, estadual e também a sociedade porque a licença social é muito importante e vale para o setor industrial.

Explicou que a licença social não é formal, mas é muito importante como link de articulação com a sociedade. “Nessas propostas de recuperação de parque linear, de recuperação de áreas, está colocada a importância da participação municipal nesses parques, porque eles é que estão lá e sentem a dificuldade. Então, nessa discussão de qualquer tipo de projeto no PDUI, é importante ter essa informação para que isso não seja também um projeto de governo, só de estado discutindo com empreendedores, sem a participação muito próxima do governo municipal. E é isso que está nesse documento que nós propomos”, apresentou.

Destacou que isso dá uma convergência do planejamento de uma região metropolitana com a participação efetiva da mineração. “Por isso, uma Câmara Temática de Mineração e de Recuperação de Mineração atende bastante não só o setor produtivo, mas a sociedade como um todo e, principalmente, a sociedade executiva e legislativa dos municípios”, destacou.

Por achar que os municípios ficam ausentes, defende seu envolvimento nessa atividade. “Acho que municípios e empreendedores ficam muito ausentes dos municípios. Então, esse link empreendedor, o município tem que ser muito forte para poder ter uma atividade satisfatória. Nessa documentação, incluímos para vocês analisarem, mas eu acho que, em princípio, atende muito bem. Eu diria que esse tipo de colocação é bem geral e atende o estado em todas as áreas”, ponderou.

Ressaltou que em 450 municípios do Estado de São Paulo tem mineração, por isso, é algo muito importante. “A mineração que nós estamos falando é um bem de utilidade pública e social e, também, está na Constituição, inclusive nessa nova resolução”, sinalizou.

“Antes era só agregado, hoje é toda a mineração. No nosso caso é agregado, é híbrido e está dentro de uma particularidade bastante social, na construção de casas e de toda a nossa estrutura social. Então, eu acho que atende bem nesse primeiro momento e atende bem para o estado como um todo em qualquer região”, opinou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse que a equipe Fipe está replicando essa proposta com as diretrizes e ações, especialmente na região de Jundiaí, Piracicaba, ainda que ela não tenha o peso que tem no Vale do Paraíba. “No caso de Piracicaba até tem, já que o polo cerâmico é mineral, mas, Jundiaí tem pouco, contudo, estamos replicando nas regiões onde essa atividade tem alguma expressão econômica, então ela não está só restrita ao Vale do Paraíba. Quando você fala do estado, estamos lidando aqui com cinco regiões e pelo menos em três delas essa proposta está descrita”, disse.

O assessor da coordenação de petróleo, gás e mineração disse que corrobora com as falas dos outros representantes da SIMA, seja com relação ao que é preciso considerar no PDUI, áreas de zoneamento que permitam as novas tecnologias para o tratamento de resíduos – e tem uma série delas sendo licenciadas e já licenciadas pela Cetesb.

Sobre as usinas no interior do estado, destacou, particularmente, a área de petróleo e gás que, no caso de São Paulo, as reservas são marítimas, não têm reservas em terra, mas seria importante que o zoneamento do litoral permitisse essas atividades, que não gerassem um tipo de restrição.

“Apesar de a gente saber do conjunto de iniciativas nos parques, entre outros, tem uma janela finita de oportunidades que o estado deve aproveitar para monetizar essas reservas”, analisou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN questionou o assessor da coordenação de petróleo, gás e mineração da SIMA sobre qual a atividade permitida pelo zoneamento do litoral – e ele respondeu que é de petróleo e gás.

“Nas nossas reservas na Bacia de Santos e na área do Litoral Norte, só que não cria restrições, até inclusive de operações que são a transferência de óleo cru ou derivados entre embarcações, na plataforma marítima”, explicou.

A coordenadora do PDUI da RMVPLN complementou dizendo que “parece que o nosso macrozoneamento do PDUI não cria nenhuma restrição a essa atividade”.

A coordenadora do PDUI das Regiões Metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba – Fipe disse que outras técnicas da Fipe apresentariam as questões das Regiões Metropolitanas de Piracicaba e Jundiaí.

A técnica da Fipe começou dizendo que a equipe trouxe algumas dúvidas sobre questões ambientais que fazem interface com o macrozoneamento, e que estão sendo propostas algumas questões específicas em relação às propostas recebidas.

A primeira dúvida foi sobre o macrozoneamento, especificamente a macrozona de preservação ambiental que foi desenhada para o macrozoneamento da Região Metropolitana de Jundiaí.

“Ela foi definida a partir da vegetação nativa que está inserida na Zona de Conservação da Vida Silvestre das APAs de Jundiaí e Cabreúva. Não existe esse desenho produzido, mas, a legislação das APAs deixa clara essa importância da vegetação que seriam consideradas, como as Zonas de Conservação da Vida Silvestre, e queríamos ver com a SIMA se o tratamento foi correto e se faz sentido manter como um desenho mesmo essa macrozona, desses maciços, porque a gente percebe que ela fica fragmentada no território, justamente por envolver a vegetação. Então, o primeiro ponto é ver se faz sentido manter dessa forma, justamente por conta dessa fragmentação que a macrozona acaba apresentando no seu desenho. E essa dúvida é específica do macrozoneamento na macrozona de preservação ambiental”, explicou.

Disse ter trazido duas propostas preliminares de diretrizes que estão vinculando as macrozonas dentro do macrozoneamento, exceto a macrozona de preservação ambiental, e muito também no sentido do que o Vale apresentou.

Dessa forma, a técnica gostaria de validar as diretrizes com os representantes da SIMA, se são suficientes e se não são, como a equipe poderia trabalhar com elas de uma forma coerente.

“A primeira seria manter as áreas de mineração ativas, com controle ambiental, promover a recuperação ambiental das áreas paralisadas e desativadas e garantir a disponibilidade de matérias primas minerais, conciliando a atividade de mineração com o controle da qualidade ambiental, de acordo com os regulamentos dos processos de licenciamento”, elencou.

A outra técnica destacou que essas propostas são para além da Câmara Temática, que tem aquelas diretrizes mais específicas da SIMA. “Essas diretrizes seriam para todas as macrozonas, excetuando a de preservação ambiental”, disse.

A coordenadora do PDUI das regiões metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba – Fipe complementou que aquele detalhamento estaria no âmbito das FPICs, com uma proposta de criação da Câmara

ra Temática. A outra dúvida apresentada pela técnica da Fipe foi mais específica. Ela quis saber como a equipe poderia abordar o ZEE do estado no ordenamento territorial, para serem observados quanto à elaboração dos planos diretores uma diretriz mais geral. A dúvida é nesse sentido: “Deixamos com essa redação mais geral, ou criamos diretrizes mais específicas para absorver o ZEE dentro do ordenamento territorial?”, questionou.

A coordenadora do PDUI das RMs de Jundiá e Piracicaba – Fipe lembrou que, como foi dito pelo coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA, a ideia é que na introdução do ordenamento territorial sejam elencados vários planos, inclusive o ZEE e várias legislações, que deverão ser alinhadas e obedecidas, digamos assim, como o PDUI.

Nesse sentido, a pergunta feita pela técnica da Fipe é que se isso seria suficiente “ou se vocês teriam alguma orientação para se colocar, além dessa proposta geral de alinhamento com o ZEE, alguma diretriz específica mais concreta, não tão específica”.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR destacou que a questão é que a nova versão do ZEE ainda não virou lei e a equipe não tem como dizer se usa essa diretriz, como é o caso do ZEEC. Por isso, a opção foi essa de reconhecer os regramentos ambientais no ordenamento do território, observando o conceito das macrozonas.

“A menos que vocês já tenham as diretrizes formuladas e que algumas se repliquem aqui, ainda que isso não tenha virado lei pelo ZEE. É a chance de já estar como diretriz no PDUI porque não sabemos nem quando o PDUI e nem quando o ZEE vão virar lei”, ponderou.

A técnica da Fipe levantou uma dúvida em relação à FEENA – Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade de Rio Claro. “Nós temos o desenho delimitado da FEENA, só que, observando a legislação, ela tem uma zona de amortecimento já expressa na legislação, e a gente gostaria de saber se vocês têm essa Zona de Amortecimento delimitada. Se ela estiver delimitada, se é do conhecimento de vocês, o Shapefile para disponibilizar para aproveitarmos no nosso ordenamento territorial, nas nossas análises, esse foi o bloco de macrozoneamento”, indicou.

Continuou a apresentação dizendo que entraria no bloco das diretrizes das FPICs e sinalizou que a equipe tem uma dúvida porque acabou inserindo uma diretriz sobre as Cuestas da APA de Corumbataí nessa proposta estruturada, que é de promover a preservação e conservação dos fragmentos florestais e das unidades de conservação.

“Recebemos essa proposta de um representante da Fundação Florestal, que sugeriu que essa proposta fosse incluída no sentido de refletir sobre a produção de estudos específicos que precisam ser elaborados para entendermos a fragilidade dessas áreas de Cuestas da APA Corumbataí, e que estão sujeitas à ocupações distintas que ocorrem na área. A proposta veio ao encontro do que precisamos entender e ter estudos mais claros do que pode e não pode”, disse.

A técnica explicou ainda que a diretriz preliminar de realizar estudos específicos das áreas de Cuestas da APA Corumbataí foi colocada para compreensão das suas fragilidades e proposição de usos compatíveis que assegurem a sua proteção.

“Queremos ver com vocês, também, se esse é o melhor lugar para tratar as cuestas. Se nessa proposta mesmo ou se devemos só tratar as cuestas nas macrozonas ou em estratégias como a estratégia de risco, a estratégia de gestão de parques que estão no ordenamento territorial”, questionou. Outra dúvida sinalizada pela técnica foi sobre a proposta estruturada que é como

se poderia inserir o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), porque não foi apresentada uma proposta clara e objetiva que trouxesse a nomenclatura do pagamento por serviços ambientais.

“Esse é um instrumento que sempre foi tocado de maneira direta ou indireta, nas audiências e nas oficinas. Foi um tema bastante recorrente e acreditamos que seria importante colocá-lo nessa proposta. Trouxemos um exemplo de diretriz, que seria promover instrumentos de sustentação socioeconômica dos ativos ambientais, contemplando, entre outros, a remuneração e a compensação financeira das áreas protegidas”, explicou.

Disse que o grupo técnico entende que, indiretamente, o PSA estaria tratado nessa diretriz, mas, queriam a confirmação se faz sentido colocar exatamente o instrumento de Pagamentos por Serviços Ambientais na redação. Além disso, o grupo queria inserir em outras diretrizes, seja no ordenamento territorial, onde ele também está citado em alguns momentos.

“Como de fato a gente pode trazer esse instrumento para o PDUI para não causar conflito com o estado, pensando no âmbito de aplicação do Pagamento por Serviços Ambientais”, disse. Uma outra proposta recebida, e que virou uma proposta estruturada, é promover a articulação de instrumentos interfederativos e institucionais para proteção e recuperação da fauna silvestre. “Recebemos essa proposta que vai ao encontro também na região de Piracicaba envolvendo alguns municípios e alguns municípios da RM de Campinas. O Ministério Público tem um inquérito civil para acompanhar essa questão da fauna silvestre na região”, disse.

Lembrou que, em 2017/18, no momento em que o PDUI estava sendo elaborado na região, o Ministério público solicitou que essa questão fosse inserida no PDUI, e convocou a participação de alguns grupos de trabalho para discutir isso com os municípios. Enfim, a inserção dessa proposta voltou a ser solicitada novamente.

“Só que entendemos que essa questão da proteção e da recuperação da fauna silvestre está muito atrelada a ações específicas do estado, ações específicas com os seus centros de recuperação e de acolhimento dos animais. Enfim, a gente queria entender com vocês qual seria a melhor opção, como poderíamos resolver a questão da proteção e da recuperação da fauna num âmbito de uma política regional”, afirmou.

A técnica da Fipe destacou que a equipe queria entender quais seriam as diretrizes que o grupo poderia colocar para que não houvesse novo conflito com essas ações mais específicas que são do estado na região. “Nós podemos até fazer uma reflexão inicial, se de fato é importante que isso continue no PDUI. Se faz sentido ter essa política regional. Por último, não menos importante”, considerou.

Outro tema foi sobre a questão do esgotamento sanitário. Ela disse que foram recebidas propostas tanto para Piracicaba quanto para Jundiaí em relação ao esgotamento sanitário. Explicou que são propostas que vão em questões bem específicas.

“Novamente surgiu a nossa preocupação de não deixar essas obras constando no plano, já que estamos falando de um plano de diretrizes, de orientações para a atuação dos municípios. Então, queremos ver com vocês, e, principalmente, com a Sabesp, quem tiver presente aqui, representando a Sabesp, qual seria a melhor abordagem para uma proposta estruturada, uma vez que não envolvemos obras na previsão de metas. Há necessidade de interação com a instância executora da política. Nós até discutimos um pouco nesse sentido e pensamos em deixar a redação des-

sa proposta estruturada para o Conselho de Desenvolvimento criar uma Câmara Temática para acompanhar e coordenar metas vinculadas ao saneamento para região com os municípios, para o atingimento dessas ações e metas, evitando conflitos com a atuação das concessionárias e com os serviços autônomos, ao invés de colocar, por exemplo, a previsão de obras ou de metas muito mais específicas”, explicou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse que a representante da Sabesp não pode participar, mas, ficou acertado com ela que todas as questões que eram afetas à Sabesp seriam enviadas a ela por e-mail, e que, depois, ela marcaria uma reunião para nos dar retorno. Passou a palavra à SIMA.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA propôs que precisam de um prazo para receber o material e fazer os ajustes. Comentou que essas duas regiões têm especificada a APA de Jundiaí, Cabreúva e Cajamar, e que, nesse exato momento, está tendo questionamento de um dos municípios, em especial Jundiaí, com relação ao zoneamento atual dela, que é um zoneamento feito por decreto há tempos. Tem um questionamento de uma revisão, por isso, disse que, dependendo do que for escrito, vêm junto as diretrizes e é possível direcionar para aquela região.

“Tendo em vista que esse zoneamento da APA é um zoneamento do modelo antigo, então ele tem efeito de licenciamento, por exemplo, a Zona de Vida Silvestre é uma zona restritiva”, explicou.

Diante disso, o coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA pediu a gentileza de recepcionar esse material dos técnicos porque iria falar com a gestora da APA. “Temos tido algumas reuniões porque o prefeito de Jundiaí veio falar com o secretário e, inclusive, é um tema meio sensível, por isso é preciso tratar dele adequadamente. Acho que é importante para nós também. Se para vocês não tiver problema, eu agradeço e recepciono o material”, sugeriu.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse que enviaria o material, mas que combinou com as equipes coordenadoras que no dia 10 de abril é preciso estar com essas propostas todas na versão zero. “Se a gente mandar hoje e você retornar até 4 de abril, no máximo dia 5, para que elas possam construir juntas, e passar para mim essa versão de cada uma das regiões até o dia 10 – que é o deadline delas para mim. Então, mandaremos hoje ou amanhã de manhã”, comprometeu-se.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA aceitou a proposta de prazo e pediu para colocarem o e-mail deles no chat para envio do material. Disse que uma dessas regiões está sem zoneamento porque ela foi acrescida ao longo do tempo e ficou sem zoneamento, por isso, é importante dar uma olhada mais detalhada.

Ele disse, ainda, que as questões relativas à mineração podem ser comentadas pelo coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA. Sobre a Zona de Fauna Silvestre, acredita que pode ser feito na linha do que a coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR propôs.

“Temos defendido que o ZZE não pode, neste momento, ser tratado como uma política porque está em processo de elaboração. Isso está corretíssimo, mas, acho que a gente pode fazer um trabalho, que é pegar os temas que são mais candentes nessa região e que a gente já fez a reunião regional e não houve contestação, e apontar para vocês as diretrizes que fazem sentido e que houve já um consenso do tipo, realmente esse assunto para essa região não está legal e aí podemos trazer as diretrizes do ZEE, que também tem natureza parecida com o PDUI, que são diretrizes de orientação”, sinalizou.

Para ele, talvez, seja melhor fazer uma aproximação entre os dois instrumentos a partir dos textos, porque aconteceu a reunião, houve um bom acolhimento sobre as questões que estão em discussão. “E podemos pensar no PDUI e a mesma lógica com relação à mudança climática que foi proposta no Litoral Norte, que é assumir também as projeções e fazer a equiparação do ZEE com o macrozoneamento da região de Piracicaba e Jundiá e, por último, o pessoal de fauna está fazendo para nós um descritivo melhor das diretrizes de fauna de caráter regional para o ZEE. Está se buscando soluções regionais, porque é muito penoso essa história do MP de que todo município tem que ter um centro de recuperação”, disse.

Para ele, é possível aproveitar esse trabalho que o departamento de fauna está fazendo, porque nessa região o Ministério Público pressiona muito para soluções para a fauna, atropelamento etc. “Podemos checar com eles uma redação que seja viável para o PDUI, e que o governo sustente, porque temos muito problema com centros de fauna, em processos de compensação de empreendimento. O problema desses lugares para os gestores de fauna é a rotina”, disse, e propôs olhar com cuidado o que já está sendo feito para o ZEE.

A coordenadora do Centro de Planejamento Territorial/SIMA complementou dizendo que foram considerados alguns indicadores, da forma que era justamente na tipologia de empreendimentos que estariam disponíveis no território, pensando em toda a cadeia da gestão da fauna silvestre. Com relação aos atropelamentos de fauna silvestre, disse que é um dado que se obtém na Secretaria de Transporte porque as concessionárias são obrigadas a emitir esses dados.

“Então, o nosso documento do zoneamento já tem diretrizes considerando esses quesitos de distribuição de empreendimentos e formas de atropelamentos”, afirmou. Disse que a equipe poderia olhar porque contém informações para colaborar na elaboração da diretriz.

Sobre o PSA, o coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA disse que acabou de sair um decreto com o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais, que é possível consultar pela internet. Destacou, também, que a SIMA tem uma equipe que está trabalhando no programa – o pessoal que cuida das nascentes.

“Acredito que, de imediato, se o PDUI cita, ele faz referência a esse decreto. Ele já está alinhado com o que São Paulo está dizendo que vai ser o PSA no Estado de São Paulo. Podemos dar uma olhada, mas, já tem essa saída imediata porque o decreto acabou de sair. Podemos encaminhar esse decreto para vocês e aí já tem uma solução”, apontou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR ressalta que a questão é se essa diretriz que está sendo proposta está consistente, ou se a SIMA gostaria de uma especificidade maior. “Fizemos a redação de uma diretriz que não nomeia, na realidade, o PSA, mas, faz referência, de repente, ao que você está dizendo”, explicou.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA disse achar bom e que iria ver se as metrópoles vão operar com fundos, se vão ter recursos para isso. “Pode ser uma saída para os municípios com caráter metropolitano porque o grande problema para nós, em PSA, é desenhar o programa e tudo mais e depois fazer a rotina do recurso, porque a gente consegue apoio com fundo internacional”, ponderou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse ser por isso que é importante nomear o programa na governança. “A partir daí, é possível captar recursos internacionais de fundos que apoiem esse tipo de atividade”, disse.

Explicou que estaria na governança da proposta. “Para cada proposta dessa temos um box para falar quais são os agentes envolvidos para governança e possíveis fontes de financiamento”, explicou.

Segundo ela, existem vários fundos internacionais nesse sentido, então, pelo que entendia da fala era importante que fosse nomeado o PSA enquanto um programa legal, reconhecido dentro do governo do estado, para que ele possa, no PDUI, se valer desse programa.

A coordenadora do PDUI das Regiões Metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba – Fipe concordou que é possível até deixar a diretriz mais ampla, mas pode ter uma diretriz específica, dado que o decreto foi aprovado e que tem o alinhamento necessário com essas normas.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA disse concordar com a coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR de conseguir que isso seja uma função regional que tenha fundo e recurso. “Para a SIMA, é excelente porque obter recurso é que é o problema”, disse.

Se comprometeu em receber e analisar o material produzido pela equipe da Fipe e dar o retorno na data combinada.

A coordenadora do Centro de Planejamento Territorial/SIMA observou que tem outro ponto sobre a zona de amortecimento porque é possível consultar os gestores da Fundação Florestal para identificar o shapefile referido da zona de amortecimento porque ela é delimitada, inclusive o memorial descritivo está on-line. “Verificamos se já existe essa informação territorializada para passar para vocês”, afirmou.

O coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA reforçou o que foi colocado pela técnica da Fipe, que colocou como macrodiretrizes para mineração. “Está bem assim, dentro de uma estrutura mais ampla, porque nessa região tem um dos maiores polos de mineração para cerâmica da América Latina, então é muito importante. Talvez aquele detalhamento, que foi colocado lá no Litoral Norte, é bem interessante, aquelas atividades de recuperação de área, a participação municipal nos corredores e de recuperação de parques, em algum momento colocar nessa faixa tem uma série de conflitos de uso do solo, e a mineração é uma delas, além de outras”, destacou.

A técnica da Fipe respondeu ao coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA dizendo que colocaria isso em todas as macrozonas, com exceção da de preservação ambiental.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR reforçou que são aqueles princípios que foram apresentados pela coordenadora do PDUI da RMVPLN, que foi a sugestão do coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA e seria replicado para Jundiaí e para Piracicaba. “Então, é preciso pegar o que foi feito para o Litoral Norte e trazer para essas duas regiões”, orientou.

A coordenadora do PDUI das Regiões Metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba – Fipe disse que a ideia é essa, já que, no detalhamento, a técnica da Fipe questionou se coloca no próprio macrozoneamento como diretriz, dentro das macrozonas, ou se coloca como uma diretriz no texto das políticas de uso do solo. “Mas tudo bem, ele será contemplado”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR concordou que é bom ter nas macrozonas, porque isso reforça a observação de quem olha o plano diretor e quem olha a lei de zoneamento, e também nas propostas estruturadas, quando se fala de planejamento e uso territorial. Disse ainda não ter importância que isso se repita, porque existem duas ordens de proposta de diretrizes.

“Uma que aparece na proposta estruturada e, no nosso caso, isso vai aparecer na temática do planejamento territorial e uso do solo, e uma outra de ordenamento do território”, destacou.

URs Ribeirão Preto e Franca

A técnica da Fipe começou a falar sobre o macrozoneamento de maneira bem rápida e, depois, outros técnicos iriam complementar. Começou sua apresentação usando o exemplo de Ribeirão Preto, mas iria falar sobre as duas unidades regionais: Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Aglomeração Urbana de Franca, cujo trabalho está sendo desenvolvido conjuntamente.

Destacou que, nessas duas regiões, é um campo completamente diferente do que foi apresentado até agora. “Na experiência que tivemos com os PDUIs de São Paulo e Sorocaba, anteriormente, partíamos de uma legislação já sistematizada, muito testada e consolidada, principalmente na área ambiental. Quando chegamos nessa região, que pra gente era muito nova, tomamos um susto com a falta de cobertura vegetal, com a falta de Unidade de Conservação e com uma área em que a terra agrícola é muito valiosa. Então, tem uma outra lógica”, disse.

Ela explicou que, logo nas primeiras análises, foi possível perceber a importância do Aquífero Guarani na zona de amortecimento. “Conhecíamos a importância até internacional, mas no nosso caso ele se tornou o nosso objeto de trabalho. Toda a equipe começou a entender assim. Por exemplo, em Ribeirão Preto 100% do abastecimento são poços que se abastecem do Aquífero Guarani e então, de cara, percebemos, do ponto de vista regional, que o Aquífero Guarani é extremamente relevante”, disse.

A técnica lembrou que na primeira reunião com a SIMA foi levada essa ideia e que foi aprovada. Logo em seguida, a equipe recebeu o shape do trabalho do IPT, que trabalha com um buffer de 2 km em torno daquela área de vulnerabilidade, que é o que tem no banco de dados da SIMA.

“A partir daí, começamos a trabalhar com esse buffer e tentar um diálogo com as prefeituras, sobretudo Ribeirão Preto, que já incorporou em toda a sua legislação de ordenamento de uso e ocupação do solo a relevância do Aquífero e como tratar a proteção desse Aquífero, e, ao mesmo tempo, conseguir ter um ordenamento urbano de uma preservação de 100%, que é inviável. Demorou um pouco, mas, felizmente, conseguimos um contato bem forte. Eu e outro técnico da Fipe fomos para lá na semana passada, fizemos reuniões e acertamos o macrozoneamento de Ribeirão Preto”, disse.

Ela explicou que não foi usado o polígono do IPT. A opção foi adotar as zonas de uso especial, que é a zona que o município de Ribeirão Preto trava, que é a zona sem o buffer que é de proteção do Aquífero. A técnica especificou que Ribeirão Preto avançou muito em toda a legislação, inclusive na lei de uso e ocupação do solo.

“Agora, o nosso desafio mudou. Começamos a raciocinar que esse é o desafio que a gente tem agora. Temos que entender quais são os municípios que estão 100% nessa macrozona do sistema do Guarani. E quais são aqueles que eles têm 100% do seu núcleo nessa zona do Aquífero. Começamos a fazer essa análise, a técnica da Fipe já começou a produzir esse material para termos um quadro mais realista do que vamos encontrar, porque com Ribeirão Preto está completamente acordado. Abraçar essa proposta do macrozoneamento fortaleceu muito a proposta. Seria muito complicado não contar com o apoio deles, mas, os outros municípios, a maioria deles são municípios pequenos que não se manifestaram e que não percebem o alcance do que é o PDUI e do que esse instrumento pode, no futuro, impactar na ocupação do território”, apresentou.

Diante disso, a técnica da Fipe disse que o desafio da equipe agora era fazer o que se avançou com esse contato com Ribeirão Preto. Ela explicou que a equipe não iria delimitar nessa macrozona o

que é urbano e rural porque existe o entendimento de que a legislação sobre uso e ocupação do solo é competência do município, mas nós, a equipe, entendemos que é preciso conceituar e ter diretrizes claras para cada uma das situações.

“Então, o que que avançou de Ribeirão Preto é que a zona deles especial é um trecho do município, então eles têm todo o restante do município sem essa restrição. Estamos pensando agora por similaridade. Isso me lembra muito a legislação de proteção aos mananciais, por isso, achei que precisava de uma ajuda nas diretrizes para pensar no conceito da macrozona, não só diretrizes pré-existentes do urbano consolidado, núcleos urbanos, a gente vai ter diretrizes que liberam isso bastante naquela zona deles. Eles têm muitas diretrizes para novos parcelamentos e diretrizes para áreas rurais, então, a gente acabou organizando nesses três eixos. E a base da proposta da lei de uso e ocupação do solo de Ribeirão é um estudo do potencial de fragilidade do shape que eles fizeram, inclusive acho que foi um contrato com uma consultoria da Fipe”, destacou. A técnica disse que será proposta a extrapolação desse estudo para toda a macrozona para se fazer um plano estratégico de ocupação desse território. “Acho que é muito similar às leis específicas, mas ela não trata disso, então isso é um outro desafio. A gente ia ter diretrizes que, conceitualmente, deixam muito claro qual é a situação, mas que estão detalhadas a ponto de entrar na seara do município, na competência do município, de legislar sobre uso e ocupação do solo. Com relação ao macrozoneamento é isso. Acho que foi um avanço. Particularmente, fiquei contente de termos conseguido emplacar nessa macrozona. Acho que ela vai ser um exemplo para o resto do estado, inclusive porque pega uma área grande no ZEE”, afirmou.

Completo que gostaria de ver o que foi pensado pelos representantes da SIMA para a zona do Sistema do Aquífero, se tem algumas diretrizes específicas que podem ser incorporadas no macrozoneamento.

Passou a palavra para os técnicos da Fipe que iriam falar sobre as FPCIs.

A técnica da Fipe começou dizendo ter entendido que a equipe da Fipe deve fazer um documento compilando todas as dúvidas para ser enviado para análise, tanto da SIMA quanto da Sabesp. Continuou dizendo que faria uma apresentação geral, já que algumas dúvidas vão ao encontro do que foi apresentado anteriormente, porque receberam muitas propostas com relação a obras ou propostas muito específicas de elaboração de dispositivos, coisas que normalmente vão trazer custos e que são muito específicas e que deveriam ter algum estudo de viabilidade econômica e técnica.

“Ficamos com um pouco de receio de colocar isso no PDUI, até por conta dessa especificidade, que o plano não tem esse caráter”, justificou.

Na questão da drenagem, tem muito o problema da insuficiência dos dispositivos relacionados à microdrenagem, sendo que nas discussões internas da equipe surgiu a questão de até que ponto é possível tratar da microdrenagem.

“A macro faz mais sentido, quando se pensa regionalmente, mas a micro é muito local, porque está relacionada às obras de galerias, bocas de lobo, enfim, ficamos com receio de como tratar esse tema. Deveríamos tratar? Ou como tratar? Pensando primeiro no Plano de Saneamento Básico, que é da SIMA, de repente, como ainda não tem material disponível com relação a isso, tentar entender como vocês veem essa questão da microdrenagem em âmbito regional. Como, no âmbito do PDUI, poderíamos tratar, ou não tratar, a microdrenagem, e tentar trazer mais para a questão do macro e trabalhar mais nas infraestruturas verdes. Seria essa dúvida com relação à drenagem”, apresentou.

Outro ponto levantado pela técnica foi sobre o abastecimento de água e o esgotamento sanitário que, segundo explicou, fica muito em volta do que é apontado nos planos municipais de saneamento. Segundo a técnica, existe a falta do cadastro técnico das redes de abastecimento de esgotamento.

Por isso, ela disse que existe uma deficiência para o planejamento e a identificação de quais são os gargalos que devem ser atacados e, principalmente, como o PDUI poderia tratar disso regionalmente, levando em conta que são regiões que têm prestadores locais e regionais como a Sabesp. “É muito diferente porque não tem a Sabesp ali predominando, normalmente ela aparece em metade dos municípios. Então, como tratar essas questões que estão muito ligadas às concessionárias, às prestadoras de serviço, que demandariam delas esforços de investimentos nessas áreas? E como, ao mesmo tempo, o PDUI conseguiria tratar dessas questões mais técnicas?”, questionou.

Outra questão apontada foi sobre a relação aos estudos de energia elétrica, redução de energia elétrica nas estações de tratamento. Ela quis saber se existe o link com a matriz energética e o quanto é importante essa questão de energia elétrica e os estudos de redução da energia dentro das estações de tratamento.

“Tem algo, no nível estadual, tratando dessa questão? No caso de controle de perdas, de maneira mais específica, a implantação que se fala nessa proposta de macromedição termoeletrica já diz que são tecnologias de ponta no sistema de monitoramento das redes, mas também entendo que não seja para o PDUI trazer essa proposta da maneira como está. De repente, uma diretriz mais geral, mostrando que é necessário monitoramento do funcionamento dos sistemas hidráulicos e elétricos, a fim de ter uma redução, ou se isso também pode estar dentro de um programa de redução de perdas regional?”, perguntou.

A técnica ainda levantou questões com relação a resíduos, e disse que a equipe tem a compreensão de que os resíduos devem ser tratados de maneira regional e que a população e os órgãos municipais também entendem dessa maneira.

Ela disse que já existe o entendimento de que é preciso compartilhar tanto as estruturas quanto a demanda por aterros – e tem várias propostas sobre isso –, mas muitas focam na disposição final, que seriam os aterros. Por isso, ela disse que outra questão é sobre a compostagem, que é muito fraca nessas duas regiões.

“Em Franca, não tem nenhuma usina de compostagem, pensamos em diretrizes para fomentar essas estruturas compartilhadas que atendam um conjunto de municípios, e definir exatamente quais são e sua localização, quais municípios fariam parte. Pensamos que deveria ser feito por meio de um estudo, como um Plano de Gestão Integrada Regional. Seria mais uma proposta para trazer para o PDUI. As duas regiões não possuem. Mas aí fica a pergunta: como podemos trazer de maneira mais emergencial que não só a elaboração de um plano?”, destacou.

Disse, ainda, que a equipe entende que, talvez, seja possível trazer essa diretriz de trabalhar com estruturas de infraestruturas compartilhadas – e remeter algumas delas à definição de um melhor diagnóstico e tratamento em um plano futuro.

Ela ponderou que, na região, surge – e foi até falado pelo coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA – com relação à geração e ao aproveitamento do lixo, e citou como exemplo a atividade

agrícola na região, que é muito forte, da biomassa dos resíduos da cana, e como o estado vem trabalhando nisso, porque é preciso ver a viabilidade técnica, econômica e ambiental.

“Entendemos que, na região, é uma demanda muito forte, mas, como também foi falado, não seriam conceitos, mas teriam impasses para isso. E, também, como poderíamos, de uma maneira mais geral, incentivar o aproveitamento de resíduos e da biomassa advinda da produção da cana? E saber se o estado também já tem alguma coisa com relação a isso voltada para essas regiões”, quis saber.

Ainda comentou sobre uma proposta bem específica – que foi muito discutida entre a equipe da Fipe –, que foi a aquisição de trituradores de galho, que os municípios têm de compartilhar com os aterros e usinas de compostagem e, também, além de estruturas de um triturador de galho, de um triturador de materiais de construção civil.

“Então, também, trazer para o PDUI algo mais geral, não citar quais, nem como seria feito esse compartilhamento. Uma coisa para se pensar também é como trazer esse grande problema? Levar não só os locais, mas também essa infraestrutura necessária para o processamento”, disse.

Outra proposta é com relação a estudos que barateiem os gastos que os municípios possuem, porque vai muito ao encontro de soluções compartilhadas com os consórcios.

“Hoje, tem a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps), que está caminhando no sentido de fazer toda a gestão de um convênio com alguns desses municípios para definir a taxa. Seria uma tarifa? São coisas que estão caminhando para ajudar os municípios a terem mais recursos para a gestão dos seus resíduos. Então, até que ponto a gente consegue entrar nesse assunto no PDUI? Isso é uma coisa que me veio agora olhando aqui com relação à deficiência encontrada com relação às pesquisas que existem para diagnóstico de resíduos. Tanto os SNIS como o IGR – Índice de Gestão de Resíduos, infelizmente, apesar de serem ótimos instrumentos, os municípios não respondem muito, não têm muita decisão, e a gente vê que isso é um grande empecilho para conseguir fazer essa gestão compartilhada, porque precisamos entender, de maneira geral, o que está acontecendo e não temos muitas das informações necessárias. O que o PDUI poderia trazer a mais para tentar incentivar que esses municípios participem desses diagnósticos? O IGR é supercompleto, mas, tem baixíssima participação. Então, o que a gente poderia fazer? Cabe ao PDUI fazer isso?”, perguntou.

A última questão apontada pela técnica foi sobre a matriz energética. Disse ter visto uma notícia com relação a um protocolo de intenções que foi feito entre a SIMA e a Associação Brasileira de Geração Distribuída sobre implementar programas e projetos com relação à geração distribuída. Lembrou uma reunião com a SIMA em que a equipe verificou que o grande enfoque na questão das energias renováveis, no caso, mais fortemente da energia solar.

“Queremos saber se tem algum documento que a gente possa também trazer para o PDUI com relação a isso, e, de maneira mais geral, que tipo de diretrizes podemos inserir, além dessa questão do aproveitamento da biomassa – que eu acho seja algo que tem que estar presente para essas duas regiões – que esteja em consonância com o que o estado está pensando para a diversificação da matriz energética?”, perguntou.

O técnico da Fipe complementou dizendo que, na área de meio ambiente, foi identificado como desafio o fato de, em muitos casos, já existirem esses programas e essas estruturas estaduais e municipais, e o desafio da equipe Fipe é trabalhar nessa ligação entre o que é municipal e o que é estadual.

“Como trabalhar de forma complementar esses programas que são do governo e estão sendo incentivados e desenvolvidos nos municípios foi o grande desafio de fazer propostas. Os pontos interessantes que a gente nota nessas duas regiões, ressaltados nos diagnósticos e nas propostas recebidas, têm relação ao baixo índice de cobertura vegetal das regiões, inclusive, nas diretrizes do ZEE, são áreas de salvaguarda da biodiversidade e até de enfrentamento às mudanças climáticas precárias”, analisou.

O técnico apontou que as propostas vieram para criar estratégias para essa realidade. “Pensamos na reserva legal das propriedades porque verificamos que dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) apontam que tem muitas reservas legais definidas, mas quando a gente vê é de forma regional. Elas estão pouco florestadas, então ainda não há um tratamento nessa reserva legal para que ela cumpra essa função. A linha assumida foi trabalhar a proposta de incentivar essa recomposição da reserva legal. E aí vem uma questão que não sabemos se no estado tem algum tipo de incentivo nesse sentido”, expôs.

Outra questão levantada por ele foi o baixo índice de unidades de conservação nessas regiões, com pequenos parques e mais nada. “Não verificamos áreas, como nas regiões maiores, e aí uma estratégia talvez seja trabalhar com a criação de unidades de conservação menores, como as RPPNs, que são, teoricamente, mais fáceis de serem aplicadas e desenvolvidas e, também, com uma estratégia nesse sentido, de modo estadual”, sugeriu.

Continuou dizendo que um terceiro ponto seria o enfrentamento de alguns eventos de queimadas, que nos últimos anos foi bastante drástico na região, tendo surgiram diversos comentários a respeito.

Destacou que, tanto na audiência pública quanto nas oficinas regionais, a proposta foi de prevenção e enfrentamento. “Sabemos que já existem alguns programas estaduais de combate a esses eventos, e o que foi trazido pelos participantes era muito no sentido de fazer algum tipo de enfrentamento e monitoramento dessas regiões, em nível regional, com brigadas que seguem essa lógica regional, e de distribuição de equipamentos e infraestruturas de combate ao fogo. Foram esses três questionamentos que destacamos”, disse.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA sugeriu fazer, da mesma forma, quanto as dúvidas e questões anteriores: da SIMA recepcionar, analisar e devolver no prazo combinado. Comentou, ainda, que, quanto ao macrozoneamento, o Sistema do Aquífero Guarani foi um gol que a equipe Fipe fez porque tem uma discussão longa de como fazer a proteção do uso do solo do sistema das áreas de recarga.

“Em algum momento, ajudou a gente a tratar a questão da água subterrânea no ZEE, então aí vocês dão um passo maior do que o nosso nessa mesma escala, mas vocês desceram degraus e se aproximaram do fenômeno ao criar essa macrozona que, para nós, é genial. Então, podemos recepcionar esse material para uma análise mais aprofundada”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR esclareceu que enviaria essa proposta da macrozona com algumas diretrizes que estão sendo propostas, sejam para os usos urbanos, como para usos rurais, e, eventualmente, alguma estratégia com relação a essas questões que foram tratadas pelo técnico para essa macrozona do Aquífero Guarani, de aumentar a cobertura vegetal e algumas estratégias que o ordenamento territorial do PDUI tem que contemplar.

Disse que encaminharia para a SIMA um pacote completo no que diz respeito a diretriz e estratégia e, eventualmente, a técnica da Fipe pode olhar se tem alguma Área de Interesse Metropolitano (AIM) para um projeto mais amplo. Afirmou não saber se caberia nessa região.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA concordou, e disse que eles podem analisar sob as nomenclaturas e as redações que a Fipe está trabalhando, para dar um apontamento para a pessoa responsável na SIMA.

Afirmou que o abastecimento no estado é muito dependente de água subterrânea e que, às vezes, mais do que ficar exclusivamente na macrozona de proteção do Aquífero, talvez até definir diretrizes gerais do ponto de vista de uso da água – porque é o que tem sido pouco acompanhado.

“Mesmo áreas que estão fazendo uso de água subterrânea estão sofrendo com o rebaixamento do lençol e estão com dificuldades. Isso pode ser superlegal para vocês e, para nós, foi ótimo. Da drenagem, talvez, se alguém da Infraestrutura puder ajudar, porque estamos trabalhando um pouco em não negar as obras que são de engenharia civil da drenagem, mas tentar incentivar, em especial nas áreas que ainda estão sendo ocupadas, as soluções baseadas na natureza. Isso é uma coisa que a representante da Sabesp, em um debate há alguns anos, falou do bom tratamento dos cursos d’água municipais, tentando ações novas de recuperando de córregos e rios. É sempre inteligente porque as obras de drenagem tradicionais têm alto custo e a solução regional é complexa, porque tem a história de piscinões, desapropriações e tudo mais, porém, não sou especialista, estou só falando um pouco em torno do combate. Acho que, indo nessa linha, é sempre interessante, entendendo talvez as áreas que já tenham sofrido com enchentes e acompanhando o curso de suas bacias, e imaginar ocupações que possam ser mais amigáveis a isso. E aí toda a diretriz de aumento de permeabilidade, manutenção de vegetação, sempre ajuda na recuperação de áreas de proteção mais do que aquelas saídas de canalização e piscinões, que, volto a dizer, não está descartado se são territórios que estão ainda sendo ocupados e expandindo”, analisou.

Continuou dizendo que o bloco de resíduos é grande e que na região tem consórcios. “Temos incentivado as soluções regionais. Acho que muito do que foi falado, no final das contas, é muito objeto de planos regionais de resíduos porque a gente acaba dando diretrizes antecipadas do tipo da pirólise”, disse.

Acrescentou que a compostagem é a melhor saída, depois que foi estudado todo o processo. “Isso é sempre objeto de um plano, porque aí você vai ver se o que tem na mão é suficiente para fazer compostagem em caráter regional, porque a compostagem depois do volume que ela ganha tem que ter área rural para absorver isso. E é preciso ter toda a lógica de certificação para saber se aquilo pode ser reutilizado como enriquecimento de produção agrícola e tudo mais. A própria pirólise – que a gente está sempre chamando, mais genericamente, de recuperação energética de resíduos – pode ser várias técnicas e ela é uma das saídas obviamente, as reciclagens, logística reversa, isso tudo faz parte do grande cardápio. Então, talvez, seja o caso de nessa região olharmos o material que a nossa equipe tem de resíduos, que é a mesma que vai olhar o do Litoral Norte no SIRS e passar para o coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA e para o assessor da coordenação de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA para olharem um pouco essa região”, sugeriu.

Acrescentou ainda que, se existe um grupo falando de soluções na ponta é porque o problema existe, como existe em qualquer lugar do estado, e, talvez, por ser metrópole, o plano regional seja a grande alternativa para encarar o problema regionalmente e dentro do estado, via saídas efetivas.

“Senão a gente se adianta e já dá uma possível saída, quando na verdade, é preciso olhar o processo como um todo. Fizemos algo que foi um salto qualitativo que é a reforma do ICMS ambiental – o ICMS ecológico virou ICMS ambiental – que vai, a partir do ano que vem, dar recursos para

resíduos sólidos, para gestão de resíduos, e esses recursos vão ser de acordo com informações que os municípios vão passar para nós”, explicou.

Ele acrescentou que as informações estão dentro do Índice de Gestão de Resíduos (IGR), que passa a ser um pouco mais interessante porque, se não for preenchido, não ganha recurso de ICMS. “É o enfrentamento que os municípios sempre têm receio, de criar a taxa do lixo, que foi meio valorizada aqui no estado de São Paulo e acabou sendo queimada. Ela agora voltou a ser obrigatória pela Política Nacional de Saneamento, mas, em especial, o estado de São Paulo vai ter dinheiro através do novo ICMS ambiental, que vai dar dinheiro para a gestão do resíduo, então vai entrar recurso, a despeito de fazerem a taxa ou não”, destacou.

Nesse sentido, disse que, dentro da lógica de um tratamento regional dos resíduos, como está sendo falado, é preciso ter informação e monitoramento. “É preciso ter dinheiro. O estado está entrando com o dinheiro, precisa de informação e planejamento. Podia ser um bloco só do tema resíduos”, sugeriu.

Disse, ainda, que tentava pensar em outras saídas para o que foi falado de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), queimadas na unidade de conservação, e deu razão ao que foi apresentado pelo técnico da Fipe. “Nessas regiões, os fragmentos são muito pequenos e a criação de grandes unidades nessas regiões está meio fadado ao fracasso, não faz muito sentido. A não ser que sejam unidades de gestão do tipo monumento natural, APA, mas, mesmo assim, é meio complicado”, ressaltou.

Afirmou ainda que fazia sentido o tratamento por RPPN, até Monumento Natural Estadual (MONA), que pode ter escala menor e mantém a propriedade privada. Nesse sentido, poderia existir uma redução na resistência, mas ele disse achar que vai partir de uma lógica, talvez do que foi feito em Campinas, em que foram os corredores de conectividade de Campinas onde a proposta é ter uma área estratégica – não lembrou o nome – mas era uma área metropolitana estratégica de conectividade.

“Para Ribeirão Preto é que eu me lembro um pouco melhor. Penso que faz todo sentido ter uma estratégia regional, que você faça a composição de reserva legal e APP, dialogando com uma solução baseada na natureza, para drenagem que possa ter uma lógica de corredores. E aí isso pode ter RPPN no meio; pode ter MONA, APP, reserva legal ou parque municipal. Pode ser uma estratégia que tire partido da conectividade e dar lógica para a continuidade. Por último, a questão das queimadas, vocês também pegaram legal porque a gente também identifica o aumento de queimadas nessas regiões, aliás, em geral, sejam também do agronegócio dos grandes plantios que tem Operação Corta-Fogo que é muito fiduciária, muito lastreada na parceria com os proprietários, prefeituras, bombeiros. Então, é uma rede e faz todo sentido o enfrentamento regional. Podemos passar, se vocês já tiverem alguma coisa escrita, para a nossa área que cuida do corta-fogo e ver o que eles estão pensando para a região, aliás, a gente aprimorou a visão, porque fizeram uma parceria com o ICMBIO para fazer uma capacitação do uso do Corta-Fogo. Tem coisas que precisam entrar em São Paulo, que são inovadoras e, talvez, estratégias funcionais façam todo o sentido. Isso também é lição de casa para uma análise maior da equipe da SIMA”, expôs.

A técnica da Fipe quis retomar o assunto dos resíduos porque o governo tem interesse, obviamente, na solução regional para resíduos sólidos. Além do ICMS ambiental, a técnica quis saber se faltava uma regulamentação, e que outros tipos de incentivo o governo estava pensando para o consórcio de resíduos sólidos urbanos.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA respondeu que não faltava mais regulamentação porque saiu uma nova lei e o decreto regulamentador saiu na sequência. “O que acontece é que o decreto e a lei deram um prazo para implementação, então só deve começar a ser pago a partir do ano que vem. Estamos fazendo os acertos com a Fazenda, mas já está tudo redondo, não está faltando nada para o ICMS ambiental entrar em vigor”, explicou.

Sobre a segunda questão levantada, ele disse que a secretaria tem incentivado os consórcios com termos de parceria entre eles, e o governo do estado onde é oferecida ajuda técnica aos consórcios para fazer planos regionais e a pensar na região. “Então, isso é a primeira ajuda que a gente tem dado, a segunda, e no último ano a gente está tentando viabilizar recursos para os planos. Nessa lista estão os cerca de 20 consórcios que estão como nossos parceiros, estamos viabilizando recursos pela Secretaria de Governo para os planos regionais de resíduos”, esclareceu.

Disse, ainda, que existe um consórcio dos municípios da Alta Mogiana e parcela dessa região que está nesse consórcio é parceiro. “Então, provavelmente, eles devem estar recepcionando recursos para ter plano regional lá. E a terceira questão é que, recentemente, também neste ano, a Secretaria de Governo está viabilizando recursos que estão sendo gerenciados via fundo para repasse de materiais de equipamentos de uso regional para reaproveitamento de resíduos de construção civil e equipamentos para as cooperativas que são mini cooperativas de reciclagem”, detalhou. Afirmou ser possível fazer um placar para levantar em que regiões metropolitanas isso acontece.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR cogitou que esse levantamento poderia ser para as cinco regiões em estudo, inclusive a técnica da Fipe havia comentado sobre os equipamentos para tratamento da reciclagem dos galhos de árvore.

“Podemos nomear enquanto diretriz para organizar a cadeia que poderá contar com esse fundo. No PDUI, a gente não tem que tratar da política em si, mas podemos indicar quais são as possibilidades de mobilização de programas e recursos para que isso se viabilize”, explicou.

A coordenadora de Recursos Hídricos/SIMA começou dizendo que gostaria de complementar o que foi dito pelo coordenador de Planejamento Ambiental em relação aos resíduos e aos recursos hídricos. “Quanto à gestão de resíduos, ela deve ser tratada pelo estado inteiro, de forma uniforme, porque existem diretrizes da secretaria dentro desse comitê de integração de resíduos que trabalham a regionalização e alternativas energéticas”, enfatizou.

Destacou ainda existirem cinco ou seis temas que são gerais para o estado inteiro e citou como exemplo, se precisar de um triturador de galhos ou compostagem. “Então, é ter um plano que estabeleça as diretrizes da região vinculado aos consórcios, ou a qualquer que seja, e que esse plano defina o que é prioritário sem entrar no detalhamento”, destacou.

Sobre recursos hídricos, disse que, do mesmo jeito que foi dado destaque para áreas de várzea e de nascentes de rios, dar um destaque nas recomendações e diretrizes para a área de recarga do Aquífero Guarani dependente do zoneamento. “Essa área de recarga deve ser tratada com carinho”, disse.

Ainda perguntou se a equipe consultou o Plano de Bacia do PCJ, que trata de várias questões relacionadas com recurso e, também, a gestão de território, para ver se não tem alguma incompatibilidade com relação ao que estava sendo colocado na reunião.

A técnica da Fipe disse que não sabia se tinha ficado claro, mas a macrozona do Sistema do Aquífero Guarani é para as duas unidades regionais, Franca e Ribeirão Preto. “Inclusive Franca tem uma zona de escarpas, tem uma área cenicamente muito bonita. Pode ter algumas diretrizes interessantes, e uma outra coisa para reforçar é que não se trata de uma APRN, é uma macrozona, que vamos andar no fio da navalha porque de um lado tem a competência do município e do outro, o interesse regional. Então, a gente tem que ser muito preciso nas diretrizes para não gerar até inconstitucionalidades, entrando na competência do município, mas também não ficar genérico demais”, enfatizou.

A coordenadora do PDUI das Regiões Metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba – Fipe respondeu à coordenadora de Recursos Hídricos/SIMA, dizendo que, em princípio, sim, estão fazendo as diretrizes alinhadas com as diretrizes do Plano de Bacias do PCJ.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR destacou para os técnicos da Fipe como era importante a orientação dada pela coordenadora de Recursos Hídricos/SIMA. “Muito pertinente. Disse que não é especialista na área ambiental, muito menos em saneamento ambiental, mas conhece o limite do PDUI, então, acha que essas diretrizes gerais têm esse caráter amplo para os municípios de modo geral, no caso particular das unidades regionais que estão sendo tratadas. É a perspectiva de organização regional que esses serviços, decorrentes de um plano mais geral, devem ter. Então, essa colocação inicial que a coordenadora de Recursos Hídricos/SIMA faz sobre resíduos sólidos está de acordo e sempre estou dando esse alerta para vocês”, ponderou.

A técnica da Fipe disse que a discussão foi esclarecedora e que, na ânsia de colocar o carro na frente dos bois e tentar trazer alguma coisa mais emergencial, mas, por conta de resíduos, até por não ter esse diagnóstico e todas as informações muito bem reunidas e conhecidas, faltam instrumentos para conseguir estabelecer boas propostas, por isso, disse, é que o estudo precisa ser feito.

Pensando na governança do PDUI, a técnica da Fipe perguntou se o Comitê de Integração de Resíduos Sólidos participaria, por exemplo, dessa gestão da governança no PDUI. “Poderia ter isso? É possível porque ele é um comitê que faz toda gestão dos planos e não sei até que ponto ele poderia participar da governança, conforme foi citado”, comentou.

A coordenadora de Recursos Hídricos/SIMA sugeriu uma conversa com o pessoal do Comitê para saber da forma da atuação desse comitê junto aos municípios, como difusor das ações do estado. “Existe um programa prioritário do estado de resíduos sólidos e, dentro desse programa, tem diretrizes e objetivos a serem atendidos. Então, o comitê faz essa gestão, junta todo mundo para que seja implementado. Eles estão viabilizando a formação de consórcios para fazer gestão de resíduos sólidos. Existe uma outra ação dessas alternativas energéticas que o assessor da coordenação de Petróleo, Gás e Mineração participa e ele poderia até falar como é que está sendo feito. São diretrizes gerais para o estado, que estão sendo estimuladas por esse comitê. Então, acho que valeria uma conversa com eles para poder ter uma ideia mais geral e quais são os temas e como eles estão trabalhando, não lembro agora”, disse.

O coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA observou que poderia até ouvir o comitê, mas não sabia se fazia sentido citar no PDUI uma coisa que seria mais uma norma. “O comitê foi criado dentro da secretaria para unir todo mundo que trata de resíduos na secretaria, é uma organização interna de trabalhos. Tanto que acabamos de dar posse a novos membros da Comissão Estadual de Resíduos Sólidos, com representantes de outras secretarias que atuam com resíduos, saúde,

agricultura, com uma representação mais ampla no governo do estado. A representação externa dele é uma apresentação política de articulação e nem sabemos se ele será perene”, justificou.

Acrescentou ainda achar que as diretrizes que estão no plano e que o SIRS toca, são os grandes eixos da política de rede estadual. “Essa lógica da regionalização, a partir de planos, acho que isso vai fugir agora. A representação, posso checar, mas acho que ele tem um caráter muito interno”, ponderou.

A coordenadora de Recursos Hídricos/SIMA complementou dizendo que citar essas linhas de trabalho com o comitê é importante para ter, até em um processo de mudança de governo, uma linha de trabalho, que é importante para o estado consolidar essas linhas no PDUI, independentemente de ter o comitê, de ter comissão estadual, que são arranjos políticos, vão lá dizer administrativos para executar esse trabalho.

“Acho que o importante é a execução do trabalho em si, independente da estrutura que está sendo construída em cada governo, em cada momento”, defendeu.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR perguntou se a equipe tinha mais alguma dúvida e ressaltou que a colocação da coordenadora de Recursos Hídricos/SIMA era importantíssima sobre a observação do coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA de que as estruturas são frágeis e podem mudar.

Questionou ao assessor da coordenação de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA se queria colocar alguma questão com relação ao que foi dito e se haviam percorrido todas as questões levantadas pela equipe de Franca e Ribeirão Preto.

Agradeceu a colaboração mais uma vez. “A reunião foi muito produtiva com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, que está sempre muito disponível, e essa interação com o projeto da SDR e nós, pela Fipe, que estamos trabalhando tecnicamente com vocês, só fortalece as pautas regionais, não só naquilo que vocês estão tocando, mas do compromisso de uma outra instituição do estado que é a Secretaria, também com essa diretriz de atuar mais regionalmente nessas questões até minimizar os custos de empreender sobre vários aspectos, tanto no PDUI, como as questões de infraestrutura demandam”, enfatizou.

Ressaltou que tem sido muito produtivo e que, em nome do coordenador de Planejamento Ambiental/SIMA, agradecia a toda sua equipe e à equipe da Secretaria de Infraestrutura, porque sabia que o assessor da coordenação de Petróleo, Gás e Mineração estava fora, o coordenador de Petróleo, Gás e Mineração/SIMA, várias pessoas fora, por isso agradecia em seu nome, todos os demais segmentos da secretaria.

“Provavelmente, até amanhã, envio para você essas apresentações e as dúvidas até, com algum comentário mais específico, para que vocês possam dar uma olhada e, até dia 4, mais tardar no dia 5, vocês retornem. À medida que vocês forem liberando, podem ir mandando, não precisa juntar tudo não, porque, como são equipes distintas, eu vou passando”, disse.

O representante da SIMA agradeceu e disse que da parte deles também. Afirmou estar feliz de fazer esse trabalho com a equipe Fipe, que tem sido ótimo e que planejamento e área ambiental só são relevantes se estiverem também nas outras agendas. Mais uma vez agradeceu e disse ser sempre bom revê-los e elogiou a qualidade do trabalho.

Registro da reunião do Grupo de Trabalho de Transporte e Mobilidade, que aconteceu no dia 24 de março de 2022

Participantes setoriais:

Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)
Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM)
Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM)
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU)
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU)
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU)

Abertura:

Em nome da Secretaria de Desenvolvimento Regional e da equipe Fipe, contratada para fazer este trabalho, a coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR agradeceu aos representantes presentes, “que dedicaram uma parte preciosa de seu tempo para que possam, em conjunto, alinhar as propostas que vão para os cinco PDUIs”.

Informou que já haviam sido realizadas reuniões com a Secretaria de Logística e Transporte e com a Secretaria de infraestrutura e Meio Ambiente, e que, na semana seguinte, aconteceriam reuniões com as Secretarias de Desenvolvimento Econômico, da Habitação e da Agricultura e Abastecimento, que são os temas centrais tratados no PDUI, e cujas propostas recebidas do poder público e da sociedade civil devem estar alinhadas com as políticas setoriais do estado, para terem um elemento de aglutinação e convergência de investimentos futuros e não de conflito dentro das políticas setoriais em si.

Reiterou que, como já era sabido por todos os presentes, o PDUI é um plano de diretrizes, portanto, ele dá orientação sobre o ordenamento territorial, a fim de minimizar desequilíbrios socioespaciais.

“Para tanto, a vertente utilizada visa induzir, estimular ou até fortalecer uma rede de centralidades nesses territórios, pois, como é sabido por todos os presentes, Franca e Ribeirão Preto, por exemplo, são duas regiões mononucleares: a função de Franca e Ribeirão Preto não conta com uma rede de cidades com capacidade de dar sustentação a esse equilíbrio regional que o PDUI busca. Assim, estão sendo criadas algumas propostas na área das funções públicas de interesse comum, e mesmo no macrozoneamento, que fortaleçam os prováveis subcentros, de forma a ter uma certa centralização nesses territórios, evitando assim, grandes deslocamentos, grandes custos para prover essas infraestruturas de deslocamento”, explicou.

Explicou que esta é a lógica da construção adotada para o PDUI, especialmente nessas unidades regionais que têm uma fragilidade de identificação de uma rede de centralidade.

“Assim, as políticas vão no sentido de não só apontar algumas possibilidades, mas ter projetos estruturantes ou propostas que possam, de fato, induzir ou fortalecer essas questões”, acrescentou.

Discorreu sobre o longo processo participativo em que ocorreram as oficinas regionais com as prefeituras e com a sociedade civil e, na sequência, a primeira rodada com os grupos de trabalho setorial, as audiências públicas, ocasião em que uma série de propostas foi encaminhada pelas prefeituras, pelos próprios prefeitos que, ao contrário da região Metropolitana de São Paulo, estiveram presencialmente nas audiências públicas – em algumas cidades, quase que 100% dos

prefeitos compareceram – e pela sociedade civil, sendo a grande maioria das propostas vindas das prefeituras.

Mencionou como exceção a região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, cujas propostas vindas da sociedade civil representaram 2/3, e boa parte delas ligadas às questões ambientais e de ocupação do território, decorrentes das características e do nível de organização da sociedade civil do Litoral Norte.

Dando prosseguimento à explanação sobre o processo participativo, informou que, na semana anterior à reunião, foi apresentada uma devolutiva para as prefeituras e para a sociedade civil das propostas que foram incorporadas, o motivo pelo qual nem todas foram incorporadas integralmente, das que foram parcialmente incorporadas e das que não foram aceitas.

Explicou, ainda, que nessa devolutiva às prefeituras foi apresentado o conjunto de critérios estabelecidos para a análise das propostas. Além disso, foi mostrado o resultado de como as contribuições entraram nas propostas preliminares que foram apresentadas nas audiências públicas, e que, quando acontecia a reunião, estão na fase de refinamento com setoriais do estado, para que possam, de fato, estarem alinhados, a fim de não gerar conflitos entre as propostas e as políticas setoriais.

Em seguida, pediu à integrante da equipe Fipe que fizesse suas colocações a respeito das regiões de Jundiaí e Piracicaba, lembrando que, por atuar nessas regiões, a CPTM poderia fazer sugestões, pois seriam levantadas sobre intermodais dos trens regionais que poderão chegar até Piracicaba.

Disse saber que a proposta agora vai até Campinas com a perspectiva de prolongamento até Americana, mas o fato é que a hidrovia tem um papel muito importante para a economia de São Paulo e articular essa carga com trem intercidades no futuro é uma perspectiva promissora.

A técnica da Fipe deu início às considerações falando sobre as várias propostas que foram recebidas após as audiências públicas das regiões metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba sobre o tema de transportes e sistema viário.

Revelou que foram feitas demandas de duplicação de anéis viários, de recuperação de marginais e, no que diz respeito aos transportes, foram feitas propostas voltadas à integração dos transportes municipais e intermunicipais, além de questões relativas a ciclovias intermunicipais, interligação dos diferentes modos e melhoria do transporte público.

Disse que, como proposta preliminar para esse tema do transporte público, haviam elaborado uma proposta para promover a integração do transporte intermunicipal e que, nessa proposta maior, queriam incorporar as questões recebidas relativas ao transporte.

Outra questão abordada foi sobre o trem intercidades e a questão ferroviária ligada principalmente a Jundiaí.

Falou sobre um outro grupo de propostas que abordava a possibilidade de operação da EMTU nessas duas regiões, ou em parte desses municípios, a fim de melhorar a qualidade dos ônibus e de linhas e, conseqüentemente, os deslocamentos da população, proposta essa enviada pela sociedade civil.

Destacou que, em Jundiaí, a questão da integração é muito forte, já que todos os municípios têm ônibus, transporte municipal e intermunicipal, mas a demanda é relativa à qualidade desse transporte.

“No caso de Piracicaba, apresentou uma proposta do poder público sobre a possibilidade da EMTU melhorar o sistema digital das informações sobre transporte para divulgação no *Google Maps*, assim como ocorre nas regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto”, disse.

Em relação a essas demandas, pediu aos representantes da STM que falassem sobre a existência de programas ou projetos da Secretaria de Transportes, ou de diferentes setores ligados aos transportes metropolitanos, que devam ser abordados nas diretrizes do PDUI dessas duas regiões, tanto quanto ao alinhamento e compatibilização como sobre a EMTU operar em parte ou no todo, na região de Jundiaí.

Destacou, na sequência, a proposta que constava no caderno preliminar de propostas de “promover a integração do transporte intermunicipal”, tendo como diretrizes preliminares, também constantes do caderno, “estruturar um plano de mobilidade regional articulado ao transporte público municipal”, e, para tanto, elaborar um estudo que organizasse as informações do sistema de transporte coletivo municipal e intermunicipal, e analisar a integração entre eles, considerando os diferentes modos de transporte.

Enfaticou, também, a demanda de incorporação, interligação e integração dos diferentes modos em alguns trechos de Piracicaba e, principalmente, em Jundiaí, Várzea e Campo Limpo, já que existe um movimento grande de bicicletas que circulam pelas marginais, trazendo riscos aos usuários. Outra diretriz diz respeito a “qualificar a rede de mobilidade existente, de forma a promover uma articulação equilibrada entre todos os municípios”, pois nem sempre existe essa articulação.

Colocou que outra diretriz inicialmente pensada diz respeito a incentivar a diversificação e a utilização de diferentes modos de transporte, buscando aumentar o potencial de sustentabilidade do sistema, pensando no incentivo no modo não motorizado, como bicicleta.

“Como governança para essa implementação, a proposta é a criação de uma instância metropolitana, uma câmara temática ou um grupo de trabalho para discussão e acompanhamento dessas questões”, disse.

Pediu, então, que os representantes fizessem suas considerações a respeito desse tema sobre a operacionalização. Quis saber se, inicialmente, essa câmara coordenaria a elaboração de Plano de Mobilidade Regional e como se daria essa articulação: se com o setorial do estado – e em que medida a participação do setorial se daria na elaboração de um plano de mobilidade regional –, já que a questão que se quer enfrentar é justamente a integração do transporte intermunicipal para melhorar as condições de acesso a trabalho, estudo, lazer, uma vez que nessas regiões existe uma troca muito grande e deslocamentos muito intensos.

A título de exemplo, apresentou os objetivos inicialmente definidos para essa estratégia da gestão da mobilidade, que relaciona tanto as questões de transporte e sistema viário como o planejamento e o uso do solo, que tem como grande objetivo a articulação dos atores dos diferentes níveis de governo para pactuar esse plano de mobilidade regional, buscando sempre o equilíbrio no acesso às atividades urbanas e aos serviços existentes em toda a região.

Além disso, outro objetivo seria interligar o sistema de infraestruturas regionais já existentes e previstas, potencializando esse desenvolvimento, pois sabem que esses sistemas existem, mas nem sempre estão articulados e interligados.

Por fim, pediu aos representantes que fizessem suas considerações, contribuições, a fim de auxiliar na formulação das propostas para esse tema.

O representante da CPTM iniciou suas contribuições lembrando que está em processo de andamento, coordenado pela Secretaria, a publicação do edital para concessão da implantação e operação do sistema de ligação expressa, que chamam de serviço expresso ligando Barra Funda-Jundiaí-Campinas. “Esse seria o serviço expresso e estender uma linha nos conceitos metropolitanos parando em todas as estações de Jundiaí a Campinas. Com isso, nós teríamos um serviço dentro da Região Metropolitana de São Paulo, terminando em Francisco Morato, e um outro a partir de Francisco Morato, chegando em Campinas, que são serviços diferentes”, explicou.

Disse que já existe bastante informação no material da consulta pública. “Estamos firmando os convênios com os municípios, no sentido de mitigar os impactos mínimos no entorno das estações, e, por causa de algumas intervenções de obras já previstas, esse é um aspecto do serviço de transporte que já está em processo de encaminhamento dentro do governo de São Paulo e junto aos municípios”, afirmou.

Sobre a questão da integração, disse que existem no mínimo três considerações que devem ser abordadas: a primeira é a física, que pode ser através de um terminal e não necessariamente de um terminal, mas de um ponto qualificado de transferência de linha. Explicou que é muito comum um terminal de ônibus enorme localizado em frente a uma área transformada em área de forma mais nobre, dificultando a integração com outros modos, mas que esse aspecto, de uma forma mínima, está sendo tratado em todas elas, não necessariamente com o conceito de terminal de ônibus.

Outro ponto destacado pelo representante da EMTU foi operacional: os intervalos. Destacou que isso vai muito do plano municipal de circulação, de estimular a atratividade, que, no caso de Jundiaí para São Paulo, estimula, mas já existe um serviço, e de Jundiaí para Campinas vai existir uma demanda, mas que, de modo geral, com as estações localizadas em pontos antigos da cidade, a própria estrutura urbana e viária também já permite essas integrações.

Disse perceber que, de modo geral, não é discutido, ou dada uma ênfase, na política tarifária. Enfatizou que é preciso definir a política tarifária e eventuais subsídios. “Hoje, a legislação de mobilidade já permite, no caso dos municípios também, e que em alguns deles já existem, não haverá avanço na integração tarifária. Haverá uma integração, o ônibus vai passar perto da estação, o deslocamento do ponto de ônibus ou do terminal de ônibus até a estação pode até ser qualificada, no entanto, a tecnologia de embarque e de validação das passagens podem não estar integradas devido à falta de definição de uma política tarifária, daí a pergunta recorrente de quem vai pagar a conta”, alertou.

Enfatizou ainda que, se não passar por essa discussão, continuarão lendo em todos os materiais elaborados, a questão da integração, repetidamente, mas que na hora de pagar a conta não desponta uma solução que atenda os diversos interesses. Disse achar que se avançarem nessa questão tarifária, a integração vem de uma forma ou de outra.

Sobre o comentário da integrante da equipe da Fipe sobre as linhas de ônibus na região de Jundiaí, disse que quando foi secretário na cidade a grande discussão, por isso a atratividade da EMTU, na verdade, é porque o serviço é regado por algumas linhas junto à Artesp e quem oferece os serviços em Jundiaí é a Rápido Luxo Campinas.

Disse que há uma insatisfação coletiva quanto ao serviço prestado, uma questão que tem que ser abordada nesse PDUI. Citou Jundiaí como exemplo e disse que, mesmo que venham a implantar todo esse eixo de transporte interligando estas regiões, criando uma facilidade de deslocamento e até mesmo de empregabilidade pela facilidade de deslocamento, o tempo de viagem, deslocamento é menor.

“Algumas cidades podem abastecer outras regiões com muito mais facilidade, existe a transversalidade, ou seja, sair dessa estação e chegar, por exemplo, no centro produtivo, no centro industrial, em Jundiaí, por exemplo, que não fica próxima à estação, assim como Vinhedo”, pontuou.

E reiterou ainda ser preciso um plano de integração que atenda a esses deslocamentos, caso contrário, ele deixa de ser atrativo, continua sendo o fretado mais atrativo do que a porta a porta. “As empresas até podem oferecer um fretado que vá até a estação ou trabalhar com linhas municipais que deem um pouco mais de celeridade e compense o tempo, porque o tempo não pode ser calculado só em função do transporte sobre trilhos ou só sobre ônibus na viagem do cidadão”, disse. Em resposta à questão abordada pela técnica da Fipe, disse existir projetos, que eles estão caminhando, que a integração da questão dos ônibus é o desejo de todos que trabalham com transportes, mas a equação financeira ainda não se deu por resolvida em todos os locais.

“A legislação de mobilidade permite o subsídio, e a maioria dos municípios já deve ter seus planos de mobilidade desenvolvidos”, disse. Assim, é preciso integrar, assim como o plano de mobilidade local integra o plano diretor local, e que cabe integrar agora esses planos diretores entre si, e os de mobilidade entre si, e não fazer um outro diverso, caso contrário nunca será implantado. Citou como exemplo São Paulo, porque é exatamente autonomia e autoridade do município sobre a estrutura viária.

Disse que, em síntese, essas são as questões mais relevantes. Segundo o representante da CPTM, o que falta para a integração é a definição de uma política tarifária, como trabalhar as tarifas, custos, integração com subsídios às políticas setoriais, por zona, quilométrica, o sistema sobre pneus é misto, por zona e quilométrico, é única.

“Os próprios conceitos de falar que não vamos fazer isso porque os mais humildes trabalham nas franjas das regiões metropolitanas”, disse. Para ele, cabe uma atualização desses entendimentos, até porque a Região Metropolitana de São Paulo tem uma característica, a de Campinas tem outra, a de Jundiaí tem outra, Ribeirão Preto, Sorocaba, todo esse interior também, com as suas particularidades.

Disse ainda que foram essas as suas contribuições, pediu desculpas por deixar a reunião, pois tinha outro compromisso e se colocou à disposição para o que fosse necessário.

A técnica da Fipe apontou que poderia ser usado como uma diretriz e a coordenadora técnica do projeto Fipe pediu ao representante da CPTM que aguardasse para que fossem colocadas duas questões: se essa linha citada, que é diferente da linha expressa, esse trecho de Jundiaí a Campinas, é como se fosse uma extensão do serviço de Francisco Morato a Jundiaí.

O representante da CPTM disse não chamar de extensão, que na verdade é um serviço sobre trilhos na mesma faixa de domínio atual, em que existirão trilhos para carga separados, trilhos para o trem expresso em algum trecho e, de Jundiaí a São Paulo, serão trilhos específicos, e de Jundiaí a Campinas, vai acontecer o compartilhamento do serviço expresso com o serviço metropolitano, pois o volume de paradas, a quantidade de paradas é muito pequena.

A coordenadora técnica do projeto Fipe disse ter entendido, que é, basicamente, manter esse serviço metropolitano, de Francisco Morato até Campinas, parando em todas as cidades, ao que o representante da CPTM concordou.

Sobre a política tarifária, ponto importante para o PDUI, especificamente, o aspecto da integração nessa questão, disse que existem duas possibilidades: ao fazer uma proposta dessa integração, sempre se olha como está a governança da questão, e nas diretrizes colocadas para o plano diretor e para a lei de parcelamento e uso e ocupação do solo, é possível dizer que parte dos ganhos imobiliários poderiam ir para um fundo que fizesse a compensação do subsídio da tarifa na versão integrada.

Disse não saber se isso é muito ou pouco, que será necessário um estudo, mas já ter a possibilidade de que parte dos ganhos imobiliários dessas cidades que se beneficiarão da integração, e mesmo dos usos de logística, uma vez que os funcionários vão se locomover para o trabalho, poderiam ser um *funding* para subsídio da tarifa na forma de integração.

“Desse modo, há a possibilidade de colocar, não só a criação de uma Câmara Temática em que as prefeituras decidam qual será o modelo nessa possibilidade de modelo de integração e definir como vão subsidiar e qual a origem de recursos”, afirmou.

Afirmou ainda que, em termos de diretriz, é uma possibilidade para se colocar no PDUI, já constando na diretriz que a integração é fortemente dependente do modelo de integração tarifária a ser adotada, que não é o PDUI que vai dizer, mas que vai colocar como central para o modelo de integração. Perguntou se isso fazia sentido como proposta.

O representante da CPTM colocou que estão misturando o modelo francês com o modelo espanhol, mas vai ter a cara do Brasil. Disse que essa condição de buscar esses fundos, não é distante, mas é para os municípios.

Afirmou, ainda, ser uma forma de tentar trazer uma discussão sobre os subsídios porque o ganho imobiliário pode até aparecer ser maior, na oportunidade de uma outorga, por exemplo, na oportunidade de se ter um ganho direto, em uma construção, em uma melhoria física de algo no entorno, algo dessa natureza.

“É difícil qualificar, por exemplo, em uma cidade, se não for por uma operação urbana, que no caso de Jundiaí já está aprovada, a existência das operações urbanas dentro do plano diretor, ela não garante o subsídio, que é difícil trazer isso para o subsídio a ser montado, mas é preciso existir alguma forma de garantir o subsídio. É preciso trabalhar muito bem as informações dos ganhos indiretos, pois, se não é feita uma relação dessa com a integração, e o benefício é tirar carro da rua, organizar melhor o trânsito, se tem as perdas dos acidentes, as perdas econômicas, de circulação, tempo de circulação, que normalmente não é materializado ou quantificado na boca do caixa”, expôs.

Por isso, disse ser difícil materializar esses ganhos e o custo com a boca do caixa porque na boca do caixa não se faz a conta de quanto vai deixar de gastar, mas somente a conta do que se tem para gastar.

Afirmou ser preciso explorar a questão de alguma forma para manter a questão do subsídio e viabilizar a integração que não é tanto na implantação como uma outorga no ganho de obra, pois esse ganho vem para criar um outro investimento de uma facilidade, mas o subsídio...

A coordenadora técnica da Fipe disse que não estava falando sob a ótica da concessão do serviço, em cima do ganho imobiliário do IPTU mesmo. O representante da CPTM afirmou que esse ganho é difícil e não é permanente.

A coordenadora técnica da Fipe colocou que é uma decisão política, não é que seja difícil, e que prefeito não gosta de fazer isso. “O secretário municipal também não, porque ele tem as prioridades da alocação na saúde e que para ele isso não é central, mas nada impede que se diga que para viabilizar a questão da integração tarifária, da política tarifária de integração, é fundamental sob pena de não se viabilizar”, alertou.

O representante da CPTM disse que está perfeita a colocação. Segundo ele, é a dificuldade e acha que tem que ser potencializada, esclarecida, e trabalhar no sentido de viabilizar.

A título de confirmação, a coordenadora técnica da Fipe perguntou ao representante da CPTM se, nesse caso da diretriz, deve ser dito que a política tarifária integrada é um elemento determinante da integração de serviços municipais com caráter regional. O representante da CPTM disse que sim. A técnica da Fipe quis saber se essa questão entraria como um adendo da diretriz já que a diretriz da integração pressupõe três níveis de integração, sendo que esse nível da política tarifária é determinante para que haja...

A coordenadora técnica da Fipe colocou ser mais do que fundamental. “É determinante, pois sem ele não se viabiliza a operação”, disse. A técnica da Fipe perguntou se isso poderia entrar no PDUI como uma diretriz, quando se tratar dessa proposta de integração do sistema como um detalhamento. O representante da CPTM respondeu que sim.

Sobre as estações citadas pelo representante da CPTM, a técnica da Fipe disse que seria interessante indicar, por exemplo, a principal estação e seu entorno para ser uma área de interesse metropolitano, estação dessas linhas que estão se concretizando do trem intercidades e do expresso, pois, dentro do plano, existem áreas de intervenção, áreas indicadas em que poderiam ocorrer as operações urbanas que transformem esse espaço, por se tratar de um espaço de caráter metropolitano.

O representante da CPTM disse acreditar que sim, mas essas propostas precisam estar articuladas ao plano diretor, caso contrário pode ocorrer um eventual conflito no primeiro momento. Ele explicou que, ao se articular com o plano diretor local, a proposta é viável.

A coordenadora técnica da Fipe lembrou que, pela lei federal, o PDUI deve indicar as áreas de interesse metropolitano e as diretrizes do macrozoneamento para que os municípios façam a revisão de seus planos diretores dentro de três anos.

“Assim, ao colocar um entorno, claro que isso vai passar por avaliação de qual o raio do entorno da estação para que seja uma área de interesse metropolitano, e que os municípios estabeleçam nos seus planos diretores os instrumentos capazes de viabilizar a questão – a operação urbana é um deles, mas é possível fazer transferência de potencial construtivo de outras regiões para essa, com o ganho imobiliário nesse adensamento do entorno”, explicou.

Disse, ainda, ser uma exigência que se faça recomendações de ajuste para os planos diretores municipais em função do ordenamento metropolitano, não dá a taxa de ocupação, que é determinada na lei de uso e ocupação do solo, não dá os parâmetros numéricos, mas chama a atenção para a revisão dos parâmetros numéricos em função dessas macrozonas e dessas diretrizes de planejamento territorial regional.

A técnica da Fipe complementou dizendo que existe essa potencialidade e que o assunto precisaria ser discutido, principalmente, com o município de Jundiaí. O representante da CPTM disse ser uma boa proposta e que tem espaço para avançar.

Sobre as considerações feitas pelo representante da CPTM sobre a região de Jundiaí, o representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos disse ser ampla o suficiente para abarcar o conjunto das demais regiões metropolitanas que serão tratadas nesta reunião. Diante disso, pediu ao colega se poderia falar especificamente sobre o status de projetos de trens para as demais regiões.

O representante da CPTM disse que há cinco anos a CPTM elaborou um plano para os trens regionais que envolvia cerca de 3.000 quilômetros dentro do estado e 100 estações, aproximadamente, que avançava por todo interior de São Paulo.

Disse que, como uma diretriz do setorial, deveria se considerar esse material, que, pelo tempo passado, pode ter sofrido revisões das avaliações, mas que não perde no sentido indicativo. Informou que o material deve estar disponível na CPTM ou na STM.

O representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos disse que o tema foi muito bem lembrado e que está disponível no site da STM, e que, caso não esteja, podem compartilhar com a equipe Fipe. O representante da CPTM agradeceu a equipe e se colocou à disposição para o que fosse necessário.

Após as considerações, a coordenadora técnica do projeto Fipe convidou os representantes da EMTU para fazerem suas colocações sobre as questões apresentadas.

O representante da EMTU cumprimentou a todos dizendo que estão ansiosos, como empresa, para assumir as várias regiões metropolitanas criadas ultimamente.

Disse que as linhas de Ribeirão Preto, criada há alguns anos, ainda não foram passadas para a EMTU, mas que certamente estão olhando para os territórios, para as regiões metropolitanas, inclusive a participação da equipe da EMTU nesta reunião não foi apenas por causa da região de Jundiaí e do Vale do Paraíba, mas também dessas novas regiões metropolitanas.

Afirmou que o intuito é melhorar e a questão da integração mencionada pelo representante da CPTM é fundamental, que é algo bastante difícil, porém, é possível, se houver desejo político e, lógico, resolvendo a questão de quem vai pagar essa integração, que necessitam entendimentos e que a EMTU estará à disposição para estudar a questão.

“Nós temos também nas outras regiões metropolitanas, nas quais já atuam, um trabalho que é muito interessante e importante para as regiões, que é o Sistema Viário de Interesse Metropolitano (SIVIM), a identificação, o catálogo das vias principais, vias que têm de alguma forma interesse metropolitano, sejam elas utilizadas pelos ônibus metropolitanos ou não, mas é um instrumento que serve, tanto para a EMTU, quanto para os municípios apontarem onde deve haver um investimento que seja factível para todos os municípios envolvidos na região metropolitana”, afirmou.

Afirmou que assim que a EMTU assumir as regiões, pretendem desenvolver um SIVIM para cada uma das regiões metropolitanas. Colocou que, do ponto de vista do planejamento estratégico, seria isso, além das pesquisas de origem e destino, outro instrumento muito importante para se conhecer os deslocamentos, o que permite traçar planos, além de ser um instrumento importante para o serviço de transporte público, fornecer subsídios importantes para as prefeituras elaborarem estudos de deslocamentos locais.

Ele colocou a EMTU à disposição das prefeituras e das regiões metropolitanas, e disse que, na medida em que assumir o papel do gerenciamento de transporte público, as equipes estarão dispostas e abertas para conversar.

A coordenadora técnica do projeto Fipe perguntou se a EMTU já assumiu o Vale do Paraíba e Jundiaí. O representante da EMTU respondeu que Vale do Paraíba sim, mas Jundiaí não, e que a última que assumiram foi a região de Sorocaba.

Informou ainda existir um termo de referência de Origem-Destino (OD) pronto, mas que, por questões internas, não foi possível concretizar. Segundo ele, o termo de Sorocaba já está desenvolvido; o de Ribeirão Preto está em elaboração; para a região de Campinas, uma revisão, uma nova pesquisa OD, e para a Baixada Santista já consta do PPA.

A coordenadora técnica do projeto Fipe perguntou, a título de confirmação, se Jundiaí, Piracicaba e Franca não estavam inclusas, já que são outra região, que estão no aguardo do orçamento da EMTU. O representante da EMTU disse que Jundiaí não está.

Outra técnica da Fipe presente na reunião quis saber sobre o Vale do Paraíba e o representante da EMTU respondeu que, para o Vale do Paraíba, foi feita uma pesquisa recentemente pela STM e que já gerenciaram o serviço nessa região.

Disse que hoje a EMTU gerencia cinco regiões metropolitanas: São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Sorocaba. “As regiões que faltam para que a EMTU assuma, são: Ribeirão Preto, Jundiaí, Piracicaba e Franca”, informou.

A coordenadora técnica do projeto Fipe perguntou para qual dessas regiões há previsão de orçamento para pesquisa OD e o representante da EMTU respondeu que no PPA estão previstas Campinas, Baixada Santista e Sorocaba, e, fora do PPA, já estão elaborando termo de referência para a região de Ribeirão Preto, que assim que a EMTU assumir a gestão dessa região querem ter o termo de referência pronto para a execução da pesquisa.

A coordenadora técnica do projeto Fipe perguntou se a OD de carga e passageiro que foi feita em 2017 ou 2018, no âmbito do PAM-TL, se ela é útil para essa questão da integração, se é suficiente para essa possibilidade de pensar um plano de mobilidade, olhando aquelas demandas, porque é provável que, de lá para cá, a demanda deve ter diminuído pela crise econômica, de desemprego.

O representante da EMTU respondeu que, por ser macrorregional, a EMTU, institucionalmente, não atende, não cuida das linhas que passam de uma região para outra, e que hoje esse desenho está com a Artesp, que essa pesquisa é importante para suas linhas.

Revelou ainda que a EMTU usa como ferramenta de estudo, de contribuição, mas que necessitam ter um retrato da mobilidade interna às regiões metropolitanas que por enquanto é o foco de atuação da EMTU.

Disse não saber como ficará o desenho institucional, se a EMTU vai gerir também essas linhas intrarregionais já que pode ser que os serviços da EMTU passem para a Artesp, ou se transforme numa agência, e que, dependendo do formato institucional futuro, possa gerir essas linhas que estão além das regiões metropolitanas.

Uma das técnicas da Fipe presentes na reunião pediu que o representante da EMTU falasse como são oferecidas as concessões da EMTU nas regiões metropolitanas, considerando que, no Vale do

Paraíba, a frequência de ônibus é muito baixa e a tarifa relativamente elevada, como por exemplo de Cruzeiro a São José dos Campos, e que existem regiões, como no Vale do Paraíba, em que o serviço já existe e que há reclamação relacionada a integração, horários e, principalmente, preço das tarifas. “Existem regiões que estão esperando a atuação da EMTU, como Ribeirão Preto, por exemplo”, disse.

O representante da EMTU respondeu que os serviços prestados pela EMTU como gerenciadora, são no geral de excelência quando comparados com outros gerenciamentos que são realizados, quando se fala de fiscalização, ela é intensa nas linhas e nos ônibus. Disse que todos os ônibus são verificados por equipes que vão nas garagens e checam cerca de 400 itens em cada um dos veículos.

Afirmou ainda que a fiscalização é feita à noite e que um veículo, ao apresentar algum problema, só é liberado após os reparos necessários. Colocou que, além dos veículos da frota regular do sistema seletivo e comum, são feitas vistorias na frota do fretamento, e que esse é um diferencial dos serviços da EMTU, quando assume uma região metropolitana.

Sobre a questão da concessão, disse que, quando a EMTU assume uma região metropolitana, ainda não existe uma concessão daquele sistema, como por exemplo Sorocaba e Vale do Paraíba, que ainda não têm uma concessão regendo os serviços.

Disse que, embora os serviços de fiscalização e inspeção da EMTU sejam os mesmos para uma concessão ou para uma permissão, a concessão é um instrumento legal mais forte, pois oferece condições de exigir e cobrar mais das operadoras.

“Assim, somente quando se consegue colocar uma concessão em pé em uma região, como no caso do Vale do Paraíba, é que haverá um instrumento legal, mais preciso, mais contundente para a melhoria dos serviços, até porque não é simplesmente mudar de permissão para concessão, a regra de concessão é mais apertada”, ponderou.

A técnica Fipe perguntou então se hoje é permissão no Vale do Paraíba, ao que o representante da EMTU respondeu que sim e explicou que existe a previsão de que uma das metas internas do plano de negócios, na estratégia longo prazo da EMTU, de fazer a concessão das regiões de Sorocaba e Vale do Paraíba ainda este ano.

Enfatizou, também, que é uma previsão e que não pode afirmar quando vai sair dessa concessão. Em relação à região de São Paulo, disse que ficaram mais de 15 anos tentando fazer a concessão da área 5 – essa região é dividida em cinco áreas –, e que, para surpresa de todos, essa concessão saiu no ano passado, uma manobra inteligente com participação da EMTU e da STM, que trabalhou nesse sentido, e que também estão desenvolvendo a parte da concessão do Vale do Paraíba e de Sorocaba. A coordenadora técnica do projeto Fipe perguntou se Campinas está concedido e o representante da EMTU respondeu que estão concedidas Campinas, Baixada Santista e São Paulo. “São três regiões concedidas, sendo uma delas dividida em 5 concessões, faltando apenas duas para concessão, e que, tão logo assumam as demais regiões, iniciarão um processo, mas que antes é necessário contatar as empresas, verificar quais são as linhas, verificar todas as documentações, para depois iniciar os trâmites para efetivar a concessão”, disse.

A técnica da Fipe perguntou se na permissão a atuação da EMTU é mais limitada e ele afirmou que sim, pois não se tem um instrumento legal. Citou como exemplo um trabalho desenvolvido junto com a Agência Nacional de Transportes Públicos (ANTP) para fazer o monitoramento relativo aos

resíduos produzidos nas garagens das empresas, como o tipo de resíduo, como é o descarte, as emissões, consumo de energia, tratamento de água, esgoto, dentre outros.

“O controle desses dados pela EMTU só é possível por meio de um instrumento de concessão, e não por instrumento de permissão”, explicou, e acrescentou ainda que existe no instrumento de concessão ferramentas de controle, inclusive, para melhoria de serviços ligados à área ambiental – quer a população enxergue ou não.

Em relação à questão da frequência do transporte no Vale do Paraíba, disse que não é ideal, não se consegue pegar um ônibus a cada 15 minutos e que cada região metropolitana tem uma característica de deslocamento, de conurbação, que exige que se façam estudos e análises específicas.

“A região do Vale do Paraíba é uma região muito grande e não tão adensada, que é uma outra questão, pois a EMTU não poderia exigir, por exemplo, partidas a cada meia hora de cada um dos municípios para cada um dos outros destinos porque o sistema não se pagaria nunca, seria necessário ter uma tarifa muito alta, porque os ônibus acabariam fazendo viagens com muito poucas pessoas, esses passageiros não pagariam a viagem e, lógico, não podemos quebrar a empresa, até porque a EMTU não tem o subsídio das viagens, elas são pagas com a tarifa dos usuários”, descreveu.

Disse ainda que tem condições de verificar a saúde financeira não só das empresas, mas de linha por linha, e saber quais são as linhas deficitárias e quais não são, e a EMTU procura fazer um equilíbrio, dentro de uma empresa ou de uma região, onde as linhas que são superavitárias pagam a diferença das linhas que não se pagam, para que o operador acabe operando linhas que não dão lucro, a fim de manter um certo padrão de serviços por meio daquelas linhas que têm uma lucratividade mais alta.

A técnica da Fipe colocou que, no caso de São Paulo, tem tarifas diferenciadas de ônibus diferenciados e perguntou se isso não acontece nas outras regiões, se tem um tipo só de veículo.

O técnico da EMTU respondeu que não, e explicou que dentro do transporte regular existem dois serviços: o comum e o seletivo, sendo o comum aquele ônibus mais parecido com o ônibus da ligação municipal, e o seletivo tem um nível de conforto um pouco maior.

“Em São Paulo, existem algumas outras qualificações, que seria o serviço aeroporto, o serviço por aplicativo da Metra chamado UBUs na região do ABC, cuja tarifa é mais alta. Isso existe em São Paulo, até porque tem a característica da região que permite esse adensamento”, ressaltou.

Disse ainda que em regiões metropolitanas que possuem linhas muito longas, como na Baixada Santista, onde existem linhas de 90 km e não se consegue fazer com que o usuário que se desloca entre São Vicente e Santos pague o mesmo que um passageiro que vá de Peruíbe até Santos porque não é possível cobrar o mesmo valor já que seria injusto.

Afirmou que, para isso, existem os seccionamentos tarifários, em que nas linhas muito grandes e, principalmente, aquelas pendulares, os passageiros embarcam no ponto inicial e desembarcam no ponto final. “Pelo sistema de transporte é o pior tipo de serviço sob o aspecto da rentabilidade. Quanto mais a linha tem um sobe-desce, melhor o aproveitamento dos ônibus, são linhas mais rentáveis”, explicou.

Disse ainda que a característica de muitas das regiões metropolitanas mais distantes de São Paulo, como é o caso do Vale do Paraíba, é a de pendularidade, então o índice de linhas deficitárias

é muito maior, daí uma tarifa maior, porque precisa cobrir uma longa distância e a tarifa precisa pagar todo o combustível, os motoristas, os cobradores, quando tem.

A técnica da Fipe perguntou se ele compete também com ônibus intermunicipal, o ônibus de linha, como por exemplo São José dos Campos-Jacareí em que a EMTU deve ter o permissionário fazendo, mas deve ter também uma empresa de uma outra empresa intermunicipal que faz essa mesma linha.

O representante da EMTU disse que não porque dentro das regiões metropolitanas todas as ligações que são feitas entre municípios internos são controladas e gerenciadas pela EMTU.

“O que a EMTU não controla seria, por exemplo, ônibus que sai de São Paulo até São José ou até Jacareí, pois está passando de uma região para outra, e quem gerencia isso é a Artesp”, explicou.

Disse ainda não existir esse tipo de concorrência com linhas intermunicipais dentro de uma região metropolitana. “Em suma, dentro de uma região metropolitana, as linhas intermunicipais são da EMTU”, enfatizou.

A título de confirmação, a coordenadora técnica do projeto Fipe perguntou se o que era da Artesp antigamente, nas regiões em que a EMTU opera, passou tudo para EMTU.

“Em relação ao subsídio cruzado entre as linhas deficitárias e as linhas superavitárias, mencionadas, perguntou se a permissão é para uma única empresa ou são várias, porque deve ser complexo fazer isso com empresas diferentes”, disse.

O representante da EMTU respondeu que fazem isso dentro de uma concessão. “No caso da permissão, fazemos esse confronto dentro de uma empresa operadora, e no caso de uma concessão, fazemos dentro da concessão e que a concessão normalmente é composta de vários operadores, e entre esses operadores, e lógico, os operadores, os donos das empresas também querem que as suas linhas tenham equilíbrio, assim a EMTU também faz essa divisão”, detalhou.

A coordenadora técnica do projeto Fipe disse que entendeu esse subsídio cruzado, mas que sua questão estava exatamente na permissão. “Por exemplo, existe uma permissão que opera cinco linhas, sendo uma rentável, e entre elas se faz uma compensação, que é isso que a EMTU fiscaliza. Em outro exemplo, se duas permissões diversas, A e B, com cinco linhas cada, sendo que a permissão A possui duas linhas rentáveis, a compensação de A não entra na permissão B”, expôs.

O representante da EMTU respondeu que não, e a coordenadora técnica do projeto Fipe disse que, na questão colocada pela técnica da Fipe, ela provavelmente só se resolverá com a concessão, pois a operação para melhoria do serviço só será possível se tiver uma concessão, porque dada a intensidade de carregamento muito baixa no Vale do Paraíba, se não vai aumentar a frequência e, portanto, a oferta da melhoria do serviço, porque se não vai ser muito mais deficitário, e talvez nem essa linha, que compense as outras, pode se viabilizar. A técnica da Fipe agradeceu os esclarecimentos e o representante da EMTU disse que ficaria à disposição.

A coordenadora técnica do projeto Fipe pediu que um técnico da Fipe fizesse suas considerações sobre Ribeirão Preto e Franca.

O técnico da Fipe cumprimentou a todos e disse que parte considerável das dúvidas sobre essas duas regiões foram respondidas, e que iria apresentar algumas demandas de Ribeirão Preto e de Franca, que são parecidas com o que está acontecendo nas outras regiões.

Apresentou algumas propostas recebidas da sociedade civil e do poder público e disse que gostaria de saber se elas têm aderência às políticas públicas e os serviços oferecidos pela STM, EMTU e CPTM.

Destacou que surgiram várias demandas a respeito do transporte intermunicipal, cerca de 70% das propostas aprovadas se referem à melhoria no serviço do transporte intermunicipal coletivo, pela estruturação do serviço em nível metropolitano e cobranças pelo funcionamento da EMTU na região de Ribeirão Preto em especial.

Em relação à região de Franca, apresentou três propostas, quais sejam, a criação de um plano de transporte regional a fim de atender as demandas, principalmente dos municípios de menor porte ou carentes do transporte intermunicipal.

“Nessa região existem vários municípios que não têm esse tipo de transporte”, disse. Destacou ainda que em Ribeirão isso ocorre em menor intensidade já que a maioria dos municípios tem os serviços de transporte municipal e intermunicipal, e a maior cobrança em Ribeirão Preto é pela questão do trânsito e da estruturação do transporte metropolitano.

Para ilustrar, apresentou um mapa de mobilidade e acessibilidade regional. Disse que o mapa foi feito com base nos dados da pesquisa do IBGE feita nos municípios. Diante das demandas, perguntou se existe algum levantamento da STM que avaliasse as deficiências na oferta de transporte público na Aglomeração Urbana de Franca e na Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

Outra questão colocada foi sobre a pesquisa Origem e Destino, mencionada nesta região, em que já existe um termo de referência para Ribeirão Preto, e perguntou se existe alguma discussão em andamento para a Aglomeração Urbana de Franca, quais seriam as fontes de financiamento dessa pesquisa OD, como se daria, como tem sido feita nas outras regiões, como Sorocaba, por exemplo.

Uma outra dúvida diz respeito à questão da integração tarifária do municipal e intermunicipal, com eventual operação da EMTU nessas regiões. Outra questão se refere às demandas de Franca para o transporte de estudantes universitários, se existe algum serviço ou algum tipo de cooperação para oferta desse serviço, se existe a possibilidade de um diálogo para viabilizar ou melhorar esse serviço aos estudantes da região, e quais seriam as possíveis fontes de financiamento.

A coordenadora técnica do projeto Fipe reforçou as considerações apresentadas pelo técnico e acrescentou que, no caso de Franca, especialmente, mas que também ocorre em Piracicaba e Ribeirão Preto, as universidades, em especial as privadas, estão muito na entrada dessas grandes cidades, e os prefeitos estão disponibilizando transporte para esses universitários.

Disse que essas demandas vieram tanto da sociedade civil como dos prefeitos, mas o PDUI não resolve essa questão porque a política de transporte metropolitano que, a partir de uma OD, vai conseguir pensar o que é adequado para determinada região.

Afirmou, ainda, que foram apresentadas algumas demandas para que os representantes presentes tenham uma visão dessas demandas que apareceram nas oficinas regionais e nas audiências públicas e que a reunião tinha como um dos objetivos dar um retorno para os parceiros setoriais.

Disse ainda que a questão central apresentada pelo técnico da Fipe é que a previsão nas diretrizes do PDUI de uma pesquisa OD é fundamental para pensar um plano de mobilidade, contribui no momento da discussão do orçamento do estado.

Afirmou ainda que, segundo a Secretaria de Logística e Transporte, as concessões feitas das SPs são revistas a cada quatro anos e uma das demandas diz respeito ao prolongamento de uma estrada de São Joaquim da Barra, em que parte é concedida e parte não.

“Para o equilíbrio da rede de cidades, São Joaquim da Barra ser um subcentro é importante do ponto de vista do ordenamento territorial. O fato de ter uma SP que faz a ligação dele com Franca e a possibilidade de duplicação seria outra, mas para saber se existe demanda, uma OD é necessária”, disse.

Acrescentou que a sugestão da SLT é que, na revisão dos contratos de concessão, se fizesse uma pesquisa OD mais ampla para avaliação da duplicação que será colocada na diretriz.

“As duas secretarias se unirem nesses contratos de concessão de estradas SP para pensar uma OD de carga e passageiro, em que a de carga atenda às concessionárias já contratadas e que ajude a financiar passageiro e transporte público. Eu só estou dando aqui coisas que nós acertamos com a Secretaria de Logística e Transporte. Propostas, inclusive por eles, não por nós. A gente só levou o problema e ele sugeriu, então, que a gente colocasse. Essas foram as sugestões da SLT”, acrescentou.

O representante da EMTU colocou que a pesquisa OD é fundamental antes de qualquer proposta para conhecer os deslocamentos. Disse que a EMTU tem algumas propostas em algumas regiões de se construir sistemas estruturadores, como na região de São José, em que desenvolveu um trabalho de melhoria do eixo entre Jacaré e São José, ligando à Pindamonhangaba, em que se concentram as maiores ligações na região.

“Com relação à Franca e Ribeirão Preto, percebeu-se que as demandas das regiões metropolitanas são a atuação da EMTU”, disse.

Com relação à questão das universidades, disse que também tiveram solicitações da Universidade Federal da região do ABC para criação de linhas, questões envolvendo interesses do município em relação a essas linhas, interesse da universidade e certo desinteresse dos operadores metropolitanos em função daquilo que mencionou sobre serem linhas não rentáveis e que, por estes motivos, é importante que se pense numa forma ou faça alguma proposição para ter algum tipo de subsídio, alguma fonte de financiamento que seja externa, pois a lei não prevê que o governo pague pelo transporte, mas que a questão deve ser aprofundada.

Citou o LIGADO, serviço prestado pela EMTU que faz a ligação entre alunos com necessidades especiais de porta em porta, ou seja, de casa à terapia ou centro educacional e que acaba sendo estendido para essas novas regiões.

Explicou que a EMTU recebe um repasse por meio da Secretaria da Educação, e que nada é cobrado dos usuários, mas tem que ser mantido esse tipo de serviço. “No caso de uma universidade, seja federal, estadual ou mesmo privada, poderia haver algum mecanismo nesse sentido, quer seja com outra Secretaria, ou de um financiamento externo, pensar, por exemplo, no uso das redes sociais para divulgação, no marketing, a fim de chamar a atenção de fontes de financiamento alternativas”, disse.

A técnica da Fipe apresentou algumas questões que foram discutidas no GT de Transporte e Logística, mas que gostaria de ouvir as considerações do grupo da STM, EMTU e CPTM.

Em relação à área de transporte e sistema viário, a primeira questão apresentada diz respeito ao Corredor Verde Metropolitano de Transporte – VLP, que segue junto com a faixa da linha de transmissão marginal à Rodovia Dutra, e que será implantado entre Jacareí a Aparecida. Perguntou se esta seria uma proposta alinhada com as diretrizes do estado ou até mesmo com o PAM-TL.

A segunda questão apresentada disse respeito ao Centro Regional de Logística, como previsto no PAM, no entroncamento das rodovias Carvalho Pinto e Tamoios, conectado ao aeroporto de São José dos Campos e ao ramal ferroviário de carga, e da mesma forma perguntou se a questão está alinhada com as diretrizes de planejamento do estado.

Sobre o trem regional, citou o novo marco das ferrovias e indagou se de alguma maneira esse projeto pode contribuir para sua implantação ou se há alguma articulação, algum planejamento de fomento às ferrovias, em especial na Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Sobre a proposta de segregação de cargas pela MRS, perguntou se já houve renovação da concessão.

Em relação à mitigação de conflitos entre o tráfego rodoviário e o tráfego local, especificamente do Litoral Norte, Caraguatatuba, Piquete e Vale do Paraíba, quis saber se existe algum planejamento pelo estado, nos moldes do contorno da Tamoios-Caraguatatuba. “A questão pode ser incluída como uma proposta no PDUI da região?”, questionou.

Falou sobre a proposta de corredores de transporte para atender as demandas da atividade turística para melhoria de trânsito, de transporte de interesse coletivo, como diretriz para ônibus, veículos de transporte de mercadorias e serviços. Perguntou se existe a ideia de ordenar os corredores de transporte de acordo com a finalidade e se existe alguma estratégia de ordenamento do tráfego de turismo, como o corredor cidadão de transporte, para amenizar ou ordenar o tráfego intenso na alta temporada para o litoral e, também, na Rota da Fé, do turismo religioso, que também tem uma série de mitigações necessárias, a fim de evitar acidentes na alta temporada de trânsito intenso.

Questionou também se existe alguma diretriz ou iniciativa por parte do governo do estado relativo ao uso da tecnologia no âmbito das cidades inteligentes nas rodovias, sistema de transporte, iluminação pública, materiais alternativos aos produtos derivados de combustíveis fósseis, e se é possível incluir como diretriz de mitigação ambiental.

Sobre o hub de ligação de veículos, perguntou como colocar a integração desse sistema que atenda o Vale como um todo como diretriz do PDUI a fim de fazer algo intermodal, ter ônibus para o litoral especificamente, que aumente na alta temporada, que se tenha acesso a ônibus direto para os equipamentos do Vale da Fé, como Rota Fácil, Sem Parar, se existe previsão de integração de modais, incluindo, além da ferrovia e rodoviária, mas também ciclovias.

Perguntou, ainda, se há previsão de linhas que atendam às pequenas cidades, cidades mais distantes, como Cunha e Natividade da Serra, que trouxeram essa dificuldade e os desafios de locomoção metropolitana, além da questão de terem ônibus mais confortáveis e acessíveis às pessoas portadoras de necessidades especiais.

Quis saber, também, se existe previsão de colocar ônibus alternativos abertos no litoral no período de temporada ou se há previsão de instalação de empreendimentos remunerados nas paradas para criar centralidades e evitar o mercado informal de rua.

Finalizou suas considerações dizendo que foram estas as questões levantadas nas audiências públicas e nas propostas recebidas da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

A coordenadora técnica do projeto Fipe disse que essas questões são para a EMTU e a STM, e que algumas questões relativas ao trem foram esclarecidas pelo representante da CPTM.

O representante da EMTU disse que, como são muitas questões interessantes, se sentiria mais confortável se pudesse ler e estudar com mais calma para poder dar as respostas.

A coordenadora técnica do projeto Fipe colocou que, assim como trataram com a SIMA, a equipe pode enviar o material com as demandas do Vale do Paraíba para que a STM e a EMTU pudessem estudar com mais detalhes. Contudo, devido ao prazo de entrega das propostas estruturadas para a SDR, teriam que dar uma devolutiva do que é pertinente, do que pode ser uma diretriz até o dia 4 de abril.

Destacou que não precisariam responder tudo agora, mas que uma questão importante para a equipe diz respeito ao corredor verde, que é a continuidade porque existe a perspectiva de segregar o trânsito metropolitano da Dutra, cuja concessão revista agora, é federal, e nem podem pensar marginal para BRT, não tem espaço, mas que estão usando como ponto de partida do corredor que foi estruturado pela prefeitura de São José dos Campos, sendo um interesse que as demais prefeituras avaliassem, inclusive todo de desapropriação poderia ficar a cargo das prefeituras, nos mesmos moldes de São José: sobre as dívidas do IPTU.

Diante disso, perguntou se faz sentido gravar essa área como área de interesse metropolitano, lembrando que, no PDUI, esse tipo de área exige um projeto em que as regras são colocadas a posteriori, e o fato de se gravar essa área implica que, para as prefeituras licenciarem empreendimentos, devem consultar as demais prefeituras.

“Então, é quase que uma reserva ou uma antecipação de reserva para que se viabilize no futuro algo nessa perspectiva de corredor de transporte metropolitano”, disse.

Sobre a questão de linhas para o turismo, o representante da EMTU disse que há muitos anos a EMTU fez um trabalho relacionado a linhas turísticas na Baixada Santista, trabalho que também foi pensado para São Paulo, relacionado a algumas linhas turísticas com circuitos que abrangessem, por exemplo, o Museu do Ipiranga, Embu das Artes, região do ABC e Paranapiacaba, com formato de pagamento diferenciado.

Disse ser interessante pensar nessa questão de um atendimento turístico, tanto para a área do planalto, quanto para a área do litoral da região. Com relação ao corredor verde metropolitano, da faixa de linha de transmissão marginal à rodovia, falou rapidamente sobre o projeto da EMTU, chamado de Trivale, que liga Jacareí, São José dos Campos, Caçapava, Taubaté, Tremembé e Pin-damonhangaba, cuja ligação não usava o eixo da Dutra.

Disse que a ideia era justamente tirar da Dutra, em especial de Jacareí até São José dos Campos, por uma questão de segurança, ou seja, passar os passageiros por uma área interna do município, desenvolvendo urbanisticamente essa área interna, melhorando o viário.

Colocou que o atendimento à rodovia precisaria continuar, até porque existem inúmeras universidades, indústrias e empregos ao longo da rodovia Dutra, mas que a maior parte de ligações, as das pessoas, seria feita internamente ao município, e que a proposta desse corredor verde é

justamente, pelo que entendeu, voltar para as margens da Dutra, o que não vem ao encontro do projeto da EMTU e teriam que repensar essa ligação.

Com relação ao VLP, disse que sistemas estruturadores necessitam de uma demanda razoável para que o sistema se pague. Na identificação do trecho Jacareí-São José dos Campos, sugeriram que fosse feito em BRT, embora soubessem que a demanda existente hoje não seria suficiente para esse sistema, mas que a aposta era fazer um sistema estruturado de primeira qualidade para atrair pessoas, o desenvolvimento regional no entorno desse eixo, e que ao longo do tempo ter a demanda necessária para manter o sistema.

Disse acreditar que essa proposta do VLP é nessa linha do BRT, e que também precisam pensar em algo que agregue valor e que tenha uma demanda que hoje provavelmente não existe em todo o eixo da Dutra, ou pelo menos no eixo principal da Dutra.

Afirmou que uma característica da região do Vale identificada pela pesquisa OD é a de ter uma única centralidade, que até foi proposital que a região não se chamasse Região de São José dos Campos, mas sim Região do Vale, porque São José, embora seja talvez o maior município, não é o principal polo de atração, ele divide a região entre mais de um polo, e que esses polos estão ao longo do eixo da Dutra.

Por este motivo, disse que vale a pena se aprofundar antes de tratar da questão do transporte, mas que antes é necessário ter um plano para o desenvolvimento regional e depois definir qual tipo de transporte é mais adequado, lembrando que, no caso do Trivale, tiveram longas conversas com Jacareí e São José, em que Jacareí dava apoio e São José era contra, pois tinha outro plano.

“Na mudança de gestão das prefeituras, o cenário mudou, Jacareí tem reservas e São José os chamou para melhorar ou compartilhar o projeto, mas que a questão não foi adiante”, revelou.

Disse que é uma boa hora para repensar o projeto e que tão logo receba o material da equipe Fipe, fará uma leitura mais acurada e dará uma devolutiva à equipe.

Sobre o VLP, a técnica da Fipe disse que o projeto era caro, muito difícil devido aos trilhos e surgiu essa proposta do BRT, que também não foi adiante. “Retomaram o projeto do VLP, feito na prefeitura de São José dos Campos em 2003, com uma linha chegando até Aparecida, com o objetivo de tentar resolver o problema da grande quantidade de ônibus parados ou quebrados na Dutra, o que traz um risco à população, e dinamizar a questão turística na região, pois hoje os turistas do caminho da fé chegam pelo aeroporto de São José dos Campos e pegam os ônibus para Aparecida, Guaratinguetá, Frei Galvão, Cachoeira Paulista e Canção Nova”, ponderou.

Falou ainda sobre a incorporação, nesse corredor verde, de uma faixa para ciclovia para essa rota da fé, com vistas a retirar os romeiros da Dutra devido aos acidentes e diminuir o trajeto. A ideia era segregar e fazer algo sustentável para levar até Aparecida.

Disse que é uma marginal e que os municípios podem usar o IPTU nos moldes de São José. “É um projeto possível de se pensar que está sendo colocado na concessão”, afirmou, e acrescentou achar que a tendência é de gerar demanda, não só para Aparecida, como para outros locais.

Ficou de enviar todo o material do projeto para que o representante da EMTU pudesse estudá-lo – e quem sabe conseguissem colocar a questão como diretriz no PDUI.

Uma técnica da Fipe questionou a outra técnica se a ideia é que Jacareí e São José dos Campos dividam o custo dessa linha e ela respondeu que hoje a linha sai de São José muito próximo da divisa de Jacareí, pega toda a área do campo, que é uma área de baixa renda, mas que já estava bastante organizada e bastante adensada, e vai até a zona leste de São José. “Jacareí não entrou, pois é questão de transporte intermunicipal, que é tratado pela EMTU”, explicou. Disse ainda que algumas cidades podem executar com recursos próprios e outras não têm.

O representante da STM cumprimentou a todos, falou da satisfação de encontrar tanta gente conhecida e que está nesse projeto, “o que é uma garantia, uma segurança da mesma qualidade que tiveram no PDUI da Região Metropolitana de São Paulo, com a expertise e o conhecimento adquirido para este trabalho”, disse.

Relembrou que, como foi mencionado no início da reunião, o PDUI tem a característica de ser um documento que alinha um conjunto de macro diretrizes, ou seja, ele tem de fato uma visão de uma proposição mais estratégica de linhas mestras que oriente um conjunto de outros instrumentos que vão se desdobrar.

Disse que na apresentação foi bastante explorado pelos representantes da CPTM e da EMTU projetos específicos que a STM tem desenvolvido ou estruturado, e alguns que surgiram e que talvez ainda não estejam amadurecidos o suficiente para que possam dar uma resposta no momento, mas que esse encaminhamento proposto pela coordenadora técnica do projeto Fipe os atende, que a expectativa para a reunião era conhecer as demandas que foram recolhidas durante as audiências públicas para que pudessem internalizar nesses outros instrumentos que a STM tem que são os programas, PPAs. Disse que, no próximo ano, iniciam o PPA 2024-2027 e que, certamente, este conteúdo será um insumo bastante rico.

Afirmou ainda entender que essa fase de refinamento das propostas e o alinhamento com as políticas setoriais poderão fazer nesse tempo exíguo e que no que diz respeito a esse conjunto de macro diretrizes que foi enumerado no início das apresentações, disse parecer pouco provável que alguém vá divergir desse conjunto de macro diretrizes que aparecem sempre, como “buscar uma integração fortalecida, assegurar a sustentabilidade, ter uma governança integrada nessas regiões, promover mobilidade e desenvolvimento regional”.

Disse que, no conjunto dessas macrodiretrizes, não há como divergir e não achava que houvesse barreira da parte da STM, de que isso apareça no plano como diretrizes que devam orientar um documento. Reforçou a questão da integração, que é o problema que historicamente se enfrenta em São Paulo: a dificuldade de equacionamento da integração tarifária, que passa pela questão de tecnologia para viabilizar essa integração tarifária, assim como passa pela questão de como bancar custos, como assegurar subsídios, com indicação de eventuais fontes, de eventuais mecanismos de compensação.

Com relação aos projetos da STM para as diversas regiões, disse que a EMTU tem mais detalhadamente alguns deles, como foi exposto, e sobre a questão dos trilhos, reiterou a referência feita sobre o estudo dos trens regionais. “É um estudo já com alguma idade, não é tão atualizado, mas é a referência que teria para pelo menos ser um referencial para eventual consulta”, reiterou.

No que diz respeito a uma colocação feita sobre qual o plano da STM para auxiliar os municípios, informou que, no portfólio de projetos previstos, assim como estão realizando o PITU 2020-2040, para a Região Metropolitana de São Paulo, é também atualizar o PITU da Região Metropolitana de Campinas e realizar os PITUs das demais regiões metropolitanas.

Disse que, para este ano, inclusive, já tinham um recurso previsto para iniciar, simultaneamente, o PITU de São Paulo e o de Campinas, contudo, a pré-condição para esse trabalho são as ODs, insumos básicos, quer para toda análise, quer para simulações que deveriam ser feitas, como bem colocado pela EMTU, sobre a necessidade de que essas ODs sejam realizadas para as diversas regiões metropolitanas.

Explicou que a OD é uma pré-condição para que avancem com o PITU. Diante do exposto, disse que a STM tem planos, projetos e previsão no PPA de que possam realizar os PITUs para as demais regiões, como estão fazendo para São Paulo.

Chamou a atenção para a felicidade do representante da EMTU quando a equipe do PDUI trouxe as demandas pelo papel que a EMTU tem nas diversas regiões. “Fica claro ao ver uma exposição do domínio que a EMTU tem sobre esse assunto, do risco ou da perda que é não ter esse ator, de fato atuando nas regiões, e que essa demanda que os municípios expressam deixa muito bem delineado pela excelência do trabalho prestado”, disse.

Como depoimento pessoal sobre a apresentação de Ribeirão Preto, disse que sua cidade, Cássia dos Coqueiros, é uma daquelas que não tem absolutamente nada de serviço e pediu licença para fazer uma correção no slide, em que o município aparece com a legenda verde, que, pelo que entendeu, significa que tem algum tipo de serviço, mas não tem nenhum, é uma cidade minúscula.

Disse que exemplificava porque esse mecanismo citado de compensação de uma linha deficitária por uma linha superavitária é o tipo da coisa que poderia ser aplicada em Cássia dos Coqueiros, mas efetivamente não é. Disse que chegou a fazer gestões em apoio ao prefeito no sentido de conseguir reverter a questão, mas simplesmente não há mecanismo, não há uma pré-disposição do operador para assumir esse tipo de coisa, que, de fato, deve ser mesmo uma linha deficitária, porque, como não é o único município, tem outros tantos, mas de qualquer forma, é um problema que certamente existe.

Reiterou que, recebendo esse material, além das contribuições todas que já foram feitas durante a própria reunião, poderão complementá-las, e dizer que o PDUI dessas regiões é visto com muita expectativa, para usar como insumo básico do PITU, que vão realizar em algum momento. Reforçou a importância desse plano como subsídio fundamental para que possam utilizar como uma base sólida e consistente. Parabenizou a todos pela qualidade do trabalho.

A coordenadora técnica do projeto Fipe agradeceu a equipe da ST e as instituições afiliadas que participaram da reunião para colaborar com a construção do PDUI. Quanto aos materiais, disse que concentrará o envio para os representantes da EMTU e da Secretaria Estadual de Transportes para que conheçam, ainda que não sejam todas absorvidas no PDUI, porque não serão já que muitas foram rejeitadas, pois fogem do escopo do PDUI, e uma das justificativas é que isso é competência da política setorial e, portanto, é o setorial que tem que definir.

Sobre as questões do Vale do Paraíba, ficaram de ser respondidas com mais atenção pelo representante da EMTU e dar um retorno até o dia 4 de abril para que possam finalizar a estruturação da proposta já com a análise crítica do setorial.

Reforçou ainda que o representante da EMTU, em sua análise, pode orientar qual proposta está mais para diretriz, se algo é ação e o melhor é não colocar, porque tudo o que compromete, melhor não colocar, mas tudo que preserva a possibilidade de acontecer no futuro deve ser colocado,

até para salvaguardar projetos futuros, incluindo o que foi dito pelo representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos sobre os projetos da STM e que gostariam que fossem colocados como diretriz dentro do PDUI, para já reforçar que essa foi uma discussão feita, não só com Transporte e Logística, como com a SIMA, e que farão com a Habitação na próxima segunda-feira, assim já carregam no PDUI alguns temas a serem assumidos por diferentes planos do governo. O representante da EMTU colocou que nem todas as questões listadas a EMTU tem condições de responder, que existem questões que não cabem à EMTU e que vai pontuar qual delas.

A coordenadora técnica do projeto Fipe colocou que as questões preparadas são para o Transporte Metropolitano, que tem questões para a EMTU, e questões que poderão ser para a CPTM, e que ele terá condições de dizer, para as questões que claramente não são de competência da EMTU, se a área de planejamento da STM tem alguma avaliação ou proposição.

O representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos disse que, assim como mencionado, parece que talvez tenha questões da própria Logística, que, de qualquer forma, imagina, que como tiveram reunião com a Logística, eles também devem estar fazendo a avaliação desse material.

A coordenadora técnica do projeto Fipe respondeu que sim e revelou que estava enviando o material faltante de uma das regiões.

O representante da Secretaria de Transportes Metropolitanos perguntou se ainda tinha mais alguma questão, pois teria que se ausentar para um compromisso.

Sobre a pesquisa OD da Região Metropolitana do Vale do Paraíba de 2015, que não abrangeu São José dos Campos, a técnica da Fipe perguntou se é recente e o representante da EMTU respondeu que a OD de 2015, feita pela STM, realmente não incluiu os dados recentes de São José dos Campos, porque já haviam feito a pesquisa interna.

Então, foi feita uma adaptação do banco de dados da cidade com a pesquisa metropolitana, o que não é o ideal, mas acabou tendo resultados conflitantes, e quando pegaram, foram feitas as atualizações. Disse que o ideal é fazer uma pesquisa OD a cada 10 anos, mas não há equipe suficiente para coordenar todas essas pesquisas.

Disse que foi feito um cronograma de atualização das pesquisas e constatou-se que existem três regiões na fila, que São José dos Campos ainda não foi colocado, não foi mencionado no PPA de 2023, porque não estava no radar dos 10 anos, mas que, à medida em que avançam, provavelmente, ficará para o próximo PPA e que deverão ter recursos para tanto. Não havendo mais questões a serem colocadas, a coordenadora técnica do projeto Fipe encerrou a reunião, agradecendo aos representantes da STM, EMTU e CPTM e se comprometendo a enviar todo o material para a análise técnica.

Lista de presença:

Município	Instituição	Cargo
São Paulo	EMTU – Planejamento	
São Paulo	STM	
São Paulo	EMTU	
São Paulo	STM	
São Paulo	CPTM	
São Paulo	EMTU	

Registro da reunião do Grupo de Trabalho de Habitação, que aconteceu no dia 28 de março de 2022

Participantes setoriais:

Superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU
Gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU
Gerência de Pesquisa Habitacional (técnica)/CDHU
Gerência de Pesquisa Habitacional (técnica)/CDHU

Abertura:

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR agradeceu a parceria e explicou que a equipe da Fipe havia finalizado a etapa de recebimento e de análise das propostas vindas do poder público e da sociedade civil, cuja devolutiva foi encaminhada nas reuniões das Câmaras Temáticas.

Disse que o processo participativo foi um sucesso, com a participação de mais de 1.500 pessoas, inclusive prefeitos, além de secretários municipais, deputados, técnicos e sociedade civil, nas oficinas regionais, audiências públicas e grupos de trabalho.

Acrescentou que o objetivo da reunião é apresentar as dúvidas que resultaram do trabalho de análise do conjunto das propostas recebidas, e captar as sugestões da equipe técnica da Habitação para o Caderno Final de Propostas.

A apresentação em PowerPoint está disponível para consulta na plataforma digital do PDUI: <https://pdui.sp.gov.br/>

A apresentação foi iniciada com as questões levantadas para as regiões metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba.

A coordenadora do PDUI das RMs de Jundiaí e de Piracicaba – Fipe disse que a técnica da Fipe faria a apresentação, mostrando a estrutura do plano e onde se encaixam as questões relativas a habitação, e que, se for necessário, é possível abordar algum detalhe.

A técnica começou sua apresentação contextualizando as propostas do PDUI, que estão sendo agrupadas em dois itens principais: um é o ordenamento territorial e o outro são as diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum (FPCIs).

Explicou que, dentro do ordenamento territorial, existem três níveis de aproximação de território. “Tem as macrozonas, que vão dar as diretrizes gerais de uso e ocupação do solo, que contemplam o território inteiro de cada unidade regional, com as estratégias para ação metropolitana, que por sua vez vão focar em espaços mais específicos – que contemplam dados mais dinâmicos referentes a cada setorial – e tem, ainda, as áreas de interesse metropolitano, que são pontos específicos para os quais serão propostos projetos específicos, como instrumentos urbanísticos especiais”, afirmou.

Explicou que, no caso dos PDUIs de Piracicaba e Jundiaí, estão sendo propostas três macrozonas: urbana, ambiental e rural ou de uso sustentável, dependendo da região. Para as estratégias para ação metropolitana, estão sendo propostas: uma para gestão de riscos, outra para enfrentamento da precariedade e informalidade habitacional, uma para rotas turísticas, para mobilidade regional, e outra para áreas verdes e áreas protegidas que não estão sendo contempladas na macrozona ambiental.

“Nessa última, são referidas as áreas ambientais que hoje já têm lei. Nas Funções Públicas de Interesse Comum tem quatro grandes grupos: planejamento territorial e uso do solo/habitação; desenvolvimento econômico e atendimento social; meio ambiente, saneamento e recursos hídricos; e transporte e sistema viário regional”, descreveu.

Ressaltou que foi dado destaque para as estruturas onde as propostas relacionadas à política habitacional estão concentradas. “No caso de Piracicaba e Jundiaí, essas propostas estão concentradas na macrozona de interesse urbano e na de interesse de uso rural ou uso sustentável, dentro das estratégias para ação metropolitana, aquela que vai tratar do enfrentamento da precariedade e da informalidade habitacional. No caso das FPCIs, elas estão na macrozona de planejamento territorial e uso do solo/habitação”, destacou.

Na sequência, apresentou diretrizes formuladas para essas estruturas e as principais dúvidas sobre elas, bem pontuais. Solicitou ao pessoal da CDHU que analisassem a formulação de diretrizes na íntegra, para ver se estão coerentes com as estratégias da política habitacional do estado, se é possível incluir alguma outra orientação ou referência de programas ou projetos da Secretaria da Habitação, considerando que se tem a oportunidade de dar para os municípios as diretrizes de uso e ocupação do solo para os seus planos diretores.

Em seguida, apresentou as diretrizes para as macrozonas de interesse urbano e de interesse de uso rural. A dúvida mais específica é com relação à macrozona de uso rural, cuja diretriz é utilizar o instrumento da outorga onerosa de alteração de uso como forma de controlar e coibir loteamentos irregulares em áreas não urbanas – que são programas destacados no Panorama Regional e no Diagnóstico –, principalmente na região de Piracicaba, que tem muitos municípios com loteamentos irregulares nas áreas rurais, principalmente, de interesse específico, que são precários nas áreas de condomínio.

Destacou outra dúvida sobre fazer ou não uma diretriz para regularização de interesse específico na macrozona de uso rural, e se deveria tratar de uma diretriz para moradia do trabalhador rural, porque, no Plano Estadual de Habitação, na parte que fala de Rio Claro e Piracicaba, tem um destaque para a questão da moradia do trabalhador rural, e a equipe Fipe quer entender se existe alguma orientação nesse sentido.

Sobre a estratégia de enfrentamento da precariedade e informalidade habitacional, está sendo proposta uma gestão integrada dos municípios metropolitanos. Apresentou as principais diretrizes aliadas à regularização fundiária.

A técnica da Fipe explicou que a dúvida era sobre o licenciamento dos núcleos urbanos informais de interesse específico. Aproveitou ainda para reforçar que, no PDUI, essas diretrizes estão dispostas na Lei Federal nº 13.465, que diz, entre outras coisas, que a legislação dos municípios precisa garantir que as despesas decorrentes da execução da infraestrutura essencial ocorram por conta dos beneficiados e não por conta do estado e, se houver necessidade, solicitar estudos técnicos e adoção de medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental para os proponentes nesses assentamentos.

Na sequência, foram apresentadas as diretrizes para a FPIC Planejamento Territorial e Uso do Solo/Habitação, que são mais amplas que as de macrozoneamento, e para a estratégia de ação e enfrentamento da precariedade, que são mais específicas e territoriais. “A equipe não tem nenhuma dúvida, mas mandará para a equipe da habitação analisar”, disse.

A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU perguntou se a equipe tem estudos de riscos específicos.

A técnica da Fipe respondeu que está sendo feito dentro da estratégia para gestão de riscos ambientais e que a proposta é tratar desses levantamentos de tudo que existe disponível no site da Defesa Civil do Estado, levantamentos de setorização. Disse que, na Coordenadoria de Proteção de Recursos Naturais (CPRN), existem as cartas de suscetibilidades, alguma coisa no DataGeo sobre perigo e que a proposta é fazer uma compilação de todos esses estudos.

A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU perguntou se foi feito um levantamento no Instituto Geológico (IG), porque a CDHU teve um trabalho com eles na época do Sistema de Informações Metropolitanas (SIM/Habituação), há dois anos, e eles mesmos colocaram a dificuldade de usar os dados deles porque, na habitação, por conta da escala, não daria para usar. A CDHU, na época do SIM, se pautou um pouco nos municípios que disponibilizaram o que havia de melhor, alguma carta geotécnica específica para a região etc.

Disse, ainda, que tinha devolvido a pergunta para saber se vocês têm esse levantamento atualizado porque o que estava no DataGeo... “Eles mesmos recomendavam para usar com cuidado, tendo em vista a escala. Sempre tem dificuldade, por exemplo, Peruíbe teria que ser removida inteira pelo DataGeo”, afirmou.

Explicou que esses são dados que, se pautar nessa escala para fazer política habitacional, vai ser bastante equivocado. “O próprio instituto reconhece a necessidade de ter um outro *approach*. Na época do ZEE, o CDHU cruzou novamente com eles e foi tomado muito cuidado na elaboração da carta de gestão de riscos”, afirmou.

Considerando que se passaram dois anos e as pessoas devem ter trabalhado, disse que acreditava que deve ter um pouco de atualização. “Por isso, é importante saber se vocês têm um levantamento mais atual ou se continuamos usando aquelas escalas”, disse.

A técnica da Fipe respondeu que, com relação ao IG, continua na mesma escala, não teve contato específico com eles, mas que a equipe acompanhou as questões de levantamento de riscos pelo DataGeo.

Disse que, com relação a esses levantamentos, a equipe acreditava que são os dados antigos e que a escala não funciona para planejamento nas escalas municipal e regional.

“No caso das estratégias, estamos focando nas cartas que têm uma escala mais apropriada e na setorização de risco, porque muitos municípios têm levantamentos atuais de setorização de riscos, na Defesa Civil, e alguns municípios também possuem essas cartas. É preciso levantar município por município, mas essa estratégia tem esse intuito de criar uma Câmara Temática, juntar os municípios para que eles forneçam esses dados e trabalhem em conjunto”, destacou.

A coordenadora do PDUI das regiões metropolitanas de Jundiaí e Piracicaba – Fipe complementou que, nas próprias diretrizes da estratégia, será colocada essa questão dos dados – que têm que ser usados com cuidado – e que é uma decisão do próprio Conselho de Desenvolvimento de como trabalhar com eles.

Disse ser possível colocar na diretriz a dificuldade de se usar esses dados na escala mais ampla, para serem utilizados diretamente para os programas. Afirmou que era importante esse destaque.

A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU ressaltou a importância de ter um sistema de informação, e disse que, bem ou mal, o IGC assumiu, no caso do CDHU, o SIM, e que estão trabalhando ativamente na Baixada Santista para as gestões atuais dos municípios atualizarem as informações sobre habitação.

Enfatizou a importância de um sistema único de informações para o PDUI, para ser alimentado pelos novos levantamentos, e disse achar importante nessa diretriz estabilizar um sistema de informações e a troca de informações.

A técnica da gerência de pesquisa habitacional/CDHU complementou a fala da gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU, dizendo que tem trabalhado com uma base de informações bastante heterogênea sobre risco, com informações mais precisas na Baixada Santista, que são levantamentos mais robustos sobre os assentamentos precários, e nos outros municípios da região metropolitana também, com informações mais instáveis e com informações da Pesquisa Municipal Unificada da Fundação Seade.

Disse concordar com o que foi colocado pela gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU, que é importante para se avançar em informações mais homogêneas e consistentes, para se pensar num planejamento mais abrangente, cruzando essas informações com a bases de dados disponíveis sobre riscos, tentando aproveitar os mapas na escala que se trabalha.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR destacou para a gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU e para a técnica da gerência de Pesquisa Habitacional (técnica)/CDHU que está sendo escrito no Caderno de Propostas sobre o sistema de informações e na medida que o SIM (Sistema de Informações Metropolitanas), que foi construído em 1967 pelo Grupo Executivo de Planejamento (Gegran) até a extinção da Empresa Paulista de Planejamento (Emplasa) se dissolveu, o IGC assumiu essa atribuição e a alimentação está sendo feita conforme demanda.

“A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU acabou de dizer que eles estão estruturando para a Baixada Santista. Diante dessa desmobilização do SIM Emplasa, e olhando a gestão pública que é muito fragmentada com relação a vários aspectos, inclusive de articulação de política e de sistemas de informações também, estamos definindo o que seria um sistema de informações voltado para o monitoramento dos projetos, e que seja decidido no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Regional que, na gestão metropolitana é a autoridade metropolitana”, destacou.

Afirmou, ainda, que não é possível já desenhar o sistema e colocar para ser assumido pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, uma vez que a estrutura do Estado mudou. “Agora tem o IGC e o DataGeo, que são dois sistemas com mandato para fazer isso, e robusto e paralelamente tem um sistema, que tem que ser checado se existe ainda, que é o SIGA (Sistema de Acompanhamento de Projetos Estruturantes Prioritários do GESP), da Secretaria de Planejamento, que controla os projetos e orçamentos e que tem indicadores que se balizam para monitoramento de projetos e não para elaboração de projetos”, disse.

Esclareceu que são duas coisas muito distintas: “quem vai elaborar projetos dentro do PDUI será a secretaria setorial porque ela faz política, faz o programa e o projeto e põe no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para poder executar”.

Disse que a Câmara Temática vai discutir com a secretaria setorial essas demandas de enfrentamento conjunto – até para definir a prioridade por onde começa na região.

“No Caderno de Propostas está se propondo que o Sistema de Informação Metropolitano, seja lá onde ele ficar, tem que ter características que deverão ser descritas pela equipe e os projetos que são definidos pelos setoriais, são os próprios que irão monitorar esses projetos e não esse sistema de acompanhamento e monitoramento que é a autoridade metropolitana quem faz”, disse.

Acrescentou que, a rigor, as instituições sempre têm internamente os seus controles, mas o que importa é o controle do orçamento e, para ser executado pelo orçamento pelo setorial, ele tem que ter um projeto com começo, meio e fim.

“Isso está sendo descrito para não fazer uma proposta que trombe com as agências que hoje estão cuidando, de forma diferenciada, de sistemas únicos de informação – que não serão homogêneos nunca. Mas que tenha a possibilidade de ter uma base de dados que compatibilize essa heterogeneidade frente às estruturas estabelecidas de controle e aos sistemas de monitoramento do Estado, seja do DataGeo, do IGC ou da Secretaria de Planejamento e Fazenda”, destacou.

Reiterou que estão sendo definidos os requisitos fundamentais que esse monitoramento deve ter e o sistema de informações também.

“Estamos propondo que isso possa ser feito por um Observatório Metropolitano, que faça o acompanhamento desses bancos de dados, que poderiam ficar vinculados às universidades públicas que têm essa perspectiva”, disse.

Admitiu, ainda, que isso ainda é muito frágil porque, ainda que as universidades tenham muita capacidade técnica, o estado, enquanto estrutura, nem olha para elas. “Os técnicos sim, vão buscar as informações para análises que a universidade faz. Mas, como gestor desse Observatório, nem sempre. O exemplo é o Observatório da Metrópole do IPPUR, que tem informações analíticas importantes, bases de dados poderosas”. O Rio de Janeiro, exemplificou, fez uma cartografia e adotou um sistema que não tem nada a ver com o que está lá – e sem análise”, considerou.

Disse haver muita disfunção de estrutura de gestão de controle e que a equipe Fipe está sendo muito cuidadosa. “Na proposta, estamos sugerindo a estruturação de um sistema que tenha alguns aspectos que devam ser observados para monitoramento, respeitando os sistemas que já estão implantados no estado”, completou.

A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU disse para a técnica da Fipe que, quanto às dúvidas, não sabe se consegue ajudar. Com relação ao interesse específico, a Habitação não tem tratado e nem o Programa Cidade Legal, apesar de que, no SIM, a CDHU mapeou e continua mapeando o interesse específico.

“Os municípios têm tratamento diferenciado, então, é uma diretriz que deve ser colocada, por causa da importância do interesse específico. Tem muito risco na Baixada Santista, em área de interesse específico, e do ponto de vista do planejamento não dá para não olhar. Do ponto de vista do Estatuto da Cidade, só tratamos de interesse social”, explicou.

Destacou que não existem ações sobre o interesse específico e que, inclusive, o Programa Cidade Legal tentou ter e foi questionado judicialmente. Sugeriu, então, fazer uma aproximação com o Cidade Legal para verificar como está o tratamento atual, mas a CDHU não tem jurisdição. Sobre o trabalhador rural, disse que houve um programa, em um período recente da Casa Paulista, sobre moradia de habitação rural e que, nessa última gestão, inclusive com a paralisação do Programa Minha Casa, Minha Vida, a atuação foi bastante pequena, nada computado recentemente.

“Era uma diretriz vinculada ao Minha Casa, Minha Vida. É uma demanda legítima que em um determinado momento teve uma atuação”, disse.

A técnica da Gerência de Pesquisa Habitacional/CDHU complementou dizendo existir uma diferença. “Uma coisa é uma diretriz de moradias em áreas rurais, e a CDHU já fez programas com assentamentos, e identificou em pequenas propriedades a necessidade de substituição de moradias. Outra coisa é o trabalhador rural que hoje vive em área urbana”, definiu.

Nesse sentido, então, ela diz que os empreendimentos da CDHU para interesse social, principalmente nas cidades pequenas e médias, atendem o trabalhador rural que tem uma inserção urbana. “Essa diferença tem que ser considerada”, disse.

A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU acrescentou que um programa específico para trabalhador rural a CDHU não tem. Informou que a Casa Paulista teve durante um período e que hoje é tratado para fazer análise dos distritos que têm muito a ver e a CDHU que constrói em distritos, sub judice, avaliando, mas constrói.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR pediu para entender sobre a fala das técnicas da CDHU, e reforçou que a pergunta é se cabe uma diretriz para moradia de trabalhador rural. Concordou que o trabalhador rural vive em área urbana, portanto, uma diretriz para trabalhador rural parece que não cabe, dentro dessa lógica de que ele vive na área urbana.

A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU acrescentou que, no Plano Estadual de Habitação, isso nunca foi tratado de uma maneira apartada.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR concluiu que essa diretriz não cabe, e continuou dizendo que uma coisa são moradias em áreas rurais, como que foi citado, e que havia alguns programas junto com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp).

Perguntou qual é o desenho desse programa. “A dúvida é que, quando se coloca uma diretriz introjetada por eles, como um dever do estado, e não é onde os problemas aparecem, ela deve ser no sentido do enfrentamento e não da continuidade. Senão de remoção, do enfrentamento para contornar uma situação que se tornou ilegal, mas que não será rotineira ou não faz parte da política de habitação do estado”, disse.

A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU respondeu que não colocaria porque não consta no Plano Estadual e que a ação com o Itesp é muito antiga. Disse que hoje, em toda a parte de regularização fundiária a habitação não entra.

“Quem entra é o Itesp que faz o trabalho de regularização. O Programa Cidade Legal também não entra”, disse. Sugeriu ainda não fazer destaque para essa questão.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR concluiu que, como não está na política habitacional e a CDHU não quer entrar nessa questão, a equipe Fipe pode desconsiderar essa diretriz.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU colocou que, dependendo do território em questão, tem diferenças. “Uma coisa é falar do Pontal do Paranapanema, nos assentados. Nesse sentido, a CDHU teve programas junto com o Itesp, estudos recentes para assentados rurais, que não é o caso dessas localidades”, afirmou.

Acrescentou que chegaram a estudar módulos nos locais onde eles já estão e têm uma condição de vida muito precária. Afirmou que, mesmo o programa que o Casa Paulista tinha era o Minha

Casa, Minha Vida para o trabalhador rural, que era vinculado a cooperativas e outras organizações que existiam para a produção em que a moradia entrava junto, não é o caso.

“Então, para essas regiões metropolitanas não cabe uma diretriz para moradia para trabalhador rural. Cabe prever que toda a demanda tem que ser atendida, tanto a urbana como a rural, com soluções que devem ser estudadas caso a caso”, afirmou.

Citou que a gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU falou em moradias em distritos, mas não se sabe o quanto essas moradias têm essa destinação. “Não cabe uma diretriz específica nessas regiões. Em outras regiões pode ser estudado, mas sempre vinculado a uma outra ação de outro setorial, ou que seja da política para as áreas rurais”, apontou.

A técnica da Fipe considerou que as dúvidas tinham sido solucionadas e que, no caso do PDUI, é possível pensar em uma diretriz mais ampla, no sentido de dar uma orientação para a área rural e para a área urbana, extrapolando a questão da regionalização. Lembrou, ainda, que o PDUI cobre todas as questões de habitação, não só de assentamentos precários e informalidade.

A coordenadora do PDUI das RMs de Jundiaí e de Piracicaba – Fipe disse concordar com a superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU de que todas as demandas devem ser atendidas e analisadas e qual é a melhor política a ser feita. “É uma questão a ser feita pelo Itesp”, sinalizou.

Aglomeração Urbana de Franca e Região Metropolitana de Ribeirão Preto

A técnica da Fipe começou a apresentação de Franca e de Ribeirão Preto simultaneamente porque as equipes são as mesmas para as duas regiões, cujas características são muito parecidas. Disse ter levado para a reunião propostas que surgiram e que chamou a atenção o número pequeno de propostas recebidas.

“Foram 3 em Franca e 1 ½ em Ribeirão Preto. Ou seja, não é um tema que cause preocupação para eles. Isso também apareceu nas audiências públicas”, revelou.

Disse que, no final, falaria sobre as diretrizes para a CDHU tomar conhecimento do que foi recebido.

A primeira proposta de Ribeirão Preto fala da *“necessidade altíssima de casas populares. As indústrias do cigarro de palha, da cachaça e da cerveja artesanal da região atraem mão de obra informal, que, devido à situação de informalidade, não consegue acesso a habitação popular disponível na cidade”*.

A técnica disse não saber se existe habitação popular disponível na cidade e que é uma proposta vinda do poder público, o que chama mais atenção no sentido de que há um desconhecimento do problema e da situação.

Continuou dizendo que as questões a serem enfrentadas estão ligadas ao mapeamento e à identificação dos assentamentos precários, aglomerados subnormais, favelas e áreas de risco com habitação precária. “Necessidade de se conhecer, devido à grande heterogeneidade das situações, o tipo de intervenção necessária para a execução de ações corretivas”, apontou.

Segundo a técnica da Fipe, ainda em Ribeirão Preto, a meia proposta é da sociedade civil e fala em *“priorizar a ocupação de vazios urbanos e adensamentos urbanos ao longo de eixos de mobilidade, priorizando assim áreas com infraestrutura urbana”*.

Esclareceu que a outra parte dessa proposta fala da ocupação de áreas de outra natureza, indústria, por exemplo. Apontou as questões a serem enfrentadas que são: identificar as necessidades habitacionais e a disponibilidade dos municípios; levantar as possíveis fontes de financiamento; e elaboração de um Plano de Habitação e identificar os “vazios urbanos”.

Duas propostas que apareceram em Franca são semelhantes: *“Implantar um plano de habitação específico para as regiões centrais das cidades da região, já dotadas de infraestrutura e equipamentos”*.

Acrescentou que também se refere a vazios urbanos e que as questões a serem enfrentadas são: identificar as necessidades habitacionais e a disponibilidade dos municípios; levantar possíveis fontes de financiamento e identificar e qualificar as áreas centrais e vazios urbanos.

Para ela, o que se observa nas duas unidades regionais é o total desconhecimento do que está acontecendo, em que pese Ribeirão Preto ter uma Cohab que trabalha especificamente com habitação de interesse social. A técnica não sabia dizer se o pessoal da Cohab compareceu às audiências públicas.

Apresentou outra proposta do poder público que coincidia com a primeira proposta de Ribeirão Preto (...) *“necessidade de construção de conjuntos habitacionais nos municípios da região”*.

Colocou que, novamente, as questões a serem enfrentadas são: identificar as necessidades habitacionais e a disponibilidade dos municípios; verificar se há investimentos previstos na região; identificar a melhor distribuição de unidades habitacionais pelo território da AUF; levantar as possíveis fontes de financiamento.

Apresentou, na sequência, as diretrizes básicas do PDUI para Habitação na Aglomeração Urbana de Franca e na Região Metropolitana de Ribeirão Preto e as diretrizes das macrozonas de interesse urbano.

Fez um destaque para uma das diretrizes sobre promover a urbanização e a regularização fundiária, que nas audiências públicas não teve eco. “Parece que eles não têm esse problema e como a equipe não tinha dados do Programa Cidade Legal, onde os municípios têm um papel ativo, tem que se fazer uma campanha de conscientização”.

Alertou que é preciso traçar uma diretriz específica para isso e ainda esclareceu que para essas regiões a equipe não tinha dúvidas. “O que preocupa é a questão do SIM, que já foi abordado, porque é fundamental ter um sistema de acompanhamento e monitoramento dessas questões, e em ambas as regiões fica claro que a equipe terá que fazer uma diretriz de identificação do problema que talvez seja fazer um Plano Regional de Habitação”, afirmou.

Sobre a questão de mapear os assentamentos precários, a superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU disse que uma das grandes vantagens é fazer o módulo do SIM Habitação, que foi toda a discussão que houve, não tanto do sistema, mas de quais são os dispositivos para identificação disso no território.

“Isso é, inclusive, uma preocupação de outros estados, a busca de fazer essa identificação do fenômeno antes de qualquer coisa. Isso a CDHU viveu na própria Baixada Santista, municípios que têm isso, mas estavam vendo só pelo viés da regularização fundiária ou cartorial, que não identificavam esse problema. É muito mais um trabalho de base”, sinalizou.

A técnica da Fipe complementou dizendo que tem observado que o trabalho das Secretarias Municipais de Habitação está acontecendo apenas para regularização fundiária, até porque eles não têm recursos. “É só isso que o pessoal tem feito”, disse.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU disse que a regularização fundiária tem sido feita, mas, com compromissos de urbanização. Ela revelou que é preciso conjunto. “A CDHU recebe pleitos diariamente, porque não tem a identificação do problema”, enfatizou. Sobre o sistema de informação, disse que não é possível propor um grande sistema, mas que as instâncias regionais podem fomentar, no seu âmbito, articulação de informações para começar a construir a base de planejamento regional.

“Aí, é importante o monitoramento dos projetos do setorial, mas, numa visão se os principais problemas da região estão sendo enfrentados ou não, caberia à região. Como já existe a metodologia e o IGC já está com essas bases de informação, valeria a pena deixar isso registrado como proposta para as regiões”, disse.

A técnica da Fipe afirmou que em Franca e Ribeirão a questão de áreas de risco não apareceu. “Não foram recebidas propostas”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR chamou atenção, face à vivência da CDHU com isso, para o fato de essas duas regiões, Franca e Ribeirão Preto, terem uma urbanização muito contida nos seus núcleos centrais. Exceto Ribeirão Preto e Franca, os demais municípios são de classe média e, provavelmente, habitação não é uma questão a ser enfrentada.

“No mapeamento que fizemos dos assentamentos subnormais, ou com algum nível de precariedade, isso aparece em Ribeirão Preto que é o lugar mais urbanizado. Ou seja, a temática da

precarização habitacional é própria da densidade urbana, do dinamismo urbano que traz junto uma economia forte, mais centralizada, mas traz a pobreza que fica pendurada naquilo que ela não consegue se encaixar no mercado formal de todas as naturezas, começando por trabalho e acabando na habitação. Não se encaixa em lugar nenhum”, analisou.

Ela disse, ainda, que esse problema não aparece por que, de fato, ele não é o principal problema dessas duas regiões. “Aparece em Jundiaí, Piracicaba, nos municípios que têm essa dinâmica por que essa demanda por conjunto habitacional é política. Todos os prefeitos querem dizer que entregaram casas populares e chamam o governador para entregar as chaves”, disse.

Observou, ainda, que essa demanda de conjunto habitacional não é objeto de diretriz nessas duas regiões por ser uma questão localizada e, no caso de Franca e Ribeirão, muito de Franca e pouco de Sertãozinho e o resto não tem esse problema.

“Na macrozona de interesse urbano, a diretriz é fortalecer a ocupação nas áreas de vazios urbanos, porque elas também estão na periferia, e quando a política habitacional vai ao encontro da habitação, quando a prefeitura não doa o terreno, ele é sempre o terreno mais barato, nunca é no vazio urbano”, disse.

Reforçou que a escolha não está na lógica do planejamento urbano, está na escolha financeira de quanto será o produto que vai atender aquela população que tem renda. “Então, não dá para atrelar a política de interesse social com vazio urbano porque ela não será nunca observada, não será objeto da política porque a política tem uma outra lógica.

O preço do produto tem que caber naquela faixa de renda que está dando, e o preço da terra é uma parte importante desse custo e que, portanto, não é vazio urbano. Se ali fosse ZEI e ZEI depreciasse o valor. Já vimos que em São Paulo isso não acontece”, enfatizou.

A técnica da Fipe esclareceu que foi colocado para dar uma resposta à proposta recebida e que foi colocada a identificação de vazios urbanos.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR explicou que a equipe atrelou isso à política habitacional, e que o PDUI não deve impor isso como uma regra porque isso inviabiliza. Colocou, ainda, que, embora não conheça profundamente, já estudou de 1964 até 1990 que todas as políticas habitacionais são ditadas pelo preço do produto e que a escolha do local tem a ver com o preço da terra e não com dote.

“Isso é uma teoria que vem de fora para uma sociedade com uma renda muito mais homogênea do que a gente e que é de outra natureza. Então, temos que tomar muito cuidado, sob pena de penalizar essa população de nunca ter atendimento porque o preço não vai ser compatível com a sua capacidade de renda. Mas, de alguma forma, mapeamos essas áreas precárias com as informações que estavam disponíveis”, disse.

Explicou que toda a análise contida no Panorama Regional e no Diagnóstico foi em cima do mapeamento, com dados que a equipe da Fipe teve acesso.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU afirmou que, na verdade, passaram à Fipe os dados que tinham dessa base híbrida, consolidando as áreas de risco passadas pelos municípios com informações de favelas e aglomerados subnormais.

“Da maior parte dessas regiões deve ter vindo do levantamento prévio para o Censo, feito com dados para a Covid-19. Temos uma indicação de números passados para vocês. Isso não dá a localização, dá apenas uma referência de fenômenos identificados. Quanto ao preço da terra nessas regiões, inclusive para a questão da produção agropecuária e para o agronegócio, é altíssimo”, destacou.

Explicou que, para os perímetros dos municípios ficarem mais contidos e não ter espraiamento é porque o valor da terra tem um valor para outra produção.

“Então, não é terra de ninguém, sabemos dos municípios dormitórios, antigos boias-frias e na própria região de Ribeirão Preto tem municípios com problemas sociais elevados”, analisou.

A coordenadora disse ainda não saber a situação atual e como isso se apresentou no trabalho do PDUI. “Prever a provisão habitacional é importante e, se for mantido o modelo de contar com a doação de terreno para implantação de conjunto habitacional, a regra acaba sendo o valor, mas se existirem outras diretrizes que apoiem que essa localização seja melhor, é importante não usar o vazio, mas uma diretriz de localização que aproveite as infraestruturas urbanas existentes”, disse. Sugeriu ver alguns municípios que são cidade dormitório e que são voltados para a produção agrícola, se ainda existem e como estão.

A técnica da Fipe disse ter dúvida sobre usar vazios urbanos e sugeriu tirar esse termo das diretrizes e substituir por localização de áreas com melhor infraestrutura urbana. Explicou que são diretrizes mais amarradas, porque vazio urbano é um termo que está desgastado e tão sem diretriz acoplada ao termo, por isso é melhor ser mais preciso e não usar vazios urbanos.

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

A técnica da Fipe começou dizendo que boa parte das propostas já foi discutida, e se preparou para apresentar a proposta de estratégias de enfrentamento da precariedade e informalidade habitacional.

“Esse tipo de desenho já foi apresentado para as regiões de Piracicaba e Jundiaí com propostas recebidas das audiências públicas”, disse. **O problema:**

“Presença de assentamentos precários e loteamentos irregulares, principalmente aqueles localizados em áreas afastadas dos centros urbanos e em áreas de risco, em especial no Litoral Norte, Campos do Jordão, São José dos Campos, Jacareí e Taubaté.”

Proposta:

Ações que devem ser coordenadas por uma Câmara Temática Metropolitana que trate do tema habitacional, com papel de articulação e apoio técnico para a implementação de programas/projetos, integrando-os às demais funções públicas de Interesse comum, em especial, as estratégias de ações de gestão de riscos ambientais, alinhadas às diretrizes e estratégias da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC, Lei nº12.608/12) e aos planos regionais de habitação e de gestão de riscos ambientais.

Apresentou, na sequência, as ações que seriam: definir critérios regionais de reconhecimento e enfrentamento das necessidades habitacionais; promover a aplicação dos instrumentos relacionados ao cumprimento da função social da propriedade do Estatuto da Cidade, em articulação com a política habitacional do ESP; definir diretrizes que orientem os municípios para que, na revisão de seus Planos Diretores e Leis de Uso do Solo identificar assentamentos precários, áreas desocupadas localizadas em regiões com infraestrutura urbana, imóveis subutilizados, no sentido de subsidiar ações de urbanização de assentamentos precários e de produção de HIS; orientar ações de regularização fundiária, tais como: adoção de projeto padrão para região de esgotamento sanitário, em parceria com a concessionária e com o órgão ambiental estadual, e mapeamento de núcleos urbanos informais.

Apresentou um mapa do diagnóstico do PDUI que identifica essas áreas, lembrando que, no tema dos assentos precários, olhando no mapa, percebe-se uma grande mancha em Santa Branca.

“Isso diz respeito ao perímetro do setor censitário que é o problema que existe no trabalho do CEM, realizado em 2013 para o plano metropolitano, contratado pela Secretaria da Habitação”, disse.

Explicou, ainda, que, no mapa, também existe a identificação das ZEIs que foram feitas a partir das informações das prefeituras municipais e os aglomerados subnormais de 2019, do levantamento do IBGE, e os domicílios em áreas de risco que foram identificados a partir de dados de várias fontes, dando uma ideia da dimensão de domicílios em área de risco.

Encerrou a apresentação e abriu a palavra aos participantes.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU disse que essa é uma região com situações de risco muito sérias. Tem Campos do Jordão, tem a questão da serra e a questão do litoral.

Lembrou que, quando estava em estruturação uma captação de recursos com o BID, junto com a Secretaria do Meio Ambiente, para o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, nesse programa havia um módulo de preparação de um sistema como o SIM, para habitação,

para ser feito o mapeamento para assentamentos precários e isso deveria ser trabalhado profundamente na política de desenvolvimento urbano e habitação.

“Isso estava articulado com a Secretaria do Meio Ambiente, que estava montando um trabalho de monitoramento das ocupações e das tendências de ocupação das áreas de risco. Essa região merece um destaque para esse problema, merece pensar em instrumentos de acompanhamento e merece pensar em soluções que contemplem a regularização fundiária, a estruturação urbana e a recuperação ambiental de uma forma integrada”, destacou.

Lembrou que, recentemente, em visita a São Sebastião, pôde ver como é assustador que, nesse período, com a precarização das condições sociais e com os polos de turismo, como essa ocupação tem se expandido.

“Portanto, deveria ter um destaque para um planejamento de médio a longo prazo, articulando as políticas públicas”, sugeriu.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR questionou se no Programa da Serra do Mar tinha a perspectiva de ter um sistema de monitoramento da habitação.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU disse que não na Serra do Mar. “Tinha um financiamento que foi suspenso e o próprio governo não deu continuidade, que é o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista, é o Serra do Mar 2, com o objetivo de estender essas ações, e, se não acontece com recursos do BID, deveria acontecer numa gestão regional”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR perguntou se, no Serra do Mar 1, esse sistema foi pensado, ao que a superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU respondeu que não, só para o Serra do Mar 2.

Perguntou se esse instrumento não chegou a ser configurado, e a superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU respondeu que não chegou a ser configurado, mas, como o SIM foi estruturado para a Baixada Santista. “Ele é um parâmetro ótimo para dar sequência para o Litoral Norte”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR perguntou se a Secretaria de Habitação, junto com o IGC, está dando prosseguimento ao SIM da Baixada Santista.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU disse que, como isso já foi internalizado no próprio Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista e na Agem, e, como ela que tinha contratado o trabalho da Emplasa, isso está continuando pela iniciativa da Agem e a CDHU tem acompanhado. “Eles estão retomando o mapeamento, partindo da mesma base. A Agem tem o protagonismo e sempre chama a Habitação para acompanhar”, afirmou.

Disse, ainda, que a CDHU trabalhou para a Baixada Santista para verificar como esses dados subsidiariam um plano de desenvolvimento regional para a região, enfocando a habitação, não de uma forma genérica, mas de uma forma territorializada considerando os morros, as palafitas, e isso já está gerando projetos de intervenção, como o projeto Vida Digna, lançado agora. Destacou, ainda, que a Secretaria da Habitação está trabalhando em parceria com a Agem.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR quis saber como ficou o sistema montado do SIM Habitação na relação da Emplasa com a Secretaria da Habitação. “Ficou dentro do CDHU? Teve continuidade? Continua sendo alimentado?”, questionou.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU disse que a CDHU contratou a Emplasa para o SIM da Região Metropolitana de São Paulo e que, no caso da Baixada Santista, a Agem contratou a Emplasa com o apoio da CDHU para o desenvolvimento.

“Na Baixada, a Agem está prosseguindo junto com o IGC e como ele está precisando reconfigurar todo o sistema, isso está mais devagar. Uma iniciativa da Habitação era retomar para a RMS, mas não aconteceu ainda”, revelou e acrescentou ser uma questão de tempo para ser retomado.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse que a Secretaria de Desenvolvimento Regional encaminhou para o governo uma nova proposta de governança metropolitana para as regiões metropolitanas.

Afirmou considerar frágil e temerária, porque vai desestruturar todo o processo a que a superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU se referiu, porque vão acabar com as agências, criar uma grande agência e diretorias regionais no lugar das agências.

Avaliou que, se hoje as agências já são frágeis do ponto de vista gerencial e orçamentário, dá para imaginar o que será essa perspectiva centralizadora.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU concordou dizendo que tanto a Agem como a AgemCamp têm iniciativas. A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR concordou dizendo que é o histórico e o amadurecimento dessas instituições que as fortalece. “Quando estão dando respostas positivas, serão desmontadas com uma nova lógica”, sintetizou.

Disse que se preocupa quando essas descentralizações da ação setorial acontecem e ficam dependentes dessa descentralização porque ela tende a ser desmontada.

“Não se sabe o que vai acontecer no próximo governo, que pode mudar radicalmente para o bem ou para o mal, considerando que hoje essa situação é ruim e pode piorar”, disse.

Disse que tem defendido, cada vez mais, que os setoriais sejam fortalecidos. Citou como exemplo o que acontece no PDUI. “Se colocarmos no PDUI que as questões centrais são essas, o sistema de habitação e o sistema de meio ambiente precisam estar preparados para desenhar a política de enfrentamento, conversando na Câmara Setorial Temática de Habitação, de Transporte, de Meio Ambiente”.

Afirmou ainda sempre achar que desmobilizar um segmento setorial, como a Secretaria de Habitação, enquanto política setorial, quem define a política é a secretaria de estado e tem os agentes executores, que no caso é a CDHU quem executa a política habitacional.

Retomou o assunto do SIM e demonstrou preocupação com a fragilidade institucional que se está tendo com as agências. Informou que o governador deixará a proposta assinada para mandar para a Assembleia antes de sair do governo do Estado.

“Esse sistema todo que está mostrando resposta, por meio das agências, pode não acontecer. Sabendo disso, estamos propondo um sistema que seja muito mais centralizado na pauta metropolitana, seja ela qual for”, revelou.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU disse que, pensando na experiência da CDHU na Baixada Santista, a riqueza do trabalho foi a prévia agregação dos municípios da região, que participavam dessa discussão, não só os profissionais da área de habitação,

como também os da área de desenvolvimento urbano e, no caso de Santos, participavam profissionais que tinham uma visão macro.

Revelou ter receio porque, ao se transformar apenas no setorial, primeiro a descontinuidade existe, e a parte da visão mais integrada demandaria uma outra estrutura de um porte e de uma capilaridade maior.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse que quem deve resolver é a Câmara Temática de Habitação, composta por secretários e técnicos da prefeitura, que avaliam o problema e levam para ser discutido junto com o estado e com a população. “As Câmaras Temáticas continuam previstas no modelo novo”, assegurou.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU disse que o fato de não ter uma agência acompanhando o trabalho continuado pode ficar muito circunstancial, porque os coordenadores dessas câmaras se revezam entre os municípios e não possuem uma estrutura de suporte para executar o trabalho no passo a passo e numa discussão técnica.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse ser preciso esperar a aprovação dessa nova lei, e que, à medida em que as agências vão ficando conhecidas e respeitadas, elas vão se fortalecendo, e voltar para trás é ver o que aconteceu com a desestruturação da pauta e da temática metropolitana no Governo do Estado de São Paulo.

Avaliou, ao final, que as dúvidas pendentes foram equacionadas. Agradeceu e disse que espera que a equipe Fipe coloque diretrizes firmes que possam auxiliar nas prioridades da política habitacional do estado para essas regiões, e que, depois que o Caderno de Propostas estiver formatado será enviado ao CDHU para conhecimento.

“O Caderno e o macrozoneamento serão entregues para a Secretaria no final de maio e ele estará publicado nas plataformas de cada região. No início de maio, essas propostas serão apresentadas para os prefeitos e secretários de estado que participam do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano para um conhecimento prévio, porém, no próximo ano a composição mudará com o novo secretariado estadual, porém, uma das etapas do projeto PDUI é essa, para que os conselheiros conheçam o que está sendo proposto para cada região”, explicou.

A superintendente de Planejamento e Programas Habitacionais/CDHU pediu que as diretrizes de habitação sejam encaminhadas à CDHU antes da publicação para que pudessem dar ciência à Secretaria da Habitação e à diretoria da CDHU.

Colocou que darão início, este ano, à preparação do novo PPA (Plano Plurianual de Investimentos) e têm um desafio que é a atualização do Plano Estadual da Habitação que tem um horizonte de 2023. “Portanto, é importante ir alinhando a visão regional e a setorial”, disse.

A técnica da Fipe questionou ainda sobre a continuidade do SIGA (Sistema de Acompanhamento de Projetos Estruturantes Prioritários do GESP), pela Secretaria da Habitação.

A gerente de Planejamento Estratégico e Programas/CDHU respondeu que não, já que eles têm um sistema de monitoramento desenvolvido pelo Palácio que não diz respeito diretamente ao PPA, mas, são metas de entregas de produtos da gestão que termina em 2022. “Daí as metas são monitoradas com relação aos planos de investimentos. Ou seja, trabalham com dois PPAs, um oficial e um de metas, cujo sistema não tem nenhum recorte regional”, explicou.

Registro da reunião do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Econômico e Turismo, que aconteceu no dia 28 de março de 2022

Participantes setoriais:

Desenvolve SP
Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT)
Secretaria Estadual de Turismo

Abertura:

Em nome da Secretaria de Desenvolvimento Regional e da equipe Fipe, contratada para fazer este trabalho, a coordenadora técnica do projeto agradeceu aos representantes presentes e explicou que a equipe da Fipe já havia finalizado a etapa de recebimento e análise das propostas recebidas do poder público e da sociedade civil, cuja devolutiva foi encaminhada nas reuniões das Câmaras Temáticas.

Esclareceu que marcaram presença no processo participativo prefeitos, secretários municipais, deputados, técnicos e a sociedade civil, nas oficinas regionais e audiências públicas. Destacou que o objetivo da reunião era apresentar as dúvidas que resultaram do trabalho de análise do conjunto das propostas recebidas, verificar se estavam consistentes e captar sugestões que os parceiros pudessem indicar para haver um alinhamento do projeto PDUI com as políticas públicas setoriais do governo do estado de São Paulo.

Agradeceu, ainda, a colaboração e a parceria e passou a palavra para que a técnica da Fipe fizesse a apresentação das propostas e dúvidas que surgiram na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Explicou que a equipe da Fipe apresentaria as questões a serem debatidas por meio de um PowerPoint que estará disponível para consulta na plataforma digital do PDUI: <https://pdui.sp.gov.br/>

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

A técnica da Fipe começou a apresentação destacando que o eixo de desenvolvimento econômico recebeu muitas propostas, foi muito significativo, com algumas frentes que convergiam com o que já tinha sido discutido e outras com alguns detalhes e especificidades interessantes que seriam apresentadas durante a reunião.

Alertou para dois slides com três grandes eixos que estão relacionados a três propostas de diretrizes que a equipe está considerando colocar no Caderno de Propostas e, no segundo slide, alguns setores do desenvolvimento econômico que foram mais destacados que pediram um olhar mais específico da equipe na elaboração do PDUI.

Como primeiro destaque, Programas de Inclusão Produtiva e Empreendedorismo. A técnica explicou que foram encaminhadas muitas propostas solicitando formação e estímulo de parcerias com instituições locais para um programa que pudesse olhar para a inclusão produtiva e para o empreendedorismo nas diversas vertentes.

“Assistência técnica, não só em gestão, mas, para a praticidade técnica do empreendimento, cursos e orientação em inovação, olhar de acesso ao mercado, acesso a capital para micro

e pequenas empresas e empreendedores individuais. Se isso for colocado nas diretrizes do PDUI, como é possível criar um programa que possa olhar para isso de uma maneira ampla, ou seja, com começo, meio e fim? Desde que surja a ideia do negócio até escoar o produto ou o seu serviço para que se possa fomentar a micro e pequena empresa e os empreendedores individuais”, questionou.

Seguiu a apresentação do segundo eixo que, segundo a técnica, também veio com muita força depois das audiências públicas: Programa de requalificação urbana e fomento às micro e pequenas empresas.

Destacou que dizia respeito à relação da qualificação urbana com o fomento das micro e pequenas empresas da região. Primeiro, um grande destaque para muitas propostas pedindo para a equipe olhar com mais atenção para a população envelhecida.

“Como o espaço urbano pode ser preparado para que a população acima dos 60 anos não fique alijada desse processo de desenvolvimento econômico? Que seja possível integrar, de alguma maneira, com as demandas das micro e pequenas empresas regionais e como é possível fazer um fomento de inclusão desses profissionais, considerando a tendência etária para toda a região metropolitana que surgiram nas apresentações das audiências, no próprio Panorama Regional e no Diagnóstico. Outro ponto é para o PDUI indicar a realização de parcerias com empresas, por meio parcerias políticas de governança social, ambiental e corporativa (ESG), e se o governo também pode estimular para que essas empresas apadrinhem financeiramente a recuperação e a expansão de áreas verdes para uso público, fazendo uma correlação com a iniciativa privada?”, questionou.

Como terceiro ponto, a dinamização do polo de alta tecnologia regional. A técnica explicou que já se sabe que isso nasce em São José dos Campos, porém, a tecnologia se espalhou em diversos municípios. “Pindamonhangaba, por exemplo, foi um município que trouxe muita força nessa temática. A equipe tem uma proposta nesse sentido e precisa saber quais diretrizes o PDUI deve estabelecer para que essa atividade de importância estratégica para a economia do estado e da região possa ser impulsionada?”, indagou.

Afirmou que São José já foi a maior da América Latina, não é mais, mas, ainda tem uma relação muito forte. Então, como é possível fomentar mais e, também, se o PDUI pode indicar quais ações que levam a um maior adensamento da geração de conhecimento e inovação tecnológica e, consequentemente, impactos positivos na geração de empregos qualificados.

Falou ainda sobre a questão da qualificação profissional, geração de empregos e geração de empregos mais qualificados para absorver mão de obra qualificada, evitando a fuga de profissionais para outras regiões do Estado de São Paulo, muito apontada nos debates.

Destacou, por fim, cinco eixos mais setorializados, mais detalhados, para se debater sobre o desenvolvimento econômico da região.

Eixo Petróleo e Gás. “A região tem forte processo de extração, então, de que forma o governo está visualizando, existe alguma intenção para que possamos indicar estímulo e fomento, não só agregação de valor da cadeia de petróleo e gás, mas também, pensar na qualificação profissional, para que a mão de obra local possa ser absorvida nessa capacitação na cadeia de petróleo e gás?”, provocou. Eixo Turismo. Disse que o turismo foi um processo muito falado, solicitado e detalhado nas audiências públicas e nas propostas recebidas, desde a sinalização nas rodovias, por exemplo, na

Rota da Fé, turismo do Litoral Norte, pensando nas vias, na recuperação do patrimônio natural e arquitetônico de maneira geral, para fomentar o turismo.

“Enfim, como podemos detalhar a cadeia de turismo para impulsionar, como vetor de desenvolvimento econômico? Um outro eixo sobre atividades rurais foi o do ecoturismo, que é um vetor de turismo que dá para juntar com as estâncias, com agropecuária, agricultura. Como se pode converter em um processo de turismo para atrair de maneira qualificada e, conseqüentemente, qualificar profissionais para isso e a mão de obra ser absorvida pela população local”, disse.

Eixo Mineração. Outro eixo que foi bastante discutido e a técnica perguntou quais seriam as ações que o PDUI poderia indicar para o desenvolvimento da mineração já que a atividade vem sendo expulsa da região?

“Ações de melhoria da organização da atividade, estudos de tendências, orientações para agregação de valor na cadeia: recuperação de áreas de exploração mineral, melhoria na imagem do setor perante a sociedade. O aspecto ambiental é um ponto vulnerável quando se fala em mineração, principalmente, com atritos com a sociedade civil etc.”, afirmou.

Eixo Atividades Rurais. Outro ponto que, segundo a técnica da Fipe, foi muito falado porque a região tem uma riqueza e biodiversidade muito valorizadas e, ao mesmo tempo, um foco de muita atenção da população, seja dos prefeitos, seja da sociedade civil.

“Então, como podemos fomentar o desenvolvimento da cadeia de produtos florestais? Banco de sementes, cursos profissionalizantes e eventos de acesso ao mercado (exposições, feiras); elaboração de diagnóstico e fomento a produtos e produtores agrícolas regionais; estímulo à criação de centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico vocacionais?”, questionou.

No Eixo Qualificação Profissional foi observada uma demanda do mercado bem diferente do que está sendo ofertado no território. De acordo com a técnica da Fipe, foi um ponto delicado na conversa com as prefeituras. “Seja pelas escolhas que as prefeituras fazem dos setores econômico, seja pelos diversos programas e políticas públicas de qualificação e de capacitação profissional”, salientou.

Por isso, ela questionou como seria possível convergir para o que de fato a demanda pede hoje, mas, considerando o desenvolvimento do futuro do trabalho e mercados que virão. “O que estamos fomentando quando olhamos para outras cadeias produtivas, como mineração, turismo, petróleo e gás? Como podemos convergir essas variáveis de desenvolvimento econômico para um processo de qualificação profissional que consiga trazer geração de renda para a população da região metropolitana? Com destaque para o estímulo à ampliação de oportunidade de estágio e aplicação da lei de aprendizagem, Jovem Aprendiz, para enfrentar o primeiro emprego, as primeiras experiências laborais dos jovens”, destacou.

A técnica disse que essas são as dúvidas da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. “É bastante coisa, mas é importante a equipe saber como estão sendo tocadas essas temáticas para que se faça um PDUI alinhado com as políticas setoriais”, sinalizou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico destacou a importância para o PDUI dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e disse que a Secretaria está com edital para a criação de um arranjo produtivo de turismo na região de Campos do Jordão.

“Já está reconhecido provisoriamente, mas o processo do edital está na fase de recursos. Farão parte desse APL os municípios de Santo Antônio do Pinhal, Campos do Jordão, São Bento do Sapucaí, São José dos Campos, Monteiro Lobato e Pindamonhangaba”, disse.

Afirmou ainda julgar importante porque, quando se fala em APL, muda muito o olhar para a região. Disse que a secretaria trabalha muito com APLs e que já existe o APL de Turismo e está trabalhando bastante com APLs voltados para o setor agro em reflorestamento e recuperação de matas. Sugeriu pegar um bom exemplo para ver quais são as ações que poderão entrar no PDUI.

Comentou que houve uma reunião com o APL agroecológico, que não trabalha exatamente nessa região, mas tem um produtor de Natividade da Serra, e eles trabalharam bastante com produtos nativos da Mata Atlântica, que são o cambuci e a uvaia, e a secretaria colocou-os em contato com um grupo que está querendo criar um APL da gastronomia artesanal. O movimento já existe, só falta pedirem o reconhecimento. “Seriam queijos, geleias e charcutaria. São produtores rurais que atuam com preservação”, afirmou.

A representante da secretaria disse considerar um movimento bom que está acontecendo na região. Lembrou que, na última reunião com a equipe Fipe, foi falado sobre os APL TI voltado para o agro, que já foram reconhecidos e têm uma atuação importante na região. “É uma região difícil para trabalhar porque existem diferenças marcantes. São José do Campos é top em TI, em comparação com Potim e Aparecida, que não têm nada”, comparou.

Afirmou ter conversado bastante com o pessoal do Sebrae sobre o desenvolvimento do artesanato nos municípios menores e que a Secretaria fará uma ação específica sobre artesanato. Destacou que Potim é bem forte em cestaria e que eles têm mercado consumidor, não têm problema com a venda do produto, mas, em contrapartida, têm problema na produção por falta de mão de obra.

“Não é uma capacitação possível num curto prazo, principalmente na área de TI, porém, quanto à cestaria, é um produto que tem muito mercado em São Paulo, mas falta ao produtor a taboa, mas têm um produto de qualidade”, analisou. Sugere que é uma ação para a equipe considerar. “Tem Cunha, que também se encaixa nesse nicho do artesanato”, completou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR colocou que, na diretriz para o desenvolvimento econômico ligada ao empreendedorismo, a diretriz do PDUI é que esses segmentos identificados com potencial e que fazem parte de APLs deverão entrar nos programas da Secretaria de apoio e fomento a essas atividades. “A dúvida é saber se Potim faz parte de um APL”, expôs.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que não faz parte de um APL, e que a SDE trabalha com eles só com artesanato da Sutaco. “São ações independentes. Cunha é um APL e a secretaria trabalha com eles, também na Sutaco. A maioria é separado”, esclareceu.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse que o PDUI deverá ter uma diretriz para as atividades que fazem parte de APLs reconhecidos pela secretaria e outras que se enquadrariam em programas organizados por ela. “Isso precisa ficar claro para o empreendedor não achar que é um APL só porque ele tem mercado”, enfatizou.

A técnica da Fipe complementou dizendo que existem ainda os setores que precisam ser tratados de maneira específica, como a mineração e o turismo e, outros, como a cestaria, entrariam no arcabouço maior de qualificação, de um programa de gestão, empreendedorismo, inovação, enfim

como fazer seus produtos serem sustentáveis. Por exemplo, o artesanato poderia se encaixar um pouco no turismo e, também, no macro de desenvolvimento econômico.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR quis saber se, quando se imagina as rotas turísticas, quais os produtos diferenciados dessa rota que estariam sendo trabalhados do lado do empreendedorismo pela SDE e do lado da rota turística pela Secretaria de Turismo?

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico concordou com a observação e disse que, quanto ao APL de Turismo, conversará com a Secretaria de Turismo porque o artesanato está diretamente ligado ao turismo.

Sobre a mineração, disse ser possível pegar o mapeamento feito para o Vale do Ribeira, que teve uma vertente sobre mineração, que pode ajudar bastante, e pediu que a representante do IPT se manifestasse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse que a equipe fez uma reunião com representantes do IPT e da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) e eles enviaram um texto que seria a proposta estruturada para ser colocada nas áreas de mineração nas regiões em estudo do Vale do Paraíba, Jundiaí e Piracicaba. Disse que, além do texto, foi debatido novamente durante a reunião do GT da SIMA. Esclareceu que, portanto, a equipe tem uma proposta desenhada a partir dos inputs enviados pelo governo do estado.

A representante do IPT disse que conversou com os representantes citados pela coordenadora, mas que o IPT tem outros estudos específicos para o Vale do Paraíba com relação a mineração, que são mais específicos e completos do que o que foi feito para o Vale do Ribeira. Colocou-se à disposição para esclarecer possíveis dúvidas.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR esclareceu que as reuniões foram específicas sobre o Vale do Paraíba, Jundiaí e Piracicaba, e que o texto foi elaborado para o Vale, para o Polo Cerâmico de Piracicaba e para mineração em Jundiaí.

A técnica da Fipe perguntou para a representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico se é viável, da mesma maneira que no Vale do Ribeira que tem a proposta de um APL de mineração, acontecer o mesmo no Vale do Paraíba.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que nunca conversou com o pessoal do Vale do Paraíba para saber sobre a interação do grupo, mas disse ser possível agendar uma reunião com eles para provocá-los no sentido de criar um APL. “Muitas vezes, eles não têm maturidade para isso”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR ressaltou que o assunto é importante já que 60% da produção de areia do Vale do Paraíba vai para a construção civil da Região Metropolitana de São Paulo, e existe problema de regulação por parte das prefeituras.

“Tem sempre um problema institucional da operação, que tem a ver com as prefeituras que não querem porque essa produção irriga a economia da Região Metropolitana de São Paulo”, destacou.

Disse, ainda, não saber se isso ajuda ou atrapalha na criação de APL já que, na realidade, é uma atividade que tem ônus para a região. “É uma atividade importantíssima para a Região Metropolitana de São Paulo, e quando se institui um APL é preciso avaliar os impactos e os benefícios que isso tem, do ponto de vista do desenvolvimento econômico daquela região ou de mercados,

não necessariamente, é um APL porque tem fonte primária, mas o mercado dela é fora, como é o petróleo no mundo, por exemplo”, destacou.

A técnica da Fipe perguntou para a representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico se, quando fala do grau de maturidade para criar um APL, se está se referindo aos areeiros, minneradores. “Quem são eles?”, perguntou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que é o grupo de empresários. “Não importa se são prestadores de serviço, não interessa se são empresários. O importante é eles estarem unidos porque sem interação, não adianta, qualquer ação que se faça fracassa. Se estiverem unidos, a maturidade vai melhorando ao longo do tempo, mas, algum trabalho conjunto eles precisam ter. Seria o Sindiareias”, enfatizou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR comentou ser o mesmo sindicato que atua tanto no Vale do Paraíba como em Jundiaí e que, do ponto de vista da articulação interna da cadeia, estão bem organizados. Por outro lado, disse não saber se também estão em Piracicaba porque lá a atuação é com cerâmica.

Outra técnica da Fipe participante da reunião complementou dizendo que eles enviaram uma super proposta para o PDUI. “Participaram de tudo, estiveram na audiência pública e mandaram um documento enorme pela plataforma digital”, sinalizou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse que avaliava se a equipe ficar no limite do PDUI, que tem diretrizes, incorporar essa proposta estruturada que foi definida em conjunto pela equipe da Fipe e o governo do estado, atende, segundo o que foi dito pelos representantes do IPT e da SIMA, em reunião anterior, ao segmento de desenvolvimento econômico.

A técnica da Fipe quis saber da representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico como está a evolução da fruticultura que está sendo lançada em São Bento do Sapucaí. “A SDE está trabalhando nisso?”, questionou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico disse que a secretaria vem trabalhando bastante com os APLs agro, principalmente com a Secretaria da Agricultura, que está dando um super apoio e, de repente, foi possível conquistar um bom avanço nessa parte de APL agro. “Na região de Taubaté tem APL de apicultura e o APL Agroecológico, que abrange a sustentabilidade, está avançando, inclusive já conseguiram pegar mais áreas da Mata Atlântica”, revelou.

Disse, ainda, que a SDE pretende fortalecê-los para eles se estruturarem melhor e fazer com que ganhem mercado para o principal produto deles que é o cambuci. “Porém, não adianta eles crescerem muito porque não possuem um grande mercado consumidor. A SDE está trabalhando com eles para aumentar o acesso ao mercado e depois continuar desenvolvendo todo o processo, aumentando os produtores. O objetivo é fortalecer, cada vez mais, a iniciativa deles de preservação. Eles atuam, também, na região de Salesópolis e Paraibuna, mas estão limitados quanto ao acesso ao mercado”, explicou.

Acrescentou ainda que a SDE está trabalhando para apresentar para a indústria, feiras, e isso também para o APL de Gastronomia. “Na parte da preservação, a SDE não consegue atuar, mas consegue fortalecer o processo de venda dos produtos”, disse.

Quanto à qualificação de mão de obra, a representante da SDE disse que a discussão é enorme e que existe uma distância muito grande entre o que o mercado demanda, o que os estudantes querem e o que a SDE enxerga. “Toda vez que é feito um mapeamento, é feito no passado, com números oficiais de cinco anos atrás, de uma pesquisa com estudantes para saber o que eles querem. Agora, muitos apontam a área de TI, mas não necessariamente tem um mercado consumidor de mão de obra atrelado a isso”, destacou.

Segundo ela, o que dá para fazer quando o PDUI estiver pronto, com as demandas mapeadas, é conversar com a equipe de Ensino Técnico da SDE para a montagem de cursos. Ela contou que, no Vale do Ribeira, a reclamação da Unesp é que eles capacitam as pessoas e como não tem capacidade para absorção dessa mão de obra, os estudantes saem da região e vão, principalmente, para o Sul.

“Com esses dados não conseguimos fazer essa análise de tendência. Então, é preciso saber qual a demanda da região para que os cursos sejam montados a partir dessa demanda ou, se o objetivo for só para a pessoa ter emprego, ok. Para atrelar todas essas variáveis é muito complicado”, disse.

Por isso, sugeriu que a Fipe avalie o que é necessário e apresente para a SDE estruturar na grade da Coordenadoria de Ensino Técnico. “A SDE não tem condições de avaliar tendências e, muitas vezes, as prefeituras acabam atrapalhando muito porque levam demandas que não têm nada a ver com a região”, destacou.

A técnica da Fipe questionou se existe alguma intenção do governo de olhar para o desenvolvimento das capacidades e das habilidades futuras porque, quando se fala do futuro do trabalho, olha-se para a precarização, mas também se olha para programas de estímulo de profissões que não estão voltadas para o futuro, que ficam mais no presente, e o olhar acaba ficando um pouco para o passado. “Existe alguma intenção de olhar mais para as habilidades do que para as técnicas?”, questionou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico disse existir muita discussão sobre isso na SDE porque é preciso fazer uma análise de tendências. Citou como exemplo curso de costureira, que nunca vai deixar de existir. “Porém, sabe-se que a costureira que hoje faz uma roupa simples, não conseguirá, daqui a 5 anos, fazer as roupas cujos tecidos tecnológicos vão demandar muito mais. Vai ter que fazer um aprimoramento. Por outro lado, sabemos, por exemplo, que caixas de supermercado com a opção que já existe de máquinas que o próprio consumidor usa, a tendência é essa profissão diminuir drasticamente. A SDE já está levantando quem pode fazer esse mapeamento e uma análise de migração, tipo, qual é a profissão que mais se aproxima de caixa de supermercado. A discussão existe, mas, na prática, ainda não ocorreu nenhuma contratação”, revelou.

A técnica da Fipe quis saber como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico vê o setor de Petróleo e Gás. “Como que imagina que esse setor possa trazer uma produtividade maior para a região porque o que se vê hoje é uma concentração de royalties em Ilhabela e, basicamente, não existe um usufruto de toda essa extração de petróleo e gás para a região como um todo. Existe algum estudo nesse sentido?”, quis saber.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico disse que a SDE não tem nenhum estudo ou ação a respeito, apenas muita reclamação do preço do gás, vinda das indústrias e sugeriu uma conversa com um representante da SIMA.

Outra técnica da Fipe presente na reunião disse que o representante da SIMA indicado perguntou se teria alguma diretriz do PDUI que seria restritiva à atividade do setor na região e perguntou sobre o Polo de Alta Tecnologia.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que existe o Polo de TI e os APLs, que são complementares, mas, são ações diferentes. Colocou ainda que a região está se desenvolvendo muito tecnologicamente, mas a SDE não tem nenhuma ação específica para isso. “A Coordenadoria de Ciência e Tecnologia trabalha com os parques tecnológicos, incubadoras e APLs, por exemplo, três dos APLs são geridos pelo parque Tecnológico de São José dos Campos, que é uma superpotência, mas a SDE não tem nenhuma ação específica para isso. Entram no mesmo pacote dos APLs e dos parques tecnológicos”, afirmou. Acrescentou ainda que a técnica da Fipe diz ser uma pena porque já tem empresas como a Avibras que já pediu recuperação judicial e vai sair da região. A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico informou que eles procuraram a secretaria há dois anos porque tinham um problema de falta de energia elétrica e funcionavam 100% no gerador porque a companhia elétrica não tem interesse em levar energia para a empresa. “Então, o governo, também dificulta a vida das empresas”, pontuou.

A técnica da Fipe perguntou sobre os novos parques tecnológicos que estão surgindo em Guaratinguetá, dentro da Faculdade Engenharia da Unesp. Estão montando um parque para atender a população e escoar a produção com tecnologia embarcada. Quis saber se o estado trabalhava junto com a Unesp. “Ainda tem o Sistema Paulista de Parque Tecnológico?”, perguntou e ainda sugeriu que a outra técnica buscasse um novo contato para apresentar as propostas do PDUI para verificar o que eles poderiam incluir de conteúdo.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico confirmou que a Coordenadoria de Ciência e Tecnologia cuida desse setor, inclusive com apoio financeiro, além da parte técnica. “São José dos Campos é referência para todos os demais parques”, sinalizou.

O representante da Secretaria de Turismo disse que o turismo, no Vale do Paraíba, é muito interessante e muito problemático na visão global. “Tem lugares muito importantes que recebem um fluxo grande do Litoral Norte, Aparecida, a própria Serra da Mantiqueira, Campos do Jordão e municípios pequenos que poderiam receber uma parte desse fluxo e acabam não aproveitando”, descreveu.

Lembrou ainda que existe o turismo passando pelas Rodovias Dutra, Ayrton Sena, com ótimos emissores de turismo, mas, não é aproveitado pelo conjunto como um todo. “Tem uma riqueza muito grande porque, além dos fluxos estruturados, dos patrimônios histórico e ambiental, das praias, ou seja, muitos segmentos de turismo numa mesma região”, disse.

Explicou que o turismo é um segmento transversal, citando como exemplo a sinalização do Caminho da Fé, que passa pelo artesanato. “É muito abrangente e necessita de orientação da Secretaria de Transportes. Quanto à Rota Gastronômica, ela envolve a agricultura familiar e os locais podem ser aproveitados, ainda que não seja só ligada ao turismo. Hoje, o motivo da viagem tem mais a ver com a rota gastronômica do que com o local em si”, revelou.

Disse, ainda, que a secretaria tem o Projeto da Rota Cênica e da Serra da Mantiqueira e se pretende transformar o percurso em rota cênica e não apenas num local que liga dois atrativos, mas fazer com que o próprio caminho seja o atrativo, é um projeto que está sendo implantado. “Quanto ao litoral, tem uma dinâmica muito interessante porque, independente do que ele oferece, vai

receber um fluxo gigantesco. Não há necessidade de promover o turismo no litoral, automaticamente, nos finais de semana fica lotado. É importante impulsionar o turismo cultural porque na região chove bastante”, enfatizou.

Ele revelou que a Secretaria tem ações construídas, por exemplo, Eletivas do Turismo, que seria a criação de uma disciplina nas escolas porque a região tem muitas estâncias e esses municípios recebem uma verba para ajudar na infraestrutura.

A questão de crédito foi desenvolvida em conjunto com a DesenvolveSP. “A Secretaria também tem uma parceria com o Sebrae para a realização de Aquaventura. Acabamos de fazer um seminário de certificação e capacitação de empresas para ecoturismo e turismo de aventura. Uma questão que precisamos estar atentos é o Lavandário em Cunha, que é pontual, mas é um atrativo que acaba se destacando mais que a cerâmica, embora ela seja uma referência da região”, enfatizou.

Disse, ainda, que o Vale tem muito a ver com o turismo e que ele está em vários projetos da Secretaria, principalmente o Litoral e a Serra da Mantiqueira. “Quanto ao Caminho da Fé, temos muitos problemas, principalmente com romeiros que vão a pé e sofrem vários acidentes. Além disso, tem muitos problemas em Aparecida que, urbanisticamente, é muito ruim. As construções não têm padrão. Tem a basílica, mas hoje perdendo a visibilidade da Rodovia Dutra por causa de construção de prédios que tiram a cenografia do local. Então, tem, além de Aparecida, o Frei Galvão, em Guaratinguetá, a Canção Nova, em Cachoeira Paulista, que são núcleos que atraem um turismo religioso muito grande”, disse.

Acrescentou que é preciso que os núcleos sejam organizados e mais integrados. “Hoje, tem 12 milhões de pessoas que vão até a Basílica de Aparecida e só ficam na feirinha – que tem muitos produtos chineses – e vão embora, sem gerar nada para o município. É preciso verificar uma forma de aproveitar tudo o que existe na região”, defendeu.

O representante da Desenvolve SP disse existir uma parceria com a Secretaria de Turismo para crédito turístico e que já foram colocadas várias questões, mas poderia passar para a equipe um detalhamento maior.

Afirmou que eles têm as linhas de crédito para as empresas e para os municípios. Para os municípios existe uma linha de crédito para infraestrutura – porque não se faz turismo sem infraestrutura.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse existir muita falha na cadeia, em especial em infraestrutura, e sugeriu que, ao estruturar a cadeia, é preciso fazer menção à infraestrutura, dizendo que tem programas do governo que apoiam essa falha da cadeia do turismo.

A técnica da Fipe falou das regiões metropolitanas de Piracicaba e Jundiaí. Ela começou sua apresentação dizendo que muitas coisas já foram ditas e que só iria pedir algumas especificidades dessas regiões.

Avisou que tinha duas ou três questões sobre desenvolvimento econômico e que foram recebidas muitas propostas nas audiências públicas sobre empreendedorismo, em dois aspectos: a criação de programas metropolitanos de fomento ao empreendedorismo, a partir de experiências municipais bem-sucedidas e a oferta de assistência em gestão e inovação para as MPEs. “Há iniciativas da secretaria relacionadas a estes objetivos que devam ser incluídas nas diretrizes?”, perguntou.

Perguntou ainda quais seriam as iniciativas da SDE relacionadas a esses dois pontos. Disse que a representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico já havia falado bastante dos APLs,

que abrigam um pouco isso, mas queria saber se tinha alguma coisa específica para essas duas regiões que pudesse complementar o que já foi dito.

Levantou ainda outro ponto sobre a Economia de Baixo Carbono, porque foram recebidas propostas a respeito e a equipe queria saber se existiam programas ou linhas de financiamento para apoiar as empresas na transição para a economia de baixo carbono que merecessem ser citadas.

“Há segmentos produtivos que a SDE tenha selecionado como prioritários para serem incluídos ou mencionados? (se pertinentes no tecido produtivo metropolitano)?”, perguntou.

Continuou sua exposição e disse que um terceiro ponto que foi recebido como um dos grandes desafios para a ação integrada de municípios é a execução de procedimentos em conjunto, como lançar editais de licitação ou realizar compras conjuntas. “Há experiências que mereçam ser destacadas? Há manuais ou sistemas já desenvolvidos que possam ser indicados como referências?”, questionou.

Disse ter três questões e que muito já foi falado sobre os APLs que na Região de Piracicaba tem muitos, como o Vale, e que a equipe está tratando de maneira muito parecida, respeitadas as especificidades de cada região.

Sobre turismo, disse que, tanto na RMP como na RMJ, a implantação de rotas turísticas integradas irá demandar apoio para diagnóstico detalhado dos atrativos e equipamentos turísticos, além de investimento em infraestrutura de uso coletivo (sinalização, ciclorrotas, mirantes etc.). “Há algum programa ou mecanismo que deva ser incluído nas diretrizes para que estas ações estejam alinhadas com a política estadual de turismo?”, perguntou.

Perguntou também se, ao se considerar o Decreto nº 65.603/2021, que autorizou a implementação dos roteiros denominados Rotas Cênicas em São Paulo, é pertinente incluir diretriz propondo a realização de estudos sobre a viabilidade de implantar circuito neste formato nas RMP e RMJ?

Quis saber sobre a existência de programa de qualificação de mão de obra no setor de turismo formatado, que possa ser indicado como parâmetro na diretriz sobre o tema incluída na proposta de desenvolvimento da indústria do turismo nas RMP e RMJ? Essa questão apareceu muito nas propostas recebidas das duas regiões.

A técnica da Fipe disse que a oferta de curso nem sempre dá suporte às necessidades reais das regiões e, como o turismo é um ponto forte que foi destacado, a equipe tinha uma estratégia para criação de uma rota turística, por isso gostaria de saber se a Secretaria de Turismo tem formatado algo específico para qualificação de mão de obra para o setor de turismo. Seja hotéis ou mesmo para os empreendimentos do próprio setor público.

O representante da Secretaria de Turismo disse que as duas regiões – Piracicaba e Jundiaí – são extremamente importantes porque existem vários emissores no entorno, com sedes regionais maiores que muitas cidades do estado. “Em Jundiaí tem circuito turístico das frutas, é o primeiro circuito turístico do estado, criado por lei e a organização deles é muito interessante. De certa forma, tem trabalhos muito fortes em Piracicaba, na região da Serra de Itaqueri, que envolve Brotas, Águas de São Pedro, São Pedro que são locais bem estruturados”, sinalizou.

Sobre a rota turística disse que, inicialmente, foram feitos um estudo e um levantamento de tudo que cabe numa rota turística: rota cênica, gastronômica, cicloturismo que está crescendo muito. Para criar uma rota cênica é preciso fazer um estudo para saber se o caminho é cênico. A rota

gastronômica, as duas regiões têm muito. “Os municípios precisam ajudar solicitando à secretaria a criação dessas rotas por meio de projetos que são enviados para a Secretaria de Transporte e Logística implantar”, disse.

A técnica da Fipe perguntou então se quando for fazer uma solicitação, se é possível citar os exemplos de rotas já existentes.

O representante da Secretaria de Turismo disse que sim porque são programas que existem na Secretaria.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR afirmou ser importante na proposta, ao fazer o levantamento das rotas turísticas com as suas classificações dadas pela política setorial de turismo, incorporar a avaliação da condição da infraestrutura viária, que é atribuição de outra secretaria porque esse programa é fortemente dependente da intersetorialidade.

“Como no PDUI se fala das questões transversais, a política de estruturação de um plano de turismo para a região passa pela identificação dos diferentes ativos e rotas, segundo as classificações da própria Secretaria de Turismo, dos programas, com as articulações necessárias feitas por outras secretarias, como é o exemplo da Secretaria de Transporte e Logística, e mais do que isso, o objetivo tem a articulação do desenvolvimento econômico que passa pela qualificação da mão de obra e pelas fontes de financiamento da DesenvolveSP. Então, é preciso elaborar uma proposta estruturada que seja robusta, que revele a intersetorialidade dela, e que exija ações de diferentes níveis setoriais do governo para deixar claro que o plano exige uma intersetorialidade muita grande”, destacou.

O representante da Secretaria de Turismo disse que as rotas exigem uma atuação grande da Secretaria de Transporte e Logística, por causa da sinalização das rodovias. “Vários municípios fizeram projetos, receberam recursos e, quando foram colocar a sinalização na estrada, tiveram uma série de dificuldades por falta de adequação ao modelo correto”, alertou.

Explicou ainda que, quando a sinalização é interna, o município resolve, mas quando é na rodovia tem que ter aprovação da Secretaria de Transporte.

Sobre a mão de obra, devido à dificuldade, foi feito um evento com a participação da academia, do pessoal do transporte aéreo e não se conseguiu chegar num consenso, ninguém conseguiu definir claramente o que precisa. Inclusive, teve uma baixa grande de cursos de turismo no estado nos últimos anos. “A secretaria vai liberar alguns cursos para os municípios de interesse turístico, mas não é para o grande público”, revelou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico disse que a SDE não tem nenhum programa de apoio municipal ao empreendedorismo, mas reconhece que poderia ter pelo menos um manual. “Existe a Coordenadoria de Empreendedorismo que trabalha junto com Sebrae, é a mesma coordenadoria que trabalha com o Banco do Povo, mas não tem nenhuma atuação voltada para o município”, reconheceu. A representante se propôs a montar um manual de orientação para os municípios.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse que, como a SDE tem um programa de empreendedorismo com a capacitação feita pelo Sebrae, quando o programa é estruturado é possível pedir o desenho dessa capacitação para esse segmento.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico respondeu que muitos dos cursos que são dados são muito genéricos. “Se uma pessoa quer se profissionalizar em alguma atividade, tem o curso sobre todo o processo de gestão”, explicou.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR destacou que é preciso, a partir da infraestrutura hoteleira existente na região, ampliar a capacitação para aqueles segmentos que são falhos na cadeia.

“Mas, é a referência de quem começa a procurar porque sabe que pode ser implantado. Essa é uma parceria possível para o PDUI, pode ser uma estratégia que se pode sugerir, especialmente para Piracicaba que tem a referência de capacitação hoteleira, não para todo segmento, mas pode ampliar parcerias com o próprio Sebrae”, disse.

Ela explicou ainda que se o plano consegue mapear as falhas da cadeia e superá-las com infraestrutura, por meio dos programas comentados pelo representante da Secretaria de Turismo. “A secretaria entra com parceria via Sebrae para capacitação dessa mão de obra para suprir as falhas da cadeia especialmente, é uma coisa muito robusta para a região”, analisou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico lembrou que o Centro Paula Souza tem uma capacitação voltada para turismo e ficou de passar quais são os cursos oferecidos.

A técnica da Fipe disse ser importante ver as falhas na cadeia para formar uma mão de obra para ficar na região. “Nos debates do PDUI, essa questão do atendimento ao turista foi levantada pelos técnicos. Os municípios menores não sabem como se organizar para fazer esse atendimento”, disse.

Acrescentou ainda que o produtor rural precisa de orientação para colocar o produto dele ou sua fazenda no circuito gastronômico, mas, ele não sabe como se colocar nessa cadeia.

A representante do IPT comentou que, no Vale do Paraíba, no Vale Histórico, no Vale da Fé, o IPT está trabalhando para o Plano de Desenvolvimento Econômico e o produtor rural quer entrar no circuito turístico, mas não sabe como se preparar para atender o turista e nem o que ele pode vender. “Foram levantadas muitas produções artesanais que poderiam ser exploradas para visitação, mas não conseguem. É uma situação parecida com Piracicaba, os cursos específicos para o dia a dia são essenciais”, defendeu.

O representante da Secretaria de Turismo comentou que o Senai faz cursos de recepção do turismo rural, mas, o grande problema do turismo é legal porque se a pessoa começa a trabalhar com turismo tem que emitir nota, ter um CNPJ. Daí tem uma discussão com a Secretaria da Agricultura que está trabalhando com isso. “Tem a questão do empregado rural que não pode trabalhar com turismo. Essa questão legal tem que ser considerada quando for fazer alguma proposta para o estado todo”, alertou. A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico complementou dizendo ser importante trabalhar os APLs porque em vários deles é possível trabalhar com turismo rural. “Em Casa Branca e Jaboticabal existem APLs bem estruturados. Em Salesópolis tem apiário e recebem muita gente”, elencou e assumiu o compromisso de mapear os APLs rurais que já existem. A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR citou o exemplo da região de montanhas do Espírito Santo, que é de atividade rural e o turismo cresceu nos últimos 15 anos com a venda de produtos. “Lá tem uma característica grande de migrantes e o pessoal local passou a desenvolver produtos de alimentos para atender essa demanda. Continuam produtores rurais, plantam muito café, mas, fazem geleias, fazem um embutido chamado socól. Cada um faz o seu produto e todos comercializam numa lojinha de beira de estrada que tem um CNPJ próprio.

Então, o problema é a organização do empreendimento com o subproduto, que pode não ter a ver com a produção principal de agricultor. É uma produção pequena, só para atender os turistas porque, cada vez mais, aumenta o fluxo”, disse.

A técnica da Fipe disse ainda que no Espírito Santo também tem circuito que é possível visitar as fazendas com alimentação diferenciada e com café gourmet. A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR concluiu que essa cadeia estruturada de turismo possibilitou a realização de eventos internacionais.

O representante da Secretaria de Turismo comentou que teve oportunidade de conhecer e admirar a organização. Disse que, para o produto agregado, o selo que é importante. Quanto ao CNPJ, é necessário para quem quer trabalhar com hospedagem na área rural, quando oferece opção para café colonial, passeios a cavalo, pernoite no local. “Se o produtor de uma determinada mercadoria vende-a numa loja, não tem nenhum problema com criação de um novo CNPJ. Só quando usa a própria propriedade com hospedagem”, explicou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico disse que, quanto ao baixo carbono, a SDE vai lançar um Programa de ESG, voltado para a instalação de indústrias. “Com os programas de APLs e com os Polos de Desenvolvimento, será lançado um edital totalmente voltado para projetos de sustentabilidade, para minimizar os impactos ambientais”, explicou.

Ela acrescentou ainda que o edital prevê redução de carbono, reaproveitamento de água, energia solar entre outros. “Esse projeto está sendo desenvolvido em parceria com a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, totalmente vinculado ao ZEE. A pontuação vai estar ligada ao número de itens que o projeto atende e, também, ao impacto na região. Por exemplo, uma região que tem escassez hídrica, se fizer um projeto que minimize a utilização de água, pontua mais”, detalhou.

Acrescentou ainda que poderá participar qualquer APL reconhecido e os Polos de Desenvolvimento Econômico e será aportado R\$ 490 mil por projeto. “O edital está bem amarrado com o ZEE e deve sair ainda no primeiro semestre de 2022”, adiantou.

Quanto aos consórcios municipais para venda conjunta de produtos, disse que a SDE tem uma parceria com o Sebrae e acha que é a melhor forma de viabilizar. “Dentro da SDE não existe nenhum programa que preveja isso”, confirmou.

Comentou ainda que houve um evento recente, em Piracicaba, organizado pela Secretaria da Agricultura, com a participação da SDE e do APL da Cachaça que está em fase de organização para pedir o reconhecimento.

O representante da Desenvolve SP disse existir linhas de crédito para as empresas e para os municípios e para os quais eles têm uma linha de crédito para infraestrutura e que não existe um diferencial entre uma região e outra. “A proposta é a mesma”, afirmou.

No caso da Aglomeração Urbana de Franca e da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, o técnico da Fipe apresentou um conjunto de propostas ligadas às ações, porque é preciso definir diretrizes do particular para o geral para o PDUI. Disse que a apresentação das propostas seguia a forma como foram recebidas.

Primeira proposta

“Formalizar termos de fomento ou cooperação com instituições de ensino técnico e superior para a criação e manutenção de pesquisas aplicadas destinadas aos municípios da AUF”.

Disse que a discussão é sobre como aproximar as instituições de ensino superior e de pesquisas do cenário de desenvolvimento econômico da região. “Tem a ver, também, com o incremento e investimento em pesquisa e inovação nessas regiões”, disse.

A dúvida, segundo o técnico, é como fazer o financiamento, quais são as principais fontes de financiamento. “É preciso alinhar essa proposta com as Secretarias de Agricultura e de Desenvolvimento Econômico”, disse.

Segunda proposta – Aumento de emprego e renda

“Ampliação de programas que auxiliem empreendedores como: Empreenda Mulher e Bolsa Empreendedora nos municípios da AUF”. Colocou que, embora os convidados já tenham falado bastante sobre empreendedorismo, interessa destacar a questão de gênero e apontou questões a serem enfrentadas:

- Quais atividades podem ser previstas para o curto e médio prazo?;
- Possíveis fontes de financiamento;
- Que outras iniciativas podem ser juntadas às propostas que visam o apoio ao empreendedorismo e pequenos negócios em uma escala regional?;
- Ressalta a importância de se ter o apoio ao empreendedorismo em escala regional.

Terceira proposta – Geração de emprego e renda

Necessidade de ampliar o Programa “Via Rápida”, que oferece capacitação gratuita para os cidadãos que buscam ingressar no mercado de trabalho ou abrir seu próprio negócio. Assim como nas outras propostas, existem questões a serem enfrentadas:

- Possíveis fontes de financiamento.
- Quais atividades podem ser previstas para o curto e médio prazos?

Destacou a importância de se criar diretrizes e propostas estruturadas voltadas ao empreendedorismo e à empregabilidade em escala regional, articulando todos os municípios ou um conjunto de municípios dentro dessas regiões.

E como quarta proposta: “Plano de Contingência aos produtores rurais, visto que estes são comumente afetados pelas secas e geadas, além de incêndios como as ocorrências mais recentes”. Neste item, as questões a serem enfrentadas são as possíveis fontes de financiamento.

A quinta proposta também versa sobre empregabilidade e gira em torno da “Criação de uma frente de trabalho que sistematize as vagas de trabalho ofertadas na região e faça o atendimento e cadastro dos indivíduos que estão à procura de emprego, a fim de conectar a população às vagas”.

Explicou que a ideia geral dessa proposta é como, no âmbito regional seja possível conectar as pessoas que procuram emprego com as vagas disponíveis. “Existem várias iniciativas e é preciso saber como integrar a essas propostas”, alertou.

Questões a serem enfrentadas:

- Possíveis fontes de financiamento.
- Quais atividades podem ser previstas para o curto e médio prazos?

Como **sexta proposta**, o técnico da Fipe apresentou a “Elaboração de estudos a respeito de possível viabilidade da piscicultura”. Ele esclareceu que é muito ligada à Secretaria de Agricultura, mas, como os APLs do Agro já foram muito tratados, a ideia é a diversificação dos produtos, aumento da rentabilidade dos proprietários rurais, disse que o assunto já foi tratado na discussão sobre Turismo Rural. Afirmou ainda que no setor agro, na região, apenas se recorda do APL da cafeicultura da Alta Mogiana.

Questões a serem enfrentadas:

- Para a formatação do projeto, é possível a utilização de recursos do Fundo AUF, mas existe alinhamento com projetos da Secretaria da Agricultura?
- Como transformar a proposta em indicação mais geral para a diversificação de produtos e aumento da rentabilidade das propriedades rurais?

Como **sétima proposta**, ele apresentou o “Estudo da oferta de mão de obra nos núcleos regionais dentro da região metropolitana, através das análises técnicas por parte das indústrias e serviços atuantes na região, de modo a estabelecer nichos capazes de conectar indústrias à mão de obra de qualificada das ETECs da região”.

Apesar das questões já terem sido debatidas na reunião, ele enfatizou ser importante saber como enfrentar a seguinte questão:

- Possibilidades de colaboração entre o Centro Paula Souza e o Conselho de Desenvolvimento da região para aprimorar as informações a respeito da demanda pelos cursos técnicos.
- Destacou a importância de se ter quais são as demandas atuais e futuras dos jovens e das empresas da região. “Essa demanda foi trazida muitas vezes, o descompasso entre o ensino técnico e as demandas da região”, enfatizou.

Como **oitava proposta** apontou o “turismo, patrimônio histórico e cultural” e destacou que muitas propostas sobre esse tema foram recebidas para a Região Metropolitana de Ribeirão Preto e Aglomeração Urbana de Franca. Destacou como questões a serem enfrentadas:

Como apresentar a possibilidade da criação de um plano de turismo regional no PDUI e quais devem ser os conteúdos mínimos a serem estipulados?

- Possíveis fontes de financiamento para o plano e posteriormente para as ações planejadas?
- Quais as possíveis formas de incentivo à adoção de RPPNs: Reserva Particular do Patrimônio Natural pode ser adotada por este plano?
- Como articular o plano de turismo aos planos municipais de cultura, inventários do patrimônio histórico e cultural e outras ações correlatas?

Disse que, embora muitas questões já tenham sido respondidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria da Agricultura e DesenvolveSP, a equipe recebeu muitas ações pontuais e querem saber como passar do específico ao geral e criar ações e diretrizes regionais.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico esclareceu que a SDE tem mais APLs na região, além do da Alta Mogiana. “Ribeirão Preto tem agricultura de mandioca, agronegócio, bioenergia, cafeicultura, cerveja artesanal, saúde, mobiliário”, citou.

Disse, ainda, que trabalha muito em parceria com a Secretaria da Agricultura e não tem nenhum trabalho com piscicultura na região. “Tem um em processo de reconhecimento em Santa Fé do

Sul que pode ser usado como exemplo”, citou. Disse que a SDE fez um convênio com a prefeitura de Cajati para fazer um piloto de tanques não profundos de bagres. Disse que não é um APL, mas poderia ser usado, se for o caso, na região. Complementou dizendo que existem alguns estudos da Unesp para limpeza dos tanques.

O técnico da Fipe disse imaginar que essa proposta de piscicultura tem a ver com um grande frigorífico de peixe na Região de Franca, pois poderia haver um interesse em complementar a cadeia. A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico se comprometeu a pesquisar e dar um retorno.

Além disso, a representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico disse que, com relação ao empreendedorismo e empregabilidade, o mais fácil e rápido são os municípios se juntarem e mandar um ofício ou agendar uma reunião na secretaria para levar a demanda de um curso. Sugeriu a entrega pessoalmente porque facilita o diálogo, mas, é preciso estar atento para, na demanda, estar colada a necessidade da região.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR esclareceu que o PDUI não pode sugerir isso para os prefeitos. “A questão apresentada pelo técnico da Fipe é da possível organização, a partir de uma avaliação do conjunto dos municípios que é encaminhado no âmbito das decisões do Conselho de Desenvolvimento, chamando a secretaria que responde por isso para montar uma proposta conjunta”, destacou.

Ela ainda lembrou que quando coordenou o PAM - Plano de Ação da Macrometrópole, foi feito um diagnóstico por setor da demanda, da qualificação para os prefeitos não encaminharem pedidos que não sejam regionais.

“Esse estudo, na época, foi passado para a SDE para ela poder confrontar a demanda com as necessidades da região. No caso do PDUI, tem dois objetivos com essas capacitações. Primeiro é aumentar o nível de desenvolvimento econômico dessas regiões e o segundo é promover uma série de centralização da oferta desses cursos. Nas oficinas regionais e nas audiências públicas, tudo está concentrado no município sede, em especial em Franca e Ribeirão Preto, mas também, em Piracicaba”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse existir um modelo do Paula Souza de descentralização e que o objetivo é fortalecer, através do Conselho, as demandas pulverizadas, de forma regional, para montar não só os cursos, mas, onde eles devem se localizar para fortalecer o equilíbrio de uma rede descentralizada e menos concentrada, como se vê hoje.

“Portanto, o PDUI não pode incorporar essa solução como se estivéssemos dando o caminho das pedras para os prefeitos. Pode ser uma estratégia de ação do ponto de vista do desenvolvimento econômico que é ter a clareza do perfil de demanda, da qualificação para o Conselho poder negociar com o Paula Souza e, para isso, tem várias ações que precisam ser mapeadas com o quantitativo da demanda que esses segmentos econômicos têm. Isso é muito mais uma proposta estruturada, é muito mais uma estratégia de ação para ter uma interlocução de uma ação com o Sistema Paula Souza”, enfatizou.

A representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico concordou que o Conselho é quem deva organizar isso porque ele irá racionalizar a organização. “Não dá para ter uma escola em cada lugar, A SDE e a Sutaco precisam muito porque, às vezes, a região tem apenas um artesão cadastrado”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR complementou que tem um custo alto para tratar uma demanda pequena e quando é organizada em determinado lugar, se fortalecendo o local que está sendo sediado, acaba sendo um prestador de serviços para um contexto regional que não só o município sede dessa região.

O representante da Secretaria de Turismo disse que Franca e Ribeirão são regiões bem fortes no turismo. “Ribeirão Preto, como polo emissor, tem um bom poder aquisitivo e muita coisa em seu entorno. Sobre a empregabilidade em turismo, tem questões legais que precisam ser consideradas. Os APLs que existem na região são perfeitos e conseguem agregar muito”, indicou.

Segundo ele, o Plano de Turismo Regional é muito importante ter e a secretaria já orientou muitos casos. Disse ainda que agora tem um projeto de apoio aos planos regionais e já fizeram um Plano Estadual de Turismo. Afirmou ter trabalhado muitos anos num plano de regionalização do turismo e, nessa região, a dificuldade maior foi política. “Os municípios brigavam entre si e não pensavam no turismo para o coletivo. É importante a participação da iniciativa privada por causa da descontinuidade administrativa do governo municipal e a Secretaria de Turismo tem como apoiar”, revelou.

Quanto ao financiamento, disse que é com a DesenvolveSP, que tem várias linhas de crédito e existe o programa. Comentou ainda que não via muito o turismo ligado às RPPNs, e não vê como é possível incentivar. Disse ainda ser muito ligado ao Meio Ambiente. “A não ser que se transforme num atrativo turístico, mas, é preciso ver como o turismo pode ser desenvolvido, respeitando a legislação ambiental. A região só tem o Parque Furnas que é estadual. A maior parte dos municípios da região são estâncias ou de interesse turístico. Todos são obrigados a ter um Plano Municipal de Turismo e um Conselho Municipal de Turismo. Nesse Conselho, é obrigatório ter representante municipal de Cultura, educação e meio ambiente, além de turismo. Em tese, o Plano de Turismo tem que ser aprovado pelo Conselho Municipal de Turismo, que tem representantes integrados. A grosso modo, o turismo ou é cultural ou é natural”, sintetizou.

Comentou que na AU de Franca tem uma orla, de Guaíra, Igarapava, Rifaina e Nilópolis, que tem turismo náutico que não apareceu na apresentação. “É importante porque é um diferencial na região. Inclusive a Secretaria de Turismo tem um projeto de estruturas náuticas no espelho d’água do Rio Grande”, destacou.

O técnico da Fipe disse que a ideia é fazer uma diretriz para as duas regiões para fazer um Plano de Turismo Regional com cada região, de acordo com as suas particularidades. “Como a equipe precisa criar uma diretriz para o PDUI, a dúvida é como criar uma diretriz com conteúdo mínimo. Qual é o conjunto de informações que deve conter o plano, quais as diretrizes e como articular cada uma delas? A dificuldade é como colocar no PDUI a orientação para que o Conselho de Desenvolvimento recomende aos municípios nesse período de 10 anos”, afirmou.

Disse ainda ser possível fazer proposta que recomende a elaboração de um Plano de Turismo para cada uma das regiões. “É interessante poder usar o modelo de Piracicaba, que já está implantado, de acordo com a política estadual”, afirmou.

O representante da Secretaria de Turismo indicou que, em Piracicaba, o pessoal da Serra do Itaqueri tem um plano feito pelo Senac de Águas de São Pedro que virou referência para todos os planos regionais. Se comprometeu a arrumar, caso a equipe de Piracicaba não tenha. “O Vale do Ribeira também tem um plano regional muito interessante. O Estado de São Paulo não tem um modelo”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR disse que a equipe da Fipe vai verificar os programas e linhas de crédito turístico da DesenvolveSP. “Isso fica como lição de casa para a equipe”, colocou. Perguntou ainda se existia mais alguma questão pendente. Como não havia mais nada a ser esclarecido, agradeceu aos participantes pela colaboração e informou que o projeto está na reta final, fechando o Caderno de Propostas, e que no final de abril será apresentado para os secretários de estado e pelos prefeitos em uma reunião do Conselho de Desenvolvimento de cada região para eles tomarem conhecimento prévio, antes da proposta de minuta de lei do PDUI chegar para a aprovação deles em julho.

“Eles poderão concordar e discordar, mas a época é de um processo eleitoral com mudanças que ocorrerão, mesmo que continue o mesmo partido e isso pode mudar as linhas de ação. Enfim, o projeto está nesta etapa e vamos seguir trabalhando com a institucionalidade que se tem hoje, dentro do Conselho de Desenvolvimento Regional”, explicou.

O representante da Desenvolve SP esclareceu ainda que a DesenvolveSP pode focar no programa de Desenvolvimento Turístico. “Ela tem várias linhas para o setor público, mas, em princípio é preciso registrar que é o programa turístico que está recebendo esse tipo de financiamento”, disse.

A coordenadora técnica do Projeto Fipe/SDR afirmou ser ótimo que a DesenvolveSP tenha uma linha de apoio ao setor público para infraestrutura porque o setor privado brasileiro é muito movido pelas iniciativas do setor público. “Como a Desenvolve tem essa linha, é importante que a equipe do PDUI separe isso na nossa proposta. Então, o setor privado tem essa fonte e o setor público tem uma fonte para esses resultados. É importante constar no PDUI para deixar sinalizado que são créditos diferentes”, alertou.

Antes de encerrar, o técnico da Fipe quis esclarecer mais uma dúvida com os representantes das Secretarias de Turismo e Desenvolvimento Econômico sobre quem financiou os planos de turismo de Piracicaba e do Vale do Ribeira.

O representante da Secretaria de Turismo disse que não foi a Secretaria da Agricultura. “No Vale do Ribeira eles tinham uma fundação alemã que financiou e o Senac fez alguns planos regionais. Na Secretaria de Turismo estão sendo feitos alguns projetos de desenvolvimento regional que será um programa para o futuro. Portanto, neste momento, não existe um programa de financiamento”, esclareceu.

Lista de presença:

Município	Instituição	Cargo
São Paulo	Desenvolve São Paulo	Superintendente de Negócios e Operações
São Paulo	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	Coordenadora de Produtividade e Desenvolvimento Sustentável
São Paulo	IPT	
São Paulo	Secretaria de Turismo	Assessor Técnico Gabinete da Secretaria de Turismo
São Paulo	Equipe Fipe	



Fundação Instituto de
Pesquisas Econômicas

Município	Instituição	Cargo
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	SDR	
São Paulo	SDR	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	
São Paulo	Equipe Fipe	

Equipe Técnica

Coordenador Geral – Andrea Sandro Calabi
Coordenadora Adjunta – Marta Dora Grostein
Coordenadora Técnica – Rovena Negreiros
Coordenador Institucional – Marcos Campagnone

Equipes das Unidades Regionais

AU de Franca

Fabiana Coelho
Fernanda de Cássia Costa – coordenadora
Herlan Alcântara

RM de Jundiá e RM de Piracicaba

Leticia Roberta
Mariana Yamamoto
Sandra Brandão
Sarah M. Monteiro dos Santos – coordenadora

RM de Ribeirão Preto

Braulio Bracero
Claudia Helena Leite – coordenadora
Felipe Dutra Dias
Ivana Araújo

RM Vale do Paraíba Litoral Norte

Cynthia Gonçalo
Daniel Andrade
Helena Grundig
Zoraide Amarante Itapura de Miranda –
coordenadora

Coordenadores de Bloco

Bloco 1 – Organização da base de dados e cartografia

Bruno Oliva
Roberta Fontan

Bloco 2 – Ordenamento Territorial

Marta Dora Grostein

Bloco 3 – Panorama Regional

Maria Lucia Camargo

Bloco 4 – Diagnóstico

Marlon Longo

Bloco 5 – Processo Participativo

Luciana Souza Damasceno Casa

Bloco 8 – Comunicação Social

Margareth Cunha Lemos

Equipe Processo Participativo

Elsa Maglio
Geni A. Toffoli
Mauricio Hoffman

Equipe Comunicação Social

Andre Cury
Sueli dos Santos

Edição gráfica

Enzo Luis Nico Neto
Guen Yokoyama – responsável
Ricardo Ferreira

Advogada – Ana Lucia Carvalho

Consultores

Camila Maleronka
Francisco Vidal Luna
Regina Prospero Meyer

Estagiárias

Ana Flavia Vicentini Benfica (AUF)
Carolina Abdalla Braga (RMP/RMJ)
Melissa da Silva Oliveira (RMVPLN)
Sarah Helena Caetano Rolindo (RMRP)

Secretária – Rosângela Monteiro